

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE DOUTORADO EM DEMOGRAFIA

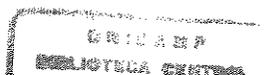
Izilda Aparecida Rodrigues

A Demografia da Vida Rural Paulista

Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de Sociologia
do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do
Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Agosto de 2001

i



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

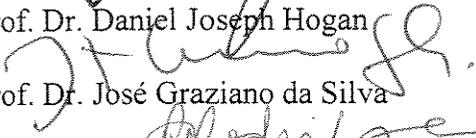
Izilda Aparecida Rodrigues

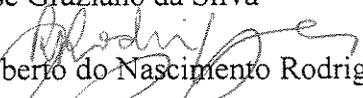
A Demografia da Vida Rural Paulista

Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de Sociologia
do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do
Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida
e aprovada pela Comissão
Julgadora em 08/08/2001


Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan


Prof. Dr. José Graziano da Silva


Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues


Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha


Profª. Dra. Rosana Baeninger

Prof. Dra. Maria Coleta F. A. Ferreira (suplente)

Dr. Clayton Campanhola (suplente)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

R 618 d **Rodrigues, Izilda Aparecida**
 A demografia da vida rural paulista / Izilda Aparecida
Rodrigues . - - Campinas, SP : [s. n.], 2001

Orientador: Daniel Joseph Hogan
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Demografia – São Paulo. 2. Desenvolvimento rural.
3. Crescimento demográfico. 4. Vida rural – São Paulo.
I. Hogan, Daniel Joseph . II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

A meus queridos pais
Amarílio e Angela

Agradecimentos

Quando se inicia um programa de doutorado, uma das idéias formadas sobre o seu desenvolvimento é o isolamento pessoal, promovido pela dedicação exclusiva ao estudo, o que nos quebra a rotina de encontros com as pessoas. Quando chega-se ao fim dessa etapa, percebe-se quantos foram os envolvidos no andamento do trabalho.

Agradeço o suporte financeiro oferecido pela CAPES e o ambiente acadêmico proporcionado pela Unicamp. O curso de demografia ligou-me a pessoas a quem guardo com muita estima, a quem agradeço o companheirismo, especialmente a grande amiga Célia. Cuidando do cumprimento das metas propostas e possibilidades de expansão de conhecimentos, agradeço ao corpo administrativo da secretaria de pós-graduação, em especial à Cidinha, Lourdinha, Cristina e Júnior.

O Núcleo de Estudos de População (NEPO) foi o ambiente onde encontrei a estrutura de apoio técnico, contando com o pessoal da área de informática e da secretaria, a quem agradeço, em especial à Ivonete. No NEPO tive oportunidades de realizar várias discussões sobre as idéias básicas de meu trabalho. Agradeço por isso, ao grupo de trabalho de migração e ao grupo de trabalho de população e meio ambiente.

Ao Alberto, meus agradecimentos pela elaboração das tabulações especiais dos dados censitários que precisei durante todo esse percurso. Tabulações que eram elaboradas quando sentávamos para discussão de algum trabalho do grupo ou quando pensávamos especificamente no meu estudo.

Ao professor José Marcos pelo tanto que tenho aprendido com seu entusiasmo pelas descobertas relacionadas aos estudos de população e pelo seu empenho para o aprimoramento do curso de demografia. Foi nesse tempo que pude conversar sobre idéias que me levaram adiante na caracterização da população paulista, e que recebi o incentivo para desenvolvê-las sem receios, pelo contrário, sempre com mais questionamentos e desafios.

Em especial agradeço ao mestre e orientador deste trabalho, Daniel Joseph Hogan. Especial pela seriedade, compromisso, e lealdade com que orienta e como se dispõe a

discutir ciência. É inegável sua capacidade de coordenar, de dar rumo à pesquisa com a qual se compromete, trazendo todos à participação e dividindo as atribuições. No tempo da elaboração desta tese, Daniel me proporcionou a sensação de crescimento com o desenvolvimento do estudo, sempre pronto a elogiar quando eu dava um passo à frente na apresentação dos resultados, como a alertar nas mudanças de rumo do trabalho. Com isso proporcionou confiança em sua finalização, com um sentimento de trabalho realizado com imensa satisfação e alegria.

Na mudança do cotidiano é a família que fica mais sensibilizada. Aos meus pais agradeço pelo incentivo carinhoso, que me convenciam que eu chegaria ao fim desse trabalho e que eles estariam ali para celebrarmos juntos, vencendo por fim as saudades. Ao meu filho Cae, mensageiro dos finais de semana das suas próprias conquistas universitárias e dos jogos de basquete, sempre alegrando a casa. A minha filha Alba, que por falar em alegria cumpre com todas as metas para ser uma adolescente feliz. As conquistas do dia a dia, as conversas e inúmeras vontades, deixam claro o crescimento da menina que esteve sempre ao meu lado, até compreendendo o meu cansaço.

Ao Gê, meu companheiro, pelo estímulo a este trabalho que se tornou mais um projeto em nossa vida. Aprendi muito com seu perfeccionismo para que as idéias fossem claramente expostas, assim como com a utilização dos recursos existentes para a sua apresentação. Posso dizer que o bom andamento deste estudo está fortemente ligado ao seu apoio, seja nas oportunidades que tive para a discussão em Encontros, seja pelo suporte e pelas advertências sobre o tempo dedicado, especialmente na sua parte final, o que esteve diretamente ligado à eficiência do trabalho e ao meu equilíbrio.

O Cae, a Alba e o Gê somente não permitiram que eu deixasse de mimá-los todo o tempo, como conquista adquirida na formação da família. Como prêmio aqui está a tese terminada, como conquista de todos nós.

Resumo

Após decrescer por três décadas consecutivas, a população rural do Estado de São Paulo apresentou uma retomada de crescimento nos anos 90. O rompimento da tendência de esvaziamento da área rural paulista levanta uma série de questões relacionadas à sua estrutura econômica e às características da população residente. Este estudo tem como objetivo principal avaliar as características demográficas da população residente no rural do Estado de São Paulo, relacionada com a dinâmica de ocupação sócio-econômica da área rural nos anos 80 e parte dos 90. As informações sobre a população foram obtidas nos Censos Demográficos e as relativas à estrutura da área rural nos Censos Agropecuários, realizados pela Fundação IBGE. Do exame da distribuição da população, segundo a situação do domicílio, ressalta-se a importância da Região Metropolitana de São Paulo como a área responsável pelo crescimento da população rural estadual. Desta constatação formula-se a hipótese de que o crescimento da população rural paulista estaria mormente relacionado ao processo de expansão urbana sobre áreas rurais. Para sua verificação, as categorias usadas pela FIBGE na definição da área rural e urbana foram desagregadas, introduzindo-se uma área de transição entre o urbano e o rural. A área urbana fica então dividida em área de transição urbana e "urbana" e a área rural em transição rural e "rural". Com essa alternativa foi possível obter diferenças importantes na área previamente definida como rural, tanto na ocupação da população residente em atividades econômicas de caráter tipicamente urbano, quanto no perfil da população residente na área de transição rural e na área "rural". O crescimento da população na área rural metropolitana foi reavaliado com esta reclassificação da situação do domicílio, reforçando-se a expansão urbana sobre áreas rurais. As informações censitárias sobre a distribuição da população, com características ligadas à inserção nas atividades econômicas, à composição e movimentos populacionais entre as Mesorregiões estaduais, mostraram diferenças no crescimento da população rural entre regiões densamente povoadas e urbanizadas, e aquelas onde as atividades agropecuárias são mais relevantes. Por fim, as categorias que definem a situação do domicílio na área rural no Estado de São Paulo podem contribuir para investigações sobre a relação entre a ocupação do rural e o crescimento da população.

Abstract

A rebound of the rural population of São Paulo State (Brazil) seems to have taken place during the 1990s following three consecutive decades of steady rural population decrease. Several lines of questioning arise from this change in population trend, both regarding the resident population characteristics and the novel economic structure that sustain this process. This study ponders on the demographic characteristics of the resident rural population of São Paulo State and its socioeconomic dynamics during the 1980s and best part of the 1990s. Population data were obtained from the Demographic Censuses and data related to the economic structure of the rural areas from the "Censo Agropecuário" of the "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE)." The assessment of population distribution according to dwelling situation in São Paulo State pointed out a major importance of the Metropolitan Region (MRSP) for the growth of the rural population statewide. This result implies the hypothesis that the rural population growth of São Paulo State may be stemming from the urban sprawl over rural areas. In order to verify this hypothesis, the categories used by the FIBGE to define urban and rural areas were disaggregated into transition urban and "urban," and transition rural and "rural." Meaningful distinctions emerged in the newly defined transition rural and "rural" areas, both regarding the population occupation in economic activities of typical urban character, and relating to the particular profile of the resident population. Evaluated under this reclassification the urban sprawl process is reinforced. Census data on population distribution, as related with the insertion in economic activities, composition, and migration showed rural population growth differences between densely populated regions, and those where typically agricultural activities are preponderant. Furthermore, the categories used to define dwelling situation in São Paulo State may contribute to a better understanding of the association between rural occupation and population growth.

Índice

Apresentação	xviii
Capítulo 1: A Vida Rural Paulista	1
1.1 - O rural paulista no contexto nacional: breve caracterização sócio-econômica	1
1.2 - Buscando-se uma definição para a área rural	13
1.2.1 - Diferentes culturas em São Paulo: o “tipo caipira” e o “tipo cidadão”	19
1.2.2 - Relações campo-cidade e a formação do rurano	24
1.2.3 - Ocupação e residência no campo: o "novo-rural"	30
1.3 - Características demográficas da população na configuração do rural	33
1.3.1 - A distribuição da população nas áreas rural e urbana no Estado de São Paulo	34
Capítulo 2: Características Demográficas da População Residente no Rural Paulista nos anos 80 e Considerações sobre os Anos 90	39
2.1 -- Divisão regional e características estruturais do rural em São Paulo	39
2.2 - Distribuição da população, nas áreas urbana e rural, por Mesorregião, 1980-2000	53
2.2.1 - Crescimento absoluto da população e taxa média anual de crescimento (%)	56
2.3 - Considerações sobre sexo, idade e educação da população rural paulista	63
2.4 - PEA ocupada nos setores de atividades econômicas e renda per capita familiar	72
2.5 - Considerações sobre migração nos anos 80, segundo a situação do domicílio	83
2.6. Considerações finais	91
Capítulo 3: A População Residente na Área de Transição entre o Urbano e o Rural, 1991 e 1996	95
3.1 - A área de transição entre o urbano e o rural	95
3.2 - Distribuição da população no Estado de São Paulo considerando-se a área de transição	97
3.2.1 - Crescimento absoluto da população, considerando-se a área de transição	100
3.3 - Considerações sobre sexo, idade e educação, inserindo-se a área de transição	107

3.4 - PEA ocupada nas atividades econômicas e renda per capita familiar, considerando-se a área de transição	117
3.5 - Migração nos anos 80, considerando-se a área de transição	125
Capítulo 4: População Residente na Região Metropolitana de São Paulo, nas Áreas Urbana e Rural, Considerando-se a Área de Transição	131
4.1. Distribuição da população e características estruturais da área rural na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	131
4.2 - A área de transição entre o urbano e o rural: distribuição da população residente na Região Metropolitana de São Paulo	146
4.3 - Considerações sobre sexo, idade e educação, da população residente na área "rural" e transição rural, 1991 e 1996	149
4.4 - PEA ocupada nos setores de atividades econômicas e renda per capita familiar na área "rural" e na área de transição: RMSP, 1991	158
4.5 - Migração nos anos 80 na RMSP, inserindo-se a área de transição: RMSP	163
Capítulo 5: A Demografia da Vida Rural Paulista: considerações finais	171
Bibliografia	185
Anexos	193

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 - População residente no Brasil, segundo a situação do domicílio, grau de urbanização (%) e taxa média anual de crescimento (%) - 1950-2000	9
Tabela 1.2 - Crescimento absoluto da população brasileira, segundo a situação do domicílio, por Regiões e Unidades da Federação - 1991 - 2000	11
Tabela 1.3 - Estados brasileiros com importância na população rural em valores absolutos, participação relativa (%) e grau de urbanização (%). 1991, 1996 e 2000	12
Tabela 1.4 - População residente, crescimento absoluto da população no Estado de São Paulo, segundo a situação do domicílio - 1950 - 2000	36
Tabela 2.1 - Proporção do número dos estabelecimentos e da área (%) por grupos de área total (ha). Estado de São Paulo, 1970 e 1995	44
Tabela 2.2 - Condição do produtor, número de estabelecimentos e área (ha) por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1985 e 1995/96	47
Tabela 2.2.1 - Distribuição do produtor, relativa ao total estadual (%), segundo a condição, número de estabelecimentos e área (ha), por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1995/96	48
Tabela 2.3 - Uso da terra nos estabelecimentos agropecuários, por área (ha). Mesorregiões do Estado de São Paulo, 1985 e 1995/96	50
Tabela 2.4 - População residente segundo a situação do domicílio e grau de urbanização (%) - 1980, 1991, 1996 e 2000. Estado de São Paulo, por Mesorregiões	55
Tabela 2.5 - Crescimento absoluto da população residente, segundo a situação do domicílio, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1980, 1991, 1996 e 2000	58
Tabela 2.6 - Participação relativa da população regional na população do Estado de São Paulo (%), 1980, 1991, 1996 e 2000	60
Tabela 2.7 - População residente na área rural, por sexo. Estado de São Paulo, 1980, 1991, 1996 e 2000	64
Tabela 2.8 - População residente na área rural, por sexo e idade. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996	65
Tabela 2.9 - Crescimento da população rural, por idade e sexo. Estado de São Paulo, segundo as Mesorregiões, 1980/91 e 1991/96	66

Tabela 2.10 - Escolaridade. Anos de estudo da população residente (> de 14 anos), segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996	68
Tabela 2.11 - Anos de estudo da população maior de 14 anos residente na área rural. Estado de São Paulo, por Mesorregiões, 1980, 1991 e 1996	71
Tabela 2.12 - Distribuição da PEA em setores de atividades econômicas. Estado de São Paulo, 1980 e 1991	74
Tabela 2.13 - Proporção da PEA ocupada no setor primário de produção, segundo a situação do domicílio, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1980 e 1991	76
Tabela 2.14 - Renda per capita familiar, segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980 e 1991	79
Tabela 2.15 - Renda per capita familiar da população rural (%), por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1980 e 1991	82
Tabela 2.16 - População migrante por situação do domicílio atual e anterior. Estado de São Paulo, 1980 e 1991	84
Tabela 2.17 - População residente e população migrante, segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980 e 1991	86
Tabela 2.18 - População migrante intra e inter-estadual (intra e inter-regional). (Estado de São Paulo, 1980 e 1991)	87
Tabela 2.19 - Movimentos populacionais por situação do domicílio anterior e atual. Estado de São Paulo por Mesorregiões, 1980 e 1991	89
Tabela 2.20 - População rural migrante segundo os movimentos intra e inter estaduais. Estado de São Paulo por Mesorregiões, 1980 e 1991	91
Tabela 2.21 - Localização do domicílio da população rural, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991	93
Tabela 3.1 - População residente e participação relativa (%), segundo as categorias que definem a situação do domicílio, incluindo a área de transição. Estado de São Paulo, 1991 e 1996	98
Tabela 3.2 - População residente segundo a situação do domicílio, incluindo a área de transição, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991 e 1996	100
Tabela 3.3 - Crescimento da população residente segundo a situação do domicílio incluindo a área de transição, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991/96	102

Tabela 3.4 - Localização do domicílio na área "rural", transição rural (TR-RU) e transição urbana (TR-UR), por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991	105
Tabela 3.5 - População residente na área "rural" e transição rural, por sexo e idade. Estado de São Paulo, 1991 e 1996	108
Tabela 3.6 - Crescimento da população na área "rural" e transição rural, por sexo e idade. Estado de São Paulo, 1991/96	109
Tabela 3.7 - Proporção da população maior de 14 anos de idade, residente na área "rural" e área de transição rural, por sexo (%). Estado de São Paulo, 1991 e 1996	111
Tabela 3.8 - Anos de estudo da população residente na área de transição rural e "rural". Estado de São Paulo, 1991 e 1996	116
Tabela 3.9 - PEA ocupada residente na área de transição (TR-RU, TR-RU) e "rural", por setor de atividade econômica. Estado de São Paulo, 1991	119
Tabela 3.10 - PEA residente na área de transição rural, transição urbana e "rural", por setor de atividade econômica. Estado de São Paulo, segundo Mesorregiões selecionadas, 1991	122
Tabela 3.11 - Renda per capita familiar (SM) da população residente na área de transição rural e "rural" (%), pelas Mesorregiões selecionadas. Estado de São Paulo, 1991	124
Tabela 3.12 - População migrante, segundo a situação do domicílio com a área de transição, e participação relativa (%), por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991	126
Tabela 3.13 - Participação da população migrante na população residente (%). Estado de São Paulo, por Mesorregiões, 1991	129
Tabela 4.1 - População residente e crescimento absoluto da população, segundo a situação do domicílio. Região Metropolitana de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000	133
Tabela 4.2 - População residente na área rural e participação relativa na população da RMSP (%), por Microrregiões e municípios. Região Metropolitana de São Paulo, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000	135
Tabela 4.3 - População residente no rural e participação relativa na população da Microrregião (%). Municípios selecionados da RMSP, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000	137
Tabela 4.4 - Crescimento absoluto da população rural e taxa média anual de crescimento (%). Municípios selecionados da RMSP, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/00 e 1991/00	138

Tabela 4.5 - Crescimento absoluto da população rural, segundo a situação do domicílio (UR ou RU). Município de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/00 e 1991/00	140
Tabela 4.6 - Estabelecimentos agropecuários por grupo de área (ha) e proporção no uso da terra (%). Região Metropolitana de São Paulo e municípios selecionados, 1985 e 1995/96	143
Tabela 4.7 - Condição do produtor - estabelecimento e área (ha) - e condição do responsável. Região Metropolitana de São Paulo e municípios selecionados, 1985 e 1995/96	144
Tabela 4.8 - População residente na área "urbana", de transição e "rural" e crescimento absoluto da população. Região Metropolitana de São Paulo e municípios com população residente na área de transição, 1991 e 1996	147
Tabela 4.9 - População residente e crescimento absoluto na área "rural" e transição rural, por sexo. Região Metropolitana, Interior do Estado e Município de São Paulo, 1991 e 1996	151
Tabela 4.10 - População residente menor e maior de 14 anos de idade. Região Metropolitana, Interior do Estado e município de São Paulo, 1991 e 1996	155
Tabela 4.11 - Anos de estudo da população residente na área "rural" e transição rural. Região Metropolitana e município de São Paulo, 1991 e 1996	157
Tabela 4.12 - PEA ocupada na área "rural" e de transição, segundo os setores de atividades econômicas. Região Metropolitana, município e Estado de São Paulo, 1991	158
Tabela 4.13 - Renda per capita familiar na área "rural" e transição rural. Região Metropolitana e município e Estado de São Paulo, 1991	162
Tabela 4.14 - Os movimentos populacionais nas áreas urbana e rural. Região Metropolitana de São Paulo, 1980 e 1991	164
Tabela 4.15 - População residente e população migrante. Participação relativa (%) - área urbana, rural e de transição. Região Metropolitana de São Paulo, 1991	166
Tabela 4.16 - Localização do domicílio da população rural. Região Metropolitana de São Paulo, 1991	169

Índice de Figuras

Figura 1.1 - Crescimento absoluto da população do Brasil, segundo a situação do domicílio - 1950/60, 1960/70, 1970/80, 1980/91 e 1991/2000	10
Figura 1.2 - Taxa média anual de crescimento da população do Estado de São Paulo (%), segundo a situação do domicílio - 1950-2000	36
Figura 2.1 - Taxa média anual de crescimento da população (%). Mesorregiões selecionadas. Estado de São Paulo, 1980/1991	61
Figura 2.2 - Taxa média anual de crescimento da população (%). Mesorregiões selecionadas. Estado de São Paulo, 1991/2000	61
Figura 2.3 - Taxa média anual de crescimento (%) da população rural. Mesorregiões selecionadas. Estado de São Paulo, 1980/1991 e 1991/2000	62
Figura 2.4 - Distribuição da população rural por sexo e idade. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996	67
Figura 2.5 - Anos de estudo da população residente na área urbana. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996	68
Figura 2.6 - Anos de estudo da população residente na área rural. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996	69
Figura 2.7 - Setor de atividade da PEA ocupada segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980 e 1991	74
Figura 2.8 - Renda per capita familiar, segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980	80
Figura 2.9 - Renda per capita familiar, segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1991	81
Figura 2.10 - Movimentos populacionais por situação do domicílio anterior e atual. Estado de São Paulo, 1980 e 1991	84
Figura 2.11 - Participação relativa da população migrante na população residente, segundo a situação do domicílio (%). Estado de São Paulo, 1980 e 1991	86
Figura 2.12 - População migrante intra e inter-estadual e intra e inter-regional. Estado de São Paulo, 1980 e 1991	87
Figura 3.1 - Crescimento absoluto da população "rural" e da área de transição (urbana e rural). Estado de São Paulo, 1991/96	101

Figura 3.2 - Crescimento absoluto da população rural tradicional (área "rural" e transição rural). Estado de São Paulo, 1991/96	102
Figura 3.3 - População residente na área "rural" e na área de transição rural, por sexo e idade. Estado de São Paulo, 1991 e 1996	110
Figura 3.4 - Anos de estudo da população maior que 14 anos na área "rural" e transição rural. Estado de São Paulo, 1991	113
Figura 3.5 - Anos de estudo da população maior que 14 anos na área "rural" e transição rural. Estado de São Paulo, 1996	114
Figura 3.6 - PEA ocupada residente na área de transição, transição urbana, transição rural e "rural". Estado de São Paulo, 1991	120
Figura 3.7 - Renda per capita familiar (SM) da população residente na área de transição rural e na área "rural" (%). Estado de São Paulo, 1991	123
Figura 3.8 - Participação da população migrante residente na área de transição na população urbana ou rural. Estado de São Paulo e Mesorregiões de Piracicaba, Campinas e RMSP	127
Figura 3.9 - Participação da população migrante na população residente, segundo a situação do domicílio, inserindo-se a área de transição. Estado de São Paulo, 1991	130
Figura 4.1 – Taxa média anual de crescimento nas décadas de 70, 80 e 90, segundo a situação do domicílio (UR ou RU). Região Metropolitana de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000	134
Figura 4.2 - Taxa média anual de crescimento da população rural (%). Região Metropolitana de São Paulo e municípios (Tabela 4.4), 1970-2000	138
Figura 4.3 - Taxa média anual de crescimento (%), segundo a situação do domicílio. Município de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/00, 1991/00	140
Figura 4.4 - Taxa média anual de crescimento (%), na área "urbana", de transição e "rural". Município de São Paulo, 1991/96	148
Figura 4.5 - Taxa média anual de crescimento (%), na área "urbana", de transição e "rural". Região Metropolitana de São Paulo, 1991/96	149
Figura 4.6 - População residente na área "rural", por sexo e idade. Região Metropolitana, Interior do Estado e Município de São Paulo, 1991 e 1996	152
Figura 4.7 - População residente na área de transição rural, por sexo e idade. Região Metropolitana, Interior do Estado e Município de São Paulo, 1991.1996	153

Figura 4.8 - Anos de estudo da população residente na área "rural" e transição rural. Região Metropolitana e município de São Paulo, 1991 e 1996	156
Figura 4.9 - PEA ocupada na área "rural" e transição rural (%), por setor de atividade econômica. Região Metropolitana e município de São Paulo, 1991	160
Figura 4.10 - Renda per capita familiar na área "rural" e transição rural. Região Metropolitana, 1991	162
Figura 4.11 - Renda per capita familiar na área "rural" e transição rural. Município de São Paulo, 1991	163
Figura 4.12 - População migrante na área "rural" e transição rural, por idade e sexo. Região metropolitana de São Paulo, 1991	167
Figura 4.13 - Proporção da população migrante na população residente (%) na área "urbana", de transição e "rural". Região Metropolitana de São Paulo e município de São Paulo, 1991	168

Apresentação

Muitos dos estudos demográficos no Brasil foram dedicados, nas últimas décadas, às questões relativas à população urbana, devido ao intenso processo de urbanização que tem sido cada vez mais predominante no País. Hoje no Estado de São Paulo constata-se o crescimento populacional na área rural rompendo com décadas seguidas de queda, além de romper com a perspectiva criada da continuidade da diminuição desta população com o passar dos anos. A concentração populacional na área rural, o surgimento de diferentes atividades econômicas, o aprimoramento e expansão de áreas de moradia, entre outras modificações, têm justificado investigações sobre o rural no Estado, na formulação de novos questionamentos sobre as suas funções e sobre as articulações estabelecidas com o urbano.

- a) Estaria a área rural inserida no processo de urbanização, em contínua expansão no Estado de São Paulo?
- b) Estaria a área rural evidenciando uma tendência de “volta ao campo”?
- c) Estaria a distribuição da população rural se dando da mesma forma nas diferentes regiões do Estado, integrando um processo único de ocupação nessas áreas?
- d) Que rural é esse, que tem recentemente retido a sua população?
- e) Quais são as características demográficas da população residente na área rural em São Paulo, que contribuem para a discussão sobre a formação e transformações dessas áreas?

Todas estas questões derivaram da surpreendente constatação do crescimento da população rural no início dos anos 90 pela Contagem Populacional de 1996, o que foi confirmado com os dados preliminares do Censo Demográfico do ano 2000. Crescimento localizado em regiões com graus de urbanização bastante elevados, destacando-se a Região Metropolitana de São Paulo como a principal área onde ocorreu esse aumento.

Considerando-se historicamente o processo de ocupação do rural, pode-se afirmar que estas áreas apresentaram dispersão, uso e ocupação representativos de um modo de

vida próprio, mesmo estando sempre ligadas à existência urbana, ao modo de vida urbano, e que no presente encontram-se integradas ao urbano, como nunca, por demandas emergentes desta população e por modificações na estrutura produtiva do meio rural. Dessa forma, um necessário tratamento diferenciado da área rural, não mais como área residual daquilo que não é urbano, é possível utilizando-se as categorias propostas na sua definição, no quesito situação do domicílio, nos levantamentos populacionais realizados pela Fundação IBGE.

O retrato do aumento da população rural estadual, mostrado pelos dados censitários, levou à formulação da hipótese da ocorrência da expansão urbana sobre as áreas rurais periféricas da maior área metropolitana do país, o que estaria revertendo no crescimento da população rural estadual na década de 90. Para averiguar essa idéia, introduziu-se a análise da população residente na área de transição, utilizando-se o quesito situação do domicílio mencionado anteriormente, como um espaço geograficamente melhor determinado entre o urbano e o rural, correlacionando-se parâmetros demográficos relacionados ao processo de distribuição da população, no Estado de São Paulo nas áreas consideradas.

O presente estudo da *demografia da vida rural paulista* tem como objetivo apresentar as características da população residente no Estado de São Paulo, nas décadas dos 80 e 90, relacionadas à dinâmica de ocupação das áreas rurais e urbanas. As características demográficas da população rural vieram de um quadro de referência histórica e geográfica da população residente, enfatizando-se a articulação entre as atividades econômicas, as interações sociais, e as características ambientais emergentes da interação da população das áreas rurais do Estado de São Paulo com outras áreas e internamente.

Apresenta-se no primeiro capítulo a evolução da configuração do rural em São Paulo, intitulada *a vida rural paulista*. Uma abordagem sobre o rural paulista no contexto nacional foi elaborada com uma breve caracterização sócio-econômica do Estado, inserida na apresentação dos elementos estruturais básicos da sociedade e economia da Colônia à República, até os dias atuais, do Brasil rural. As informações censitárias sobre a distribuição da população brasileira e paulista delinearão a passagem da concentração da população rural para altos índices referentes ao grau de urbanização nas últimas décadas, constatando-se a mudança promovida pelo intenso processo de urbanização ocorrido no

País, de forma geral.

O Estado de São Paulo destacou-se no processo de urbanização, antecipando-se mesmo com relação ao Brasil, na concentração da população em sua área urbana, assim como na recuperação do crescimento da população rural, que se deu nos anos 90. Para a análise da retomada do crescimento da população rural, especialmente no caso paulista, que possui um contingente urbano indiscutivelmente majoritário em proporção e em número absoluto de pessoas, procurou-se definir a área rural para o desenvolvimento do estudo sobre as características demográficas da população paulista. Isso contou com a apresentação do embasamento conceitual na definição do urbano e do rural, para ser traçada a distribuição espacial da população residente, e para evidenciar a emergência de demandas por novos produtos e serviços em ambas as áreas.

As idéias sobre o rural referem-se à interação social e econômica da população residente nas áreas em estudo e às relações surgidas, no tempo, entre o campo e a cidade. Examinando-se as contribuições que dizem respeito ao modo de vida rural e as alterações na estrutura econômica desta área, são apresentadas breves considerações sobre diferentes culturas em São Paulo, refletindo sobretudo, como a sociedade rural e urbana interagem e como estavam inseridas nas mudanças estruturais da economia do Estado, em um tempo onde o modo de vida rural foi concebido como predominante na sociedade paulista.

Das relações estabelecidas entre o campo e a cidade são apresentadas basicamente duas definições: a idéia do **rurbano**, lidando com a interação entre modos de vida urbano e rural em uma mesma área e a idéia do **novo rural**, reafirmando mudanças nas atividades econômicas desenvolvidas no rural e a interação entre ocupação e residência no campo.

A distribuição da população nas áreas então definidas como rural e urbana, relacionada ao processo de urbanização estadual, ao êxodo rural e à retomada do crescimento populacional na área rural nos anos 90, é examinada como parte introdutória ao capítulo seguinte, apresentando-se as características demográficas como pertencentes à configuração da área rural estadual.

As características demográficas da população residente no rural paulista nos anos 80 e considerações sobre os anos 90 cobrem o período da retomada do crescimento da população rural paulista, com a possibilidade da análise das informações para a área de transição em 1991 e 1996, e abordam também a década anterior a esse crescimento, para a

verificação de características indicativas de mudanças no perfil populacional, assim como nos componentes relativos às atividades econômicas no Estado.

Em um primeiro momento estabelece-se a divisão territorial do Estado para o desenvolvimento do estudo. O município foi considerado a unidade de estudo, agrupados nas Mesorregiões estaduais. Somente a Mesorregião Metropolitana de São Paulo sofreu uma divisão em Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Microrregião de Santos, as demais quatorze Mesorregiões são mantidas com os municípios e Microrregiões originais. Ainda nesse item são apresentadas as características estruturais do rural em São Paulo, com as informações sobre os estabelecimentos agropecuários e área em hectares, provenientes dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96. Essas características cobrem o período proposto para a análise dos dados sobre a população residente na área rural paulista.

A distribuição da população, segundo a situação do domicílio nas áreas urbana ou rural, é a característica possível de ser analisada com as informações censitárias em todo o período de 1980 até o ano 2000, uma vez que são estas as informações preliminares do último levantamento populacional realizado pelo IBGE, disponíveis até o momento. Desses dados, elabora-se a análise da evolução do grau de urbanização regional, crescimento da população, com as respectivas taxas médias anuais de crescimento e a importância na participação da população rural de cada Mesorregião considerada na população total estadual.

Nas considerações sobre idade e sexo, somente a razão de sexo é novamente possível para todo o período (1980-2000), pelo mesmo motivo apresentado anteriormente. Entretanto, a análise sobre idade e sexo para a população residente na área rural do Estado de São Paulo é elaborada para os anos de 1980, 1991 e 1996, trazendo as diferenças fundamentais na composição dessa população nesse período. Na evolução dos anos de estudo no Estado (no quesito educação), utiliza-se novamente a área urbana como parâmetro comparativo à população residente na área rural, para os mesmos anos, 1980, 1991 e 1996. A área rural constitui-se na referência para a análise regional sobre os anos de estudo da população residente no Estado de São Paulo.

A inserção em atividades econômicas é verificada para a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada nos setores primário, secundário e terciário, conforme definição apresentada no trabalho. Considera-se para o Estado a área urbana e

rural para os anos de 1980 e 1991. Essa análise não possibilita a identificação do lugar de residência e trabalho da população investigada, porém permite a exploração dos dados referentes à proporção da PEA ocupada no setor primário de produção, segundo a situação do domicílio, por Mesorregiões. Com isso é possível a identificação de áreas com aumento da população inserida nas atividades primárias de produção e residente na área urbana, auxiliando na análise de alterações nessa relação entre o urbano e o rural, já nos anos 80. Nesse item ainda verifica-se a renda per capita familiar para o Estado de São Paulo, nas áreas urbana e rural em 1980 e 1991.

As considerações sobre migração são elaboradas segundo a situação do domicílio anterior e atual na área urbana e rural, segundo os movimentos intra-estaduais e interestaduais, e na apresentação da participação relativa do migrante na população residente em 1980 e 1991 para o Estado de São Paulo. A análise regional é elaborada com as categorias relativas à migração apresentadas para o Estado.

As principais conclusões referentes às características demográficas da população residente no rural estadual, compõem as considerações finais deste Capítulo. Essa análise ainda conta com a apresentação da localização dos domicílios da população rural por mesorregiões, como contribuição para a avaliação da área construída no rural nas diferentes regiões do Estado, justificando mais uma vez, a utilização da definição de área rural de forma desagregada, apresentada no Censo de 1991 e Contagem Populacional de 1996.

Elabora-se a seguir uma avaliação sobre **a população residente na área de transição entre o urbano e o rural, em 1991 e 1996**. A área de transição é definida de início, com os devidos esclarecimentos e justificativas para a sua utilização na análise demográfica proposta para a população rural estadual. O Censo Demográfico de 1980 trouxe a primeira desagregação da situação do domicílio na situação rural, dividindo-o em aglomerado rural e zona rural. O Censo Demográfico de 1991 ampliou a divisão da área rural, implicando em modificações importantes na classificação da situação do domicílio nas áreas urbanas e rurais.

Em uma primeira análise dessas informações em 1991, foi proposta a existência de uma área de transição entre o urbano e o rural. Esta área estaria refletindo mudanças relativas à expansão urbana, assim como de atividades econômicas na área rural, capazes de melhor representar a interação entre o urbano e o rural no Estado de São Paulo. A

distribuição da população, o crescimento em 1991/96 e a importância na concentração da população residente na área de transição são investigadas para o Estado e para as Mesorregiões consideradas. A localização dos domicílios na área de transição, como na área agora reclassificada como "rural", são consideradas para as Mesorregiões em 1991.

As considerações sobre idade, sexo e educação são elaboradas para o Estado de São Paulo em 1991 e 1996 para a área de transição rural e para a área "rural". A inserção da PEA ocupada nas atividades econômicas e a renda per capita familiar estadual somente foram possível para o ano de 1991, uma vez que estas informações não fizeram parte da Contagem Populacional de 1996. As Mesorregiões onde a área de transição mostrou importância como área de residência, também são consideradas em relação à inserção da PEA, segundo os setores de atividades econômicas definidos, assim como em relação à renda per capita familiar, em 1991.

O exame da migração, considerando-se a área de transição limitou-se à proporção da população migrante na população residente nas áreas "urbana", de transição e "rural", trazendo entretanto, evidências da importância dessa análise, essencialmente na formação da população na área de transição.

Sobretudo, as considerações sobre a população residente em São Paulo inserindo-se a área de transição, reafirmam a importância da área rural da RMSP no crescimento da população rural estadual. Dessa forma, o último Capítulo é direcionado ao detalhamento das características da **população residente na Região Metropolitana de São Paulo na área urbana ou rural, considerando-se a área de transição.**

Da análise da distribuição da população, assim como das demais características demográficas analisadas no decorrer deste estudo, evidencia-se a importância na exploração desse quesito censitário, na definição da área de transição, para se ter maior clareza sobre a ocupação da área rural com importantes diferenças entre as Regiões estaduais.

Assim, **as considerações finais** são elaboradas com uma discussão, sob a ótica dos capítulos anteriores a respeito da **demografia da vida rural paulista**, procurando elucidar as mudanças ocorridas no período considerado, caracterizar a dinâmica demográfica das três áreas propostas, e avaliar a coerência da proposição do uso da área de transição e suas implicações para o entendimento da configuração da área rural no Estado de São Paulo, com referências à estrutura econômica e ao perfil da população residente no local.

Capítulo 1

A Vida Rural Paulista

A vida rural paulista é concebida na abordagem sobre a estrutura econômica da área rural e sobre as características da população residente nesta área, em uma breve retrospectiva histórica. As características sócio-econômicas do rural do Estado de São Paulo são apresentadas na formação da sociedade rural brasileira, da época da Colônia até o presente.

A constatação de mudanças estruturais na área rural trouxe de imediato, a necessidade de se conhecer as idéias desenvolvidas em sua definição. A área rural em São Paulo é então apreendida, por meio de considerações sobre o estilo de vida desta sociedade e das atividades econômicas desenvolvidas; dos conceitos derivados das relações desta área com o urbano, seja na convivência na área rural de sociedades com diferentes estilo de vida, seja na ligação dos fatores residência e ocupação, em ambas as áreas.

Finalizando a abordagem sobre a vida rural paulista, justificou-se o estudo das características demográficas da população na configuração do rural. Dentro dessa perspectiva é elaborada a primeira análise da distribuição da população no Estado de São Paulo, evidenciando-se a atenção dada à área rural na atualidade.

1.1 - O rural paulista no contexto nacional: breve caracterização sócio-econômica

Conceber a formação da sociedade no Estado de São Paulo com base em uma estrutura rural requer um enfoque histórico sobre o Brasil rural. As características sócio-econômicas predominantes em São Paulo em sua história foram marcadas pelas mudanças ocorridas na estrutura da sociedade e na estrutura econômica brasileira, seja na incorporação de atividades ligadas ao setor primário de produção, reforçando a ocupação da área rural, seja no processo de urbanização e industrialização, efetivado pela maior concentração populacional nas cidades.

A formação das áreas urbanas e rurais, as relações existentes entre elas reafirmando essas mudanças estruturais, e a importante concentração da população em São Paulo inserida nesse processo, justificou o resgate de características do rural do Estado no contexto nacional para o estudo da demografia da vida rural paulista. Inicialmente, será apresentado um breve enfoque histórico sobre a formação da sociedade brasileira que sustentou o dinamismo do espaço rural e urbano, e as novas concepções sobre a área rural discutidas na atualidade.

A migração entre países, entre regiões dentro de uma nação, e mais recentemente intra regionalmente, sempre constituiu uma característica marcante e permanente na vida das pessoas e um elemento importante na distribuição da população nas áreas urbana ou rural. A abordagem histórica que se pretende baseia-se sobretudo, em estudos sobre as migrações que acompanharam o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro¹, além de estudos sobre a estrutura da sociedade no contexto das mudanças econômicas.

A Colônia

No tempo da colonização o Brasil teve uma sociedade formada com o estilo de vida fundamentalmente rural, com a economia e a estrutura social fundada inicialmente em grandes propriedades agrícolas, as capitanias, que foram doadas diretamente pelo Rei de Portugal. Essas propriedades, de caráter hereditário, foram apossadas pelos chamados donatários. As capitanias foram parceladas em grandes porções de terra e possuídas pela aristocracia emergente, que passou a interferir profundamente nas decisões políticas do País. O restante da sociedade era constituída de uma parcela da população sem privilégios que vivia e trabalhava na terra, juntamente com uma grande população de escravos negros.

Viana (1973) em sua investigação histórica sobre a formação do tipo rural brasileiro ponderou sobre o “choque cultural” da sociedade urbana que aqui chegou com fins colonizadores. Afirmou que a ruralização da população colonial durou seguramente três séculos e só tornou-se completa e integralizada no quarto século da colonização. Quando se fez a Independência, os elementos dominantes na política e na Corte eram na sua quase

¹ Martine (1987a) mencionou os trabalhos de Balán (1973), Lopes (1980), Singer (1968), Graham & Buarque de Holanda (1971), Merrick (1979) e Faria (1973) entre os poucos cientistas que tentaram enquadrar os deslocamentos de população numa visão histórica mais abrangente no cenário brasileiro, com repercussões de mais longo prazo. A escassez de informações acessíveis referentes aos deslocamentos populacionais no passado foi apresentada como a principal dificuldade que estaria explicando essa deficiência.

unanimidade, homens de pura formação rural. Assim, nessa época, o sentimento da vida rural estava perfeitamente fixado na psicologia da sociedade brasileira, fundamentada nos costumes, nas maneiras, no mais íntimo de seu caráter. O instinto, as maneiras e os hábitos urbanos não estavam na índole do povo brasileiro.

“no ambiente de florestas e campos, essa nova sociedade em formação era, e haveria de ser por muito tempo ainda, uma sociedade de estrutura fundamentalmente rural, assentada por inteiro sobre uma base exclusiva de latifúndios agrícolas. Portanto, uma sociedade de hábitos e costumes caracteristicamente rurais” (Viana, 1973, 33).

A República

A economia brasileira teve como a principal característica, no período do fim do Império até 1930, a expansão da cafeicultura, formando a base de onde nasceram os primeiros esforços para a industrialização. Os vínculos entre o desenvolvimento econômico e a distribuição da população no território nacional mantiveram-se fortes. As migrações internas e as imigrações internacionais até o início do século XX foram fundamentais na caracterização do espaço brasileiro.

Para uma visão geral sobre a dinâmica de ocupação do solo brasileiro nesse período, ressaltando-se os incentivos ao desenvolvimento econômico e o deslocamento da população no território, serão apresentadas algumas considerações do estudo de Graham & Buarque de Holanda (1971). O Nordeste experimentou uma significativa emigração de 1872-1890 devido os desastrosos efeitos da grande seca de 1877-1880. Nesse mesmo período, o Norte apresentou uma taxa positiva de migração, sendo a área de borracha da Amazônia por seguidas décadas, responsável pelos maiores fluxos de migrantes, movimento acentuado no período seguinte (1890-1900). O Leste e o Sul receberam nesta época (1872-1890), um considerável número de imigrantes do Nordeste motivados pelo cultivo do café, vindos por vontade própria ou trazidos nos chamados movimentos involuntários, onde escravos (antes da abolição em 1888) foram deslocados para o trabalho nas lavouras.

Em 1890/1900 a migração interna somente foi significativa para as áreas da borracha na Amazônia, que apresentaram um movimento importante de pessoas vindas de outras regiões do Brasil, sobretudo do Nordeste. A migração internacional líquida nesse período

foi de aproximadamente 790.000 pessoas, o que correspondeu a quase o dobro da migração interna (412.185 pessoas - estimativa). O Estado de São Paulo apresentou uma migração internacional líquida de aproximadamente 398.000 pessoas (Graham & Buarque de Holanda, 1971).

Nesse final de século houve uma importante mudança no padrão de crescimento inter-regional. O Centro-Sul apresentou um rápido desenvolvimento com o café como cultura chave para a exportação e com um grande fluxo de europeus, tornando-se o maior centro de crescimento do país. O Nordeste sofreu com a economia em declínio, provocado pela maior eficiência de outras nações na produção do açúcar para o mercado mundial, iniciando um prolongado estado de estagnação econômica.

Houve inserção dos imigrantes internacionais nas atividades industriais emergentes no início do século XX, tanto daqueles anteriormente residentes nas áreas rurais (migração intra-regional), como outros indivíduos que chegaram por incentivos e subsídios da política pública. Isso ocorreu sobretudo em São Paulo, que já superava o Rio de Janeiro nas instalações industriais. Em 1900-1920, o Estado de São Paulo já era considerado o maior centro industrial do Brasil.

De 1920-1940 o migrante nativo inseriu-se nas atividades econômicas desenvolvidas tanto no rural, como no urbano no Centro-Sul, marcando um período de importante declínio da inserção do migrante estrangeiro nesta área, comparativamente. Pela primeira vez desde 1890, os migrantes nativos superaram em número os migrantes estrangeiros em todos os estados do Sul. Especialmente em 1930, registrou-se um ponto marcante da imigração nacional na cidade do Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo. Essa migração interna foi acelerada pelo rápido crescimento industrial nos dois lugares, e pela continuada demanda do trabalho agrícola em São Paulo, que apesar da crise do preço internacional não teve a demanda pelo emprego agrícola reduzida seriamente.

Após 1930 a migração interna do Nordeste para São Paulo e para outros estados do Sudeste foi ainda significativa, substituindo além dos imigrantes estrangeiros que estavam deixando o rural para a cidade, muitos paulistas que estavam migrando para o Paraná, que gerou de 1930 a 1960, uma importante corrente migratória de nativos em um movimento constante para a cultura do café. O Estado de Goiás e Mato Grosso substituíram o Paraná como o maior foco de migrantes depois de 1960.

A migração inter-regional e intra-regional do rural para o urbano aumentou marcadamente a partir de 1940. A manifestação do estilo de vida rural no País ainda era preponderante, embora essa mobilidade populacional estivesse ocorrendo de forma intensa, jamais registrada na história brasileira, com perspectivas ao rápido desenvolvimento da indústria e à formação de importantes núcleos urbanos.

Smith (1967), em estudo sobre o povo e as Instituições no Brasil, abordou características da população rural, utilizando dados dos censos de 1940, 1950 e 1960. Esses dados incluíam a população, a agricultura, a habitação e a indústria, contendo informações relativas à família, à habitação, aos níveis de vida, às instituições educacionais, à relação entre o homem e a terra, imigração e instituições governamentais. Para o período estudado, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, a população brasileira situava-se entre as de mais alto índice de ruralidade no mundo.

“O habitante da cidade, ou povoado brasileiro típico, era muito mais condicionado por influências culturais oriundas do meio rural e muito menos pelas forças culturais que emanavam dos grandes centros urbanos, comparados às pessoas que viviam em centros de igual tamanho nos EUA, Inglaterra, Alemanha e outros países da Europa ocidental.” (Smith, 1967, 98).

No Brasil, o meio rural teve como principal característica a sua formação baseada na comunidade rural, constituída primordialmente em duas partes distintas. A primeira era a vila, cuja principal função era ser o lugar de residência e negócios para os comerciantes, homens especializados nas profissões, agiotas e trabalhadores de todos os tipos; como centro para as escolas, as igrejas e as instituições recreativas. A vila não era lugar de moradia dos agricultores. A segunda parte, indispensável à comunidade rural brasileira, consistia nas famílias rurais que viviam nas vizinhanças circundantes, fazendo da vila o seu centro mercantil e social. (Smith, 1971).

As relações sociais diferenciavam-se entre os proprietários de terra e os trabalhadores rurais.

"A aristocracia que possuía terras era formada por muitos dos homens mais importantes do país, de cuja vida política

participavam ativamente, enquanto que as classes subalternas viviam, trabalhavam e morriam em "grupos de localidade" de tamanho muito restrito" (Smith, 1971, 178).

O rápido crescimento industrial, que foi característica do período de 1945 a 1960, implementou a produção interna de manufaturados, substituindo bens intermediários e bens duráveis de consumo importados. A implantação da indústria no Brasil causou importantes alterações na estrutura social e modificou o equilíbrio do poder entre os grupos de interesse urbanos e rurais. Essas mudanças foram acompanhadas pelas novas ideologias desenvolvimentistas, que se destinavam a orientar as políticas econômicas estatais nos anos do pós-guerra (Wood & Carvalho, 1994).

Em meados da década de 60, foram criadas as bases para a modernização da agricultura, integrada a um grande projeto com o objetivo de alterar radicalmente a sua estrutura de produção, equiparando-a com a agricultura dos países desenvolvidos em matéria de produtividade e rentabilidade. A agricultura deveria dessa forma, estar articulada ao complexo industrial internacional, apoiando-se tanto na oligarquia rural, como nos setores mais modernos do capital urbano interessados na ampliação do seu raio de atuação. Os preços internacionais favoráveis e a disponibilidade de um pacote tecnológico conhecido como a "Revolução Verde", estimulavam esse investimento. Assim, como planejado, essa tecnificação beneficiou a indústria, demandando máquinas e insumos produzidos pelo parque industrial instalado no país (Martine, 1987b).

Martine (1987b), ponderando sobre as transformações do campo no Brasil, em um balanço do custo social dessas mudanças e das suas vantagens econômicas, afirmou que o aumento da produção e a produtividade não ocorreu no ritmo esperado; que embora a agroindústria tenha se expandido rapidamente, a produção per capita de alimentos básicos é menor do que no início da modernização e que embora tenha acontecido um aumento no número de postos de trabalho no campo, grande parte deles são de natureza instável e mal remunerados.² Com essas transformações, a saída do homem do campo também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades.

² Ver: Amstalden (1991) para uma avaliação sobre as implicações sociais e ambientais da modernização agrícola brasileira.

Outra constatação importante é que essas transformações do campo brasileiro, caracterizadas pela imposição de um modelo agrícola, foram concebidas de certa forma nas cidades, atendendo aos interesses de determinados setores da sociedade urbana, nacional e transnacional. Houve a concentração espacial da população nas maiores cidades, registrando-se um incremento populacional equivalente a mais de dois quintos de todo o crescimento do País em apenas dez cidades.

Assim, o rápido processo de urbanização foi efetivado, associando-se aos programas voltados à industrialização, impulsionando um acentuado êxodo rural em direção aos centros urbanos³. A migração rural-urbana aumentou de intensidade no período 1950/60, comandada pelas áreas metropolitanas do Centro-Sul. Essas áreas tornaram-se cada vez mais atraentes, com a melhoria considerável dos meios de transportes. Com a expansão da rede ferroviária e da malha viária intensificou-se a comunicação intra e entre as regiões.

Outros fatores, que podem ser considerados de expulsão das áreas rurais, como o aumento do crescimento populacional, foram da mesma forma fundamentais no direcionamento da população para as cidades. Cabe lembrar que nessa época, novas e importantes melhorias nas condições de saneamento e saúde foram criadas e tiveram influência direta no crescimento vegetativo da população, possibilitando o registro dos níveis mais altos na história brasileira. As altas taxas de migração dos períodos 1950-1960 e 1960-1970 mostraram que a migração interna tornou-se um fenômeno muito mais importante em anos recentes que foram no começo do século XX.

Na Região Sudeste o êxodo rural foi precoce em relação ao resto do País, apresentando mais da metade da emigração rural total observada na década dos 60. Nesse período, o Estado de São Paulo apresentou os mais altos e incomparáveis índices de emigração rural do Brasil, seguido de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Isso, segundo Martine (1987c) permitiu contradizer o senso comum que a emigração mais intensa do campo começou no Nordeste ou em outros Estados mais pobres, mas sim nas regiões de maior desenvolvimento. Assim pode-se afirmar que nos tempos modernos, o grande êxodo rural teve início nas regiões onde o processo de capitalização e mecanização do campo ocorreu primeiro e de forma mais intensa.

³ Ver: Camargo (1968) para uma análise sumária de aspectos econômicos e demográficos do êxodo rural no Brasil, com dados dos Censos Demográficos de 1940, 50 e 60.

O processo de ocupação espacial do Estado de São Paulo foi favorecido com a expansão dos meios de comunicação e acesso entre áreas, seja no desenvolvimento de importantes culturas, assim como com na implantação de parques industriais. Isso promoveu a forte articulação do campo com a cidade, acentuando mecanismos de atração e repulsão de ambas as áreas. Pode-se dizer que o rural novamente contribuiu para o desenvolvimento das atividades econômicas que estariam dando o sustento à economia estadual, agora dispondo de mão-de-obra para ser ocupada nas cidades, configurando a migração como estratégia de sobrevivência, sobretudo pelos fatores representativos da expulsão do homem do campo.

O êxodo rural alcançou proporções gigantescas nos anos 60 a 80, impulsionado pela liberação de mão-de-obra, como conseqüência da mecanização da produção agrícola nas regiões mais desenvolvidas do País e em razão da incapacidade da economia rural de reter a população em áreas mais atrasadas. Na década dos 70, quase 16 milhões de pessoas deixaram uma residência rural em direção à cidade e os dados do Censo de 80 mostraram, pela primeira vez nos tempos modernos, queda absoluta do tamanho da população rural.

Cabe ressaltar que o processo de urbanização e concentração da população, principalmente nos anos 70, foi acompanhado do fenômeno de metropolização e periferação em várias partes do País. Do período analisado, de 1930 a 1980, pode-se concluir que houve uma concentração continuada da população brasileira em cidades, e em cidades cada vez maiores. O eixo central da história econômica deste período pode ser caracterizado como o progressivo fortalecimento do modelo de industrialização via substituição de importações. Em termos espaciais, o eixo desse modelo de industrialização e a integração do mercado nacional basearam-se no dinamismo da região econômica dominado pela cidade de São Paulo.⁴

Os dados do Censo de 1991 mostraram que houve uma moderação da metropolização, em benefício de cidades médias e pequenas, surgindo uma rede de cidades bastante equilibrada em todo o território nacional. Na década dos 80, entretanto, ocorreu uma diminuição da migração de origem rural e de destino urbano e dos movimentos inter-regionais, respondendo às transformações na agricultura, conjugadas à queda da

⁴ Ver: Martine & Diniz (1991) para uma discussão sobre o processo de ocupação espacial no Estado de São Paulo, conjugando-se modificações econômicas e demográficas em um contexto histórico.

fecundidade e à redução do estoque de migrantes em potencial pelo êxodo anterior. Esta diminuição certamente pesou na redução do ritmo de crescimento metropolitano, apresentando uma nítida reversão na trajetória da concentração da população nas maiores cidades. (Martine, 1994).

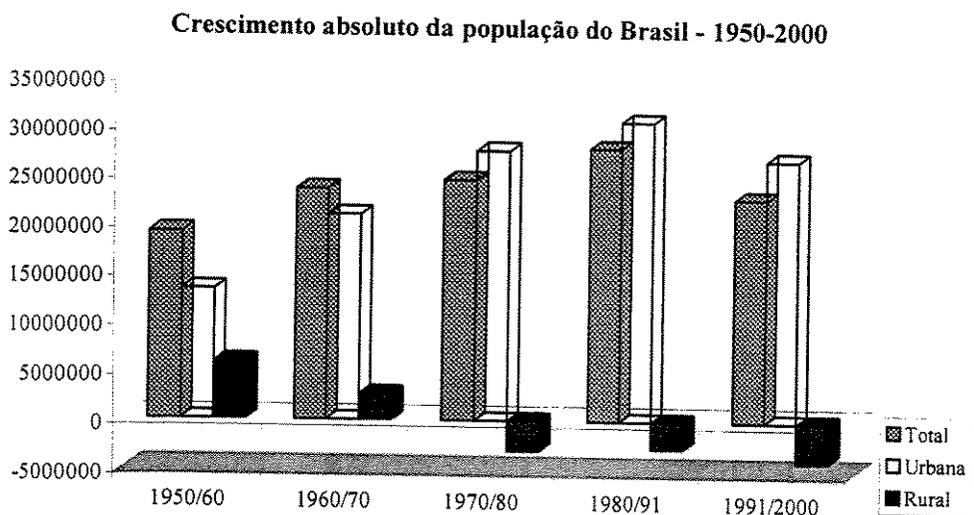
Ainda ressalta o autor, que por esses dados, o Brasil é um país cada vez mais urbano e, apesar do declínio do ritmo da metropolização, um país metropolitano. Seis em cada dez brasileiros residiam em cidades de mais de 20 mil habitantes; três em cada dez habitavam cidades contendo pelo menos um milhão de pessoas. Nesse sentido, é inevitável que as questões sociais mais significativas se relacionem com o destino das áreas de maior densidade demográfica.

A distribuição da população brasileira de 1950 até 2000, segundo a situação do domicílio urbana ou rural e o grau de urbanização respectivo estão na Tabela 1.1. A área rural brasileira mostrou, como já mencionado, uma diminuição da população residente em 1980 de 3.037.542 pessoas, ou 7,3 % das pessoas recenseadas em 1970. Esse declínio persistiu em 1991 com uma redução de 2.747.327 pessoas, ou 7,1% em 1980. No ano 2000 ainda persistiu a diminuição da população rural no Brasil, segundo os dados preliminares do Censo Demográfico referente a esse ano. A área rural brasileira apresentou uma diminuição de sua população de 3.971.966 pessoas, ou o equivalente a 11% da população rural em 1991 (Figura 1.1).

Tabela 1.1 - População residente no Brasil, segundo a situação do domicílio, grau de urbanização (%) e taxa média anual de crescimento (%) - 1950-2000

População	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Total	51.944.397	70.992.343	94.508.583	119.002.706	146.815.807	157.070.163	169.544.443
Urbana	18.782.891	32.004.817	52.904.744	80.436.409	110.996.837	123.076.831	137.697.439
Rural	33.161.506	38.987.526	41.603.839	38.566.297	35.818.970	33.993.332	31.847.004
Grau de Urbanização (%)							
Brasil	36,16	45,08	55,98	67,59	75,6	78,36	81,22
Taxa Média Anual de Crescimento (%)							
	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000	1991/2000
Brasil Total	3,17	2,9	2,33	1,93	1,36	1,93	1,61

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Brasil, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Figura 1.1 - Crescimento absoluto da população do Brasil, segundo a situação do domicílio - 1950/60, 1960/70, 1970/80, 1980/91 e 1991/2000

Uma consistente, embora numericamente modesta, mudança nessa tendência começou no início nos anos 90. Dados da Contagem Populacional de 1996 e os dados preliminares do Censo 2000 mostraram ganhos no crescimento absoluto da população rural em alguns Estados no País, mesmo apresentando uma diminuição da população rural tanto para o total do país, como nas respectivas Regiões (Tabela 1.2).

Nove Estados brasileiros apresentaram população rural superior a 2 milhões de habitantes em 1991, perfazendo o mínimo de 5,8% da população total e o máximo de 13,5%. No Estado da Bahia esteve concentrada a maior população nas três datas consideradas, seguido do Estado de Minas Gerais. O Estado de São Paulo apresentou a concentração relativa da população rural de 6,3% em 1991, elevando essa participação para 7,7% em 2000 (Tabela 1.3).

Tabela 1.2 - Crescimento absoluto da população brasileira, segundo a situação do domicílio, por Regiões e Unidades da Federação - 1991 - 2000

Regiões/UF	Período/Situação do Domicílio								
	1991/1996			1996/2000			1991/2000		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
CENTRO-OESTE									
Distrito Federal	176380	44469	220849	262194	-40971	221223	438574	3498	442072
Goiás	624898	-127450	497448	516286	-36356	479930	1141184	-163806	977378
Mato Grosso	210331	-569	209762	287421	-25103	262318	497752	-25672	472080
Mato Grosso Sul	189860	-42404	147456	140086	7355	147441	329946	-35049	294897
Centro-Oeste	1201469	-125954	1075515	1205987	-95075	1110912	2407456	-221029	2186427
NORDESTE									
Alagoas	179805	-59225	120580	255562	-70910	184652	435367	-130135	305232
Bahia	810894	-136556	674338	934282	-409193	525089	1745176	-545749	1199427
Ceará	551499	-108322	443177	590692	17420	608112	1142191	-90902	1051289
Maranhão	737205	-444704	292501	644402	-228204	416198	1381607	-672908	708699
Paraíba	210051	-105762	104289	179647	-48545	131102	389698	-154307	235391
Pernambuco	425368	-154241	271127	575287	-63366	511921	1000655	-217607	783048
Piauí	188816	-97807	91009	230932	-63048	167884	419748	-160855	258893
Rio Grande Norte	174358	-30781	143577	187099	24971	212070	361457	-5810	355647
Sergipe	137355	-5209	132146	130015	25487	155502	267370	20278	287648
Nordeste	3415351	-1142607	2272744	3727918	-815388	2912530	7143269	-1957995	5185274
NORTE									
Acre	56405	10097	66502	54525	19219	73744	110930	29316	140246
Amapá	96370	-5957	90413	92991	3393	96384	189361	-2564	186797
Amazonas	262791	23714	286505	342312	109298	451610	605103	133012	738115
Pará	351051	210588	561639	1166757	-488921	677836	1517808	-278333	1239475
Rondônia	103264	-7220	96044	120293	28193	148486	223557	20973	244530
Roraima	33036	-3486	29550	72455	4566	77021	105491	1080	106571
Tocantins	209637	-79389	130248	117379	-10770	106609	327016	-90159	236857
Norte	1112554	148347	1260901	1966712	-335022	1631690	3079266	-186675	2892591
SUDESTE									
Espírito Santo	251395	-49298	202097	283458	7006	290464	534853	-42292	492561
Minas Gerais	1286091	-357012	929079	1550138	-387263	1162875	2836229	-744275	2091954
Rio de Janeiro	606686	-7575	599111	991681	-30764	960917	1598367	-38339	1560028
São Paulo	2452757	77428	2530185	2761524	85893	2847417	5214281	163321	5377602
Sudeste	45969929	-336457	4260472	5586801	-325128	5261673	51556730	-661585	9522145
SUL									
Paraná	814859	-259672	555187	770015	-215693	554322	1584874	-475365	1109509
Rio Grande do Sul	583519	-87306	496213	731018	-185905	545113	1314537	-273211	1041326
Santa Catarina	356310	-23095	333215	632157	-174117	458040	988467	-197212	791255
Sul	1754688	-370073	1384615	2133190	-575715	1557475	3887878	-945788	2942090

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Tabela 1.3 - Estados brasileiros com importância na população rural em valores absolutos, participação relativa (%) e grau de urbanização (%). 1991, 1996 e 2000

Unidades da Federação *	População rural			Participação relativa (%)			Grau de urbanização (%)		
	1991	1996	2000	1991	1996	2000	1991	1996	2000
Bahia	4.851.388	4.714.832	4.305.639	13,5	13,9	13,5	59,12	62,41	67,05
Ceará	2.204.563	2.096.241	2.113.661	6,2	6,2	6,6	65,37	69,21	71,50
Maranhão	2.955.712	2.511.008	2.282.804	8,3	7,4	7,2	40,04	51,92	59,51
Pernambuco	2.076.457	1.922.216	1.858.850	5,8	5,7	5,8	70,87	74,02	76,50
Pará	2.351.244	2.561.832	2.072.911	6,6	7,5	6,5	52,49	53,51	66,50
Minas Gerais	3.955.773	3.598.761	3.211.498	11,0	10,6	10,1	74,87	78,42	81,99
São Paulo	2.274.064	2.351.492	2.437.385	6,3	6,9	7,7	92,80	93,11	93,41
Paraná	2.251.486	1.991.814	1.776.121	6,3	5,9	5,6	73,35	77,88	81,42
Rio Grande Sul	2.142.017	2.054.711	1.868.806	6,0	6,0	5,9	76,56	78,67	81,64
Total Brasil	35.818.970	33.993.332	31.847.004	100	100	100	75,60	78,36	81,22

Notas: * Estados selecionados com importância relativa na população rural brasileira nos anos 90.

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Da análise das duas últimas tabelas pode-se afirmar que dos Estados brasileiros somente São Paulo, Amazonas e Acre apresentaram um crescimento absoluto da população rural em todo o período considerado. O Distrito Federal, Sergipe, Rondônia e Roraima também apresentaram um aumento da população rural no período 1991/2000, embora não tenha ocorrido um crescimento desta população nos dois intervalos quinquenais analisados (1991/96 ou 1996/2000), como nos Estados mencionados anteriormente.

Com a redução do fluxo do campo para a cidade e com formas de melhor utilização do espaço rural, poderiam surgir alternativas direcionadas à maximização do emprego e da renda da população residente, permitindo a sua retenção no campo. Isso poderia estar indicando uma preocupação com os sérios problemas pelos quais passa a área rural brasileira, principalmente na inserção da população que busca oportunidades em outros lugares, como daquelas pessoas que permanecem em áreas que retratam enormes dificuldades de sobrevivência.

Existem ainda, indicações que muitos desses novos residentes têm vindo de áreas urbanas, buscando a possibilidade de ter uma melhor qualidade de vida em áreas rurais. Essa procura pela área rural parece estar associada à mudança na idéia de como o rural tem

sido concebido, de um ambiente rústico para uma nova idéia de lugar de residência, próximo e articulado com a cidade.

No próximo item serão desenvolvidas as definições básicas do que se tem chamado de área rural. Da mesma forma serão investigadas as relações entre o campo e a cidade na configuração de espaços intermediários entre essas áreas, seja na integração de modos de vida e culturas diferentes, seja na criação de novas atividades econômicas, articulando e promovendo mudanças na distribuição da população no tempo. Assim, a clareza para esse estudo sobre a área que estará sendo definida como rural no Estado de São Paulo constituiu um dos pontos essenciais para a abordagem que se pretende sobre a demografia da vida rural paulista.

1.2 - Buscando-se uma definição para a área rural

As idéias que têm conceituado o campo e a cidade podem ser vistas por diferentes abordagens, concentradas nas atividades econômicas desenvolvidas, nas interações sociais e nas características ambientais existentes e relevantes para diferenciá-las ou aproximá-las. As relações entre o campo e a cidade estão apoiadas na dinâmica da ocupação do espaço e na influência dos acontecimentos ocorridos em uma área sobre a outra.

Isso pode ser reafirmado, admitindo-se que a organização de um espaço é resultado da produção do espaço que retrata a estrutura da sociedade. Assim, o espaço passa a ser concebido como espaço social, trazendo o movimento geral da sociedade na elaboração da idéia de uma determinada área, implicando em mudanças na economia, nas relações sociais e políticas nela existentes. (Santos, 1986; Santos, 1996).

A vivência de comunidades humanas tem sido apreendida pelos termos campo e cidade por meio da história de sua formação. A palavra campo traz certamente a ligação com a terra, da qual são retirados os alimentos, sob diversas formas de apropriação do espaço e organização do trabalho. O campo é onde desencadeiam-se lutas e conquistas pela posse e pelo desenvolvimento do trabalho na terra. Essas lutas ocorrem ao lado do aprimoramento de tecnologias e manejo de áreas plantadas, garantindo, muitas vezes, alta produtividade e maior controle da propriedade pelos que detêm os meios de produção e possuem a possibilidade de inovação tecnológica e inserção no mercado.

O campo também está associado aos momentos de descanso, promovidos pela tranquilidade e simplicidade existentes em certas áreas, sendo essa uma forte inspiração para a sua ocupação pela população urbana. Isso desencadeia a alocação de pessoas para o campo, não somente em busca do lazer, mas no estabelecimento de residência, mesmo para aqueles indivíduos que mantêm um contato diário com a cidade.

A palavra cidade lembra imediatamente a idéia do centro das realizações da sociedade. Essas realizações são facilitadas pela difusão de idéias e ações promovidas pelos meios de comunicação e acesso. As edificações das cidades induzem à sensação de ilimitadas possibilidades, de encontro e movimento.⁵ Cabe lembrar que a idéia de cidade, na atualidade, refere-se, sobretudo, à constituição de centros urbanos que agregam, além das funções e materialidade urbanas, relações sociais diferentes daquelas existentes na formação dos primeiros aglomerados denominados vilas e, posteriormente, cidades, especialmente em sua articulação com a área rural.

Pode-se dizer que a realidade do campo e da cidade tem sido extremamente variada no tempo e no espaço. A vida de um indivíduo, de uma família, ou de uma população acontece em uma rede de relacionamentos e decisões, formada por idéias, sentimentos e ações, que configuram o espaço de vivência e suas relações internas e externas à área.

“A forma de vida campestre engloba as mais diversas práticas - de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agro-industriais - e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e *plantations* às grandes empresas agro-industriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, polo industrial”. (Williams, 1989, 12).

Na atualidade, o campo é muito mais concebido pelo cidadão como área que pode proporcionar descanso e melhor qualidade de vida no estabelecimento da residência, antes de ser caracterizado como a terra do agricultor. Em muitos casos, também para o rurícola, a permanência na área rural passa por decisões facilitadas pelo preço da terra e pela

⁵Para uma discussão sobre as alterações no sentido dos termos campo e cidade, em uma avaliação histórica, ver: Williams, (1989).

possibilidade de residência no local, essencialmente para aqueles que desenvolvem atividade econômica, ou parte dela, na cidade, e para outros que se ocupam de atividades que sustentem a residência ou estadia no campo.

Esse fenômeno, chamado de pluriatividade⁶, uma vez presente na área rural brasileira, abre perspectivas ao surgimento de novas formas de produção, que potencialmente podem contar com a inserção da população rural, possibilitando a sua permanência no campo. Essa tendência tem sido confirmada pela procura crescente de formas de lazer, e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Esse movimento que tem se expandido, essencialmente a partir da década de 70, vem se apoiando sobretudo, na divulgação do pensamento ecológico. Isso tem promovido, além de possibilidades de trabalho, a integração de sociedades com culturas distintas, ou seja, sociedades com valores e modos de vida urbano ou rural (Carneiro, 1998b; Schneider, 2001).

Tomando-se ainda a configuração da área rural no sentido da integração com a cidade, podemos inserir algumas considerações sobre o conceito de ruralidade, empregado pelas ciências sociais em oposição à idéia clássica urbano-rural. Saraceno (1994 e 1996) realizou estudos sobre os problemas de definição de ruralidade em escala europeia, como exemplo de países de desenvolvimento mais antigo, onde essa categoria, considerada até pouco tempo significativa, encontra dificuldades para explicar a recuperação do dinamismo de algumas áreas rurais e o declínio de algumas áreas urbanas.

O conceito de ruralidade perdeu progressivamente seu caráter de categoria analítica homogênea, que podia ser contraposta à de urbano. Praticamente, em vários países da Europa, não se utilizam mais os parâmetros inerentes à atividade agrícola para se abordar a ruralidade, mas sim outros critérios baseados na população residente nas comunidades, ou na densidade demográfica. Mesmo assim, o autor ainda considera essa categoria conceitual de difícil utilização para descrever e interpretar os processos reais de diferenciação do espaço.

⁶ Marsden (1989), afirmou que a pluriatividade não é uma atividade específica da agricultura, mas cada vez mais ela está relacionada à força de trabalho de todos os setores produtivos. Faz considerações sobre o fato da agricultura estar criando padrões mais flexíveis de trabalho e relações multidimensionais e simbióticas entre capital e trabalho agrícola e não agrícola. Ver também: Del Grossi & Silva (1998).

Essas novas características das áreas rurais, mencionadas acima, fazem parte de um processo existente em várias partes do mundo, principalmente no curso dos anos 80, confirmado pela desaceleração dos fluxos migratórios tradicionais das zonas rurais e urbanas, juntamente com a difusão das atividades econômicas, privilegiando não mais apenas as zonas urbanas, mas também os centros menores e as zonas rurais.

Estudos sobre a distribuição da população têm recentemente chamado a atenção para a necessidade de averiguações da dinâmica demográfica em áreas rurais. As investigações sobre a população residente no rural justificam-se sobretudo, pelo delineamento de novas formas de se identificar a localização da população e sua inserção nas atividades econômicas desenvolvidas nas áreas rurais (Brown & Zuiches, 1993).

Na discussão sobre as alterações na ocupação do espaço rural, nas relações existentes no seu interior, assim como nas ligações entre o rural e o urbano, serão utilizadas informações de áreas delimitadas geograficamente e em períodos contínuos. A densidade demográfica, os setores de atividades econômicas, a distância entre as construções na área e a distância de aglomerados ou núcleos da sede, têm sido parâmetros utilizados na definição das áreas rural ou urbana.

A delimitação dessas áreas não é única para todos os lugares no mundo, e existe um empenho contínuo de desagregação das informações coletadas nos lugares, para fomentar a discussão sobre possíveis alterações, que poderiam ser evidenciadas segundo um novo arranjo dessas informações. No Brasil, a população é classificada pelo Censo Demográfico, como residente na área rural ou na área urbana.

A classificação da população segundo a residência foi estabelecida pelo Decreto nº 311 de 2 de março de 1939, de responsabilidade de cada prefeitura, que assumiria o compromisso de fornecer o mapeamento dessa divisão municipal. A parte urbana devia ser delimitada como a sede do município ou do distrito, correspondendo à parte com maior concentração de casas, onde se localizavam os principais edifícios públicos e onde a vida comercial, financeira e social do centro se manifestava com maior intensidade; onde ainda incidiam impostos especiais, como o imposto predial. A área suburbana era constituída por uma área demarcada em torno da zona urbana, devendo corresponder necessariamente à atual ou futura área de expansão do centro urbano. Nos censos de 1940, 1950 e 1960 a

população foi classificada em urbana, suburbana e rural, atribuindo um sentido residual à área rural (Smith, 1967).

Em 1970, a área urbana foi definida como apresentada em 1980 e anos subsequentes. A área rural em 1970 foi definida sem as subdivisões mencionadas, a seguir para 1980 (aglomerado rural de extensão urbana, povoados ou núcleos).

Os Censos Demográficos, desde 1980, atribuem à situação do domicílio, a classificação em área urbana ou rural, segundo a sua localização geográfica definida pela legislação municipal vigente na data de coleta (a última foi em 1^o de agosto de 2000). As áreas urbanas foram consideradas aquelas onde a situação do domicílio foi definida como área urbanizada ou não, correspondente a cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas. A área rural compreendeu os domicílios com a situação definida em toda área situada fora dos limites considerados como área urbana, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos (Fundação IBGE, 1994).

A delimitação da área rural, com uma definição residual daquilo que não é urbano, tem a redefinição de sua área prejudicada, uma vez que os aglomerados rurais de extensão urbana estiveram desvinculados da perspectiva de uma rápida ocupação, associada ao desenvolvimento de atividades econômicas, também diferentes daquelas tradicionalmente desenvolvidas nesse espaço, o que talvez demandasse classifica-los não mais como rurais, mas como urbanos.

Avançou-se com as categorias utilizadas na definição do rural de 1991 em diante, possibilitando o seu uso na análise proposta das características da população residente, neste estudo. Isso permitiu, sobretudo, romper com a idéia do rural como área residual do urbano, distinguindo-o em suas partes constituintes. A delimitação legal da área urbana e rural foram mantidas e para área urbana foram distinguidos níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços, e para a área rural o desdobramento se efetuou a partir de critérios como tamanho (número de domicílios), existência de serviços e contiguidade (Campanhola & Silva, 2000), como segue:

Área Urbana

1. **Urbanas:** áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas: i) áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; iii) áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores.
2. **Áreas Urbanas Não Urbanizadas:** áreas localizadas dentro do perímetro urbano⁷ que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens anteriores i) e ii).
3. **Áreas Urbanas Isoladas:** caso de vilas e distritos, considerados legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

Área Rural

4. **Áreas Rurais - Extensão Urbana:** áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 Km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município.
5. **Áreas Rurais - Povoados:** aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores. Os serviços que deve integrar regularmente um povoado são: i) pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo; ii) pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de primeiro grau; posto de saúde; templo religioso de qualquer credo.
6. **Áreas Rurais - Núcleo:** é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado, pois, como característica definidora deste tipo de aglomerado o seu caráter privado empresarial.
7. **Áreas Rurais - Outros:** são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário.
8. **Áreas Rurais - "Exclusive":** áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Fonte: (Campanhola & Silva, 2000, 162-163).

Dessa discussão destaca-se o empenho na caracterização do rural com um novo perfil de sua população. Área rural deveria ser vista estreitamente inteirada e mesmo ligada territorialmente com o urbano, abrangendo não somente a dimensão geográfica, como a econômica e a social. Isso tem sido apontado como uma importante tendência dos anos 90, tanto em países desenvolvidos como nos Estados Unidos da América, como na América Latina de forma geral (Johansen, 1993).

Em um primeiro momento, pode-se avançar para a compreensão das mudanças que têm configurado a área rural na atualidade, abordando-se características da população que tem vivido nessa área, na ligação com a terra e nas relações da sociedade que possam configurar o rural no tempo, trazendo as interações com a cidade. Com esse objetivo, buscou-se as relações entre aquela sociedade que caracterizou o rural pelo trabalho na terra e a sociedade urbana, examinando-se as culturas caipira e citadina em São Paulo, nossa área de estudo, e um dos primeiros Estados no Brasil a ter a maior concentração de sua população na área urbana, em um país que fora rural até 1960⁸, como já mencionado.

1.2.1 - Diferentes culturas em São Paulo: o “tipo caipira” e o “tipo citadino”

A cultura caipira pode ser concebida primeiramente pelo trabalho com a terra, no qual o ritmo de vida era comandado pelo tempo das plantações ou do trato com os animais. A terra regia a condição na qual a pessoa vivia, pensava e convivia, e a forma como era visto o indivíduo, a família ou a comunidade. Sempre houve, entre os habitantes do meio rural, os proprietários de terra, estáveis, e os trabalhadores em terra alheia, que não possuíam sua propriedade, ambos vivendo uma vida de trabalho e cultura em bairros rurais.

Porém, dos relatos de viajantes na Província de São Paulo, constatou-se que na vivência entre o caipira e quem tinha a posse da terra e controle da produção, sempre houve um processo de expropriação da terra e do trabalho na história do caipira, somente variando, no tempo, o modo como isso ocorria.

O modo de vida urbano era apontado como caminho à modernização, desvalorizando a vida agrária tradicional e fazendo com que o lavrador caipira negasse a

⁷ As áreas ociosas reservadas à expansão urbana foram consideradas como urbanizadas mesmo que não dispusessem de construções ou equipamentos urbanos.

⁸ O Estado de São Paulo apresentou em 1950 um grau de urbanização pouco superior a 50%.

sua própria condição. Essa condição de vida era gerada e regida em harmonia com a rotina do trabalho, da vida pessoal, familiar ou comunitária, sempre direcionada ao balanço entre suas necessidades e o que poderia obter da natureza. Fazia parte da estratégia de vivência na região, as relações na família e com outras pessoas, companheiros, componentes da categoria de iguais pobres do lugar, assim como as relações com o outro mundo, representado pelos fazendeiros e outros homens da cidade. Contava, por fim, com o calendário arranjado com formas de trocas simbólicas com o sagrado, nas crenças e cultos pessoais, familiares e comunitários (Brandão, 1983)⁹.

Tognolli (1990), apresentou articulações no tempo do processo de urbanização e do êxodo rural forçado, por meio do modo de vida sustentado pela cultura dos habitantes do meio rural, sobretudo relacionada à produção da terra ajustada às necessidades de sobrevivência.

Para Tognolli, o marco delimitador do mundo caipira, que daria os componentes mínimos que sustentariam o que chamou a Grande Pátria Caipira ¹⁰, foi recriado sem ser anulado, para dar cobertura ao novo conjunto de relações sociais. Os determinantes desse mundo foram alterados, mantendo os substratos ideológicos e culturais no circuito da modernização, imposta pela urbanização acelerada da sociedade. Não ocorreu, entretanto, a total desestruturação do mundo caipira. Com o passar do tempo assistiu-se a integração do campo à cidade em vários setores de produção.

Nesse processo, houve a saída do homem rural para a cidade mostrando uma acentuada desigualdade entre eles. Isso pode ser constatado inicialmente no estabelecimento da residência, embutindo outras carências. Enquanto os proprietários construíam casas de boa qualidade e conforto, o lavrador fixava-se na periferia da cidade. Começava a aparecer a fusão de padrões rurícolas e urbanos. A herança caipira permaneceu em muitos daqueles que mudaram para a cidade, manifestada por costumes do meio rural,

⁹ Brandão apresentou nesse trabalho as várias idéias que foram traçadas sobre o caipira em São Paulo. Utilizou-se para essa abordagem a ligação essencial do caipira com a terra e sua vivência no meio rural, na discussão sobre as relações com o cidadão que habitava São Paulo na mesma época.

¹⁰ A Grande Pátria Caipira não deve ser entendida como uma categoria analítica em si mesma, mas como o *locus vivendi*, no qual combinam-se similaridades e diversidade e configura-se o terreno de estruturação de um meio de vida.

mas que por fim foi sendo diluída pelo tempo de residência no local, pela aquisição de bens materiais, pela escolaridade e por uma série de outros fatores de socialização.

No contexto de análise das culturas caipira e citadina, a interação entre o campo e a cidade pode ser revelada pela discussão sobre a sociabilidade do caipira, assim como a formação de aglomerados, das vilas, seguida das cidades, e a incorporação de novas formas de interação entre as áreas urbanas e rurais. Esses elementos foram apreendidos para o Estado de São Paulo, no estudo intitulado “Os Parceiros do Rio Bonito”, de Candido (1998), realizado no período de 1947 a 1954.

Afirmou-se nesse estudo que a estrutura fundamental da sociabilidade caipira foi constituída no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdicas e religiosas. O bairro¹¹ era a área onde ocorriam as relações de vizinhança, onde se estabelecia uma sociabilidade normal da vida caipira. O grupo formado pelos moradores de um determinado bairro, por mais afastado que vivesse, era coeso e suficiente a si mesmo, e ligava-se ao centro provedor de sal, administração e ministério religioso, interagindo com o mundo diverso de sua vivência no bairro.

As transformações na organização do território, ligadas às necessidades criadas na vida dos grupos residentes em diferentes lugares, podem ser apreendidas das considerações sobre a evolução das cidades paulistas, essencialmente até as primeiras décadas desse século.

“No início, moradores segregados. Em seguida, ereção de capela, em patrimônio doado, que atraía loja e depois algumas casas. Daí, passava a freguesia, já com o núcleo de população esboçado. O povoado subia a vila, chegando afinal a cidade. Nestes casos, a população rural ia-se ampliando na periferia, onde apareciam novos bairros, que passavam a vila e assim sucessivamente, sertão adentro (Candido, 1998, pag. 75).

¹¹ Bairro, de modo geral, era a porção do território subordinado a uma povoação, onde se encontram grupos de casas afastadas do núcleo do povoado, e umas das outras, em distâncias variáveis. “Bairro é uma naçãozinha: uma porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer” (Candido, 1998). O bairro se organizava de maneira igualitária, formado por indivíduos pertencentes a um mesmo nível social. Junto a esse aspecto sociológico juntava-se o sentimento de localidade (Queiroz, 1973).

Considera ainda o autor, que o surgimento das vilas e das fazendas abastadas rompia com a forma de sociabilidade do caipira que se baseava em soluções mínimas de subsistência. Com a diferenciação crescente de poder, enfatizada pela presença do escravo e depois do colono estrangeiro, os mais ricos abandonavam o antigo sistema de cooperação vicinal, estabelecendo novas relações, nas quais o caipira não fazia mais parte. Somado ao rompimento das relações de vizinhança, o latifúndio se formava à custa da compra ou espoliação de terras de proprietários menores. A formação do latifúndio com o trabalho escravo criou condições de trabalho não aceitas pelo trabalhador livre, fazendo com que não fossem incorporados às formas mais desenvolvidas de produção.

Reafirmando essas considerações, Queiroz (1973) apontou a economia como o fator mais importante de integração da população residente em determinadas regiões, proporcionando aos sítiantes tradicionais, como aos modernos, encontrarem-se em constante circulação dentro de uma região. A marginalização de determinados grupos de sítiantes deveu-se ao desaparecimento das relações sociais, decorrentes do gênero de trabalho que executavam e da adoção de outro tipo de trabalho que tolhia seus movimentos e acelerava a perda de valores culturais. Isso poderia ser evitado se ocorresse o pleno entrosamento no sistema de empregos e profissões dessa sociedade emergente. Dessa forma, afirmou a autora, em um meio rural como o nosso, foram os laços econômicos que constituíram os vínculos de integração do caipira com a vida regional, assim como foram esses laços componentes da maior força de oposição ao isolamento e à marginalização.

Essas alterações na vida do caipira e na configuração do rural paulista, tiveram como continuidade a marcha da urbanização em São Paulo, ligada ao progresso industrial e conseqüente abertura de mercados, favorecendo a entrada nas áreas rurais de bens de consumo até então pouco conhecidos pela população. Os vínculos com a cidade foram, então, intensificados na incorporação de novas necessidades para o caipira, que eram provenientes da área urbana, ligando o rural ao ritmo da economia geral, o que contrastava com a economia centralizada pela vida no bairro e baseada na subsistência.

As novas necessidades incorporadas na vida do caipira implicaram em profundas alterações do seu modo tradicional de vida e na incorporação de alterados meios de produção, integrando-o em um novo sistema de relações sociais. Porém, o caipira foi

introduzido em um novo modo de vida, participando de um novo mundo de oportunidades desiguais.

“A industrialização, a diferenciação agrícola, a extensão do crédito, a abertura do mercado interno ocasionaram uma nova e mais profunda revolução na estrutura social de São Paulo. Graças aos recursos modernos de comunicação, ao aumento da densidade demográfica e à generalização das necessidades complementares, acharam-se frente a frente homens do campo e da cidade, sitiantes e fazendeiros, assalariados agrícolas e operários - bruscamente reaproximados no espaço geográfico e social, participando de um universo que desvendou dolorosamente as discrepâncias econômicas e culturais.” (Candido, 1998, 223)

Dessa discussão podem ser destacadas características de mudanças no convívio entre a população residente no campo e na cidade. A extensão geográfica dos bairros e as relações estabelecidas entre os seus moradores foram modificadas com o aumento na densidade demográfica e no intercâmbio econômico entre essas áreas. Novas funções surgiram e foram dinamizadas por essas relações, sobrepondo forças de controle sobre a produção e na manifestação de um novo modo de vida em ambas as áreas.

Pode-se afirmar que o modo de vida rural nunca esteve desarticulado do processo de formação da cidade. Ao contrário, sempre sofreu influência de seus condicionantes, seja pela interferência direta na produção e compra de propriedades, seja pelo ritmo estabelecido nas mudanças no estilo de vida no campo.

As características das áreas urbanas e rurais foram demarcadas até meados do século XX, sobretudo pela sociabilidade de cada área. Até os anos 70 a configuração da extensão territorial de ambas as áreas armou uma rede de relações entre elas, fornecendo a base para a discussão que propõe-se hoje, sobre a dinâmica de ocupação de uma área com novas atividades econômicas ligadas às demandas e aos valores urbanos, mas que entretanto, resgata a vivência no campo. Na continuidade da busca da definição da área rural apresenta-se, a seguir, a interação dos diferentes modos de vida em um determinado espaço, conceituado como *rurbano*.

1.2.2 - Relações campo-cidade e a formação do rurano

O caráter residual da área rural, como apontado anteriormente, não tem permitido a abordagem de certas áreas rurais com características econômicas e sociabilidade cada vez mais próximas do urbano. Essas áreas poderiam ser caracterizadas como o rurano? Se assim for, o rural parece estar subdividido em uma área que incorpora valores urbanos em sua vivência (o rurano), embora possa manter características do campo como aqui apresentado, e outra parte destinada à produção de alimentos, que embora também modificada, ainda pode ser concebida com menor probabilidade de ser caracterizada como área de expansão urbana (o rural).

A idéia do espaço rurano foi desde a sua origem calcada nos ideais de desenvolvimento e integração entre a vida rural, ligada essencialmente à produção vinda da terra¹², e a vida urbana, com perspectivas de realizações e transformações ilimitadas. Das características das áreas que temos apresentado nessa discussão, podemos afirmar que o termo rurano foi cunhado como a primeira medida, ou indicador, de alterações no convívio rural e urbano.

O rurano como uma área marcada pela integração entre o campo e a cidade, realizada sobretudo por aumentadas trocas entre as sociedades que formavam essas áreas, traz a idéia de um espaço com possibilidade de serem criados mecanismos de assentamento e avanço na melhoria da qualidade de vida de sua população, na idéia do lugar de convívio e do estabelecimento de atividades econômicas.

O que parece bastante presente na configuração do rurano são as modificações do espaço rural na história brasileira, também fundamentadas pelas relações entre essa área e a cidade:

- Teriam as transformações da área rural eliminado suas características peculiares, sendo essa área hoje somente concebida no imaginário das pessoas, sobretudo daquelas que vivem no urbano?
- Ou seria o rural uma área que vem se configurando segundo as idealizações urbanas, diferente do ambiente rústico destinado às atividades primárias de produção?

¹² Cabe lembrar que o termo “essencialmente” não significa atividades exclusivamente ligadas à terra. As áreas rurais brasileiras desenvolvem, há muito tempo, outras atividades voltadas à sua manutenção.

O espaço rurbano será examinado na tentativa de responder essas indagações, focalizando-se as mudanças no intercâmbio entre o urbano e o rural que desencadearam o surgimento de novas ocupações e a possibilidade do convívio entre residentes de ambas as áreas. Para isso serão apresentados estudos que apontaram as mudanças no espaço rural que sustentariam, mais tarde, a caracterização do rurbano.

Smith (1971) em sua abordagem sobre a organização do espaço brasileiro, apoiado no fato de não ser permitido no Brasil que a cidade, sede do município, se desincorpore do campo aberto da área, afirmou que com o desenvolvimento de estradas e melhorias, a tendência foi sempre o município se tornar uma grande comunidade centralizada na cidade que é a sua sede. Assim, a organização do município brasileiro propiciaria o desenvolvimento contínuo de comunidades rurais e urbanas, estreitamente integradas e de uma comunidade rurbana emergente. Exemplificou essa tendência, afirmando que quando elevava-se a densidade populacional e os municípios contavam com importantes vias de acesso entre as áreas urbanas e rurais, como em algumas partes do sul de Minas Gerais e de São Paulo, o município já constituía uma comunidade rurbana bastante desenvolvida.

Na concepção desse arranjo espacial criou-se a expectativa da difusão desse padrão com rapidez, intensificada pelo grau de aperfeiçoamento atingido pelos transportes e meios de comunicação. Da mesma forma, a inserção da população residente nessa área em novas atividades econômicas deveria ser garantida pela educação orientada ao aprendizado de novas técnicas de produção, tornando o trabalho mais eficiente, criando maiores necessidades, maior produtividade e mais negócios. Assim, a comunidade tornar-se-ia mais integrada como grupo social.

Na configuração do rurbano, Freyre (1982) elaborou uma discussão sobre a "rurbanização" no Brasil, abrangendo aspectos da vivência no campo e na cidade, revelados pelos valores e estilos de vida nessas áreas, e pela interação entre a população e os lugares, baseado em diversos trabalhos sobre a história da formação do povo brasileiro¹³.

A primeira caracterização feita sobre o processo de formação do espaço rurbano foi o fato da vivência urbana, assim como da convivência dos não citadinos com as atitudes urbanas, ocorrerem sobre bases ou espaços essencialmente rurais, configurando-se como ajustamentos de valores e modos de vida no espaço rurbano. Rurbanização foi então

concebido como o processo no qual valores urbanos são introduzidos entre pessoas do mundo rural, sem que essas influências indiquem urbanização, mas sim **conciliação de valores com permanências rurais**. Cabe lembrar, que a permanência de valores rurais é ainda hoje uma importante característica do espaço que poderia ser chamado de rurano, tais como, a manutenção de áreas de descanso e lazer, baixa concentração populacional, entre outras.

Freyre definiu ruranoização como:

“um processo de desenvolvimento sócio-econômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional, valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: ruranos. Trata-se de uma rejeição à mística absoluta de urbanização, por um lado, e, por outro lado, ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida. Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos ao contato com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores, plantas e até matas.”
(Freyre, 1982, 57)

O rurano ganhou a conformação de uma área distinta do urbano e do rural. Cabe lembrar que a idéia do surgimento de um espaço que estaria combinando valores urbanos e rurais, assentados em uma base rural por excelência, foi primeiramente apresentada nessa discussão por Viana (1973) e reafirmada por Smith (1971). Em essência, ambos conceberam o rurano¹⁴ como um espaço emergente das relações entre o urbano e o rural, e que estaria caracterizando o modo de vida da população residente no Brasil. O espaço rurano passou a ser concebido adiante por Freyre como área com possibilidade do tratamento de questões de organização do espaço urbano, juntamente com questões referentes ao espaço rural, justificando-se pelo fato dessas áreas estarem extremamente interligadas, social e economicamente falando, além de estarem conectadas pelos meios de transporte que as tornaram próximas.

¹³ Ver sobre a formação da nacionalidade brasileira: (Freyre (1999) e Holanda (1998).

¹⁴ Viana não utilizou o termo rurano em seu estudo, mas elaborou a discussão sobre as relações campo-cidade que sustentam nossas argumentações sobre a configuração desse espaço, baseada nessas relações.

Enfim, investimentos em comunidades rurbanas passaram a ser considerados importantes na solução de sérios problemas de ocupação no território, seja pela concentração crescente da população nas áreas urbanas, seja pelas possibilidades abertas na manutenção da população residente na área rural, com atividades diferentes daquelas ligadas à terra, fundamentando as investigações elaboradas atualmente sobre a área rural, incorporando-a ao processo de ocupação do espaço.

Nessa perspectiva, um estudo realizado por Carneiro, (1998a) discute as questões básicas da configuração do espaço rural como uma categoria imprecisa, constituída socialmente, na discussão de como a juventude rural vem sendo afetada pela dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura.

Seu trabalho tem como importante objetivo a identificação de imagens sobre os mundos rurais e urbanos que ilustram e dão sentido aos projetos de vida da juventude rural, juntamente com a inserção em atividades econômicas e as perspectivas que se abrem com a maior aproximação entre o campo e a cidade. A pesquisa foi realizada em duas áreas rurais: em São Pedro da Serra, distrito do município serrano de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro e no município de Nova Pádua, na região colonial do Rio Grande do Sul.

Os ideais da juventude rural que sintetizam o que é definido como projeto de vida rurbarno, manifestam-se na construção de uma nova identidade, presa ainda à cultura de origem e associada à cultura urbana como referência para a construção de projetos futuros, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. “Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambigüidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem”(Carneiro, 1998a, 99).

É importante lembrar que na discussão sobre a integração do homem do campo no meio urbano, ressaltou-se a manutenção de valores rurais, sendo a cidade por fim, o local onde existe a convivência de diversas culturas que se manifestam, mesmo que seja no encontro entre “iguais”, de fora do lugar. Assim, é possível afirmar que a desigualdade entre as pessoas, fortemente presente no meio urbano, dificulta aos indivíduos o sentimento de pertencerem ao lugar onde passam a residir. Esses argumentos reafirmam o processo chamado de rurbarização, relativo à concretização do rurbarno.

Essa ambigüidade é sustentada pelo exercício crescente da pluriatividade, que vem das modificações na exploração agrícola e da oferta de alternativas de emprego mantidas por capitais de origem urbana. Isso é facilitado, sobretudo, pela intensificação da comunicação entre a cidade e o campo, acesso a bens e valores urbanos, e ao não incentivo ao estabelecimento da residência em áreas urbanas, seja pela crescente violência ou pela falta de acesso aos bens públicos. Soma-se a isso a dificuldade de emprego nas cidades para um jovem de origem rural, com qualificação profissional e nível educacional geralmente menores.

Assim, residir na zona rural ganha um valor ligado à idealização da vida no campo pelo cidadão, transcendendo o reduzido custo de vida comparado com o urbano, o que também motivaria a permanência na área rural. O surgimento de novas atividades econômicas possibilitando da mesma forma a permanência da população no rural e o intercâmbio com a cidade de parte dos membros da família, na inserção em atividades na área urbana, importa da mesma forma na valorização do rural. Isso reforça o estreitamento das relações com a cidade, uma vez que o intercâmbio entre o local de residência, trabalho, descanso e lazer, passa a ser realizado pelos moradores de ambas as áreas.

Rurbanização, ou a configuração do rurbano, pode ser entendida **nas relações sociais em um universo de culturas distintas, onde o modo de vida é criado junto à idealização do lugar por parte dos residentes nas áreas rurais e urbanas, tendo como pressuposto a combinação de valores pertencentes a ambos.** Pode-se dizer que a delimitação espacial do rurbano faz parte da idéia criada do território, definido muito além da base física onde se estabelecem os indivíduos e empreendimentos.¹⁵

O desenvolvimento de novas atividades econômicas desvinculadas do setor primário de produção, no sentido da geração de empregos e renda, sustenta as argumentações sobre as mudanças marcantes no rural brasileiro quanto à retenção e mesmo quanto ao crescimento da população em algumas áreas rurais, principalmente nos anos 90. Da mesma forma, a importância econômica dessas atividades para a população local é a base para a

¹⁵ Segundo Abramovay (1988), o território possui um tecido social, em uma organização complexa construída por laços que ultrapassam suas características naturais e criações materiais. Enfim, o território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento .

definição do que se tem chamado de o "novo rural" , que engloba a área rural como um todo, modificada quanto à inserção econômica e à concentração da população residente.

1.2.3 - Ocupação e residência no campo: o "novo-rural"

Para essa discussão será utilizada como principal referência, os estudos sobre a população residente no meio rural brasileiro realizados no Projeto Rurbano, elaborados por vários grupos de pesquisa em todo o Brasil, e coordenados pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP¹⁶. Esse projeto teve como objetivo geral reconstruir as séries históricas para o período 1981/95, utilizando os dados originais das PNADs¹⁷, relativos a população ocupada, emprego e renda.

Silva (1999) trouxe em seu trabalho as idéias básicas condutoras desse projeto e os resultados essenciais à compreensão do que passaram a chamar de o "novo rural brasileiro". Resumidamente, o autor apresenta o "novo rural" composto por uma série de atividades coexistentes, quais sejam: i) uma agropecuária moderna baseada na produção de *commodities* e nas agroindústrias; ii) um conjunto de atividades de subsistência, que engloba a agricultura rudimentar e a criação de pequenos animais; iii) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e finalmente iv) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, ocupando nichos específicos de mercado, cujas demandas vêm sendo criadas por parcelas particulares da população urbana.

O Estado de São Paulo é uma das áreas no Brasil que tem apresentado uma série de alterações em sua estrutura econômica e social na área rural, que pode ser entendida na configuração do "novo rural" na atualidade. Esse "novo rural" tem sido definido com a emergência e ampliação de atividades não-agrícolas entre os residentes tradicionais e os novos habitantes dessas áreas rurais.

Silva (1999) afirmou que as atividades desenvolvidas desde há muito no rural vêm ganhando renovada importância econômica, trazendo com isso novas e fundamentais características para o que se concebe hoje como o "novo rural". Foi considerado que dessas

¹⁶ Parte dos textos pertencentes ao Projeto Rurbano foram obtidos no seguinte endereço: (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>). e para uma leitura de diversas questões que vêm sustentando a discussão sobre o "novo rural" ver, por exemplo: Silva & Kageyama (1983); Silva *et al.* (1983); Silva (1995); Silva *et al.* (1996); Silva *et al.* (1997); Silva & Del Grossi (1997); Campanhola & Silva (2000).

¹⁷ PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada anualmente no território nacional pela Fundação IBGE.

atividades surgiram atividades agrícolas modificadas e atividades rurais não-agrícolas derivadas, do que chamou "crescente urbanização do meio rural", dada por meio do estabelecimento de moradia, turismo, lazer e prestação de serviços, como também das atividades decorrentes da preservação ou conservação do meio ambiente.

Novamente ressalta-se a ocorrência do fenômeno da pluriatividade e da agricultura em tempo parcial que têm se manifestado na especialização das unidades produtivas, no crescimento da prestação de serviços, na formação de redes dentro dos distintos complexos agro-industriais, no crescimento do emprego rural não-agrícola e na melhoria das condições de vida e de lazer no meio rural.

Esses estudos revelaram, no exame da evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1992 a 1995, que não houve uma redução da População Economicamente Ativa (PEA) residente nas zonas rurais dos municípios brasileiros. Houve, entretanto, a mudança na ocupação da população rural para atividades não-agrícolas, evidenciando a baixa oferta de trabalho especificamente agrícola e a busca de atividades econômicas com maior rendimento. A possibilidade da ocupação da PEA nessas atividades abre perspectivas ao desenvolvimento rural, com implantação de medidas voltadas à inserção da população residente nessa área.

Saraceno (1994), em seu estudo sobre tendências recentes do desenvolvimento rural, salienta que o rural apresenta-se como um novo tipo de área, mais dinâmica, detentora de uma economia local integrada às mudanças nas atividades econômicas. Afirma que o desenvolvimento dessas áreas, ou das economias locais, não se reproduz isoladamente, devendo ser visto segundo a diversificação interna e a integração externa.

A inserção social da população rural nessa nova dinâmica econômica da área onde reside é reforçada pela necessidade da garantia de qualidade de vida local e da participação nas atividades desenvolvidas dentro de mecanismos de mercado também diferenciados. Em estudos sobre perspectivas do desenvolvimento rural, Abramovay (1998) afirma não existir qualquer razão técnica que possa excluir os residentes na área rural, sejam eles agricultores ou não, da realização das novas funções que o meio rural possa preencher para a sociedade, mencionando, como exemplo, atividades voltadas ao lazer e à conservação ambiental.

Nesse sentido, cabe a preocupação sobre quem está realizando os investimentos, sobre qual comando e em que fatores se baseiam as decisões na implantação das novas

atividades econômicas responsáveis pela formação e ocupação do rural. Ainda, resta saber como têm se alterado os indicadores de qualidade de vida da população residente. Seguramente, as projeções de êxito na configuração desse “novo rural” dependem do rigor desses investimentos.¹⁸

O rural ganha a dimensão de área não mais isolada, mantida por atividades econômicas diversas, mas como área aberta e integrada por diferentes comunidades. A área rural deve ser vista com inserção sócio-econômica plena, tanto com áreas urbanas, como com outras áreas rurais, possibilitando resgatar e ilustrar as relações de troca e convivência entre essas áreas.

Entretanto, esses estudos sobre o “novo rural” foram elaborados sob a premissa do processo de urbanização do rural, apresentando as alterações no campo quanto ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, que certamente mostram novas relações com o urbano, como também a manutenção da população residente na área, juntamente com a ampliação de negócios e serviços. A formulação do rurbano não invalida essas afirmações, somente considera a sua configuração caracterizada como um espaço de interação entre diferentes modos de vida, não como um espaço recriado somente com valores urbanos, o que levaria a se assumir a existência do rural somente como idealização urbana.

Espera-se, por fim, ter deixado claras as definições dadas sobre a área rural, tornando possível a utilização desses termos (urbano, rural, rurbano e “novo rural”) no decorrer deste trabalho, com o sentido apropriado a cada um deles sem a necessidade de redefini-los. Cabe ainda lembrar que essas definições espelham parte da dinâmica de ocupação do espaço e podem ser apresentadas como elementos que caracterizam a vida rural. Da mesma forma, a caracterização da população residente na área rural deve ser elaborada por meio da análise demográfica, buscando-se a distribuição segundo a situação do domicílio, a constituição por sexo, idade, educação, ocupação, renda, como exemplos de certas possibilidades de análise, permitindo a indicação de quem tem sido a população do

¹⁸ Importantes considerações sobre o alcance e a rotatividade dos investimentos em áreas rurais promovidos por capitais urbanos, promoverem um real desenvolvimento nas áreas rurais, sobretudo relativos à qualidade de vida da população residente e às reais oportunidades de sua inserção nesse processo, podem ser averiguadas em Abramovay & Sachs (1995) e Brown *et al.* (1993).

rural paulista, juntamente com as principais mudanças no estabelecimento dessa população, no período considerado.

1.3 - Características demográficas da população na configuração do rural

O primeiro ponto a ser definido para o exame proposto da área rural é a forma como podemos delimitá-lo, ou como podemos analisar a trama de relações entre determinadas áreas em uma análise regional, onde possam ser apresentadas a composição, ocupação, movimentos populacionais, entre outras variáveis demográficas correspondentes a sua configuração.

A delimitação em áreas de residência e o estabelecimento de vínculos resultantes das características demográficas de suas populações, possibilitará desdobramentos indicativos de relações existentes entre essas áreas. Essas relações têm como base inicial a distribuição da população no campo ou na cidade. Essas considerações estarão vinculadas aos estudos realizados sobre a interação sócio-econômica existente entre essas áreas.

Paniagua (1997) por exemplo, discute a identificação das articulações urbano-rurais partindo de considerações sobre as alterações de características das populações residentes, com ênfase no crescimento e na mobilidade populacional, que tem se manifestado na maioria dos países latino-americanos, revelando uma articulação com as atividades econômicas existentes nesses lugares. Afirma, por exemplo, que os espaços rurais que ficam no interior de sistemas urbanos interconectados, liderados por cidades médias, mostram um formidável potencial para o desenvolvimento econômico.

Os investimentos nessas áreas respondem agora por novas demandas de centros urbanos próximos, e de outras áreas, o que impulsiona o desenvolvimento de atividades econômicas diferenciadas daquelas que caracterizavam a área rural. Características demográficas da população residente tornam-se importantes na formulação de hipóteses sobre o surgimento e expansão das atividades econômicas, assim como sobre a necessidade de bens públicos diferenciados, conforme se alteram, por exemplo, a composição dessa população por sexo e idade e a mobilidade espacial da força de trabalho.

Na apreensão das relações entre campo e cidade, com essas relações conjugadas na formação do espaço, estabeleceu-se a idéia da construção de uma nova forma de olhar o meio rural. Uma área, que além da caracterização dos setores produtivos, do emprego,

tamanho das propriedades, dos investimentos, receitas e uso de tecnologia para a produção agrícola, deverá ter atributos sobre a vivência, a reprodução, a ocupação de seus residentes ligados não somente às novas atividades econômicas não agrícolas, como também à inserção do rural em uma rede de cidades, e não somente à expansão do urbano sobre o rural.

Como já enfatizado, o Estado de São Paulo tem historicamente apresentado grande importância na concentração da população nas áreas rurais e urbanas, no processo de ocupação do espaço brasileiro. Tratando-se da retomada do crescimento da população rural nos anos 90, novamente o Estado apareceu como uma das principais áreas no Brasil que apresentou um ganho nessa população, destacando-se também no contexto da Região Sudeste, que apresentou uma perda da população rural para o total regional nos períodos 1991/1996 e 1996/2000, de 335.351, e 325.128 pessoas, respectivamente.

Para finalizar a caracterização da vida rural paulista e introduzir a análise demográfica que se objetiva no capítulo 2, será apresentada a distribuição da população, segundo a situação do domicílio, em São Paulo de 1950 até o ano 2000, mostrando as flutuações na concentração populacional no Estado. Esse período contempla o aumento do grau de urbanização estadual em 1950, superando os 50%, as décadas de intensa perda da população rural e a retomada do crescimento dessa população.

1.3.1 - A distribuição da população nas áreas rural e urbana no Estado de São Paulo

É fato que as mudanças mencionadas no modo de vida e na configuração do rural no Estado de São Paulo foram acentuadas com a rápida urbanização da região, estimulada pelo progresso industrial e abertura de mercado. São Paulo apresentou um grau de urbanização em 1950 de 52,59%, aumentando para 88,64% trinta anos depois, dando o primeiro salto relativo à concentração da população na área urbana estadual. A população do Estado de São Paulo passou de 25,0 milhões para quase 37 milhões de habitantes entre 1980 e 2000. Nesse período, seu grau de urbanização teve um incremento, dos já elevados 88,64% para 93,41%. Mesmo com o aumento da concentração da população estadual na área urbana, houve diferenças importantes no crescimento da população estadual nos últimos períodos considerados. (Tabela 1.4).

Houve um formidável aumento da população total no período 1970/80 (de 7.270.126 pessoas, ou 41% da população residente em 1970). Nos anos 80, esse crescimento arrefeceu-se (6.546.851 pessoas ou 26% na década). Nos anos 90 a diminuição no crescimento da população persistiu, embora no balanço final tenha sido acrescido, na população total do Estado de São Paulo, quase cinco milhões e trezentas e oitenta mil novos habitantes no tempo que se estendeu de 1991 até o ano 2000, representando 17% da população em 1991.

Cabe somente ser ressaltado que a área urbana do Estado tem mostrado um consistente aumento de sua população em todo o período considerado. Por outro lado, a população rural do Estado de São Paulo, mostrou um marcado decréscimo já no período censitário de 1960/70. Os números envolvidos, embora inferiores aqueles referentes à população urbana, chegou a 1.283.720 pessoas, representando uma taxa média de -3,08% a.a., ou a perda de aproximadamente um quarto da população na década. Esse êxodo populacional persistiu durante as duas décadas seguintes, com uma média anual próxima a -2.0% a.a.

A Figura 1.2 apresenta as variações nas taxas médias anuais de crescimento para a população do Estado de São Paulo, segundo a situação do domicílio, de onde pode ser observado uma diminuição nessas taxas para a população total e urbana e uma inversão, para valores positivos, da taxa anual de crescimento da população residente na área rural do Estado já no início dos anos 90.

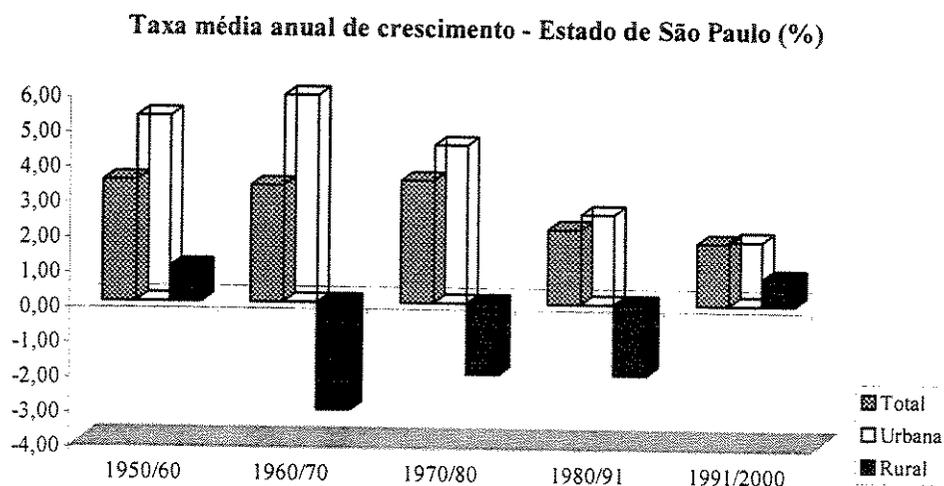
Muito embora esse crescimento da população rural tenha sido um fato importante e inusitado no país, essa surpresa não resiste, ao nosso ver, a um olhar mais cuidadoso dos dados desagregados regionalmente e, em particular, segundo um maior detalhamento da informação sobre situação do domicílio¹⁹.

¹⁹ Deve-se alertar para o fato de que, formalmente, o crescimento da população está determinado por três componentes: o crescimento vegetativo, o saldo migratório e o que pode-se chamar de "reclassificação". Enquanto os dois primeiros podem ser estimados por procedimentos demográficos, o último somente pode ser obtido considerando-se informações de natureza bem mais complexa. De fato, para um município e período em particular, a população urbana, por exemplo, pode crescer simplesmente pela mudança de caráter puramente administrativo da situação rural para urbano, sem que nenhuma pessoa tenha nascido, morrido ou migrado. O mesmo pode acontecer no caso de desmembramento dos municípios, que podem ter suas áreas rurais ou urbanas reduzidas. Assim sendo, e porque o presente estudo não trata desse fenômeno, as conclusões sobre as tendências das populações por situação do domicílio podem apresentar um certo viés (Cunha & Rodrigues, 1999).

Tabela 1.4 - População residente, crescimento absoluto da população no Estado de São Paulo, segundo a situação do domicílio - 1950 - 2000

População Residente							
População	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Total	9.134.423	12.823.806	17.771.948	25.042.074	31.588.925	34.119.110	36.966.527
Urbana	4.804.211	8.044.377	14.276.239	22.196.896	29.314.861	31.767.618	34.529.142
Rural	4.330.212	4.779.429	3.495.709	2.845.178	2.274.064	2.351.492	2.437.385
Crescimento Absoluto da População							
População	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000	1991/2000
Total	3.689.383	4.948.142	7.270.126	6.546.851	2.530.185	2.847.417	5.377.602
Urbana	3.240.166	6.231.862	7.920.657	7.117.965	2.452.757	2.761.524	5.214.281
Rural	449.217	-1.283.720	-650.531	-571.114	77.428	85.893	163.321
Taxa Média Anual de Crescimento (%)							
População	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96	1996/2000	1991/2000
Total	3,45	3,32	3,49	2,13	1,55	2,02	1,76
Urbana	5,29	5,9	4,51	2,56	1,62	2,11	1,84
Rural	0,99	-3,08	-2,04	-2,02	0,67	0,90	0,77

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo, 2000.

Figura 1.2 - Taxa média anual de crescimento da população do Estado de São Paulo (%), segundo a situação do domicílio - 1950-2000

O êxodo rural observado em São Paulo teve forte influência de dois processos estabelecidos na dinâmica de ocupação do espaço nacional que valem ser lembrados. O primeiro, como mencionado anteriormente, referiu-se ao programa de industrialização

iniciado pelo governo central, que efetivamente resultou em um "boom" econômico. Segundo, a transformação tecnológica do setor agrícola que incorporou insumos químicos e maquinaria, proporcionando a substituição do trabalho humano, processo que se tornou conhecido como "modernização conservadora" (Ferrari, 1985).

Muller (1988) descreveu quatro padrões agrários para o Estado de São Paulo antes dos anos 90, considerando a transformação tecnológica e econômica e o volume e composição da força de trabalho engajada nas atividades rurais. O primeiro padrão caracterizou o período 1920-1950, onde a expansão da fronteira agrícola recrutou um crescente contingente de trabalhadores, e as atividades produtivas foram localmente diversificadas. O segundo padrão, de 1950 até meados dos anos 60, resultou da modernização tecnológica e econômica e da especialização produtiva no Leste do Estado.

O terceiro padrão, de meados dos 60 até 1980, generalizaram-se essas mudanças por todo o território estadual, associado com a redução do requerimento da força de trabalho. O último, o quarto padrão nos anos 80, foi caracterizado pela exaustão do modelo de substituição das importações, das crises na capacidade do Estado de suporte financeiro, e do domínio da agroindústria em grandes áreas, que foram implantadas e direcionadas para exportação de *commodities* e para produção de cana-de-açúcar, no sustento do programa de substituição de combustível, todos necessitando de menos trabalhadores, contribuindo para o continuado êxodo rural²⁰.

Já no primeiro quinquênio dos anos 90, a tendência de perda populacional das últimas três décadas foi revertida, com um ganho de população de 77.428 pessoas na área rural do Estado de São Paulo, representando 0,67% de crescimento anual. A segunda metade dos anos 90 apresentou um ganho ainda maior dessa população, de 85.893 pessoas, ou 0,90% de crescimento anual, sendo que o crescimento médio anual para a década foi de 0,77%.

Rodrigues (1998) e Cunha & Rodrigues (1999) em estudos sobre a distribuição da população em São Paulo na primeira metade dos anos 90, utilizando dados censitários, apresentaram como o fato mais relevante nesse processo, a volta ao crescimento da população rural paulista ter sido muito localizada, acontecendo predominantemente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

O fato da RMSP ter concentrado a retomada do crescimento da população rural do Estado pode ter várias implicações cruciais: i) Esse crescimento da população não deve estar necessariamente relacionada com uma área tipicamente agrícola. ii) A parte do rural que tem apresentado crescimento está próxima à área urbana, implicando que iii) o que está sendo chamado de "retomada do crescimento rural" pode ser na verdade uma "expansão da área urbana". Por isso, será introduzido à frente a definição de uma "área de transição" para prover um melhor entendimento do crescimento da população rural no Estado de São Paulo.

Tendo em vista os dados anteriores, em particular, o fato do crescimento da população rural paulista dever-se principalmente à RMSP, seria fundamental averiguar a natureza desse fenômeno. Assim, cabe perguntar: em que medida esse incremento não estaria refletindo um "pseudo" processo de ruralização da população, escamoteando um "transbordamento" da população urbana para áreas ainda classificadas como rurais?

De fato, é muito provável que se tratando da RMSP e, em particular, do município de São Paulo, esse seja o caso, já que embora com espaços oficialmente rurais, essas áreas não possuem características relativas à estrutura produtiva e às atividades agrícolas capazes de justificar uma "volta" da população ao campo. Contudo, não se pode desconsiderar que a RMSP tem várias vantagens (mercado consumidor, por exemplo) que poderiam, de fato, incentivar atividades não-agrícolas no meio rural explicando parte desse crescimento.

Para o estudo das características demográficas da população residente no rural paulista serão utilizadas as informações dos Censos Demográficos de 1980, 1991, da Contagem Populacional de 1996 e os dados preliminares do Censo 2000 no desenvolvimento do capítulo 2. A unidade de estudo será o município, agrupado segundo as mesorregiões estaduais, objetivando-se a diferenciação regional tanto na distribuição da população nas áreas urbanas e rurais, como na importância relativa dessas áreas na dinâmica sócio-econômica na ocupação do espaço estadual, o que permitirá o aprofundamento da caracterização da população rural residente em certas áreas no Estado.

²⁰ Ver em uma discussão anterior: Muller (1985).

Capítulo 2

Características Demográficas da População Residente no Rural Paulista nos anos 80 e Considerações sobre os Anos 90

O estudo sobre as características demográficas da população rural paulista foi realizado, considerando-se a divisão político-administrativa do Estado nas Mesorregiões Geográficas. As características estruturais da área rural foram obtidas dos Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1985 e 1995/96, cobrindo parte importante do período onde ocorreu o crescimento da população rural estadual.

Com as informações disponíveis até o momento sobre a população residente em São Paulo pode-se realizar uma análise da distribuição e crescimento da população na área rural, até o presente. O estudo das demais características da população rural ficou restrito à década dos 80 e ao primeiro quinquênio dos anos 90, quando da existência dos dados na Contagem Populacional de 1996. Avaliou-se a composição da população residente no rural, por sexo, idade e educação, conjugadas com as informações sobre a inserção da PEA ocupada nos setores de atividades econômicas e renda per capita familiar.

As considerações sobre migração foram feitas para os anos 80, apresentando-se as relações entre o urbano e o rural na composição da população residente quanto à concentração da população migrante em ambas as áreas, com a importância relativa à cada Mesorregião estudada. Finalizou-se com a apresentação da localização do domicílio da população residente na área urbana e rural estadual.

2.1 -- Divisão regional e características estruturais do rural em São Paulo

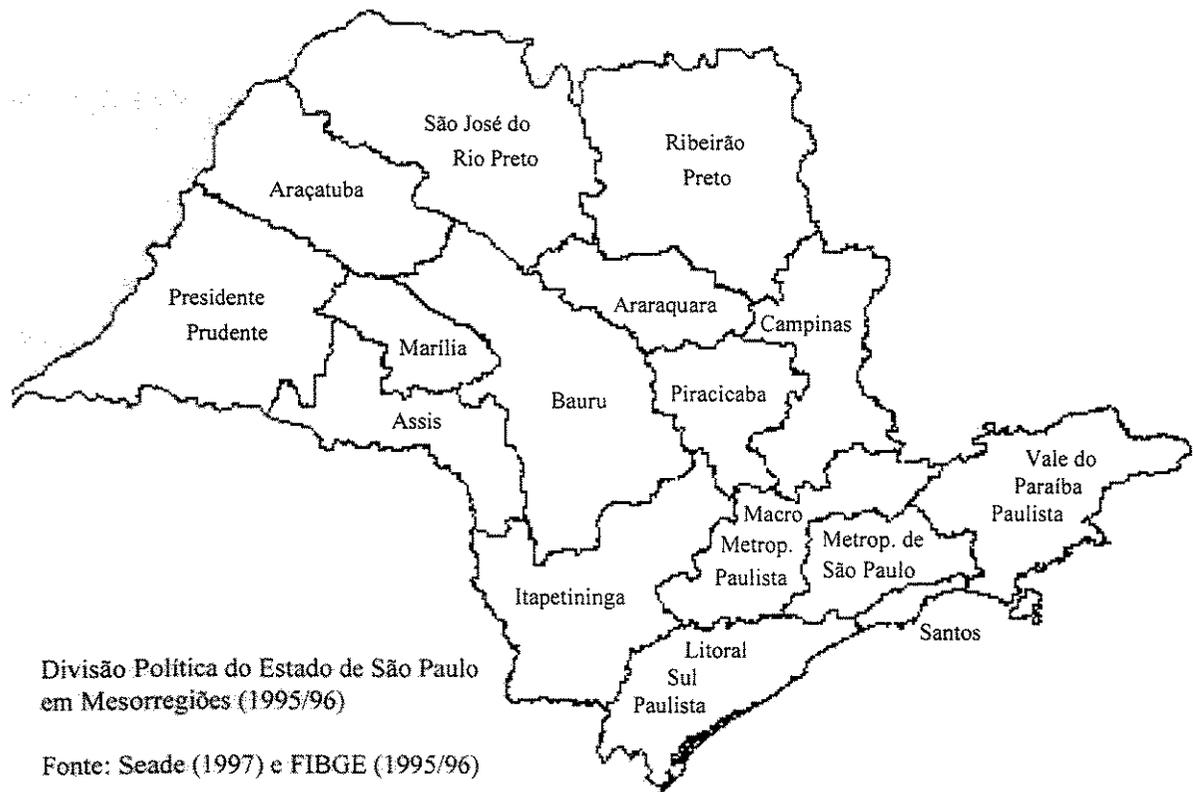
O Estado de São Paulo possuía em 1991, 572 municípios, agrupados em 15 Mesorregiões constituídas de 63 Microrregiões. Em 1996/2000 o número de municípios aumentou para 645, mantendo-se as mesmas Meso e Microrregiões anteriores. Para o estudo que se pretende e pela importância da RMSP na distribuição da população estadual, optou-se por separar a Microrregião de Santos da Mesorregião chamada Metropolitana de

São Paulo, formando a décima sexta região, ao contrário das quinze Mesorregiões conhecidas, conforme o Quadro 2.1. O Mapa 2.1 apresenta a localização das Mesorregiões no Estado de São Paulo.

Quadro 2.1 - Mesorregiões e Microrregiões do Estado de São Paulo, 1991 e 1996/2000

Mesorregião	1991		1996/2000	
	Microrregiões	Municípios	Microrregiões	Municípios
01 - São José do Rio Preto	8	91	8	109
02 - Ribeirão Preto	7	63	7	66
03 - Araçatuba	3	31	3	36
04 - Bauru	5	52	5	56
05 - Araraquara	2	18	2	21
06 - Piracicaba	3	24	3	26
07 - Campinas	5	45	5	49
08 - Presidente Prudente	3	49	3	54
09 - Marília	2	18	2	20
10 - Assis	2	30	2	35
11 - Itapetininga	4	25	4	36
12 - Macro Metropolitana Paulista	4	32	4	36
13 - Vale do Paraíba Paulista	6	36	6	39
14 - Litoral Sul Paulista	2	15	2	17
15 - Região Metropolitana de São Paulo	6	38	6	39
16 - Microrregião Santos	1	5	1	6
Total	63	572	63	645

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991, Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.



Mapa 2.1 - Divisão Política do Estado de São Paulo em Mesorregiões Geográficas, 1995/96

A opção pelo agrupamento municipal nas Mesorregiões estaduais foi feita pela possibilidade de utilização do Censo Agropecuário para a caracterização das principais atividades no setor primário e outras características relacionadas à ocupação do rural no Estado, uma vez que esta foi a divisão regional adotada pelo IBGE nesse levantamento, como também no Censo Demográfico no período em estudo.²¹

As Mesorregiões são unidades homogêneas dentro do Estado, relativamente maiores que as Microrregiões e que foram criadas segundo o dispositivo do Decreto nº 67.647, de 23 de novembro de 1970, que estabeleceu a Divisão Regional do Brasil para fins estatísticos. Os resultados censitários foram apresentados por Mesorregiões, Microrregiões e por Municípios, assim pode-se obter as mesmas informações para a população residente

²¹ O Anexo I traz a relação dos municípios do Estado de São Paulo em 1991, 1996/2000 segundo as Mesorregiões estaduais.

nessas áreas para todo o período considerado nesse estudo, mesmo com denominações distintas das Mesorregiões nas duas décadas²².

Os Recenseamentos Gerais de 1872, 1890 e 1900 compreenderam apenas o Censo de População. O censo Agrícola foi realizado junto ao Recenseamento Geral em 1920, 1940, 1950 e 1960, e o Agropecuário em 1970.

Os Censos Econômicos foram realizados em 1975, com periodicidade quinquenal incluindo, entre outros, o Censo Agropecuário, com informações de caráter estrutural e abrangência universal. Em 1980, esse levantamento integrou o nono Recenseamento Geral no País.

O Censo Agropecuário fez parte novamente dos Censos Econômicos em 1985, e voltou a ser realizado somente em 1995/96, não integrando o Recenseamento Geral de 1991. Os Censos Econômicos obedeceram o dispositivo da Lei nº 5878 de 11 de maio de 1973 e do Decreto nº 74.084 de 20 de maio de 1974 e foram planejados e executados pelo IBGE.

Desses levantamentos pode-se afirmar que o Estado de São Paulo possui ainda uma agricultura extremamente desenvolvida, com alto nível tecnológico e com constantes e crescentes incentivos financeiros. O setor agrícola paulista encontra-se fortemente integrado com os demais setores econômicos, o que reflete um alto nível de capitalização da agricultura, sustentado pelo estabelecimento de agroindústrias em diversas Regiões do Estado, baseadas em diferentes culturas.

Nas Regiões de São José do Rio Preto, Piracicaba e Araraquara merece destaque a agroindústria canavieira e de cítricos, que tornaram São Paulo o principal polo sucroalcooleiro e de sucos concentrados de laranja do País. Na pecuária, que também mantém estreitas interligações com a indústria, destacam-se as Regiões de Presidente Prudente, Assis e Araraquara na pecuária de corte; Araçatuba, Piracicaba e Vale do Paraíba, na pecuária leiteira, e em Marília, a avicultura. Os investimentos nessas Regiões estão voltados para uma constante renovação do plantel, melhores áreas de pastagens e outras melhorias tecnológicas²³.

²² As informações do Censo Demográfico e do Agropecuário de 1980 e 1985, respectivamente, referem-se ao agrupamento municipal em Mesorregiões, estabelecido pelo IBGE, em 1991

²³ Sobre a inserção do Brasil no sistema agroalimentar internacional, fortificando a implantação da agroindústria, ver: Delgado (1997).

O Estado de São Paulo também se destaca como grande produtor de cereais, leguminosas e oleaginosas. Ainda com uma maior especialização aparece a Região de Itapetininga, que desenvolve o reflorestamento para a sustentação das indústrias de papel, celulose e marcenaria, como também aplica investimentos em uma horticultura moderna voltada ao abastecimento dos mercados urbanos existentes, visto que encontra-se nas proximidades da Região Metropolitana de São Paulo. Outro destaque deve ser dado ao Litoral Sul Paulista que desenvolve uma importante cultura de banana, tendo a exportação como o destino principal.

A distribuição dos estabelecimentos agropecuários (número e área) por classes de tamanho é uma característica da estrutura da área rural, e foi obtida da análise do período intercensitário 1970-95 (Fundação IBGE, 1995/96), onde foi constatada uma mudança pouco significativa na estrutura de distribuição dos estabelecimentos agropecuários em São Paulo, mesmo nesse longo período, na ausência de intervenções redistributivas radicais. A proporção do número e área dos estabelecimentos em relação ao total estadual é apresentado na Tabela 2.1.

Considerando-se os estabelecimentos com menos de 100 ha e aqueles com mais de 1000 ha como os dois extremos, observou-se que os primeiros, em 31 de Dezembro de 1970, representaram 88,9% do total de unidades, ocupando 28,6% da área total. Em 31 de dezembro de 1995, esses estabelecimentos representaram 84,7% e 25,5% do total estadual, respectivamente.

Os últimos (com mais de 1000 ha) em 1970 representaram apenas 0,8% do total dos estabelecimentos, ocupando 27,9% da área total, e em 1995, pouco mais de 1% dos estabelecimentos, com 27,4% da área estadual. Os estabelecimentos considerados intermediários a esses dois extremos (entre 100 e menos de 1000 ha) apresentaram proporção do número de estabelecimentos de 10,3% em 1970 e 14,3% em 1995, ocupando uma área proporcional a 43,5% e 47,1% da área total, nos anos respectivos, representando a principal alteração no tamanho das propriedades nesse período de 25 anos, no conjunto analisado.

Tabela 2.1 - Proporção do número dos estabelecimentos e da área (%) por grupos de área total (ha). Estado de São Paulo, 1970 e 1995

Grupos de área total (ha)	Proporção em 31 de dezembro (%)			
	1970		1995	
	No. estabelecimentos	área	No. estabelecimentos	área
menos de 10	40,1	3,3	30	1,8
10 a menos de 100	48,8	25,3	54,7	23,7
100 a menos de 1.000	10,3	43,5	14,3	47,1
1.000 a menos de 10.000	0,8	24,1	1	24,2
10.000 e mais	0	3,8	0	3,2
Total (v.a.)	326.780	20.416.024	218.016	17.369.204

Fonte: Fundação IBGE, Censo Agropecuário do Estado de São Paulo, 1995/96.

Como o período proposto à análise das características demográficas da população residente na área rural paulista foi a partir dos anos 80 até os anos mais recentes (segundo os dados divulgados até o momento) serão utilizados os Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96 para a caracterização estrutural do rural em São Paulo. Para isso, seguem informações sobre o número de estabelecimentos, área total em hectares (ha), condição do produtor com responsabilidade na exploração do estabelecimento e uso da terra, segundo as Mesorregiões, objetivando-se um quadro de mudanças na ocupação desse espaço e diferenças regionais quanto a existência de estabelecimentos agropecuários produtivos e a quantidade de área destinada a essa produção.

Cabe somente ser lembrado, que a comparação das informações entre os dois censos considerados demanda cuidados, visto que em 1995/96, o levantamento dos dados relativos à produção teve o ano agrícola como data de referência e o ano civil nos censos anteriores, embora isso não impeça a análise das características estruturais no âmbito regional de cada período.

O produtor foi considerado a pessoa física ou jurídica com a responsabilidade na exploração do estabelecimento, mesmo que as terras não fossem de sua propriedade e foram classificados segundo as condições apresentadas no Quadro 2.2.

Quadro 2.2 - Condição do Produtor nos estabelecimentos agropecuários. Estado de São Paulo, 1995/96

Proprietário	Quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade (inclusive por usufruto, enfiteuse, herança, etc.)
Arrendatário	Terras tomadas em arrendamento, mediante pagamento de quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços
Parceiro	Se as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros, e estivessem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento ao proprietário, de um percentual da produção obtida.
Ocupante	Nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando pelo seu uso.

Fonte: Fundação IBGE, Censo Agropecuário do Estado de São Paulo, 1995/96.

A Condição do Produtor, conforme o número de estabelecimentos investigados em 1985 e 1995 e a área total abrangida por estes estabelecimentos em hectares (ha), são apresentados na Tabela 2.2 e a distribuição relativa na Tabela 2.2.1. O número de estabelecimentos rurais no Estado de São Paulo passou de 282,0 mil para 218,0 mil unidades, ocupando uma área de 20,2 milhões de hectares em 1985 e 17,4 milhões em 1995/96. A mudança na coleta das informações no ano agrícola no último levantamento pode ter provocado a não cobertura de alguns estabelecimentos existentes em 31 de Dezembro de 1995, mas outros fatores podem ter contribuído para essa diminuição.

Assim, podem ser mencionados, como fatores que vêm contribuindo para a diminuição do número dos estabelecimentos na área rural em São Paulo, aqueles ligados à reestruturação da área rural e ajuste da economia aumentando a competitividade entre os produtores pelo avanço e acesso a novas tecnologias, resultando muitas vezes no abandono da propriedade, assim como a introdução de atividades não ligadas necessariamente à atividade agrícola; a continuidade da migração rural-urbana; a instituição em 1988 da aposentaria para o trabalhador rural e a extensão dos benefícios da previdência social ao campo (FUNRURAL).

Para a o Estado de São Paulo acrescenta-se a esses fatores a tendência observada há certo tempo, da perda de áreas agrícolas para áreas urbanas, para o estabelecimento de atividades voltadas ao recreio rural, para represas hidroelétricas, estradas e outras obras de

infra-estrutura. Da mesma forma, cresce a tendência na ocupação dessa área para o estabelecimento de residência, o que será avaliado no decorrer do trabalho com o quesito censitário relativo à localização do domicílio.

Algumas Mesorregiões podem ser destacadas na participação relativa no número de estabelecimentos agropecuários e área que ocuparam no Estado. Em 1985, São José do Rio Preto apresentou a maior proporção de estabelecimentos no Estado, representando 17% ou 46.618 unidades, que ocuparam 13% ou 2.682.029 ha da área total estadual. Itapetininga apresentou 12% ou 34.038 estabelecimentos e 8% ou 1.651.266 ha em área utilizada. Outra região de destaque foi Presidente Prudente que participou com 11% em ambas as categorias (31.909 estabelecimentos e 2.234.081 ha).

Ribeirão Preto e Bauru destacaram-se em 1985 pela proporção de área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários que foi de 13% e 11% respectivamente. A proporção do número de estabelecimentos foi de 8% e 7%. No outro extremo apareceram a Região de Santos, sem nenhuma participação significativa e com 128 estabelecimentos e 9.784 ha de área, e a RMSP, com 6.582 estabelecimentos (2%), ocupando uma área de 174.497 ha (1%) da área estadual.

Novamente a Mesorregião de São José do Rio Preto foi a região com a maior participação relativa do número e área de estabelecimentos agropecuários no Estado, em 1995mesmo apresentando uma redução nesses valores comparado a 1985, sendo então de 38.846 estabelecimentos, equivalente a 18%, ocupando uma área, também menor, de 2.582.155 ha ou 15% da área total. A Mesorregião de Presidente Prudente representou 11% dos estabelecimentos (24.506) e 12% (2.095.854 ha) de área no Estado, seguido de Itapetininga (9% ou 20.428 e 8% ou 1.309.058 ha).

Ribeirão Preto e Bauru tiveram importante participação relativa da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários em 1995, 13% ou 2.214.418 ha e 12% ou 2.027.435 ha, respectivamente. A Região de Santos e a RMSP apresentaram a mesma proporção que em 1985, reduzindo consideravelmente o número de estabelecimentos e área ocupada em valores absolutos.

Tabela 2.2 - Condição do produtor, número de estabelecimentos e área (ha) por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1985 e 1995/96

Ano: 1985 Mesorregiões	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	área (ha)
1) S. J. Rio Preto	32.723	2.351.582	2.955	163.442	9.524	127.020	1.416	39.985	46.618	2.682.029
2) Ribeirão Preto	17.932	2.063.663	3.108	285.997	1.893	171.108	443	21.888	23.376	2542656
3) Araçatuba	10.684	1.353.697	2.505	125.904	2.240	35.125	947	56502	16.376	1.571.228
4) Bauru	15.286	2.095.775	1.920	131.917	2.312	55.781	674	35.209	20.192	2.318.682
5) Araraquara	6.381	740.293	530	70.076	330	38.913	99	9.689	7.340	858.971
6) Piracicaba	7.772	665.620	948	61.668	759	34.590	254	10.394	9.733	772.272
7) Campinas	17.139	1.041.927	1.632	77.770	3.736	51.711	714	16.107	23.221	1.187.515
8) Pres. Prudente	17.899	1.964.484	4.526	154.625	7.076	73.386	2.408	41.586	31.909	2.234.081
9) Marília	5.383	630.740	765	28.297	917	11.614	130	9.781	7.195	680.432
10) Assis	10.525	1.001.918	1.624	105.736	748	22.133	624	22.899	13.521	1.152.686
11) Itapetininga	19.882	1.445.202	4.785	123.781	4.036	26.805	5.335	55.478	34.038	1.651.266
12) Macro M. Pta	14.325	678.565	1.770	40.427	2.864	17.789	1.535	27.089	20.494	763.870
13) V. Paraíba Pta	9.952	936.390	1.351	108.265	290	6.550	1.097	51.263	12.690	1.102.468
14) Litoral Sul Pta	5.708	466.004	543	8.704	339	6.276	2.067	61.798	8.657	542.782
15) RMSP	4.225	151.264	1.463	13.383	165	1.279	729	8.571	6.582	174.497
16) Santos	38	8.969	68	253	2	235	20	327	128	9.784
Total do ESP	195.854	17.596.112	30.493	1.500.264	37.231	680.331	18.492	468.582	282.070	20.245.28
Ano: 1995/96 Mesorregiões	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	Área (ha)
1) S. J. Rio Preto	34.491	2.405.610	2.230	125.666	1.322	34.658	803	16.221	38846	2.582.155
2) Ribeirão Preto	15.874	1.777.826	3038	301.545	1.308	122.485	283	12.562	20.503	2.214.418
3) Araçatuba	11.166	1.274.528	1.571	104.722	436	33.609	595	13.734	13.768	1.426.593
4) Bauru	13.819	1.895.496	975	107.292	265	14.950	231	9.697	15.290	2.027.435
5) Araraquara	5.942	614.989	511	56.209	149	16.956	59	834	6.661	688.988
6) Piracicaba	6.841	499.697	666	52.539	234	16.666	141	2.819	7.882	571.721
7) Campinas	14.189	845.382	1.450	53.653	1.913	28.311	434	5.264	17.986	932.610
8) Pres. Prudente	20.402	1.951.945	1.672	82.541	847	38.671	1.585	22.697	24.506	2.095.854
9) Marília	5.238	591.009	544	30.073	144	1.481	227	9.417	6.153	631.980
10) Assis	10.731	928.452	1.741	108.877	357	26.197	406	10.888	13.235	1.074.414
11) Itapetininga	14.737	1.214.917	1.563	52.341	1.857	11.894	2.271	29.906	20.428	1.309.058
12) Macro M. Pta	9.540	441.699	1.114	16.077	1.243	6.960	1.625	14.638	13.522	479.374
13) V. Paraíba Pta	8.272	707.755	853	67.942	77	2.979	437	11.362	9.639	790.038
14) Litoral Sul Pta	5.186	428.220	163	5.949	427	6.765	260	5.850	6.036	446.784
15) RMSP	2.619	83.351	557	4.777	201	563	170	4.219	3.547	92.910
16) Santos	11	4.811	0	0	0	0	3	61	14	4.872
Total do ESP	179.058	15.665.688	18.648	1.170.203	10.780	363.145	9.530	170.168	218.016	17.369.20

Fonte: Fundação IBGE, Censos Agropecuários do Estado de São Paulo, 1985 e 1995/96.

Tabela 2.2.1 - Distribuição do produtor, relativa ao total estadual (%), segundo a condição, número de estabelecimentos e área (ha), por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1995/96

Ano: 1985 Mesorregiões	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)
1) S. J. Rio Preto	17	13	10	11	26	19	8	9	17	13
2) Ribeirão Preto	9	12	10	19	5	25	2	5	8	13
3) Araçatuba	5	8	8	8	6	5	5	12	6	8
4) Bauru	8	12	6	9	6	8	4	8	7	11
5) Araraquara	3	4	2	5	1	6	1	2	3	4
6) Piracicaba	4	4	3	4	2	5	1	2	3	4
7) Campinas	9	6	5	5	10	8	4	3	8	6
8) Pres. Prudente	9	11	15	10	19	11	13	9	11	11
9) Marília	3	4	3	2	2	2	1	2	3	3
10) Assis	5	6	5	7	2	3	3	5	5	6
11) Itapetininga	10	8	16	8	11	4	29	12	12	8
12) Macro M. Pta	7	4	6	3	8	3	8	6	7	4
13) V. Paraíba Pta	5	5	4	7	1	1	6	11	4	5
14) Litoral Sul Pta	3	3	2	1	1	1	11	13	3	3
15) RMSP	2	1	5	1	0	0	4	2	2	1
16) Santos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do ESP	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ano: 1995/96 Mesorregiões	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)	Estab.	área (ha)
1) S. J. Rio Preto	19	15	12	11	12	10	8	10	18	15
2) Ribeirão Preto	9	11	16	26	12	34	3	7	9	13
3) Araçatuba	6	8	8	9	4	9	6	8	6	8
4) Bauru	8	12	5	9	2	4	2	6	7	12
5) Araraquara	3	4	3	5	1	5	1	0	3	4
6) Piracicaba	4	3	4	4	2	5	1	2	4	3
7) Campinas	8	5	8	5	18	8	5	3	8	5
8) Pres. Prudente	11	12	9	7	8	11	17	13	11	12
9) Marília	3	4	3	3	1	0	2	6	3	4
10) Assis	6	6	9	9	3	7	4	6	6	6
11) Itapetininga	8	8	8	4	17	3	24	18	9	8
12) Macro M. Pta	5	3	6	1	12	2	17	9	6	3
13) V. Paraíba Pta	5	5	5	6	1	1	5	7	4	5
14) Litoral Sul Pta	3	3	1	1	4	2	3	3	3	3
15) RMSP	1	1	3	0	2	0	2	2	2	1
16) Santos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do ESP	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Fundação IBGE, Censos Agropecuários do Estado de São Paulo, 1985 e 1995/96.

Em São Paulo a proporção do número de estabelecimentos e área cuja exploração agropecuária foi de responsabilidade dos proprietários foi predominante, tanto em 1985 como em 1995/96, ocorrendo uma redução no número de estabelecimentos explorados por todos os grupos de produtores, sobretudo de parceiros e arrendatários.

Da análise da condição do produtor foi indicada uma expansão do segmento empresarial da agropecuária em São Paulo, na contratação de profissionais especializados, devido a um aumento significativo na participação do número e da área dos estabelecimentos cuja gerência esteve nas mãos de administradores, essencialmente na condição de proprietário. A proporção do número de estabelecimentos regidos por administradores passou de 8,1% em 1970 para 11,3% em 1995 e a proporção da área ocupada por esses estabelecimentos foi ampliada de 37% para 40,2%, no período considerado (Fundação IBGE, 1995/96).

Por fim, examinada a distribuição dos estabelecimentos nas Mesorregiões em São Paulo pode-se afirmar que foram poucas as Regiões que se destacaram na concentração dessas áreas, segundo os dois Censos analisados. A Região Metropolitana de São Paulo e a Microrregião de Santos apresentaram as menores proporções e valores relacionados ao número e área desses estabelecimentos. Completando essa análise apresenta-se o quesito censitário uso da terra, objetivando-se verificar as diferenciações no desenvolvimento de atividades agropecuárias nos estabelecimentos investigados, entre as Mesorregiões (Tabela 2.3).

Predominava nos 20,2 milhões de hectares ocupados pelos 282,0 mil estabelecimentos agropecuários em São Paulo, em 1985, o uso da terra atribuído às pastagens (49%), sendo que as pastagens plantadas responderam pela maior proporção dessa área, 36% (7.371.939 ha) e as pastagens naturais pelos restantes 13% (2.554.551 ha). Em 1995/96 essa proporção foi ainda maior (53%), correspondendo 41% (7.055.823 ha) a pastagem plantada e 12% (2.006.431 ha) a pastagem natural. Assim, a pastagem plantada foi o uso mais intensivo da terra em ambos os anos considerados, superando os 7 milhões de hectares no Estado, como uma fatia importante do uso dos estabelecimentos agropecuários paulistas.

**Tabela 2.3 - Uso da terra nos estabelecimentos agropecuários, por área (ha).
Mesorregiões do Estado de São Paulo, 1985 e 1995/96**

Ano: 1985 Mesorregiões	Lavouras (ha)			Pastagens (ha)		Matas e Florestas		produtivas n/utilizada	área total (ha)
	perman.	tempor.	tempor. descanso	natural	plantada	natural	plantada		
1) S. J. Rio Preto	403951	511500	17340	185414	1359326	100732	12462	8461	2682029
2) Ribeirão Preto	291434	1119994	21860	271834	503806	99604	75877	13071	2542667
3) Araçatuba	37650	339624	15869	96306	979813	42114	3512	7954	1571231
4) Bauru	134898	503549	20324	277969	988520	112250	170340	25781	2318685
5) Araraquara	139195	279727	6542	89883	210984	39423	37458	10748	858972
6) Piracicaba	62131	325720	8598	107517	141940	29574	43375	6857	772279
7) Campinas	185873	374388	18994	256307	150614	56487	57793	14576	1187522
8) Pres. Prudente	102020	320658	16993	89961	1516294	109410	10448	10765	2234084
9) Marília	81548	74268	5968	93761	359897	23826	6912	5577	680434
10) Assis	46223	438959	12941	92576	449242	55159	14723	5914	1152685
11) Itapetininga	15394	343008	44643	269591	395229	179514	225515	49815	1651276
12) Macro M. Pta	31434	144407	21165	133818	138618	90643	103383	22780	763867
13) V. Paraíba Pta	10957	95005	13193	522878	119867	189162	80062	18520	1102471
14) Litoral Sul Pta	66111	18324	6779	44800	48746	233613	13060	53061	542780
15) RMSP	4377	21595	3073	21868	9022	31117	56497	9319	174498
16) Santos	739	106	203	50	1	6592	845	102	9790
Total do ESP	1613953	4910848	234504	2554551	7371939	1399237	912730	263319	20245289
Ano: 1995/96 Mesorregiões	Lavouras (ha)			Pastagens (ha)		Matas e Florestas		produtivas n/utilizada	área total (ha)
	perman.	tempor.	tempor. descanso	natural	plantada	natural	plantada		
1) S. J. Rio Preto	379146	419967	19017	203819	1330318	120484	9919	10106	2582155
2) Ribeirão Preto	241687	1111667	30180	225671	322861	107159	48260	14061	2214419
3) Araçatuba	23169	253127	14932	82158	941102	56603	5899	5315	1426593
4) Bauru	82433	435310	22437	264924	853424	140378	148917	11399	2027435
5) Araraquara	172360	213766	7076	47545	137053	49701	21524	4880	688988
6) Piracicaba	67067	215084	5563	68654	126041	34836	18922	3195	571722
7) Campinas	170660	260602	21274	192743	128299	56603	37882	8749	932609
8) Pres. Prudente	36700	208519	20199	158589	1514394	88096	13375	7500	2095854
9) Marília	45155	34768	6164	62431	416030	34457	5490	1960	631981
10) Assis	28724	394083	9848	98672	440688	48578	13842	4189	1074415
11) Itapetininga	27564	201702	36609	168195	437884	192939	143744	32383	1309058
12) Macro M. Pta	24082	75365	13320	72975	119501	80504	44055	14256	479375
13) V. Paraíba Pta	8833	45980	13827	306590	192182	125951	52340	13810	790037
14) Litoral Sul Pta	56579	5655	5984	42372	83062	198535	6035	20044	446783
15) RMSP	4443	11940	1559	11076	12916	15815	24425	2817	92911
16) Santos	12	22	2	15	68	1741	2372	0	4871
Total do ESP	1368614	3887554	227990	2006431	7055823	1352379	597000	154664	17369204

Fonte: Fundação IBGE, Censos Agropecuários do Estado de São Paulo, 1985 e 1995/96.

As Mesorregiões com predominância no uso da terra com pastagens plantadas com relação ao total do Estado foram em 1985, Presidente Pudente com 21%, São José do Rio Preto com 18% e Araçatuba e Bauru com 13% da área estadual. Com pastagens naturais destacaram-se o Vale do Paraíba Paulista com 20% (bacia leiteira), Itapetininga, Bauru e Ribeirão Preto com 11% e Campinas com 10% da área estadual.

Essa situação em 1995 foi praticamente mantida para as Mesorregiões mencionadas anteriormente com destaque nas áreas destinadas à pastagem plantada ou natural com relação ao total estadual. Cabe destacar, que analisando-se a proporção do uso da terra internamente nas Mesorregiões, a área destinada à pastagem (natural e plantada) superou os 50% do uso da terra nas Mesorregiões destacadas anteriormente, exceto para Itapetininga. Em 1985, a Mesorregião de Marília apresentou uma proporção de 67% do uso nessa categoria comparado aos demais dentro da Região, mesmo tendo uma pequena participação no total estadual. Em 1995/96, a Mesorregião de Assis juntou-se à de Marília na importância das áreas destinadas à pastagem, internamente.

A proporção da área ocupada por lavouras em 1985 foi de 33% , sendo que a área destinada à lavoura temporária, incluindo aquela em descanso, foi de 25% (5.145.352 ha) e os 8% (1.613.953 ha) restantes foram destinados à lavoura permanente. A Mesorregião de Ribeirão Preto destacou-se tanto em 1985 como em 1995/96 no uso da terra destinado à lavoura temporária na proporção de 22% e 28%, nos anos respectivos, com relação ao total estadual. As Mesorregiões de São José do Rio Preto, Bauru e Assis também puderam ser destacadas, com uma participação em torno de 10% do total do Estado.

A maior proporção da área destinada à lavoura permanente com relação ao total da área estadual foi na Mesorregião de São José do Rio Preto, com 25% em 1985 e 28% em 1995/96. Ribeirão Preto e Campinas destacaram-se em 1985, com 18% e 12% respectivamente, mantendo a mesma proporção da área destinada à lavoura permanente no período seguinte. Nessa data, Araraquara aumentou sua participação estadual nessa categoria, passando de 9% em 1985 para 13% em 1995/96.

Da cobertura vegetal original pouco resta, uma vez que as antigas florestas, que cobriam 82% desse Estado (20,4 milhões ha) deram lugar a campos de cultivo, sendo também extraídas para servir de combustível ou matéria-prima para construção ou marcenaria. As áreas de florestas nativas remanescentes concentram-se na Região do

Litoral, em partes da Região de Sorocaba e do Vale do Paraíba. Isso corresponde a 60% dos remanescentes florestais que aparecem em áreas contínuas. Nas demais Regiões do Estado observam-se além de índices de cobertura vegetal inexpressivos, uma distribuição dispersa em pequenas manchas. A diminuição das áreas cobertas por matas e florestas naturais no Estado acentuou-se nos últimos 20 anos, principalmente nessas áreas onde essa vegetação já se encontrava bastante reduzida²⁴ (Hogan *et al.*, 2000).

Da área dos estabelecimentos investigados em 1985, 12% estava coberta por matas e florestas, sendo que 7% ou 1.399.237 ha eram naturais e 5% ou 912.730 ha, plantadas. Em 1985 três Mesorregiões destacaram-se na proporção da área de matas e florestas naturais nos estabelecimentos agropecuários, com relação ao total da área estadual. Foram O Litoral Sul Paulista com 17%, o Vale do Paraíba Paulista com 14% e Itapetininga com 13% (Itapetininga pertence à Região de Sorocaba na classificação utilizada na referência acima). A Mesorregião de Bauru ganhou destaque em 1995/96 com 10% da área estadual, em detrimento da diminuição da participação relativa das Mesorregiões mencionadas anteriormente.

Itapetininga, como já mencionada, destacou-se em ambos os anos pelo uso da terra com reflorestamento destinado à manutenção de importantes indústrias que utilizam a madeira como matéria-prima. Assim, representou a proporção de 25% no uso da terra destinado ao plantio de matas no Estado em 1985 e 24% em 1995/96. Bauru passou de 19% para 25% nessa categoria, nos anos considerados.

As Mesorregiões de Itapetininga e do Litoral Sul Paulista apresentaram uma proporção importante de terras produtivas não utilizadas, consideradas as terras que se prestavam à formação de culturas, pastos ou matas e não estavam sendo utilizadas no mínimo nos últimos quatro anos do levantamento. Isso, soma-se à avaliação da importância regional da área ocupada por matas e florestas para ambas as Mesorregiões.

Cabe aqui ser realçada a RMSP, que embora tenha apresentado uma pequena proporção do uso relativo à área de matas e florestas no Estado, quando averiguada segundo o total regional, apresentou a maior importância nessa categoria relativa aos

²⁴ Pode-se ver uma abordagem sobre a evolução das áreas de cobertura vegetal no Estado de São Paulo e da situação atual, por Regiões Administrativas, no trabalho de Hogan *et al.* (2000).

demais usos da terra, totalizando em 1985, 18% de matas naturais e 32% de matas plantadas de seus 174.498 ha. Em 1995/96 apresentou 17% de matas naturais e 26% de matas plantadas do total de 92.911 ha.

Resumidamente, pode-se afirmar que a área rural paulista está estruturada com a predominância de propriedades de tamanho médio e grande (em área); com os estabelecimentos agropecuários concentrados na parte oeste e noroeste do Estado, tanto em número como em área; com a maior proporção do uso da terra destinado às pastagens, o que não diminuiu a importância da produção agrícola estadual, sobretudo da cultura temporária; com parte importante da produção agropecuária ligada aos empreendimentos agroindustriais e, por fim, com a presença de remanescentes florestais naturais, essencialmente em sua parte litorânea e proximidades.

Ainda, pode-se constatar a predominância de proprietários, como condição do produtor, no período analisado, juntamente com uma redução importante, nos anos 90, das formas tradicionais de cultivo por parceria. O rompimento dessa relação de trabalho fez com que se quebrassem os laços que mantinham indivíduos ligados às áreas rurais no Estado, não somente pela atividade agrícola, como e principalmente pela desobrigação da manutenção do parceiro residindo na propriedade, com a sua gleba produzindo para subsistência. Uma das conseqüências é o continuado movimento migratório do campo, essencialmente em direção às cidades (Caiado, 2000).

Apresentadas as características julgadas necessárias a uma breve abordagem sobre a estrutura da área rural do Estado de São Paulo, construindo uma idéia da área que será examinada nesse estudo, segue-se com as informações sobre as características demográficas da população residente no rural paulista nos anos 80 e 90.

2.2 - Distribuição da população, nas áreas urbana e rural, por Mesorregião, 1980 - 2000

Com a perspectiva de análise do período de crescimento da população rural no Estado de São Paulo apresenta-se a população residente nas Mesorregiões estaduais nos anos 90 e na década anterior, mostrando o período que antecedeu importantes mudanças na distribuição da população segundo a situação do domicílio urbano ou rural (Tabela 2.4).

Todas as Mesorregiões do Estado apresentaram a maior concentração da população em suas áreas urbanas em 1980 até o ano 2000. Em 1980, existiam ainda cinco dessas áreas que possuíam, em torno de 30%, de sua população residindo na área rural, somando uma população de 946.993 pessoas ou 33% da população rural estadual. Três delas estavam situadas ao oeste paulista (São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Assis) e as duas restantes próximas ao litoral (Itapetininga e Litoral Sul Paulista), com importantes áreas florestais voltadas à conservação e preservação ambiental, como enfatizado anteriormente. Já nos anos que se seguiram todas as Mesorregiões tiveram um grau de urbanização superior a 71%.

Ainda em 1980, três dessas áreas apresentaram 20% a 29% da população residindo em suas áreas rurais, somando 392.565 pessoas ou 14% do total rural estadual (Araçatuba, Bauru e Marília). Já em 1991, essa concentração populacional na área rural (20% a 29%) foi referente às Mesorregiões de Itapetininga e Litoral Sul Paulista que somaram no ano 2000, 261.825 pessoas, ou 11% do total estadual.

As três áreas mencionadas, Araçatuba, Bauru e Marília, passaram a possuir um grau de urbanização superior a 80% em 1991, como a maioria das Mesorregiões do Estado nesse ano, concentrando em suas áreas rurais de 5% até 19% da população residente. Em 1980, foram somente seis áreas que apresentaram essa condição (5% até 19% rural), somando 1.098.155 pessoas, ou 39% da população rural estadual, aumentando para doze Mesorregiões, que somaram 1.660.706 pessoas em 1991 (73%), 1.508.975 em 1996 (64%) e 1.412.933 pessoas em 2000 (58% da população rural estadual).

As duas regiões restantes, a Metropolitana de São Paulo e a Microrregião de Santos concentraram em todo o período analisado menos de 5% da população em suas áreas rurais. A primeira, que passará a ser denominada de Região Metropolitana de São Paulo, concentrou em 1980, 405.030 pessoas na área rural, sendo sozinha responsável por 14% da população rural estadual. Esse número diminuiu para 332.448 em 1991, retomando o crescimento com 576.374 pessoas em 1996 e 758.669 no ano 2000, elevando a participação na população rural estadual de 14% para 25% e 31%, respectivamente. Embora a região de Santos também tenha elevado o número de residentes em sua área rural nos anos 90, representou somente aproximados 0,2% da população rural estadual em todo o período considerado (Tabelas 2.4 e 2.6 (%)).

Tabela 2.4 - População residente segundo a situação do domicílio e grau de urbanização (%) - 1980, 1991, 1996 e 2000. Estado de São Paulo, por Mesorregiões

Mesorregiões	Período/Situação do Domicílio 1980				1991			
	Total	Urbana	Rural	Grau de Urban %	Total	Urbana	Rural	Grau de Urban %
1) São José Rio Preto	1.040.241	729.808	310.433	70,16	1.242.883	1.039.929	202.954	83,76
2) Ribeirão Preto	1.348.482	1.143.634	204.848	84,81	1.806.475	1.644.439	162.036	91,03
3) Araçatuba	491.392	384.836	106.556	78,32	577.610	505.417	72.193	87,59
4) Bauru	888.789	690.207	198.582	77,66	1.118.828	977.706	141.122	87,41
5) Araraquara	450.997	373.007	77.990	82,71	609.306	542.802	66.504	89,10
6) Piracicaba	750.394	654.072	96.322	87,16	1.008.882	903.918	104.964	89,59
7) Campinas	1.927.820	1.598.485	329.335	82,92	2.680.848	2.428.777	252.071	90,62
8) Presidente Prudente	683.087	464.313	218.774	67,97	749.942	610.476	139.466	81,84
9) Marília	327.550	240.123	87.427	73,31	372.752	314.077	58.675	84,23
10) Assis	381.005	267.857	113.148	70,30	459.147	374.713	84.434	81,61
11) Itapetininga	522.116	303.021	219.095	58,04	642.999	455.428	187.571	70,85
12) Macro Metrop. Pta	1.273.426	1.035.713	237.713	81,33	1.776.056	1.538.285	237.771	86,66
13) Vale do Paraíba Pta	1.221.221	1.069.274	151.947	87,56	1.651.594	1.513.078	138.516	91,62
14) Litoral Sul Paulista	241.369	155.826	85.543	64,56	324.286	233.354	90.932	71,98
15) Metrop. São Paulo	12.588.745	12.183.715	405.030	96,78	15.444.941	15.112.493	33.2448	97,85
16) Santos	905.440	903.005	2.435	99,73	1.122.376	1.119.969	2.407	99,73
Total do ESP	25.042.074	22.196.896	2.845.178	88,64	31.588.925	29.314.861	22.740.64	92,83
	1996				2000			
	Total	Urbana	Rural	Grau de Urban %	Total	Urbana	Rural	Grau de Urban %
1) São José Rio Preto	1.337.580	1.165.289	172.291	87,12	1.418.816	1.262.167	156.649	88,95
2) Ribeirão Preto	1.957.436	1.824.289	133.147	93,20	2.103.735	1.990.413	113.322	94,57
3) Araçatuba	608.580	548.551	60.029	90,14	635.427	580.651	54.776	91,46
4) Bauru	1.215.376	1.101.875	113.501	90,66	1.307.940	1.205.048	102.892	92,14
5) Araraquara	665.396	602.538	62.858	90,55	718.731	665.424	53.307	92,73
6) Piracicaba	1.121.538	1.017.313	104.225	90,71	1.216.753	1.140.708	76.045	93,74
7) Campinas	2.976.079	2.741.537	234.542	92,12	3.266.421	3.061.358	205.063	93,73
8) Presidente Prudente	770.476	641.022	129.454	83,20	803.490	684.622	118.868	85,20
9) Marília	388.594	344.429	44.165	88,63	417.858	376.743	41.115	90,16
10) Assis	491.799	424.086	67.713	86,23	517.129	455.187	61.942	88,04
11) Itapetininga	690.372	516.910	173.462	74,87	747.805	577.349	170.456	77,22
12) Macro Metrop. Pta	1.972.133	1.735.596	236.537	88,01	2.250.035	1.961.032	289.003	87,15
13) Vale do Paraíba Pta	179.2714	1.642.201	150.513	91,60	1.989.692	1.849.741	139.951	92,96
14) Litoral Sul Paulista	366.321	276.976	89.345	75,61	422.956	331.587	91.369	78,42
15) Metrop. de S. Paulo	16.581.933	16.005.559	576.374	96,52	17.833.511	17.074.842	758.669	95,75
16) Santos	1.182.783	1.179.447	3.336	99,72	1.316.228	1.312.270	3.958	99,70
Total do ESP	34.119.110	31.767.618	2.351.492	93,11	36.966.527	34.529.142	2.437.385	93,41

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991, Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico 2000.

Esse quadro, além de revelar uma elevada participação relativa da população da área rural no Estado em Mesorregiões possuidoras de um grau de urbanização superior a 81%, forneceu a primeira evidência que o aumento da população rural da Região Metropolitana de São Paulo estaria implicando no crescimento da população rural estadual de maneira importante, uma vez que representou nos anos 90 mais de 30% da população rural estadual, associado ao fato da diminuição da população residente no rural em quase todas as Mesorregiões restantes.

2.2.1 - Crescimento absoluto da população e taxa média anual de crescimento (%)

Entre as primeiras notícias divulgadas sobre os dados preliminares do Censo 2000 incluiu-se a manchete sobre o decréscimo da população em vários municípios brasileiros, como resultado da "última etapa do êxodo rural que começou nos anos 60", representada "pelas correntes de migração concentradas hoje dentro dos estados sulistas e nordestinos" (Folha de S. Paulo, 21 de Janeiro de 2001). Constatou-se que dos 5.507 municípios brasileiros, 1.501 (27%) apresentaram uma diminuição de sua população da Contagem Populacional de 1996 ao Censo realizado no ano 2000. Em São Paulo foram 87 municípios que apresentaram perda populacional no mesmo período, representando 13% do total estadual²⁵.

Da análise dos dados da Contagem Populacional de 1996 e dos dados preliminares do Censo 2000, constatou-se que a maioria dos 645 municípios paulistas perderam população em sua área rural (aproximadamente 67% dos municípios). No balanço final, o aumento da população urbana garantiu uma taxa média anual de crescimento da população total, positiva para 80% desses municípios perdedores de população rural. Outros municípios, caracterizados com a concentração populacional fundamentalmente urbana, apresentaram aumento na população rural (aproximadamente 29% dos municípios do Estado), e uma minoria de vinte e seis municípios (4%) não possuíram população residente na área rural (100% urbano) no ano 2000.

Apesar da constatação da perda da população rural para a maioria dos municípios e do decréscimo na população total para 13% dos municípios paulistas no período

²⁵ Uma subenumeração na Contagem Populacional de 1996 está sendo bastante aceita por especialistas em estudos de população no Brasil, reforçando o peso da diminuição da população entre 1991 e 2000.

1996/2000, todas as Mesorregiões, agrupando-se os municípios do Estado, apresentaram um aumento da população total e urbana e variações no crescimento, negativo ou positivo, para a população rural nos anos 90. Buscando-se apreender as mudanças na distribuição da população nas Mesorregiões estaduais, já tendo evidências da concentração da população rural como um fenômeno localizado em certas áreas, e resgatando-se essa ocorrência na década anterior, apresenta-se a Tabela 2.5 com o crescimento absoluto da população residente no Estado de São Paulo, por Mesorregiões e situação do domicílio em 1980/91, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000.

Nos anos 80 as Mesorregiões de Piracicaba e a do Litoral Sul Paulista apresentaram um aumento, relativamente importante, da população rural no balanço final do período. Piracicaba ganhou 8.642 pessoas no rural (0,78% a.a) contra um aumento de sua população urbana de 249.846 pessoas (2,98% a.a.) e o Litoral Sul Paulista, 5.389 pessoas no rural (0,56% a.a.) e 77.528 no urbano (3,74% a.a.). As demais Mesorregiões, exceto a Macro Metropolitana Paulista que teve um aumento de 58 pessoas em sua área rural, apresentaram uma diminuição da população rural na década, totalizando 571.114 pessoas no Estado de São Paulo (-2,02% a.a.).

Cinco Mesorregiões apresentaram um aumento da população rural, nos anos 90, totalizando um ganho de 163.321 pessoas para o Estado de São Paulo (0,77% a.a.), em 2000. A Mesorregião do Litoral Sul Paulista apresentou um aumento de 437 pessoas na área rural (0,05% a.a.). O Litoral Sul Paulista teve como característica inalterada desde 1980 possuir, juntamente com a Mesorregião de Itapetininga, os menores graus de urbanização do Estado.

A Microrregião de Santos que apresentou o grau de urbanização mais elevado nos intervalos considerados, e indiscutivelmente as menores populações rurais, teve também um aumento no rural em 1991/2000 de 1551 pessoas (5,68% a.a.). O Vale do Paraíba Paulista apresentou um crescimento de sua população rural em 1991/2000 de 1435 pessoas (0,11% a.a.). A Mesorregião apresentou em toda a década grau de urbanização superior a 90%.

Tabela 2.5 - Crescimento absoluto da população residente, segundo a situação do domicílio, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1980, 1991, 1996 e 2000

Mesorregiões	Período/Situação do Domicílio					
	1980/91			1991/96		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1) S.José Rio Preto	202.642	310.121	-107.479	94.697	125.360	-30.663
2) Ribeirão Preto	457.993	500.805	-42.812	150.961	179.850	-28.889
3) Araçatuba	86.218	120581	-34.363	30.970	43.134	-12.164
4) Bauru	230.039	287.499	-57.460	96.548	124.169	-27.621
5) Araraquara	158.309	169.795	-11.486	56.090	59.736	-3.646
6) Piracicaba	258.488	249.846	8.642	112.656	113.395	-739
7) Campinas	753.028	830.292	-77.264	295.231	312.760	-17.529
8) Pres. Prudente	66.855	146.163	-79.308	20.534	30.546	-10.012
9) Marília	45.202	73.954	-28.752	15.842	30.352	-14.510
10) Assis	78.142	106.856	-28.714	32.652	49.373	-16.721
11) Itapetininga	120.883	152.407	-31.524	47.373	61.482	-14.109
12) Macro Metrop. Pta	502.630	502.572	58	196.077	197.311	-1.234
13) Vale Paraíba Pta	430.373	443.804	-13.431	141.120	129.123	11.997
14) Litoral Sul Pta	82.917	77.528	5.389	42.035	43.622	-1.587
15) Metropolitana SP	2.856.196	2.928.778	-72.582	1.136.992	893.066	243.926
16) Santos	216.936	216.964	-28	60.407	59.478	929
Total do ESP	6.546.851	7.117.965	-571.114	2.530.185	2.452.757	77.428
Mesorregiões	1996/2000			1991/2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1) S.José Rio Preto	81.236	96.878	-15.642	175.933	222.238	-46.305
2) Ribeirão Preto	146.299	166.124	-19.825	297.260	345.974	-48.714
3) Araçatuba	26.847	32.100	-5.253	57.817	75.234	-17.417
4) Bauru	92.564	103.173	-10.609	189.112	227.342	-38.230
5) Araraquara	53.335	62.886	-9.551	109.425	122.622	-13.197
6) Piracicaba	95.215	123.395	-28.180	207.871	236.790	-28.919
7) Campinas	290.342	319.821	-29.479	585.573	632.581	-47.008
8) Pres. Prudente	33.014	43.600	-10.586	53.548	74.146	-20.598
9) Marília	29.264	32.314	-3.050	45.106	62.666	-17.560
10) Assis	25.330	31.101	-5.771	57.982	80.474	-22.492
11) Itapetininga	57.433	60.439	-3.006	104.806	121.921	-17.115
12) Macro Metrop. Pta	277.902	225.436	52.466	473.979	422.747	51.232
13) Vale Paraíba Pta	196.978	207.540	-10.562	338.098	336.663	1.435
14) Litoral Sul Pta	56.635	54.611	2.024	98.670	98.233	437
15) Metropolitana SP	1.251.578	1.069.283	182.295	2.388.570	1.962.349	426.221
16) Santos	133.445	132.823	622	193.852	192.301	1.551
Total do ESP	2.847.417	2.761.524	85.893	5.377.602	5.214.281	163.321

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991, Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.

A maior variação no crescimento da população rural da Mesorregião do Vale do Paraíba ocorreu na Microrregião de São José dos Campos nos dois períodos considerados entre 1991 e 2000. Dentro dessa Microrregião, foi o município de São José dos Campos, que apresentou a maior alteração no crescimento da população rural regional, com uma diminuição dessa população nos últimos anos da década de-17.232 pessoas. O fato de ser a maior cidade da Região possuindo um grande centro urbano em expansão, sugere que essa variação no crescimento da população rural regional deva-se ao estabelecimento tardio de parte da área rural como área urbana, efetivando-se para a realização do Censo do ano 2000.

A Mesorregião Macro Metropolitana Paulista apresentou, da mesma forma que a anterior, características da distribuição da população que devem ser mais cuidadosamente estudados para os anos 90, uma vez que ocorreram variações importantes no crescimento da população em sua área rural. Essa área ganhou 51.232 pessoas em 1991/2000 (2,19% a.a.) devido sobretudo, ao ganho de 52.466 pessoas nos últimos anos da década.

Essa área é composta pelas Microrregiões de Piedade, Sorocaba, Jundiaí e Bragança Paulista, com os municípios que lhes deram o nome reconhecidamente importantes quanto a população residente, essencialmente na área urbana, com exceção de Piedade. O crescimento da população rural nessas Microrregiões no período de 1991/2000 esteve distribuído em:

Microrregião de Piedade = 15.776

Microrregião de Sorocaba = 18.539

Microrregião de Jundiaí = 34

Microrregião de Bragança Paulista = 16.883

Meso Macro Metropolitana Paulista = 51.232

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) reverteu a perda de sua população rural dos anos 80 (72.582 pessoas ou -1,78% a.a.) para um ganho dessa população em toda a década dos 90. Em 1991/2000 aumentou a população rural em 426.221 pessoas (9,60% a.a.), representando por volta de 2,5 vezes o crescimento do Estado de São Paulo, que como já mencionado, foi de 163.321 pessoas²⁶.

²⁶ Valor compensado pelas perdas nas demais Mesorregiões em estudo.

No primeiro quinquênio teve um crescimento de 243.926 pessoas (11,63% a.a.) e nos últimos quatro anos, de 182.295 pessoas (7,11% a.a.). A RMSP, juntamente com Santos, foram as áreas que apresentaram crescimento da população rural em todo o período que se estendeu de 1991 ao ano 2000, com fácil distinção da primeira pelos elevados valores absolutos desse crescimento.

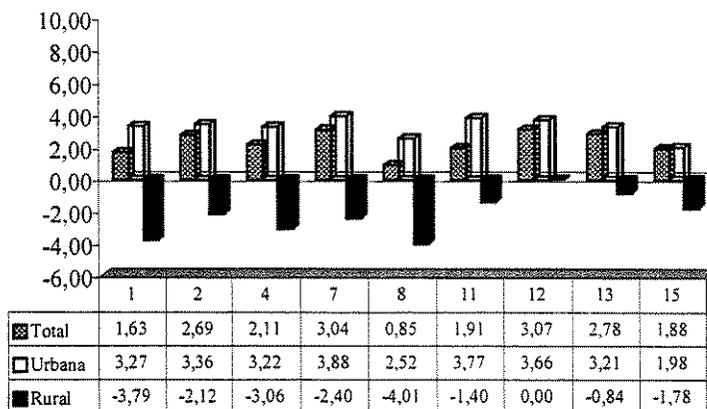
Ponderando a importância das Mesorregiões que apresentaram aumento da população rural nos anos 90 e das Mesorregiões com participação relativa na população rural estadual superior a 5% nos anos 80 e 90 (Tabela 2.6), buscou-se salientar as diferenças regionais através das taxas médias anuais de crescimento destas Mesorregiões então selecionadas apresentadas nas Figuras 2.1 (1980/91), 2.2 (1991/2000), e 2.3 (população rural nestes períodos).

Tabela 2.6 - Participação relativa da população regional na população do Estado de São Paulo (%), 1980, 1991, 1996 e 2000

Mesorregiões	Período/Situação do Domicílio											
	1980			1991			1996			2000		
	Total	UR	RU	Total	UR	RU	Total	UR	RU	Total	UR	RU
1) S. José Rio Preto	4,2	3,3	10,9	3,9	3,5	8,9	3,9	3,7	7,3	3,8	3,7	6,4
2) Ribeirão Preto	5,4	5,2	7,2	5,7	5,6	7,1	5,7	5,7	5,7	5,7	5,8	4,6
3) Araçatuba	2,0	1,7	3,7	1,8	1,7	3,2	1,8	1,7	2,6	1,7	1,7	2,2
4) Bauru	3,5	3,1	7,0	3,5	3,3	6,2	3,6	3,5	4,8	3,5	3,5	4,2
5) Araraquara	1,8	1,7	2,7	1,9	1,9	2,9	2,0	1,9	2,7	1,9	1,9	2,2
6) Piracicaba	3,0	2,9	3,4	3,2	3,1	4,6	3,3	3,2	4,4	3,3	3,3	3,1
7) Campinas	7,7	7,2	11,6	8,5	8,3	11,1	8,7	8,6	10,0	8,8	8,9	8,4
8) Pres. Prudente	2,7	2,1	7,7	2,4	2,1	6,1	2,3	2,0	5,5	2,2	2,0	4,9
9) Marília	1,3	1,1	3,1	1,2	1,1	2,6	1,1	1,1	1,9	1,1	1,1	1,7
10) Assis	1,5	1,2	4,0	1,5	1,3	3,7	1,4	1,3	2,9	1,4	1,3	2,5
11) Itapetininga	2,1	1,4	7,7	2,0	1,6	8,2	2,0	1,6	7,4	2,0	1,7	7,0
12) Macro Metrop. Pta	5,1	4,7	8,4	5,6	5,2	10,5	5,8	5,5	10,1	6,1	5,7	11,9
13) Vale Paraíba Pta	4,9	4,8	5,3	5,2	5,2	6,1	5,3	5,2	6,4	5,4	5,4	5,7
14) Litoral Sul Pta	1,0	0,7	3,0	1,0	0,8	4,0	1,1	0,9	3,8	1,1	1,0	3,7
15) Metropolitana SP	50,3	54,9	14,2	48,9	51,6	14,6	48,6	50,4	24,5	48,2	49,5	31,1
16) Santos	3,6	4,1	0,1	3,6	3,8	0,1	3,5	3,7	0,1	3,6	3,8	0,2
Total do ESP	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991, Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.

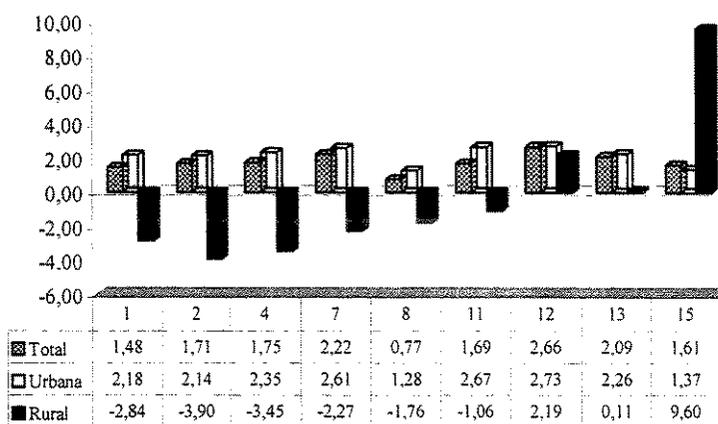
Taxa média anual de crescimento (%), 1980-1991



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Figura 2.1 - Taxa média anual de crescimento da população (%). Mesorregiões selecionadas. Estado de São Paulo, 1980/1991

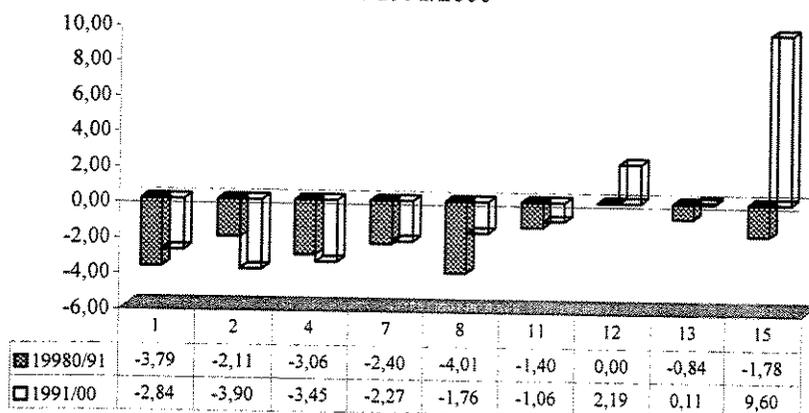
Taxa média anual de crescimento (%), 1991/2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Figura 2.2 - Taxa média anual de crescimento da população (%). Mesorregiões selecionadas. Estado de São Paulo, 1991/2000

Taxa média anual de crescimento da população rural (%), 1980/91 e 1991/2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Figura 2.3 - Taxa média anual de crescimento (%) da população rural. Mesorregiões selecionadas. Estado de São Paulo, 1980/1991 e 1991/2000

É importante ressaltar que o exame das Figuras acima deve levar em consideração os valores do crescimento da população em números absolutos (Tabela 2.5) no tratamento da variação da população rural nas áreas consideradas. Dessa forma foi possível constatar que as Mesorregiões com maior participação relativa da população rural estadual, tiveram nos anos 80 taxas médias anuais de crescimento negativas e mantiveram essa taxa de crescimento positivas para a população urbana e total ²⁷.

Nos anos 90, as Mesorregiões Macro Metropolitana Paulista, Vale do Paraíba Paulista e Região Metropolitana de São Paulo, apresentaram taxas médias anuais de crescimento da população rural positivas e relevantes para a contagem da população total rural no Estado, essencialmente a RMSPP, como já ressaltado anteriormente. Na Figura 2.3 foi possível evidenciar a variação no crescimento da população rural nas Mesorregiões selecionadas nos anos 80 e 90.

²⁷ O Anexo 2 traz as taxas médias anuais das Mesorregiões do Estado de São Paulo nos períodos: 1980/91, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000.

Na análise que segue buscou-se nas características demográficas da população residente na área rural, diferenças nas Mesorregiões, indicativas de alterações na configuração dessa área, seja pela introdução de novas atividades econômicas, seja pelo processo de expansão urbana sobre áreas rurais, ou outras características que auxiliem na identificação da vida rural paulista, na atualidade.

2.3 - Considerações sobre sexo, idade e educação da população rural paulista

No período analisado (1980/2000), o número de residentes na área rural do sexo masculino foi superior ao feminino, no Estado de São Paulo. A razão de sexo variou de 113 em 1980, 112 em 1991, para 110 em 1996 e 2000. Considerando-se o período de 1980/1991, com a diminuição da população rural no Estado de 571.114 pessoas, pode-se afirmar que 53% delas foram homens e 47% mulheres, em uma diferença de quase 40.000 pessoas. A maior presença masculina na área deve ainda ser destacada pela constatação de que o rural perdeu mais homens que mulheres nesse período.

A população residente na área rural da maioria das Mesorregiões foi de aproximadamente 53 % do sexo masculino e 47% do sexo feminino para os três anos considerados, 1980, 1991 e 1996, correspondendo a média do Estado em termos da composição da população por sexo. A área rural da Microrregião de Santos apresentou uma variação nesses percentuais, mas o pequeno número absoluto da população que vive no rural e as especificidades dessa área localizada no litoral, quase que com toda a população concentrada na parte urbana dos municípios, não definem elementos para que se possa destacá-la como dispare das demais Regiões analisadas. A RMSP apresentou a participação do sexo feminino pouco maior que a média das Mesorregiões examinadas, e ao contrário de Santos, teve uma população rural importante no Estado, o que será detalhado em capítulo destinado à sua caracterização.

Considerando-se o período de aumento da população rural no Estado de São Paulo, ou seja os anos 90, constatou-se que das 163.321 pessoas a mais em 2000, com relação ao ano de 1991, 88.712 foram mulheres e 74.609 foram homens, reafirmando a diminuição na participação relativa masculina no rural paulista, mesmo permanecendo superior à feminina no total de residentes na área (Tabela 2.7).

Resta saber, como tem se alterado a constituição da população rural paulista por sexo segundo a sua distribuição por idade. A distribuição da população rural em São Paulo por sexo e idade será vista de 1980 até 1996, com as informações censitárias que estão disponíveis no momento.

Tabela 2.7 - População residente na área rural, por sexo. Estado de São Paulo, 1980, 1991, 1996 e 2000

População Residente						
Ano	Homens	Mulheres	Total	%Homens	%Mulheres	Razão de Sexo
1980	1506536	1338642	2845178	53	47	113
1991	1201745	1072319	2274064	53	47	112
1996	1233328	1118164	2351492	52	48	110
2000	1276354	1161031	2437385	52	48	110
Crescimento Absoluto da População						
Período	Homens	Mulheres	Total	%Homens	%Mulheres	
1980/91	-304791	-266323	-571114	53	47	
1991/96	31583	45845	77428	41	59	
1996/00	43026	42867	85893	50	50	
1991/00	74609	88712	163321	46	54	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo Demográfico, 2000.

A diminuição da participação relativa da população de 0 a 4 anos, tanto do sexo masculino como feminino, foi a primeira constatação verificada na Tabela 2.8. A área rural vem mantendo a diminuição no número de nascimentos no decorrer das últimas décadas. O registro da perda da população rural nos anos 80 foi marcado pela diminuição predominante da faixa etária da população entre 15 a 29 anos em 1991, acompanhada do grupo de crianças até 14 anos. Isso ocorreu com uma diferença pouco mais importante da população masculina na faixa etária entre 20 a 29 anos.

No primeiro quinquênio dos anos 90 o aumento da população rural foi marcado pela predominante presença da população na faixa etária entre 30 a 49 anos, com importante participação feminina. Com exceção das primeira faixas etárias (até 14 anos), a participação da população rural feminina no crescimento registrado para o Estado foi superior à masculina de 1991 a 1996.

Com isso pode-se considerar que a mulher tenha permanecido mais na área rural que o homem nos últimos tempos, assim como, que o crescimento da população rural estadual deve estar contando com a maior participação da população feminina na migração direcionada para esta área, sendo que no balanço final do crescimento da população rural no primeiro quinquênio dos anos 90, que foi de 77.428 pessoas, as mulheres representaram 59% desse total (ou 45.845 pessoas), como mostrado na Tabela 2.9²⁸.

Tabela 2.8 - População residente na área rural, por sexo e idade. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996

População residente						
Idade	1980		1991		1996	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	200.550	193.531	132.152	127.620	126.049	120.943
5 a 9	193.856	185.755	140.768	134.538	130.690	125.081
10 a 14	184.772	172.198	137.911	129.423	136.156	128.686
15 a 19	167.948	150.886	121.941	108.256	123.933	113.609
20 a 24	139.562	121.650	108.826	94.278	111.124	100.441
25 a 29	115.677	101.750	100.593	90.739	104.056	94.757
30 a 34	97.947	84.374	91.154	81.381	99.023	91.753
35 a 39	82.659	72.346	78.322	68.849	88.778	79.378
40 a 44	76.345	62.992	65.841	55.148	74.533	64.520
45 a 49	63.099	51.273	52.819	45.214	58.723	50.333
50 a 54	55.773	42.834	46.343	37.582	47.633	40.691
55 a 59	42.310	32.491	38.748	31.415	39.669	32.341
60 a 64	32.000	24.466	33.082	25.495	32.616	25.769
65 a 69	24.508	18.294	23.670	17.566	24.634	19.136
70 e mais	28.562	23.111	29.575	24.815	31.576	26.866
Ignorada	968	691	0	0	4.135	3.860
Total	1.506.536	1.338.642	1.201.745	1.072.319	1.233.328	1.118.164

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Contagem Populacional, 1996.

Embora as informações sobre a distribuição da população por idade para o ano 2000 ainda não estejam disponíveis, os dados referentes à população rural no final da década confirmou a tendência do início dos anos 90 relativas à diminuição da diferença entre sexos na área.

²⁸ Camarano & Abramovay (1998) apresentam um estudo com considerações importantes sobre a migração diferencial por sexo, essencialmente relacionadas aos fluxos rural-urbanos, no Brasil de 1950 até o primeiro

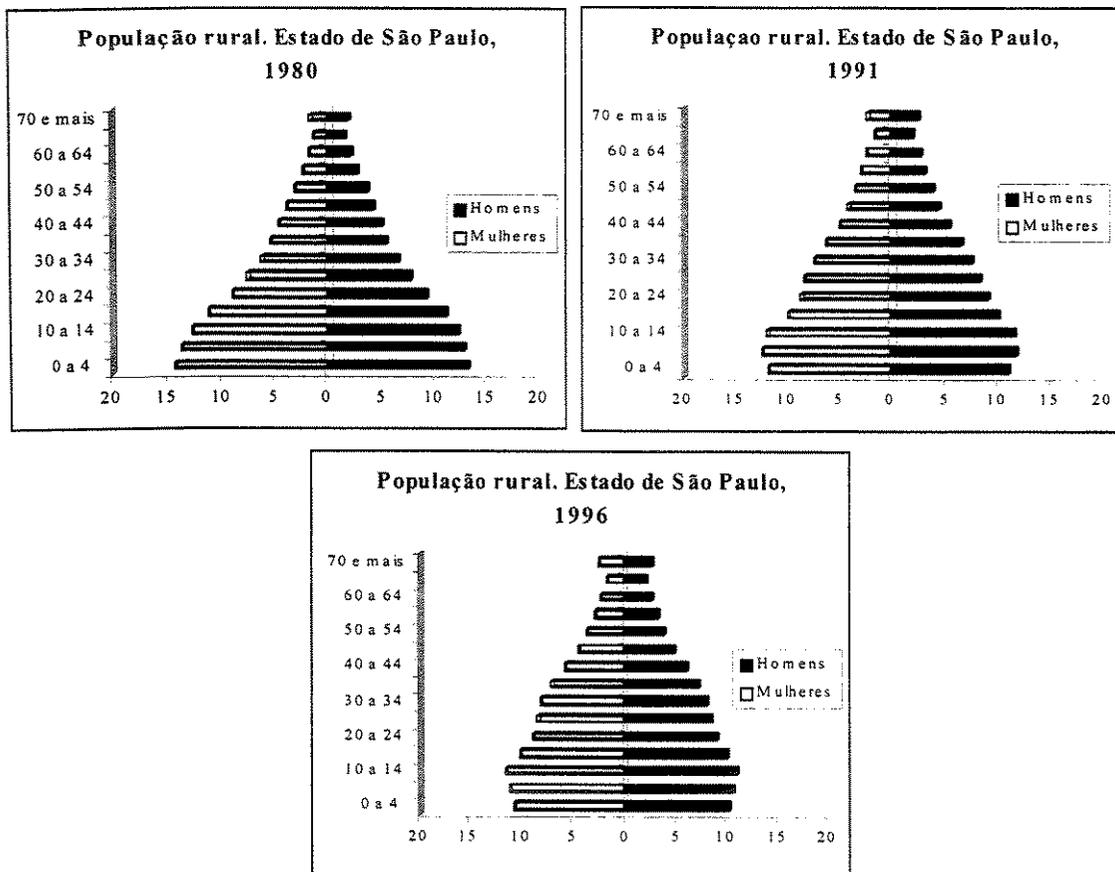
Tabela 2.9 - Crescimento da população rural, por idade e sexo. Estado de São Paulo, segundo as Mesorregiões, 1980/91 e 1991/96

Grupo Etário	Crescimento da População Rural por Sexo				Proporção no Crescimento por Sexo (%)			
	1980/91		1991/96		1980/91		1991/96	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	-68.398	-65.911	-6.103	-6.677	51	49	48	52
5 a 9	-53.088	-51.217	-10.078	-9.457	51	49	52	48
10 a 14	-46.861	-42.775	-1.755	-737	52	48	70	30
15 a 19	-46.007	-42.630	1.992	5.353	52	48	27	73
20 a 24	-30.736	-27.372	2.298	6.163	53	47	27	73
25 a 29	-15.084	-11.011	3.463	4.018	58	42	46	54
30 a 34	-6.793	-2.993	7.869	10.372	69	31	43	57
35 a 39	-4.337	-3.497	10.456	10.529	55	45	50	50
40 a 44	-10.504	-7.844	8.692	9.372	57	43	48	52
45 a 49	-10.280	-6.059	5.904	5.119	63	37	54	46
50 a 54	-9.430	-5.252	1.290	3.109	64	36	29	71
55 a 59	-3.562	-1.076	921	926	77	23	50	50
60 a 64	1.082	1.029	-466	274	51	49		
65 a 69	-838	-728	964	1.570	54	46	38	62
70 e mais	1.013	1.704	2.001	2.051	37	63	49	51
Total	-304.791	-266.323	31.583	45.845	53	47	41	59

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991 e Contagem Populacional, 1996.

A distribuição da população rural em São Paulo por sexo e idade está na Figura 2.4. Com a diminuição da base da pirâmide etária no Estado de 1980 a 1996, a população de 10-14 anos passou a compor a parte mais importante dessa população segundo os grupos etários estabelecidos. A população rural estadual foi composta predominantemente de uma população jovem (15-29 anos) que tem se expandido nos anos 90, contrariamente à diminuição nos anos 80.

Da mesma forma a população até 59 anos ganhou corpo na pirâmide etária em 1996, sobretudo a população feminina que manteve um aumento também para as idades mais avançadas.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991 e Contagem Populacional, 1996.

Figura 2.4 - Distribuição da população rural por sexo e idade. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996

Dando continuidade às considerações sobre população por idade, apresenta-se informações referentes à educação, baseadas na população residente no Estado em 1980, 1991 e 1996, do grupo de maiores de 14 anos, por anos de estudo. Essa população poderia ter no mínimo 7 anos de estudos na data do recenseamento, se tivesse iniciado o ciclo escolar aos 7 anos de idade e obtido aprovação consecutiva nos anos corridos.

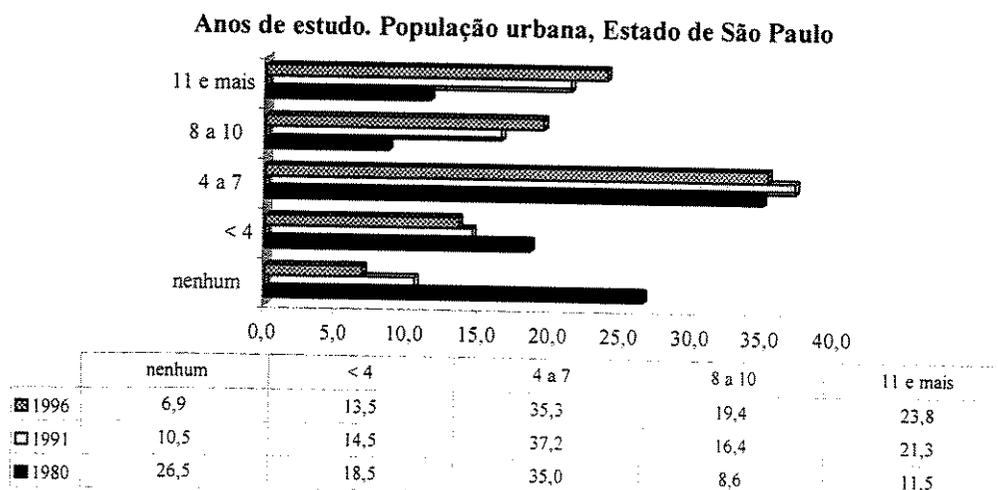
A população residente no Estado de São Paulo, acima de 14 anos de idade, passou de 16.786.396 em 1980 para 24.590.962 pessoas em 1996, aumentando sempre na área urbana. Na área rural teve uma diminuição de 242.552 pessoas no período 1980/91, voltando a crescer em 1996 (111.923 pessoas).

Foram considerados os anos de estudo da população urbana e rural estadual para se distinguir a escolaridade nas duas áreas de forma comparativa (Tabela 2.10).

Tabela 2.10 - Escolaridade. Anos de estudo da população residente (> de 14 anos), segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996

Sit. Dom./ano	Anos de Estudo (%)					População Total	
	Urbano	nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10		11 e mais
1980		26,5	18,5	35	8,6	11,5	15.071.880
1991		10,5	14,5	37,2	16,4	21,3	20.407.456
1996		6,9	13,5	35,3	19,4	23,8	23.007.075
Sit. Dom./ano	Anos de Estudo (%)					População Total	
	Rural/	Nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10		11 e mais
1980		35,6	31,3	27,7	3	2,3	1.714.516
1991		21	28	37,7	7,8	5,5	1.471.964
1996		13,5	25,9	40	12,2	7,3	1.583.887

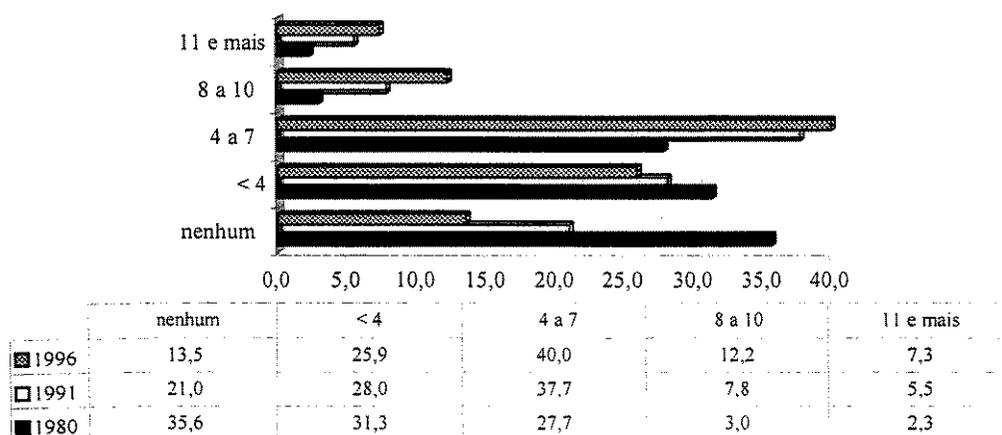
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e Contagem Populacional/1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP,2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP,2000.

Figura 2.5 - Anos de estudo da população residente na área urbana. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996

Anos de estudo. População rural, Estado de São Paulo



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 2.6 - Anos de estudo da população residente na área rural. Estado de São Paulo, 1980, 1991 e 1996

A população com nenhum ano de estudo tem sido reduzida em ambas as áreas, assim como aquela atendida somente nos primeiros quatro anos. O fato de um aumento nos anos de estudo da população residente no Estado de São Paulo, foi confirmada pelo aumento da população que apresentou entre 4 a 7 anos de estudo, lembrando tratar-se da população maior de 14 anos

Cabe ser destacado que a redução da população urbana sem nenhum ano de estudo de 1980 a 1996 foi de mais 3 milhões e 900 mil pessoas para quase 1 milhão quinhentas e noventa mil pessoas em 1996 (quase 40% do total em 1980). Na área rural essa população passou de 610.763 pessoas em 1980, para 213.528 em 1996 (35% da população em 1980).

Da mesma forma, elevou-se as duas categorias relacionadas ao ensino médio e superior (8 a 10 anos e 11 e mais). A área urbana comportou uma população mais qualificada nesse último atributo. A área rural apresentou uma alteração significativa na população com 4 a 7 anos de estudos, representando 40% em 1996 (a maior parcela), da população com ensino relativo ao primeiro grau a ser completado (Figura 2.5 e 2.6).

Para as Mesorregiões estaduais ressaltou-se que somente Piracicaba, Macro Metropolitana Paulista, Vale do Paraíba Paulista e Litoral Sul Paulista apresentaram

aumento da população rural maior de 14 anos, agrupada por anos de estudo, no período 1980/91 (Tabela 2.11).

Praticamente as mesmas Mesorregiões tiveram aumento na população rural maior de 14 anos de idade em 1991/96, embora tenha sido relativamente menor que na década anterior. A exceção foi feita ao aumento considerável dessa população para a Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista, cabendo ser lembrado que no balanço dos anos 90 (1991/2000) essa região perdeu população rural na segunda metade da década, restando para o final desse período um ganho muito pequeno, fato já salientado quando tratou-se do crescimento da população rural com abrangência regional.

Mas em 1991/96, além das Mesorregiões mencionadas para o período anterior, a RMSP despontou com um crescimento formidável dessa população de 169.247 pessoas maiores de 14 anos, representando mais de 80% da população nessa idade residente no rural, no início do período.

**Tabela 2.11 - Anos de estudo da população maior de 14 anos residente na área rural.
Estado de São Paulo, por Mesorregiões, 1980, 1991 e 1996**

Ano 1980 Mesorregião	Anos de estudo						Ano 1991	Anos de Estudo					
	nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e +	Total		nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e +	Total
1) S. J. Rio Preto	36	30	30	3	2	194853	21	27	40	7	5	140658	
2) Ribeirão Preto	30	33	31	3	3	125529	18	30	39	7	6	105476	
3) Araçatuba	37	27	29	4	3	65367	21	25	38	9	7	49475	
4) Bauru	38	32	26	2	2	118787	22	31	37	6	5	90890	
5) Araraquara	32	34	29	3	2	47645	19	32	37	7	5	43252	
6) Piracicaba	28	34	33	3	2	61206	16	28	42	9	5	68727	
7) Campinas	32	33	30	3	3	201795	19	30	38	6	6	164483	
8) Pres. Prudente	41	26	27	3	2	131865	21	23	37	10	8	95614	
9) Marília	42	29	25	2	2	51069	23	27	37	7	5	37854	
10) Assis	36	34	26	2	2	68389	21	31	37	7	5	55126	
11) Itapetininga	37	41	19	1	1	127406	24	40	29	4	3	117228	
12) Macro M.Pta	36	32	25	3	3	145862	23	29	37	6	5	153865	
13) Vale P. Pta	40	34	21	2	2	87668	26	31	33	5	5	88778	
14) Litoral S. Pta	45	30	21	2	2	47541	30	27	34	6	3	53186	
15) RMSP	34	26	32	5	3	237517	17	18	43	14	7	205655	
16) Santos	11	24	33	13	19	2017	18	15	50	11	7	1697	
Total do ESP	36	31	28	3	2	1714516	21	28	38	8	5	1471964	
1996													
Meso	nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e +	Total							
1) S. J. Rio Preto	15	25	40	11	8	124944							
2) Ribeirão Preto	12	30	40	10	7	89927							
3) Araçatuba	15	24	39	12	9	43005							
4) Bauru	15	30	39	8	6	77425							
5) Araraquara	12	27	42	11	7	42183							
6) Piracicaba	10	25	43	13	8	70657							
7) Campinas	13	29	40	9	7	158713							
8) Pres. Prudente	14	22	37	15	11	91520							
9) Marília	16	26	39	11	7	30278							
10) Assis	14	30	39	10	7	46657							
11) Itapetininga	17	37	34	8	4	114295							
12) Macro M.Pta	16	28	39	9	6	160044							
13) Vale P. Pta	16	30	38	9	6	100735							
14) Litoral S. Pta	19	29	38	9	4	56359							
15) RMSP	10	18	43	19	9	374902							
16) Santos	13	24	44	12	7	2243							
Total do ESP	13	26	40	12	7	1583887							

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

2.4 - PEA ocupada nos setores de atividades econômicas e renda per capita familiar

A articulação entre a situação do domicílio e o setor de atividade econômica onde a população residente no Estado de São Paulo esteve inserida, será analisada com o objetivo de incorporar outros elementos pertencentes às relações entre o urbano e o rural, cada vez mais articuladas às novas demandas de ocupação do espaço, essencialmente nas últimas décadas.

A ocupação nos setores de atividades econômicas relacionou-se à População Economicamente Ativa (PEA)²⁹ ocupada em 1980 e 1991. Utilizou-se as categorias primário, secundário e terciário, como forma de agrupar os setores de atividades, reconhecendo que se tratam de categorias insuficientes para refletir a diversificação das atividades produtivas, porém capazes de fortalecer a discussão proposta nesse estudo sobre a caracterização da população rural.

Em 1980, essas informações vieram da variável Finalidade/Ramo do negócio e, em 1991, da variável Código da Atividade. Como atividade primária foram agrupadas as categorias que tratam de culturas. diversas, pecuária, avicultura, apicultura e sericicultura, extração vegetal e mineral, pesca e piscicultura; como secundário, as atividades que agrupam as categorias denominadas indústrias de transformação e construção, produção e distribuição de energia elétrica e de gás encanado; finalmente, como terciário, prestação de serviços e comércio de forma geral.

Segundo as informações censitárias, a PEA correspondia a aproximadamente 41% (10.236.011 pessoas) e 42% (13.149.095 pessoas) da população total estadual em 1980 e 1991, respectivamente. Considerando-se a situação do domicílio, 89,6% da PEA total residia na área urbana em 1980 e 93,2% em 1991.

A PEA na área urbana esteve predominantemente ocupada no setor terciário, com um aumento da população inserida nessas atividades, de 4.900.776 em 1980 para 7.536.191 pessoas em 1991, correspondendo a 54% e 61% da PEA nos respectivos anos (Tabela

²⁹ População Economicamente Ativa (PEA) foram consideradas as pessoas maiores de 10 anos de idade que trabalharam em todos ou em parte dos últimos 12 meses da data do recenseamento, habitualmente ou eventualmente. A PEA distribuída nos setores de atividades econômicas não incluiu as pessoas que estiveram na condição de procura de emprego, já tendo, ou nunca, trabalhado anteriormente.

2.12). Houve uma diminuição das pessoas ocupadas no setor secundário de 3.748.246 (41%) para 3.180.886 pessoas (26%) de 1980 para 1991.

Entretanto, ocorreu um pequeno aumento da PEA residente na área urbana e ocupada no setor primário de produção, de 468.690 em 1980 para 513.720 pessoas em 1991, correspondendo a 5% da PEA ocupada. Esse aumento pode estar relacionado à continuada saída do homem da área rural em busca de outras oportunidades de emprego na área urbana, mesmo mantendo a atividade primária como atividade principal, assim como à ampliada e conhecida demanda de mão-de-obra temporária na área rural, utilizando trabalhadores não residentes no local.

Na área rural, ao contrário da área urbana, houve uma diminuição da PEA ocupada de 1.066.953 em 1980 para 888.722 pessoas em 1991. A maior perda ocorreu com relação à PEA inserida no setor primário de produção (253.102 pessoas), mesmo constituindo o setor de atividade econômica predominante nessa área em ambos os anos, representando 69% (728.420 pessoas) e 54% (475.318 pessoas) dos três setores considerados em 1980 e 1991, respectivamente.

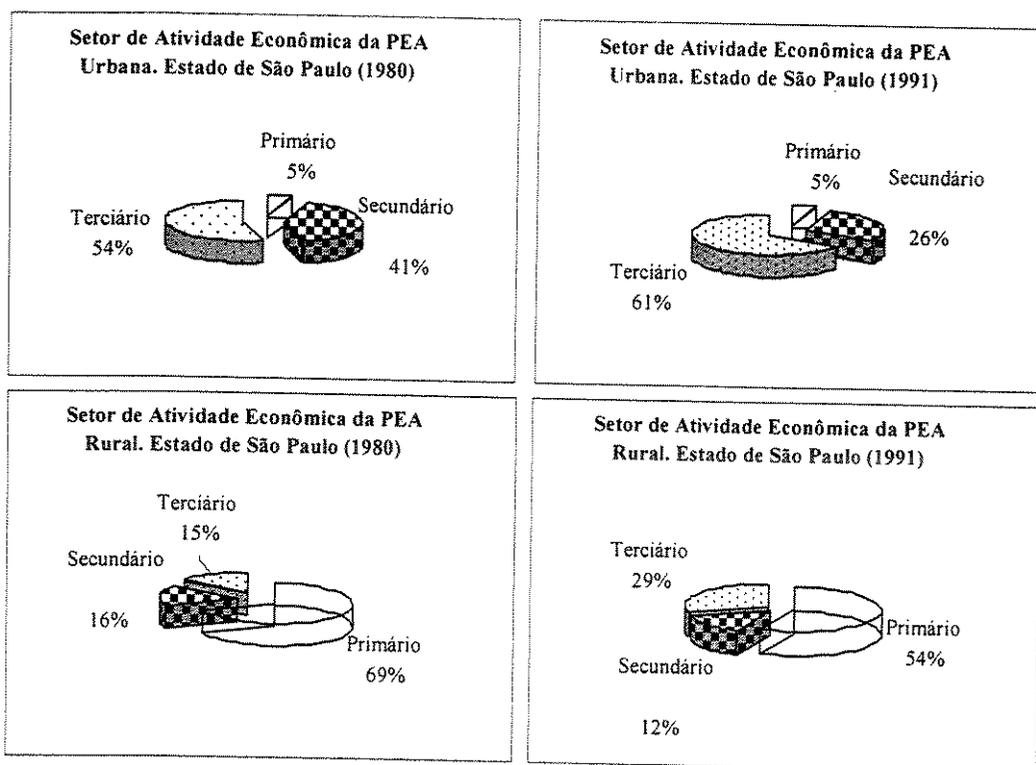
Houve um aumento relativo importante da PEA inserida na atividade terciária de produção, constituindo o único setor que expandiu o número de pessoas ocupadas na área rural paulista, no período considerado, passando de 162.789 (15%) para 253.833 (29%). A distribuição da PEA nos setores de atividades econômicas em 1980 e 1991, segundo a situação do domicílio, pode ser vista na Figura 2.7.

Esse aumento da PEA rural inserida no setor terciário, somado à diminuição da PEA no setor primário pode ser reflexo do desenvolvimento de atividades econômicas "não-agrícolas" no rural, já nos anos 80. As alterações na inserção da PEA no setor primário residente na área urbana, reafirmaram as mudanças estruturais que têm continuamente inviabilizado a permanência do homem no campo, mesmo sendo o setor primário o principal vínculo de emprego dessa população. Ainda, a área urbana passou a agregar em 1991, um número absoluto maior da PEA inserida no setor primário de produção, comparado ao rural.

Tabela 2.12 - Distribuição da PEA em setores de atividades econômicas. Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Sit.Dom./ Ano	Setor de Atividade Econômica				Total
	Primário	Secundário	Terciário	Ativ.mal def.	
1980					
Urbano	468690	3748246	4900776	51346	9169058
Rural	728420	172067	162789	3677	1066953
1991					
Urbano	513720	3180886	7536191	1029576	12260373
Rural	475318	110744	253833	48827	888722

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP,1999.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP,1999.

Figura 2.7 - Setor de atividade da PEA ocupada segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Dessa análise, não pode ser examinado o local onde a população residente, na área urbana ou rural, esteve trabalhando no período considerado. A única situação indicativa do local de residência e trabalho referiu-se à PEA residente no urbano e inserida nas atividades primárias de produção, com maiores probabilidades de serem realizadas no rural. Dessa forma, analisando-se a proporção da PEA inserida no setor primário de produção, segundo a situação do domicílio, foi possível indicar a existência de um número menor de pessoas residentes na área rural ocupadas nessas atividades, por Mesorregiões, assim como um aumento no número de pessoas inseridas nessas pressupostas atividades desenvolvidas no rural e residentes no urbano, como ressaltado anteriormente para o Estado de São Paulo (Tabela 2.13).

As Mesorregiões de Presidente Prudente, Itapetininga e Litoral Sul Paulista tiveram importância na concentração da PEA residente na área rural, em 1980, lembrando que essas Mesorregiões também apresentaram importante concentração da população na área rural, como visto quando tratou-se da distribuição da população segundo a situação do domicílio no início desse capítulo, alterando essa situação em 1991, sobretudo para Presidente Prudente.

A Mesorregião de Piracicaba, Ribeirão Preto e RMSP, diferenciando-se das demais, apresentaram 50%, 59% e 63% da PEA inserida no setor primário de produção e residente na área urbana, respectivamente, em 1980. Essa população significou 10% da PEA total de Piracicaba residente no urbano (27.815 pessoas), 18% de Ribeirão Preto (87.910 pessoas) e 0,6% (31.364 pessoas) da RMSP. As duas primeiras destacaram-se em 1985, como já visto, no uso da terra com lavouras temporárias.

Além das Mesorregiões de Piracicaba, Ribeirão Preto e RMSP, que tiveram uma participação ainda maior em 1991 da PEA inserida no setor primário de produção e residente na área urbana (63%, 70% e 84%, respectivamente), outras apresentaram essa proporção superior a 50%, foram elas: São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, Araraquara, todas com o desenvolvimento bastante significativo de atividades agropecuárias no Estado.

Tabela 2.13 - Proporção da PEA ocupada no setor primário de produção, segundo a situação do domicílio, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Mesorregião	Setor Primário/ 1980	Total dos Setores/1980	Setor Primário/ 1991	Total dos Setores/1991
	PEA Ocupada	PEA Ocupada	PEA Ocupada	PEA Ocupada
1) São José do Rio Preto				
Urbano (%)	34	71	51	85
Rural (%)	66	29	49	15
Total da PEA	164.142	421.078	127.934	555.797
2) Ribeirão Preto				
Urbano (%)	59	86	70	92
Rural (%)	41	14	30	8
Total da PEA	149.700	562.387	129.272	785.567
3) Araçatuba				
Urbano (%)	44	80	57	88
Rural (%)	56	20	43	12
Total da PEA	56.998	190.542	43.864	251.631
4) Bauru				
Urbano (%)	40	79	54	88
Rural (%)	60	21	46	12
Total da PEA	108.880	360.821	79.860	468.638
5) Araraquara				
Urbano (%)	46	83	61	90
Rural (%)	54	17	39	10
Total da PEA	46.987	189.705	44.797	261.719
6) Piracicaba				
Urbano (%)	50	87	63	90
Rural (%)	50	13	37	10
Total da PEA	55.087	310.165	45.675	432.709
7) Campinas				
Urbano (%)	35	84	43	91
Rural (%)	65	16	57	9
Total da PEA	122.990	805.967	102.425	1.159.260
8) Presidente Prudente				
Urbano (%)	30	68	46	82
Rural (%)	70	32	54	18
Total da PEA	104.476	262.664	74.084	318.612
9) Marília				
Urbano (%)	32	73	42	85
Rural (%)	68	27	58	15
Total da PEA	47.789	134.340	28.539	159.279
10) Assis				
Urbano (%)	36	71	48	82
Rural (%)	64	29	52	18
Total da PEA	54.620	143.345	45.592	189.213
11) Itapetininga				
Urbano (%)	23	59	31	72
Rural (%)	77	41	69	28
Total da PEA	81.996	184.743	73.311	250.132

Continuação da Tabela 2.13				
Mesorregião	Setor Primário/ 1980 PEA Ocupada	Total dos Setores/1980 PEA Ocupada	Setor Primário/ 1991 PEA Ocupada	Total dos Setores/1991 PEA Ocupada
12) Macro Metropolitana Paulista				
Urbano (%)	31	82	35	86
Rural (%)	69	18	65	14
Total da PEA	75.602	501.029	66.759	707.029
13) Vale do Paraíba Paulista				
Urbano (%)	28	89	33	92
Rural (%)	72	11	67	8
Total da PEA	45.590	437.671	36.506	620.967
14) Litoral Sul Paulista				
Urbano (%)	24	65	26	75
Rural (%)	76	35	74	25
Total da PEA	27.699	78.165	24.422	113.402
15) Região Metropolitana de São Paulo				
Urbano (%)	63	97	84	98
Rural (%)	37	3	16	2
Total da PEA	50.151	5.304.854	61.757	6.429.732
16) Santos				
Urbano (%)	99	100	98	100
Rural (%)	1	0	2	0
Total da PEA	4.403	348.535	4.241	445.408
Total do ESP				
Urbano (%)	39	90	52	93
Rural (%)	61	10	48	7
Total da PEA	1.197.110	10.236.011	989.038	13.149.095

Fonte: Fundação IBGE, Censo Agropecuário do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1999.

No Estado de São Paulo, da PEA inserida no setor primário, 52% residiu na área urbana em 1991. Além disso, pode-se verificar que todas as Mesorregiões tiveram essa proporção aumentada em relação a 1980, mesmo não superando os 50%, confirmando, por um lado, a continuada saída da população das áreas rurais em décadas anteriores e, por outro lado, mostrando novas tendências na ocupação da PEA ativa na área rural, seja pelo trânsito entre as áreas urbana e rural, facilitado cada vez mais pelos empreendimentos nos meios de comunicação e transporte, seja pela inserção da PEA rural nos demais setores de atividades econômicas, sobretudo no terciário, supondo-se, sobretudo que parte importante dessas atividades esteja sendo realizada no rural.

O período que acabou de ser examinado foi prévio à retomada no crescimento da população rural no Estado de São Paulo (os anos 90). As informações censitárias que

permitirão essa abordagem para os anos 90 estarão disponíveis na divulgação dos dados do Censo Demográfico do ano 2000, uma vez que na Contagem Populacional de 1996 esses quesitos não foram levantados. Entretanto, pode-se afirmar que nos anos 80, embora tenha ocorrido a diminuição da população rural no Estado de São Paulo, houve uma desaceleração no ritmo de perda dessa população, e que isto pode estar relacionado, entre outros fatores (como o estoque reduzido da população rural), às mudanças na inserção da PEA rural nas atividades econômicas, sobretudo para as pessoas que permanecerão no campo, deixando clara a tendência da “transferência” de trabalhadores residentes no rural para atividades “urbanas”, em especial as do setor terciário.

Essas mudanças ocorreram com maior intensidade nos anos 90, conforme registrado nos estudos sobre a formação do "novo rural", como mencionado anteriormente. Assim, embora não possa ser indicado o local de trabalho, se na área urbana ou rural, mas somente o local de residência da PEA, não se pode desconsiderar a questão estudada por Silva (1999), ou seja, que parte da PEA alocada em atividades fora do setor primário estaria ligada às atividades “não-agrícolas” desenvolvidas no próprio meio rural. Nesse sentido, seria impreciso considerar ou, no mínimo, temeroso, associar esse aumento nas ocupações no setor terciário a uma mudança real de local de trabalho do rural para o urbano.

Deve-se lembrar que as informações do Censo Demográfico não seriam as melhores para tal efeito, tendo em vista , por exemplo, que não considera questões relativas ao tempo despendido nas ocupações, dado cada vez mais importante para qualificar a forma de inserção do indivíduo, já que sobretudo no setor rural os trabalhadores em tempo parcial vão se tornando um fenômeno cada vez mais comum (Silva, 1997).

Será apresentada a Renda Per Capita Familiar³⁰ rural comparada com a urbana objetivando-se ter novamente uma área para comparação de características sócio-econômicas dessa população, como feito para escolaridade. Em 1980, a variável renda foi dividida nos parâmetros: sem rendimento, menos que 0,6 Salários Mínimos (SM), 0,6 a 3 SM, 3 a 5 SM, 5 a 10 SM, e mais de 10 SM. Em 1991, a alteração referiu-se basicamente à segunda medida, passando de menos 0,6SM, para menos de 0,9 SM, de 0,9 a 3SM, e assim

³⁰A Renda Per Capita Familiar é correspondente ao quanto a família ganhou, dividido pelo número de pessoas na família. O total será o número de famílias residentes, somando-se os migrantes e os não migrantes da Região.

por diante. Essas medidas (menos de 0,6 SM e menos de 0,9 SM) foram concebidas como limites nos respectivos anos e todos os atributos foram baseados no Salário Mínimo vigente em ambas as datas.

Em 1980 de um total de 6.429.746 famílias, 90% residiram no urbano e os restantes 10% no rural. Em 1991, esses percentuais alteram-se para 93% e 7%, respectivamente, aumentando o número de famílias residentes no Estado de São Paulo para 8.576.542, em 1991 (Tabela 2.14).

Tabela 2.14 - Renda per capita familiar, segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Ano/Sit. Dom.	Renda Per Capita Familiar							Total
	S/Rend.	< 0,6 SM	0,6 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	S/Decl.	
1980								
Urbano	111.780	1281.316	2.602.489	1.265.737	333.665	124.211	52.120	5.771.318
Rural	23.632	379.433	198.647	39.883	7.497	3.819	5.517	658.428
1991								
Urbano	251.910	2.351.961	3.676.680	853.139	581.561	291.432		8.006.682
Rural	27.152	358.750	156.308	15.400	8.170	4.081		569.860

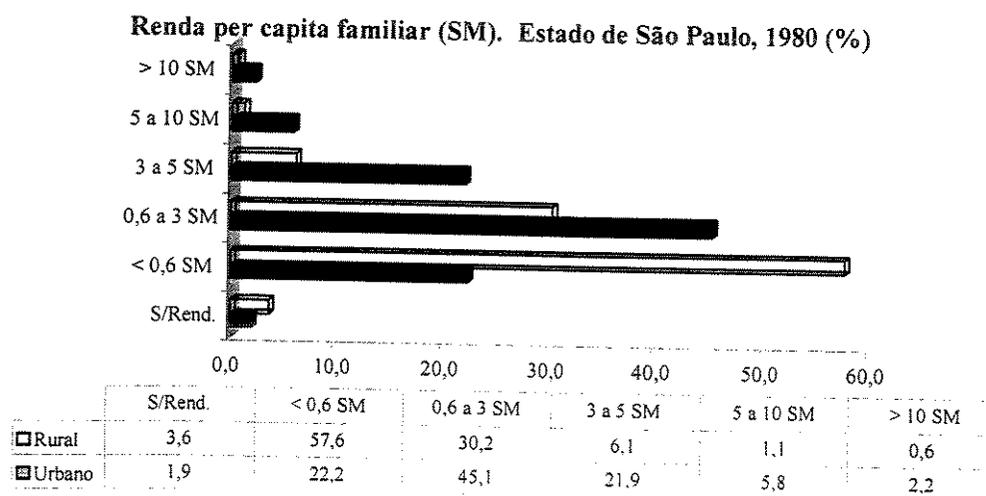
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 2000.

A Renda Per Capita Familiar na área rural concentrou-se na categoria menos de 0,6 SM, em 1980, correspondendo a 58% ou 379.433 famílias. O mesmo ocorreu em 1991, representando 63% ou 358.750 famílias no Estado, no limite de pobreza concebido para ambos os anos. Também houve um aumento da participação da categoria relativa à sem rendimentos, 4% (23.632 famílias) em 1980 para 5% (27.152 famílias) em 1991. Nas categorias superiores a 0,6 SM até 5 SM houve uma redução da participação relativa dessas famílias no total, como em termos do número absoluto das famílias categorizadas. As demais categorias, representativas de melhores salários, mantiveram praticamente a mesma participação e os mesmos valores absolutos de famílias nas duas datas consideradas.

Fundamentalmente na área urbana a renda per capita familiar em 1980 concentrou-se na faixa de 0,6 a 3 SM, correspondendo a 45% (2.602.489 famílias) Em 1991, novamente a categoria 0,9 SM a 3SM, relativa a anterior em 1980, apresentou a maior participação da famílias residentes na área urbana, representando 46% (3.676.680 famílias).

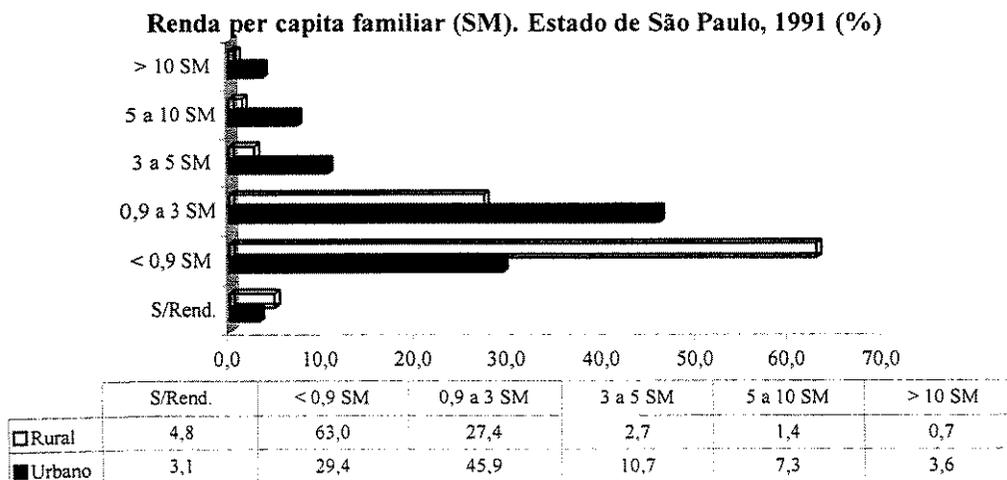
Embora na área urbana, comparado com a rural, um número maior de famílias esteja dentro de uma melhor categoria de Renda Per Capita Familiar, como mostrado acima, também houve um aumento das famílias na linha que demarca o limite das menores rendas (< 0,6 e < 0,9 SM em 1980 e 1991, respectivamente) nos dois anos considerados, correspondendo a 22% (1.281.316 famílias) em 1980 e 29% (2.351.961 famílias) em 1991. Cabe ressaltar que na área urbana o agravamento da condição de pobreza pode ser considerado ainda maior que na área rural, pelo aumento (absoluto) importante no número de famílias envolvidas.

Entretanto, em termos relativos foi na área rural que concentrou-se o maior número de famílias com as rendas mais baixas, tendo essa situação se agravado em 1991, comparado com 1980 e comparado com a mesma distribuição dessas categorias na área urbana (Figura 2.8 (1980) e Figura 2.9 (1991)).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 2.8 - Renda per capita familiar, segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 2.9 - Renda per capita familiar, segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1991

Analisando a Renda Per Capita Familiar da população rural por Mesorregiões em São Paulo, constatou-se que da mesma forma que no Estado, a maior participação da categoria menos de 0,6 SM e menos de 0,9 SM foi registrada para todas as Regiões consideradas, nos dois anos respectivos (Tabela 2.15).

Constatou-se um aumento da participação dessa categoria em 1991, que conjugado à diminuição no número de famílias na área rural nesse ano, permitiu afirmar que mais famílias tiveram a situação de Renda Per Capita agravada em 1991, comparado com 1980. Para a maioria das Mesorregiões também ocorreu uma pequena diminuição da participação das famílias com rendimento entre 0,9 a 3 SM, a segunda categoria importante para as famílias rurais no Estado.

**Tabela 2.15 - Renda per capita familiar da população rural (%), por Mesorregiões.
Estado de São Paulo, 1980 e 1991**

Mesorregião	Renda Per Capita Familiar (Salários Mínimos)/1980, em porcentagem (%)						Total
	S/Rend.	< 0,6 SM	0,6 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	
1) S. J. Rio Preto	2	65	26	5	1	0	70.149
2) Ribeirão Preto	3	55	32	7	1	1	48.773
3) Araçatuba	2	65	25	5	1	1	23.513
4) Bauru	5	63	26	4	1	0	46.036
5) Araraquara	1	52	37	7	1	1	18.228
6) Piracicaba	2	46	40	9	2	1	22.519
7) Campinas	4	52	34	7	2	1	76.786
8) Pres. Prudente	2	69	22	5	1	0	47402
9) Marília	2	72	21	3	1	1	18.693
10) Assis	1	70	23	4	1	1	25.192
11) Itapetininga	2	70	23	4	1	0	48.768
12) Macro M.Pta	4	54	31	8	2	1	57.767
13) Vale P. Pta	2	68	23	4	1	1	33.413
14) Litoral S. Pta	2	67	24	4	1	0	19.487
15) RMSP	8	38	43	8	1	0	100.102
16) Santos	0	6	10	5	0	0	1.600
Total do ESP	4	58	30	6	1	1	658.428
Mesorregião	Renda Per Capita Familiar (Salários Mínimos)/1991, em porcentagem (%)						Total
	S/Rend.	< 0,9 SM	0,9 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	
1) S. J. Rio Preto	2	77	18	1	1	0	52.407
2) Ribeirão Preto	3	57	34	3	1	1	43.243
3) Araçatuba	2	72	22	2	1	1	17.778
4) Bauru	7	66	23	2	1	1	35.493
5) Araraquara	1	58	35	3	2	1	17.096
6) Piracicaba	2	50	42	3	2	1	26.757
7) Campinas	4	60	30	3	2	1	62.834
8) Pres. Prudente	5	74	18	1	1	1	35.085
9) Marília	7	75	15	1	1	1	14.635
10) Assis	2	77	18	2	1	1	20.766
11) Itapetininga	2	81	15	1	1	0	43.943
12) Macro M.Pta	5	57	32	3	2	1	58.381
13) Vale P. Pta	5	71	20	2	1	1	34.929
14) Litoral S. Pta	4	76	18	1	1	0	20.596
15) RMSP	11	41	41	5	2	0	85.084
16) Santos	2	47	40	7	4	1	833
Total do ESP	5	63	27	3	1	1	569.860

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991.
Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

2.5 - Considerações sobre migração nos anos 80, segundo a situação do domicílio

Uma questão interessante ligada à distribuição espacial da população segundo a situação do domicílio aflora da análise do local de residência dos migrantes no momento do Censo, juntamente com a situação de residência anterior. Na verdade, tal interesse decorre não apenas em função das diferenças regionais em termos da importância desses movimentos no crescimento das áreas consideradas, mas também porque esse diagnóstico pode contribuir para o entendimento das possíveis relações entre moradia e trabalho ou estudo, que se dá entre as áreas urbana e rural.

Os movimentos entre as áreas urbana e rural nas duas décadas estão na Tabela 2.16, considerando-se os migrantes³¹ segundo a situação do domicílio anterior e atual. Assim, pode-se verificar que em 1980, dos 5.984.788 migrantes residentes em São Paulo na zona urbana, 68% (4.062.024 pessoas) haviam morado anteriormente também no urbano e 32% (1.922.764 pessoas) no rural. Dos 867.712 migrantes residentes em 1980 na área rural, 31% (266.151 pessoas) residiam anteriormente também no urbano, e 69% (601.561 pessoas) tinham a procedência no rural.

Dos residentes na área urbana (5.480.634 migrantes) em 1991, 80% (4.386.265 pessoas) tiveram o domicílio anterior no urbano e 20% (1.094.369 pessoas) no rural, enquanto dos migrantes residentes no rural, 44% (267.471) vieram do urbano e 56% (336.318) do rural. Tendo presente a importância da migração no crescimento populacional do Estado, esses números apenas reforçam a importância dos deslocamentos populacionais para o progressivo processo de urbanização no Estado de São Paulo.

³¹ Como migrantes foram consideradas as pessoas residentes nos municípios componentes de cada Mesorregião somente no intervalo entre dois recenseamentos, (exemplo: 0<=tempo de residência<10 anos).

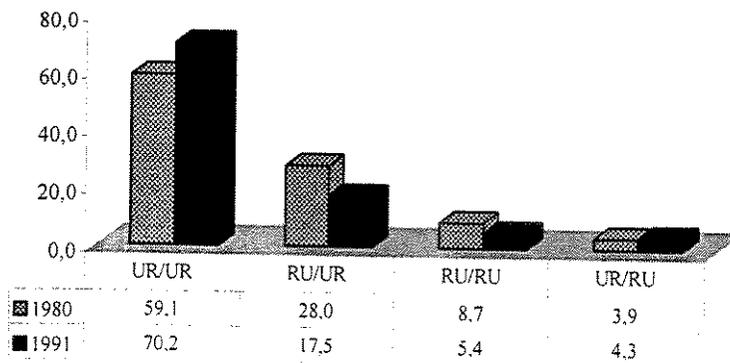
Tabela 2.16 - População migrante por situação do domicílio atual e anterior. Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Ano	Situação do Domicílio Anterior e Atual				Total
	UR/UR	RU/UR	RU/RU	UR/RU	
1980	4.062.024	1.922.764	601.561	266.151	6.852.500
1980 (%)*	59,1%	28,0%	8,7%	3,9%	99,7%
1991	4.386.265	1.094.369	336.318	267.471	6.084.423
1991 (%)*	70,2%	17,5%	5,4%	4,3%	97,4%
	Situação do Domicílio Atual				
	UR	RU	*Ignorada	Total	
1980	5.984.788	867.712	24.090	6.876.590	
1991	5.480.634	603.789	161.246	6.245.669	
*procedência não identificada					

Notas: * percentual sem contar população ignorada

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Movimentos populacionais por situação do domicílio anterior e atual. Estado de São Paulo, 1980 e 1991



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Figura 2.10 - Movimentos populacionais por situação do domicílio anterior e atual. Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Na diminuição dos valores absolutos dos migrantes no período 1980/91, que foi de 768.077 pessoas (sem contar com a população com procedência ignorada), houve, na verdade, uma redução dos movimentos de pessoas que tinham o rural como residência anterior de 1.093.638 pessoas, e um ganho de 325.561 pessoas com procedência da área urbana. Isso, mesmo considerando que o real volume da migração rural/urbana possa estar subestimado³², reforça ainda mais o que parece ser um inexorável processo de concentração da população nas cidades, sejam elas de qualquer porte.

Por fim, a Tabela 2.16 mostrou que a maior proporção de migrantes dirigiram-se para as zonas urbanas, sendo que o movimento com procedência também do urbano (UR/UR), representou 59,1% em 1980 e 70,2% em 1991. O movimento RU/UR apresentou uma queda em 1991 de 828.395 pessoas (43%) comparado a 1980. O movimento RU/RU registrou também uma queda de 265.243 pessoas (44%), no mesmo período. Entretanto, mesmo apresentando diminuição da população migrante, o movimento com procedência da área rural para a urbana (RU/UR) ainda foi responsável por 17,5% dos movimentos populacionais em 1991, ou seja, 1.094.369 pessoas (Figura 2.10).

Para se ter uma medida do impacto dos movimentos populacionais ocorridos no período considerado nas áreas urbana ou rural, apresenta-se a participação da população migrante na população residente no Estado de São Paulo (Tabela 2.17). Em termos relativos houve uma diminuição da participação da população migrante na população residente estadual em 1991, de 27,1% para 19,2%, com uma variação de menos 630.921 pessoas³³. O mesmo ocorreu para as áreas urbana e rural. Entretanto, o peso da participação da população migrante na população residente, foi superior para a área rural nos dois períodos considerados (ver também Figura 2.11).

³² Na verdade, uma vez que a informação capta somente o último movimento da população migrante, muitos dos movimentos realmente desencadeados no rural podem figurar como iniciados no urbano em função da existência de movimentos múltiplos, em especial aqueles do rural para o urbano. Tal situação demanda que os dados aqui analisados sejam considerados apenas como indicativos. Sobre essa questão ver, por exemplo, Patarra & Cunha (1987).

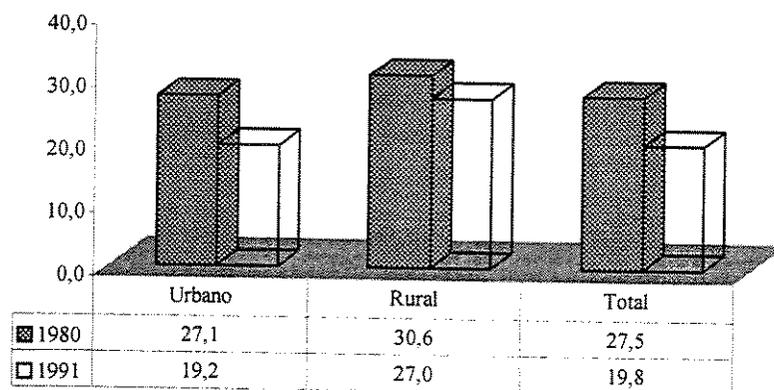
³³ Cabe lembrar que o total de migrantes da Tabela 2.17. agrega a população sem procedência identificada.

Tabela 2.17 - População residente e população migrante, segundo a situação do domicílio. Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Ano	1980			1991			
	Sit. Domicílio	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Pop. residente		22.196.896	2.845.178	25.042.074	29.314.861	2.274.064	31.588.925
Pop. migrante		6.004.833	871.757	6.876.590	5.632.589	613.080	6.245.669
Participação relativa da população migrante na população residente (%)							
Ano	Sit. Domicílio	Urbano	Rural	Total			
1980		27,1	30,6	27,5			
1991		19,2	27,0	19,8			

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Participação relativa da população migrante (%). Estado de São Paulo



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

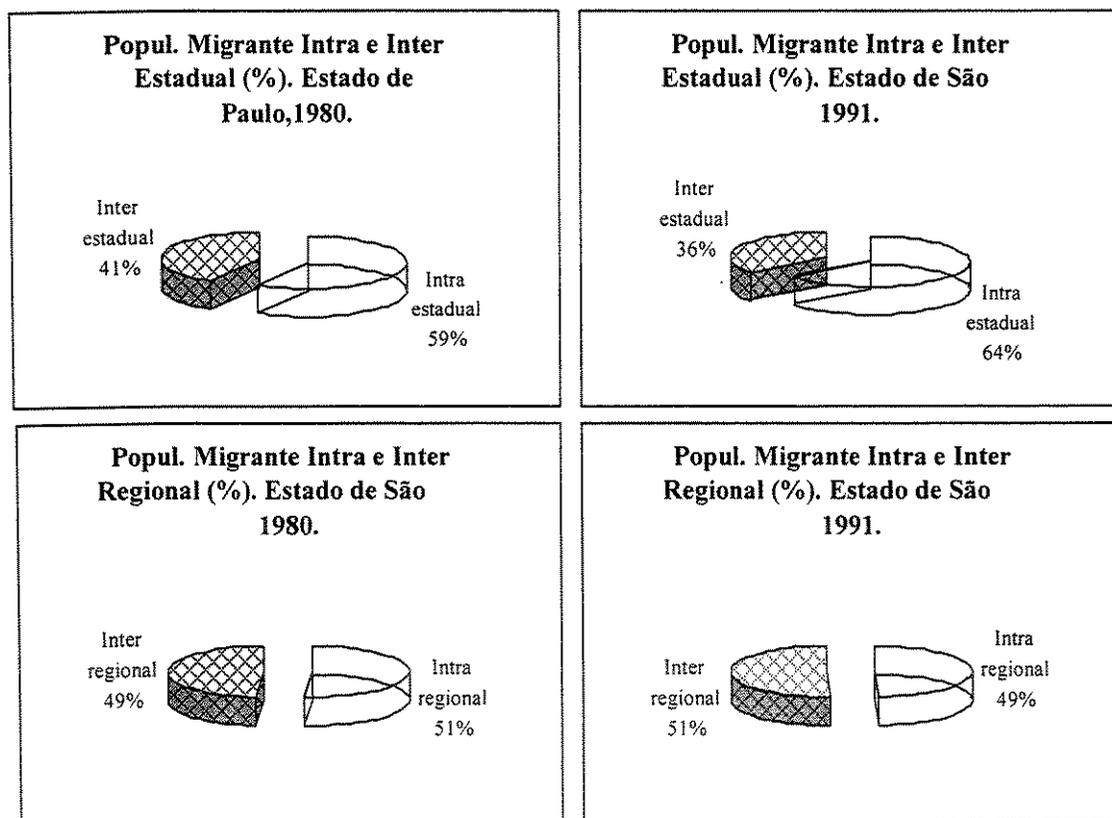
Figura 2.11 - Participação relativa da população migrante na população residente, segundo a situação do domicílio (%). Estado de São Paulo, 1980 e 1991

Houve nos anos 80 uma alteração importante na movimentação da população no Estado de São Paulo, acentuando-se os movimentos internos da população, efetivando-se a diminuição da entrada de pessoas de outros Estados brasileiros em São Paulo, e o arranjo espacial da população realizado internamente (Tabela 2.18).

**Tabela 2.18 - População migrante intra e inter-estadual (intra e inter-regional).
(Estado de São Paulo, 1980 e 1991)**

Ano	População Migrante				Migrante Total
	Intra- Estadual	Intra- Regional	Inter- regional	Inter- Estadual	
1980	4.026.867	2.070.585	1.956.282	2.849.723	6.876.590
1991	4.024.022	1.980.651	2.043.371	2.221.647	6.245.669

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

**Figura 2.12 - População migrante intra e inter-estadual e intra e inter-regional.
Estado de São Paulo, 1980 e 1991**

Primeiro, sem entrar em detalhes sobre a origem dos migrantes inter-estaduais e inter-regionais, e a situação do domicílio, apresentou-se na Tabela 2.18 a população

migrante no período 1970/80 e 1981/91, segundo os movimentos internos e externos ao Estado e a participação relativa desses movimentos (%) na Figura 2.12.

A diminuição do número de migrantes em 1991 deveu-se praticamente ao movimento inter-estadual, que passou de 2.849.723 em 1980, para 2.221.647 pessoas em 1991 (628.076 pessoas). O movimento inter-estadual representou 36% da população migrante e o movimento intra-estadual, 64% dos migrantes totais em 1991.

Examinado-se o movimento intra-estadual, verificou-se que houve uma diminuição de 2.845 pessoas em 1991, resultado da diminuição daqueles indivíduos incluídos no movimento intra-regional (89.934 pessoas) e da elevação no número de migrantes que se movimentaram entre as Mesorregiões em estudo (inter-regional), que somaram 87.089 pessoas. O movimento inter-regional passou a constituir a parte relativamente mais importante da migração intra-estadual em 1991 (51%), ao contrário do ocorrido em 1980, quando a migração intra-regional perfazia esse percentual (51%).

Em uma análise regional pode-se observar que o movimento da população residente em uma área urbana para outra área urbana (UR/UR) não somente foi, com destaque, o mais importante no período analisado, como teve sua participação aumentada em 1991 com relação a 1980, para todas as Mesorregiões e para o total Estado de São Paulo (exceto para a RMSP). Entretanto, o crescimento da população migrante observado para a maioria das Mesorregiões, foi pouco significativo em termos dos valores absolutos, comparado à RMSP, que no balanço geral foi a área que efetivamente apresentou uma diminuição do número de migrantes no período 1980/91, além de ser a única com diminuição da população migrante com procedência urbana, além da rural, como mencionado (Tabela 2.19)³⁴.

A proporção da população migrante residente na área rural foi em 1991 menor que em 1980, registrando-se uma diminuição dos movimentos realizados em direção a essa área em praticamente todas as Mesorregiões. Com relação a importância do movimento rural/rural (RU/RU), sobretudo em 1980, puderam ser destacadas as Mesorregiões de São José do Rio Preto, Bauru, Presidente Prudente, Marília, Assis, Itapetininga e Litoral Sul Paulista, mencionadas anteriormente por possuírem destacadas características estruturais ligadas às atividades agropecuárias.

Tabela 2.19 - Movimentos populacionais por situação do domicílio anterior e atual.

Estado de São Paulo por Mesorregiões, 1980 e 1991

Mesorregião	Migrante Total	Movimento Populacional/1980				Movimento Populacional/1980 (%)			
		UR/UR	RU/UR	RU/RU	UR/RU	UR/UR	RU/UR	RU/RU	UR/RU
1) S. J. Rio Preto	289.641	124.221	66.338	78.566	19.981	43	23	27	7
2) Ribeirão Preto	312.248	163.807	87.940	41.769	17.833	52	28	13	6
3) Araçatuba	128.155	68.601	31.171	21.226	6.914	54	24	17	5
4) Bauru	218.469	101.455	50.826	50.288	15.439	46	23	23	7
5) Araraquara	115.168	61.805	27.431	18.712	7.098	54	24	16	6
6) Piracicaba	178.889	89.859	62.135	19.018	7.444	50	35	11	4
7) Campinas	655.987	354.208	181.735	82.365	36.554	54	28	13	6
8) Pres. Prudente	185.067	72.921	43.709	55.947	12.126	39	24	30	7
9) Marília	81.784	33.490	21.203	22.605	4.351	41	26	28	5
10) Assis	89.003	37.115	23.278	22.385	6.075	42	26	25	7
11) Itapetininga	104.393	43.290	24.072	28.168	8.739	41	23	27	8
12) Macro M.Pta	380.139	193.494	112.741	46.635	25.499	51	30	12	7
13) Vale P. Pta	328.343	220.688	77.395	19.878	9.727	67	24	6	3
14) Litoral S. Pta	71.885	36.912	11.552	15.721	7.431	51	16	22	10
15) RMSP	3.466.819	2.238.676	1.053.757	78.187	80.713	65	30	2	2
16) Santos	270.600	221.482	47.481	91	227	82	18	0	0
Total do ESP	6.876.590	4.062.024	1.922.764	601.561	266.151	59	28	9	4
Mesorregião	Migrante Total	Movimento Populacional, 1991				Movimento Populacional, 1991 (%)			
		UR/UR	RU/UR	RU/RU	UR/RU	UR/UR	RU/UR	RU/RU	UR/RU
1) S. J. Rio Preto	306.008	184.959	56.483	39.977	20.885	60	18	13	7
2) Ribeirão Preto	348.718	229.525	64.009	27.299	22.643	66	18	8	6
3) Araçatuba	125.167	81.523	20.459	13.487	7.446	65	16	11	6
4) Bauru	236.925	152.313	38.399	27.142	16.130	64	16	11	7
5) Araraquara	133.188	85.674	23.611	14.044	8.389	64	18	11	6
6) Piracicaba	185.751	116.674	36.286	16.708	14.102	63	20	9	8
7) Campinas	664.525	462.569	114.582	47.008	31.176	70	17	7	5
8) Pres. Prudente	186.058	105.498	30.800	29.043	18.924	57	17	16	10
9) Marília	80.145	47.380	12.044	12.907	6.726	59	15	16	8
10) Assis	103.737	63.098	17.770	14.179	7.816	61	17	14	8
11) Itapetininga	119.817	64.854	19.362	19.270	15.025	54	16	16	13
12) Macro M.Pta	416.104	269.361	74.345	31.402	33.079	65	18	8	8
13) Vale P. Pta	321.285	249.361	39.380	13.217	15.376	78	12	4	5
14) Litoral S. Pta	84.190	55.131	9.590	9.225	8.883	65	11	11	11
15) RMSP	2.672.550	1.990.883	509.327	21.287	40.399	74	19	1	2
16) Santos	261.502	227.464	27.921	123	473	87	11	0	0
Total do ESP	6.245.668	4.386.265	1.094.369	336.318	267.471	70	18	5	4

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

³⁴ Para uma análise da migração no Estado de São Paulo com ênfase na RMSP, ver: (Cunha, 1994).

Cabe somente ser lembrado que a procedência da área rural dos migrantes no Estado de São Paulo e em todas as Mesorregiões apresentou uma diminuição no número de pessoas que praticaram esse movimento, em 1991, sobretudo em direção à área urbana. Isso refletiu na proporção da população migrante na população residente em todas as Mesorregiões, ocorrendo uma diminuição dessa participação relativa em 1991

Apresenta-se a seguir a população migrante residente na área rural, distribuída nas Mesorregiões, segundo os movimentos internos e externos ao Estado de São Paulo. Os movimentos realizados dentro do Estado estarão divididos em intra-regional e inter-regional, mostrando os migrantes que mudaram de residência entre os municípios de uma mesma Mesorregião no período intercensitário, e aqueles que mudaram de município localizados em Mesorregiões diferentes (Tabela 2.20).

Na área rural o movimento populacional intra-estadual foi mais importante que aquele realizado pela população procedente de outra Unidade da Federação, para a população rural estadual e para a população rural da maioria das Mesorregiões, em 1980. O movimento intra-estadual na área rural ainda foi superior ao movimento inter-estadual, em 1991, apresentando 636.590 migrantes ou 73% em 1980 e 456.862 migrantes ou 74% da migração rural total no Estado de São Paulo.

A RMSP foi a única Região que apresentou, em 1991, a proporção de migrantes pertencentes ao movimento inter-estadual, com 32.895 pessoas, superior ao intra-estadual, com 31.576 pessoas, evidenciando novamente diferenças na configuração desse rural no Estado, o que será resgatado no desenvolvimento do capítulo referente a essa importante Região no contexto estadual.

Dividindo-se o movimento intra-estadual da área rural do Estado de São Paulo verificou-se que o movimento intra-regional perdeu força em 1991, comparado com 1980. As pessoas mudaram menos entre os municípios de uma mesma Mesorregião no período 1980/91 que na década anterior. Disso resulta em uma diminuição da importância do movimento intra-regional comparado ao inter-regional no final do período. Entretanto, a migração intra-regional ainda predominou na área rural representando 54% dos movimentos dentro do Estado, ao contrário do que foi registrado anteriormente para a população total no Estado, onde o movimento inter-regional foi pouco superior ao

movimento intra-regional estadual em 1991 (Figura 2.12 - população total e Tabela 2.20 - população rural).

Tabela 2.20 - População rural migrante segundo os movimentos intra e inter estaduais. Estado de São Paulo por Mesorregiões, 1980 e 1991

Mesorregião	População Migrante/1980				População Migrante/1991			
	Intra-estadual (%)		Total	Inter Estadual	Intra-estadual (%)		Total	Inter Estadual
	Intra Regional	Inter Regional	Intra Estadual		Intra Regional	Inter Regional	Intra Estadual	
1) S. J. Rio Preto	80	20	86.996	11.669	75	25	55.176	6.395
2) Ribeirão Preto	69	31	44.539	15.294	63	37	35.902	14.607
3) Araçatuba	60	40	23.895	4.284	56	44	17.646	3.573
4) Bauru	56	44	53.296	12.561	46	54	38.197	5.495
5) Araraquara	48	52	20.680	5.167	44	56	18.018	4.637
6) Piracicaba	37	63	19.390	7.134	33	67	22.989	8.133
7) Campinas	45	55	76.839	42.298	54	46	54.326	24.754
8) Pres. Prudente	71	29	55.125	13.101	67	33	36.318	12.082
9) Marília	55	45	22.225	4.769	48	52	17.352	2.504
10) Assis	65	35	20.836	7.652	54	46	16.022	6.138
11) Itapetininga	58	42	29.695	7.253	47	53	28.753	5.925
12) Macro M.Pta	34	66	54.209	18.963	27	73	49.089	16.665
13) Vale P. Pta	67	33	21.518	8.135	65	35	21.087	7.831
14) Litoral S. Pta	51	49	16.672	6.576	45	55	14.063	4.303
15) RMSP	71	29	90.458	70.210	63	37	31.576	32.895
16) Santos	31	69	217	101	28	72	349	281
Total do ESP	60	40	636.590	235.167	54	46	456.862	156.217

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

2.6. Considerações finais

A constatação do crescimento da população rural paulista dever-se principalmente à RMSP, conjugado com a continuada perda dessa população nas demais Mesorregiões e dada a configuração diferenciada da área rural no Estado³⁵, foram fatores que estimularam a investigação de outras informações sobre a área rural, que possam ser associadas à caracterização da população que reside nesse espaço. A análise que segue deve levar em conta a pergunta formulada inicialmente que busca saber em que medida esse incremento

³⁵ Para as Regiões onde predominantemente ocorreu a perda de população rural foi atribuído o caráter mais agrícola e a área rural da RMSP não apresentou importância no desenvolvimento de atividades agropecuárias.

não estaria refletindo um “trasbordamento” da população urbana para áreas ainda classificadas como rurais?

De fato, é muito provável, que em se tratando da RMSP e, em particular, do município de São Paulo, esse seja o caso, já que embora com espaços oficialmente rurais, essas áreas não possuem características relativas à estrutura produtiva e às atividades agrícolas capazes de justificar uma “volta” da população ao campo. Contudo, não se pode desconsiderar que a RMSP tem várias vantagens (mercado consumidor, por exemplo) que poderiam, de fato, incentivar atividades não-agrícolas no meio rural explicando parte desse crescimento.

Essa questão pode ser melhor elucidada a partir da consideração dos dados sobre a classificação dos domicílios rurais segundo sua localização, ou seja, se “isolado”, “em conjuntos habitacionais”, entre outros³⁶. O total dos domicílios registrados nessas categorias na área rural paulista foi de 2.238.188 em 1991. A categoria “casa ou apartamento isolado ou em condomínio” representou a grande maioria dos domicílios da área rural de São Paulo nessa data (93,1% deles). A predominância dos domicílios categorizados em isolados ou em condomínio foi superior à 95% para a maioria das Mesorregiões, como mostra a Tabela 2.21.

A RMSP, justamente onde ficou explícito o crescimento da população rural na primeira metade dos anos 90, apresentou a categoria “isolado/condomínio” para 65,3% do total dos domicílios na área rural em 1991, proporção diferenciada com relação ao total estadual e demais Mesorregiões. Ainda apresentou um percentual de 30,7% para a categoria “conjuntos residenciais”, enquanto a média do Estado foi de 5,6%.³⁷, diferenciando ainda mais a configuração desse rural, dado o número de domicílios registrados nessa região comparado aos demais valores estaduais.

Infelizmente, essa informação é pouco sensível para se averiguar a extensão do processo de “expansão” urbana em direção às áreas rurais o que seria de grande interesse.

³⁶Essa informação está disponível apenas no Censo de 1991. As categorias utilizadas pelo Censo foram: casa ou apartamento isolado ou de condomínio (isolado/condomínio); casa ou apartamento em conjunto residencial popular (conjunto residencial); casa ou apartamento em aglomerado subnormal (aglomerado subnormal) e outros que agregam cômodos, domicílios improvisados ou domicílios coletivos (outros).

³⁷ Embora a Microrregião de Santos também tenha apresentado diferenças do restante das Regiões consideradas, tratou-se dos menores valores para a população rural estadual, sendo pouco significativa para essa análise.

Isso resulta do fato dessa categoria apresentar os domicílios agrupados na condição “isolado ou condomínio”, sendo impossível distinguir uma situação muito comum nas zonas rurais (casa isolada) daquela bem característica do contexto de urbanização (os condomínios).

Tabela 2.21 - Localização do domicílio da população rural, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991

Mesorregiões	Isolado/	Conjunto	Aglomerado		Total
	Condomínio	Residencial	Subnormal	Outros	
	(%)	(%)	(%)	(%)	
1) S. J. Rio Preto	99,4	0,3	0,3	0,0	202.430
2) Ribeirão Preto	98,4	1,3	0,1	0,1	157.492
3) Araçatuba	98,7	0,1	1,1	0,1	71.349
4) Bauru	99,5	0,3	0,2	0,0	136.551
5) Araraquara	98,2	0,0	1,7	0,1	66.099
6) Piracicaba	86,6	13,2	0,2	0,1	104.157
7) Campinas	95,4	1,2	3,4	0,0	249.002
8) Pres. Prudente	99,7	0,2	0,1	0,0	136.944
9) Marília	98,6	1,2	0,2	0,0	57.516
10) Assis	99,4	0,4	0,0	0,1	84.213
11) Itapetininga	99,3	0,3	0,4	0,0	185.384
12) Macro M.Pta	98,9	0,7	0,3	0,2	234.278
13) Vale P. Pta	99,1	0,8	0,1	0,0	136.806
14) Litoral S. Pta	98,6	1,1	0,2	0,1	90.372
15) RMSP	65,3	30,7	3,9	0,2	323.436
16) Santos	53,7	0,0	46,3	0,0	2.159
Total do ESP	93,1	5,6	1,2	0,1	2.238.188

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Entretanto, esse resultado contribui para a confirmação das hipóteses levantadas sobre o crescimento do rural metropolitano e, portanto, do Estado de São Paulo, uma vez que é muito pouco provável ou comum a existência de conjuntos habitacionais em zonas rurais. O significativo percentual de domicílios nessas condições sugere tratar-se do reflexo de uma população localizada em áreas ainda classificadas como rurais, mas que já detém todos os traços de zonas de extensão urbana. Como se sabe, os conjuntos habitacionais têm sido umas das formas de ocupação do espaço metropolitano e, portanto, um dos elementos indutores do processo de estruturação do espaço regional.

Por fim, foram apresentadas diferenças regionais importantes entre as áreas rurais estudadas em São Paulo, com a divisão territorial em Mesorregiões geográficas. Com a inovação oferecida pelos dados do Censo Demográfico, a partir de 1991, nas categorias que passaram a definir a área rural, foi possível avançar nessa análise, desmembrando-se a área rural do Estado. Assim, segue a análise das características demográficas da população rural paulista, inserindo-se a área de transição.

Capítulo 3

A População Residente na Área de Transição entre o Urbano e o Rural, 1991 e 1996

3.1 - A área de transição entre o urbano e o rural

A área de transição foi concebida aproveitando-se a possibilidade oferecida pelo Censo Demográfico de 1991 e Contagem de 1996 pela desagregação da situação do domicílio e do setor, respectivamente. Foi então definida, como a área que incorporou parte da população residente na área urbana (área urbana isolada) e parte da população do rural (aglomerado rural de extensão urbana), caracterizando-se como área intermediária entre o urbano e o rural (Quadro 3.1). Área com perspectivas ao desenvolvimento de atividades econômicas, ampliando cada vez mais as relações estabelecidas entre o urbano e o rural, facilitadas pela melhoria dos meios de transporte e comunicação.

Quadro 3.1 - Situação do domicílio da população residente, inserindo-se a área de transição. Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Área	Variável "Situação do Domicílio" e "Situação do Setor"
"Urbana" (1 e 2)	1) Área urbanizada 2) Área não urbanizada
Transição (3 e 4), onde:	
Transição Urbana (3)	3) Área urbana isolada
Transição Rural (4)	4) Aglomerado rural de extensão urbana
"Rural" (5, 6, 7, e 8)	5) Aglomerado rural isolado ou povoado 6) Aglomerado rural isolado ou núcleo 7) Outros aglomerados 8) Área rural (exclusive aglomerado rural)

Obs: Os termos "urbana" e "rural" serão apresentados entre aspas quando pertencerem a esta classificação, ou seja, quando não agregarem a população recenseada na área que está sendo considerada de transição.

Fonte: Fundação IBGE, 1994.

A situação descrita até aqui, no que se referiu à dinâmica da população segundo situação do domicílio, ficou mais clara quando se considerou a distribuição da mesma a partir de uma divisão mais desagregada que as categorias tradicionais urbano e rural. Não é demais lembrar que essas classificações meramente administrativas podem camuflar a realidade não somente do espaço rural, mas das relações sócio-econômicas estabelecidas nessas áreas com o urbano.

O crescimento do rural paulista estará relacionado com as considerações sobre a dinâmica demográfica e a inserção produtiva da população nas áreas aqui denominadas de transição, com o objetivo de se conhecer em que "partes do rural" têm sido registrado esse crescimento, considerando-se a aproximação com a área urbana. A abordagem das características da população deve ajudar no entendimento desse crescimento, uma vez que considerações sobre a população residente integram a configuração da área, no registro dos movimentos e das mudanças de seu perfil demográfico, ajudando a revelar que rural é esse que está sendo tratado.

Nesse sentido, nas primeiras análises das áreas urbana, de transição e rural foi possível afirmar que o aumento registrado da população na área rural do Estado ocorreu na área de transição rural (aglomerado rural de extensão urbana), sobretudo onde essa área de transição apresentou características estruturais apropriadas ao atendimento de demandas por produtos e trabalho de centros maiores, assim como, ao estabelecimento de residência no local (Cunha & Rodrigues, 1999; Cunha & Rodrigues, 2000).

As características demográficas da população residente no rural, segundo essa classificação, serão referentes ao primeiro quinquênio dos anos 90, portanto na ausência dessas informações para o período analisado (1980/1991) pretendeu-se, mais que uma comparação das características demográficas estudadas anteriormente, uma reflexão sobre a dinâmica de ocupação criada nessas áreas, que tem permitido inferir sobre a configuração espacial do rural paulista nos anos recentes. As características demográficas da população rural, como feita para os anos 80, poderão ser obtidas com as informações do Censo Demográfico de 2000, que serão brevemente divulgadas.

Enfim, a análise da população residente na área de transição entre o rural e o urbano permitirá a abordagem do primeiro período onde ocorreu a reversão da perda da população

rural paulista, tema importante desse estudo. Das considerações sobre a área de transição foi possível identificar diferentes áreas dentro do rural, segundo a situação e localização do domicílio, sendo constatada também, diferenças entre as áreas rurais das Mesorregiões estudadas no Estado, com ênfase na distribuição dessa população³⁸.

3.2 - Distribuição da população no Estado de São Paulo considerando-se a área de transição

A distribuição da população residente nas áreas “urbana”, de transição ou “rural” foi formulada utilizando-se a variável “situação do domicílio” do Censo Demográfico de 1991 e “situação do setor” da Contagem Populacional em 1996, como apresentado anteriormente no Quadro 3.1.

A área "urbana" ("UR") concentrou a grande maioria da população residente no Estado de São Paulo nos dois anos considerados, ficando em torno dos 92% da população total, que foi de 31.588.824 pessoas em 1991 e 34.119.110 pessoas em 1996. A população da área de transição urbana (TR-UR) representou menos de 1% da população total, assim como da área de transição rural (TR-RU), embora esta última tenha apresentado um leve aumento nessa participação em 1996 (de 0,7% para 1,1%). A área "rural" ("RU") concentrou pouco mais de 2 milhões de pessoas em 1991 (6,5% da população total) e 1.981.576 pessoas em 1996 (5,8% da população total) (Tabela 3.1).

A área de transição rural, mesmo concentrando uma população menor que a área "rural", apresentou um aumento na participação relativa da população residente na área rural tradicional³⁹ de 9,1% em 1991 para 15,7% em 1996. Esse aumento foi resultado de um aumento da população residente na área de transição rural e uma diminuição da população na área "rural", ao contrário do ocorrido na área urbana tradicional, onde houve um aumento da população residente em ambas as áreas: "urbana" e transição urbana, pouco alterando a participação relativa dessas populações na população total da área urbana.

³⁸ Rodrigues (2001) apresentou em seu estudo a área rural desagregada nessas variáveis, usando os microdados das PNADs, que incluem na categoria denominada "periferia" as áreas urbanas não-urbanizadas e rural de extensão urbana. Afirmou que essa categoria "periferia" objetiva captar a extensão propriamente dita das áreas urbanas sobre as rurais, mencionando o trabalho de Souza (2000).

³⁹ Utilizou-se o termo tradicional para designar a área urbana ou rural na classificação da situação do domicílio anterior à introdução da área de transição.

A categoria "área urbanizada" foi a predominante na formação da área "urbana", representando mais de 99% da população residente no local. A categoria "área rural (exclusive aglomerados)" também se evidenciou em relação as demais categorias formadoras da área "rural", ficando em torno de 95% nos dois anos, foi também a área responsável pela diminuição da população "rural" em 1996. A importância dessas categorias justificou a apresentação do agrupamento em área "urbana", transição urbana, transição rural e "rural" para o estudo da distribuição da população residente no Estado.

Tabela 3.1 - População residente e participação relativa (%), segundo as categorias que definem a situação do domicílio, incluindo a área de transição. Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Situação do Domicílio	1991		1996	
	Pop residente	%	Pop residente	%
Urbana				
Área Urbana Tradicional	29.315.861	100	31.767.618	100
"UR"	29.046.654	99,1	31.451.509	99,0
TR-UR	269.207	0,9	316.109	1,0
Categorias da Área "UR"	29.046.654	100	31.451.509	100
1) urbanizada	28.882.058	99,4	31.220.130	99,3
2) não urbanizada	164.596	0,6	231.379	0,7
Rural				
Área Rural Tradicional	2.272.963	100	2.351.492	100
"RU"	2.066.758	90,9	1.981.576	84,3
TR-RU	206.205	9,1	369.916	15,7
Categorias da Área "RU"	2.066.758	100	1.981.576	100
5) isolado/povoado	53.623	2,6	59.554	3,0
6) isolado/núcleo	18.240	0,9	12.798	0,6
7) outros aglomerados	8.843	0,4	14.529	0,7
8) área rural (exclusive aglomerados)	1.986.052	96,1	1.894.695	95,6
População Total ESP	31.588.824	100	34.119.110	100
"UR"	29.046.654	92,0	31.451.509	92,2
TR-UR	269.207	0,9	316.109	0,9
"RU"	2.066.758	6,5	1.981.576	5,8
TR-RU	206.205	0,7	369.916	1,1

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1999.

O crescimento da população na área rural tem chamado a atenção de especialistas em estudos de população por romper com uma trajetória de queda delineada como certa, com tendência à eliminação dessa área em poucas décadas. A população residente na área rural paulista, como visto, apresentou valores absolutos bastante reduzidos, comparados à área urbana, porém esses valores associados à diminuição no ritmo de saída da população dessa área nos anos 80, ao aumento nos primeiros anos dos 90 e às anunciadas mudanças no uso do solo rural, tornaram as investigações sobre o crescimento do rural elementares à compreensão da distribuição atual da população residente no Estado de São Paulo.

Obviamente, essa distribuição deverá estar relacionada aos novos arranjos espaciais que estariam criando novas demandas ao estabelecimento de bens públicos, assim como, despertando a emergência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da área rural com essa feição. Muito embora a participação da população residente na área aqui denominada de transição pouco representasse na população total no Estado de São Paulo, trouxe evidências, sobretudo a área de transição rural, de sua importância relativa na constituição da área rural, importando no anunciado crescimento da população residente nessa área nos primeiros anos da década dos 90.

A área transição rural (TR-RU) formou-se em 1991 com 206.205 pessoas incluídas na categoria “aglomerado rural de extensão urbana”, apresentando em 1996, 369.916 pessoas recenseadas nessa categoria. A área transição urbana (TR-UR) apresentou em 1991, 269.207 pessoas incluídas na categoria “área urbana isolada” e 316.109 pessoas em 1996. Note-se que entre os dois períodos essa subpopulação ganhou peso relativo no Estado (Tabela 3.2).

O que foi apresentado para a população residente na área reclassificada como "urbana" e transição urbana para o Estado de São Paulo na Tabela 3.1, repetiu-se para todas as Mesorregiões, onde tanto em 1991, como em 1996, a área "urbana" concentrou mais de 95% da população residente na área urbana tradicional.

A área de transição rural, por outro lado, apresentou importância relativa na Mesorregião de Piracicaba e especialmente na RMSP, nos dois anos considerados. Piracicaba apresentou uma participação relativa da população residente na área de transição rural, relacionada à população da área rural tradicional, igual a 19,1% (20.024 pessoas) em

1991, e em 1996 igual a 24,9% (25.930 pessoas). A RMSP passou de uma participação relativa de 48,6% (161.226 pessoas) em 1991, para 50,4% (290.515 pessoas) em 1996 da população residente na área de transição rural na população residente na área rural tradicional. O restante das Mesorregiões, exceto Santos, apresentaram a concentração da população na área reclassificada como "rural" superior a 94% da área rural tradicional.

Tabela 3.2 - População residente segundo a situação do domicílio, incluindo a área de transição, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Mesorregiões	População residente/1991				População residente/1996			
	"UR"	TR-UR	"RU"	TR-RU	"UR"	TR-UR	"RU"	TR-RU
1) S. J. Rio Preto	1.029.944	9.868	202.212	859	1.153.910	11.379	171.995	296
2) Ribeirão Preto	1.642.417	2.183	158.912	2.965	1.821.604	2.685	123.918	9.229
3) Araçatuba	479.929	25.518	71.884	279	543.379	5.172	59.770	259
4) Bauru	963.046	14.802	140.980	0	1.082.243	19.632	113.501	0
5) Araraquara	542.337	244	66.401	325	602.294	244	59.750	3.108
6) Piracicaba	898.826	5.083	84.948	20.024	1.011.072	6.241	78.295	25.930
7) Campinas	2.373.825	54.949	239.240	12.834	2.682.484	59.053	221.884	12.658
8) Pres. Prudente	608.104	2.444	139.394	0	637.585	3.437	120.363	9.091
9) Marília	313.963	202	58.586	0	343.822	607	44.165	0
10) Assis	373.087	1.551	84.476	0	420.868	3.218	67.713	0
11) Itapetininga	452.049	3.616	185.921	1.414	515.409	1.501	168.435	5.027
12) Macro M.Pta	1.495.565	42.720	234.164	3.541	1.659.203	76.393	232.144	4.393
13) Vale P. Pta	1.505.156	8.190	137.221	1.028	1.633.647	8.554	141.651	8.862
14) Litoral S. Pta	230.351	3.002	89.692	1.240	273.891	3.085	89.345	0
15) RMSP	15.018.081	94.836	170.798	161.226	15.890.650	114.908	285.859	290.515
16) Santos	1.119.972	0	1.935	470	1.179.447	0	2.788	548
Total do ESP	29.046.654	269.207	2066758	206205	31.451.509	316.109	1.981.576	369.916

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional de 1996, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1999.

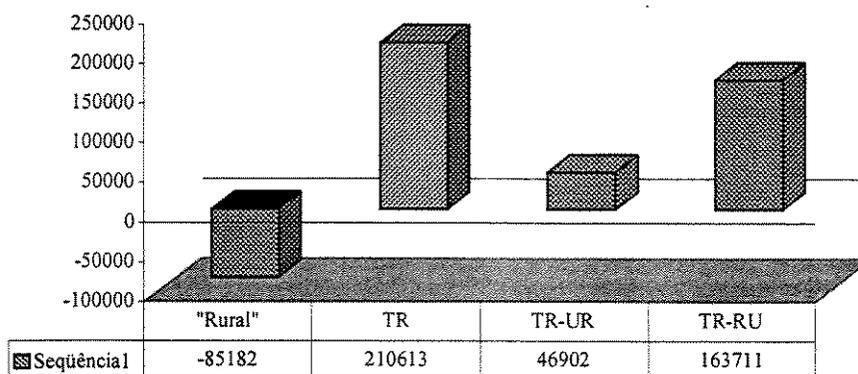
3.2.1 - Crescimento absoluto da população, considerando-se a área de transição

De fato, o ponto que mais chamou atenção e tornou relevante a consideração dessa área de transição entre o urbano e o rural, foi o crescimento relativo de sua população. Constatou-se que o aumento populacional registrado na área rural, de 78.529 pessoas no período 1991/96 (3,5% da população rural em 1991), foi devido ao incremento ocorrido na aqui denominada área de transição rural, nos "aglomerados rurais de extensão urbana", que

apresentou um aumento de sua população de quase 164.000 pessoas a uma taxa de 12,4% a.a.

O crescimento absoluto da população na área "rural" e na área de transição, em 1991/96, está na Figura 3.1 e na área rural tradicional dividida em "rural" e transição rural, na Figura 3.2.. A área "rural", nessa classificação, apresentou uma perda de sua população de 85.182 pessoas (4,1% da população "rural" em 1991), no período considerado (Tabela 3.3).

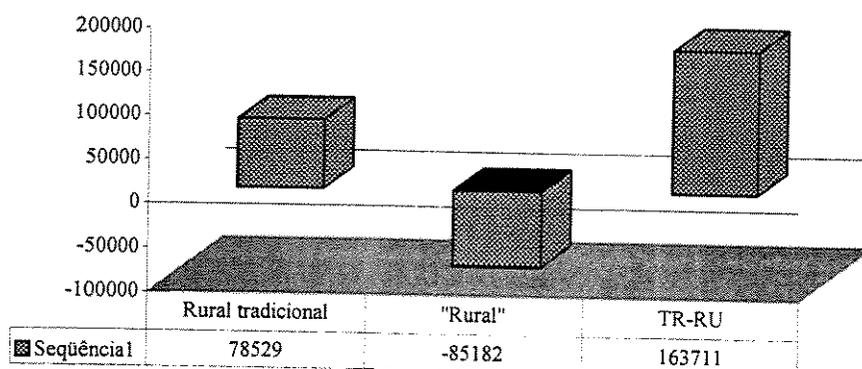
Crescimento absoluto da população "rural" e na área de transição rural. ESP, 1991/96



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional de 1996, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1999.

Figura 3.1 - Crescimento absoluto da população "rural" e da área de transição (urbana e rural). Estado de São Paulo, 1991/96

Crescimento absoluto da população rural tradicional - "rural" e TR-RU. ESP, 1991/96



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional de 1996, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1999.

Figura 3.2 - Crescimento absoluto da população rural tradicional (área "rural" e transição rural). Estado de São Paulo, 1991/96

Tabela 3.3 - Crescimento da população residente segundo a situação do domicílio incluindo a área de transição, por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991/96

Mesorregiões	Crescimento Absoluto da população					
	"UR"	TR-UR	Total UR	"RU"	TR-RU	Total RU
1) S. J. Rio Preto	123.966	1.511	125.477	-30.217	-563	-30.780
2) Ribeirão Preto	179.187	502	179.689	-34.994	6.264	-28.730
3) Araçatuba	63.450	-20.346	43.104	-12.114	-20	-12.134
4) Bauru	119.197	4.830	124.027	-27.479	0	-27.479
5) Araraquara	59.957	0	59.957	-6.651	2.783	-3.868
6) Piracicaba	112.246	1.158	113.404	-6.653	5.906	-747
7) Campinas	308.659	4.104	312.763	-17.356	-176	-17.532
8) Pres. Prudente	29.481	993	30.474	-19.031	9.091	-9.940
9) Marília	29.859	405	30.264	-14.421	0	-14.421
10) Assis	47.781	1.667	49.448	-16.763	0	-16.763
11) Itapetininga	63.360	-2.115	61.245	-17.486	3.613	-13.873
12) Macro M.Pta	163.638	33.673	197.311	-2.020	852	-1.168
13) Vale P. Pta	128.491	364	128.855	4.430	7.834	12.264
14) Litoral S. Pta	43.540	83	43.623	-347	-1.240	-1.587
15) RMSP	872.569	20.072	892.641	115.061	129.289	244.350
16) Santos	59.475	0	59.475	853	78	931
Total do ESP	2.404.855	46.902	2.451.757	-85.182	163.711	78.529

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional de 1996, Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1999.

Analisando-se as duas tabelas apresentadas pode-se afirmar que a área de transição urbana foi importante na concentração da população para as Mesorregiões de Campinas, com 54,9 mil pessoas em 1991 e 59,0 mil em 1996; Macro Metropolitana Paulista, com 42,7 mil em 1991 e 76,3 mil pessoas em 1996 e para a Região Metropolitana de São Paulo, que possuía 94,8 mil e 114,9 mil pessoas nos anos respectivos, comparado ao total da população residente na área de transição urbana no Estado. Exceto para a Mesorregião de Campinas, que teve o valor absoluto para essa população pouco modificado nos dois anos, houve um aumento relativamente importante da população residindo na área de transição urbana em 1996 para as duas restantes mencionadas.

Com relação à área de transição rural houve um aumento da população residente em 1996, para uma parte importante das Mesorregiões estaduais, destacando-se a RMSP que respondeu por quase 80% do crescimento populacional nessa área no Estado, que foi de 129.289 pessoas de um total na área de transição rural estadual de 163.711 pessoas. A área agora classificada como "rural" apresentou uma diminuição da população residente na área para praticamente todas as Mesorregiões do Estado, exceto para o Vale do Paraíba Paulista (4.430 pessoas), Santos (853 pessoas) e sobretudo para a RMSP, que se não tivesse apresentado um crescimento de 115.061 pessoas nesse período, teria acentuado ainda mais a diminuição da população residente na área "rural" no Estado de São Paulo.

Esse aumento da população na área de transição rural na RMSP poderia estar associado à hipótese da não classificação dessas áreas como urbanas, já apresentada nas considerações sobre a localização dos domicílios, que foi marcada pela presença dos conjuntos residenciais na área rural desta Região. Certamente, isso poderá ser reafirmado na análise das características demográficas que se fará a frente, apresentando-se agora a localização do domicílio com a área de transição, como avaliação final da distribuição da população (Tabela 3.4).

A área "rural" do Estado de São Paulo apresentou, no quesito localização, 2.032.885 domicílios com 98,5% deles na categoria isolado ou em condomínio, sendo muito possível que nesse caso predominem os domicílios isolados, como melhor característica do que se conhece como "rural". Isso foi verdade para todas as Mesorregiões do Estado. Praticamente

100% dos domicílios incluídos nessa categoria foram casas isoladas ou em condomínio e não apartamentos.

A área transição rural apresentou, por outro lado, dos 205.303 domicílios registrados nesse quesito censitário, 56,3% (115.606) na categoria conjunto residencial e 40,1% na categoria isolado/condomínio. Novamente a RMSP e Piracicaba apareceram como as Regiões onde destacaram-se, na área de transição rural, os domicílios mais característicos da área urbana (conjunto residencial popular). Isso foi reafirmado no fato de que dos 115.606 domicílios pertencentes à categoria conjunto residencial no Estado de São Paulo, 44% deles foram apartamentos e 56% casas. Na RMSP a porcentagem de apartamentos na categoria conjunto residencial subiu para 52% na área transição rural

A categoria isolado/condomínio predominou no restante das Mesorregiões, e a categoria conjunto residencial foi um pouco mais importante em Campinas, Ribeirão Preto e Litoral Sul Paulista, embora apresentassem um número reduzido de domicílios, comparado com Piracicaba e com a RMSP. O registro dos domicílios em Piracicaba representou quase 10% e da RMSP, 78% dos domicílios totais do Estado na área transição rural.

A área de transição urbana apresentou 267.339 domicílios nesse quesito, predominantemente concentrados na categoria isolado/condomínio para o Estado de São Paulo, como para as Mesorregiões. Embora o percentual relativo aos conjuntos residenciais para as Mesorregiões de Presidente Prudente e Marília tenham sido altos, aparentemente representaram uma pequena expansão urbana para zona periférica com a construção de casas populares, pelo reduzido número de domicílios nestas áreas.

A Mesorregião de Campinas apresentou nessa categoria a existência de pouco mais de 11.000 domicílios em 1991, tornando-se um pouco mais relevante na expansão dessa área. A RMSP foi responsável por 35,4 % dos domicílios, Campinas por 20,5%, a Macro Metropolitana Paulista por 16% e Piracicaba por quase 10% dos domicílios registrados na área transição urbana, em 1991. Na área de transição urbana quase 100% dos domicílios registrados foram casas.

Tabela 3.4 - Localização do domicílio na área "rural", transição rural (TR-RU) e transição urbana (TR-UR), por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991

Localização do Domicílio na Área "Rural" e Transição Rural (TR-RU)								
Mesorregiões	Área "rural" (%)				Área Transição Rural - (TR-RU) (%)			
	Isolado/ Condomínio	Conjunto Residencial	Aglomerado Subnormal	Total Domicil.	Isolado/ Condom.	Conjunto Residen,	Aglomer. Subnormal	Total
1) S. J. Rio Preto	99,6	0,3	0,2	201.571	58,3	0	41,7	859
2) Ribeirão Preto	99,1	0,6	0,1	154.576	63,4	36,6	0	2.916
3) Araçatuba	98,7	0,1	1,1	71.070	100	0	0	279
4) Bauru	99,5	0,3	0,2	136.551	0	0	0	0
5) Araraquara	98,6	0,0	1,3	65.813	8,7	0	91,3	286
6) Piracicaba	99,7	0,1	0,2	84.163	31,7	68,3	0	19.994
7) Campinas	96,2	0,2	3,6	236.188	80,6	19,4	0	12.814
8) Pres. Prudente	99,7	0,2	0,1	136.944	0	0	0	0
9) Marília	98,6	1,2	0,2	57.516	0	0	0	0
10) Assis	99,4	0,4	0,0	84.213	0	0	0	0
11) Itapetininga	99,4	0,3	0,3	184.033	85,5	0	14,5	1.351
12) Macro M.Pta	98,9	0,7	0,3	230.737	100	0	0	3.541
13) Vale P. Pta	99,1	0,8	0,1	135.778	100	0	0	1.028
14) Litoral S. Pta	98,9	0,9	0,2	89.132	82,0	18,0	0	1.240
15) RMSP	95,0	0,7	4,0	162.911	35,0	61,2	3,8	160.525
16) Santos	68,7	0,0	31,3	1.689	0	0	100,0	470
Total do ESP	98,5	0,4	1,0	2.032.885	40,1	56,3	3,6	205.303
Localização do domicílio - "Transição Urbana" (TR-UR) (%)								
Mesorregiões	Isolado/ Condomínio	Conjunto Residencial	Aglomerado Subnormal	Total Domic.				
1) S. J. Rio Preto	97,5	2,4	0,1	9.861				
2) Ribeirão Preto	99,0	1,0	0	2.183				
3) Araçatuba	98,4	1,6	0	25.455				
4) Bauru	89,1	10,9	0	13.978				
5) Araraquara	100	0	0	244				
6) Piracicaba	99,6	0	0,4	5.015				
7) Campinas	78,4	20,8	0,7	54.697				
8) Pres. Prudente	49,7	42,8	7,4	2.381				
9) Marília	16,3	83,7	0	202				
10) Assis	82,6	17,4	0	1.550				
11) Itapetininga	100	0	0	3.616				
12) Macro M.Pta	95,7	0,3	3,9	42.581				
13) Vale P. Pta	98,1	0	1,9	8.037				
14) Litoral S. Pta	100	0	0	3.002				
15) RMSP	91,3	2,2	6,4	94.537				
16) Santos	0	0	0	0				
Total do ESP	90,3	6,4	3,1	267.339				

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

O estudo das características demográficas da população residente no Estado de São Paulo, considerando-se a área de transição, contará com as considerações sobre idade e sexo, educação (anos de estudo), inserção nas atividades econômicas da PEA, renda per capita familiar e movimentos populacionais, para Mesorregiões selecionadas onde o aumento da população na área de transição rural em 1991/96 tornou-se significativo, diante da diminuição da população em sua área "rural", podendo estar associado às novas tendências no uso do solo rural, ou a uma demarcada expansão dos centros urbanos sobre esta área.

Dessa forma, utilizando-se da desagregação da situação do domicílio, para o entendimento do crescimento da população rural em São Paulo no início dos anos 90, serão apresentadas as características demográficas da população residente no Estado, com a inserção da área de transição, para as Mesorregiões onde a população apresentou uma certa importância, seja na existência da população residindo na área de transição, seja no crescimento apresentado no período examinado.

As Mesorregiões selecionadas puderam ser divididas em três agrupamentos com características semelhantes para essa análise:

- a) representando as Regiões onde a área de transição rural mostrou uma população residente significativa em 1996, relativo a uma população bem menor, ou inexistente em 1991 (como no caso de Presidente Prudente). Foram as Mesorregiões de Ribeirão Preto, Araraquara, Presidente Prudente, Itapetininga, Macro Metropolitana Paulista e Vale do Paraíba Paulista;
- b) Regiões que apresentaram uma participação relativa da população residente na área de transição rural na população rural tradicional, que pode ser destacada das demais, como já mencionado anteriormente. Foram as Mesorregiões de Campinas e Piracicaba, e
- c) RMSP, como a área de maior concentração da população residente na área de transição rural comparado ao total estadual.

3.3 - Considerações sobre sexo, idade e educação, inserindo-se a área de transição

Prosseguindo-se com a caracterização da população residente na área rural do Estado de São Paulo serão apresentadas informações sobre a composição da população por sexo e idade em 1991 e 1996, segundo a desagregação do rural em área "rural" ("RU") e transição rural (TR-RU) (Tabela 3.5).

Na área "rural", das 2.067.859 pessoas residentes em 1991, 53% (1.099.850) eram homens, e 47% (968.009) mulheres. Essa população diminuiu para 1.981.576 pessoas em 1996, repetindo-se a mesma proporção por sexo, constituindo-se de 1.050.868 homens (53%) e 930.708 mulheres (47%). Foi registrada uma diminuição maior da população do sexo masculino, de quase 49,0 mil pessoas, em relação à população feminina que esteve em torno de 37,0 mil pessoas no período 1991/96, mantendo ainda uma razão de sexo próxima a 113, marcando a predominância masculina na área "rural" paulista no primeiro quinquênio dos anos 90.

Entretanto a área de transição rural em São Paulo apresentou a população residente, em 1991, distribuída com uma proporção igual a 51% para as mulheres, constituindo-se de 104.310 pessoas do sexo feminino e 101.895 do sexo masculino. Foi mantida a mesma proporção na composição dessa população por sexo em 1996, com 187.456 mulheres e 182.460 homens, sendo que essa diferença representou uma razão de sexo em ambos os anos próxima a 97. A presença feminina foi também importante quando avaliado o crescimento da população em 1991/96 que foi de 163.711 pessoas, onde 51% (83.146) foi constituído de mulheres e 49% (80.565) de homens.

A área rural (tradicional) marcou a presença masculina como predominante em 1991, com uma razão de sexo igual a 112 e 110 em 1996 e no ano 2000. O aumento da população feminina foi verificado na área de transição rural, com uma razão de sexo em torno de 97, enquanto a área "rural" apresentou a participação masculina superior à feminina na composição da população residente, dada por uma razão de sexo próxima a 113. Enfim, a área de transição rural vem afirmando uma participação feminina importante na composição de sua população, o que será melhor elucidado no exame da distribuição dessa população segundo os grupos etários.

**Tabela 3.5 - População residente na área "rural" e transição rural, por sexo e idade.
Estado de São Paulo, 1991 e 1996**

População Residente na Área "Rural"							
Idade	Ano: 1991		Total	Idade	Ano: 1996		Total
	Homens	Mulheres			Homens	Mulheres	
0 a 4	118.444	113.763	232.207	0 a 4	103.898	99.568	203.466
5 a 9	126.113	120.277	246.390	5 a 9	108.627	103.653	212.280
10 a 14	125.075	116.880	241.955	10 a 14	113.760	106.887	220.647
15 a 19	112.048	98.557	210.605	15 a 19	105.199	94.395	199.594
20 a 24	100.299	85.034	185.333	20 a 24	94.603	83.008	177.611
25 a 29	91.389	81.079	172.468	25 a 29	87.105	76.903	164.008
30 a 34	81.978	71.261	153.239	30 a 34	82.589	74.250	156.839
35 a 39	70.188	60.759	130.947	35 a 39	74.032	63.974	138.006
40 a 44	60.231	49.519	109.750	40 a 44	62.830	52.545	115.375
45 a 49	49.381	41.941	91.322	45 a 49	51.107	42.450	93.557
50 a 54	43.992	35.210	79.202	50 a 54	42.830	35.441	78.271
55 a 59	37.085	29.441	66.526	55 a 59	36.623	29.023	65.646
60 a 64	31.997	23.882	55.879	60 a 64	30.590	23.168	53.758
65 a 69	22.977	16.684	39.661	65 a 69	23.370	17.386	40.756
70 e mais	28.654	23.722	52.376	70 e mais	30.145	24.793	54.938
Ignorada	0	0	0	Ignorada	3.560	3.264	6.824
Total	1.099.850	968.009	2.067.859	Total	1.050.868	930.708	1.981.576
População residente na área de Transição Rural							
Idade	Ano: 1991		Total	Idade	Ano: 1996		Total
	Homens	Mulheres			Homens	Mulheres	
0 a 4	13.708	13.857	27.565	0 a 4	22.151	21.375	43.526
5 a 9	14.655	14.261	28.916	5 a 9	22.063	21.428	43.491
10 a 14	12.836	12.543	25.379	10 a 14	22.396	21.799	44.195
15 a 19	9.893	9.699	19.592	15 a 19	18.734	19.214	37.948
20 a 24	8.527	9.244	17.771	20 a 24	16.521	17.433	33.954
25 a 29	9.204	9.660	18.864	25 a 29	16.951	17.854	34.805
30 a 34	9.176	10.120	19.296	30 a 34	16.434	17.503	33.937
35 a 39	8.134	8.090	16.224	35 a 39	14.746	15.404	30.150
40 a 44	5.610	5.629	11.239	40 a 44	11.703	11.975	23.678
45 a 49	3.438	3.273	6.711	45 a 49	7.616	7.883	15.499
50 a 54	2.351	2.372	4.723	50 a 54	4.803	5.250	10.053
55 a 59	1.663	1.974	3.637	55 a 59	3.046	3.318	6.364
60 a 64	1.085	1.613	2.698	60 a 64	2.026	2.601	4.627
65 a 69	693	882	1.575	65 a 69	1.264	1.750	3.014
70 e mais	921	1.093	2.014	70 e mais	1.431	2.073	3.504
Ignorada	0	0	0	Ignorada	575	596	1.171
Total	101.895	104.310	206.205	Total	182.460	187.456	369.916

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

O crescimento da população "rural" somente foi positivo, ou seja, a área "rural" ganhou população em 1996 tendo como base o ano de 1991, nas faixas etárias de 30 a 49 anos, diminuindo muito nas primeiras idades até 19 anos e mantendo uma população em idade avançada (65 e mais) relativamente importante. A área de transição rural apresentou um aumento da população em todas as faixas etárias, com destaque para a população masculina nas primeiras idades até 19 anos e no restante com a feminina sendo maior (Tabela 3.6)⁴⁰.

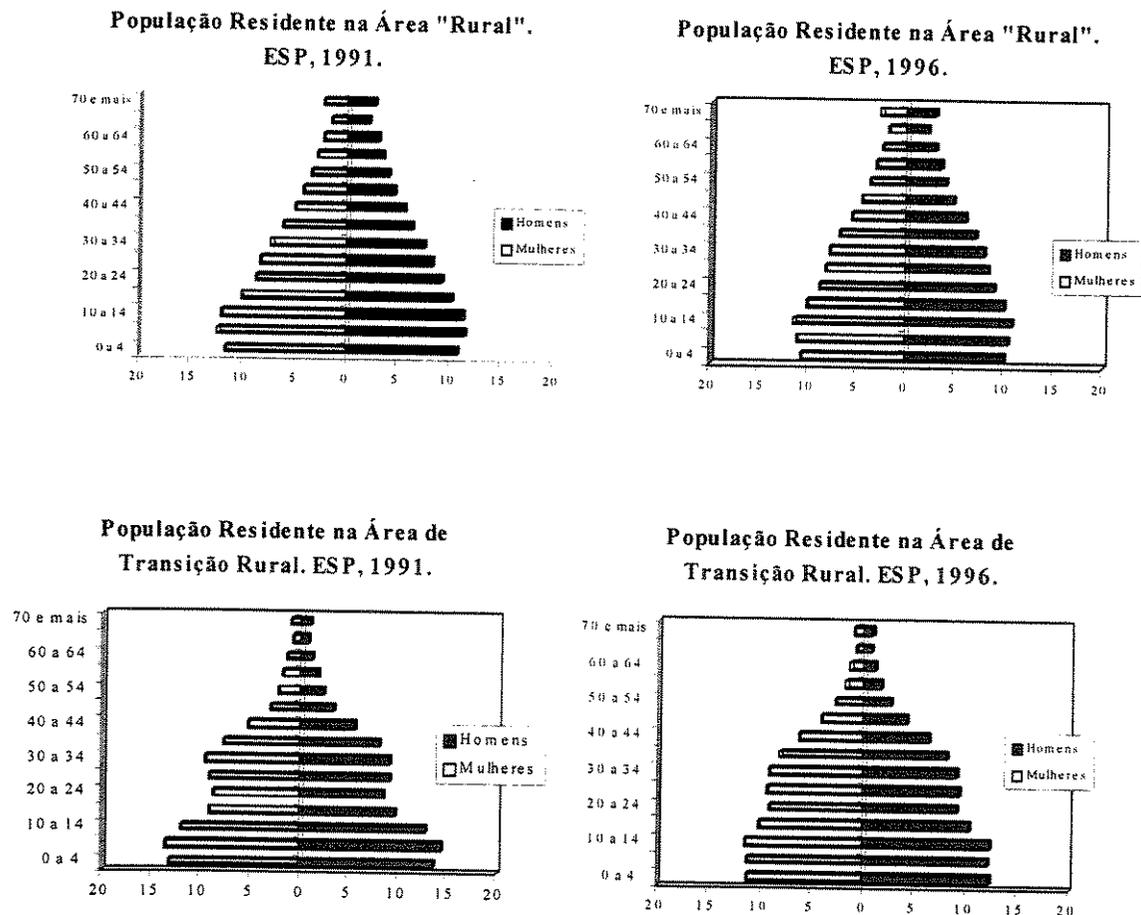
Tabela 3.6 - Crescimento da população na área "rural" e transição rural, por sexo e idade. Estado de São Paulo, 1991/96

Situação do Domicílio/"Rural"				Situação do Domicílio/Transição Rural			
Crescimento Absoluto, 1991/96				Crescimento Absoluto, 1991/96			
Idade	Homens	Mulheres	Total	Idade	Homens	Mulheres	Total
0 a 4	-14.546	-14.195	-28.741	0 a 4	8.443	7.518	15.961
5 a 9	-17.486	-16.624	-34.110	5 a 9	7.408	7.167	14.575
10 a 14	-11.315	-9.993	-21.308	10 a 14	9.560	9.256	18.816
15 a 19	-6.849	-4.162	-11.011	15 a 19	8.841	9.515	18.356
20 a 24	-5.696	-2.026	-7.722	20 a 24	7.994	8.189	16.183
25 a 29	-4.284	-4.176	-8.460	25 a 29	7.747	8.194	15.941
30 a 34	611	2.989	3.600	30 a 34	7.258	7.383	14.641
35 a 39	3.844	3.215	7.059	35 a 39	6.612	7.314	13.926
40 a 44	2.599	3.026	5.625	40 a 44	6.093	6.346	12.439
45 a 49	1.726	509	2.235	45 a 49	4.178	4.610	8.788
50 a 54	-1.162	231	-931	50 a 54	2.452	2.878	5.330
55 a 59	-462	-418	-880	55 a 59	1.383	1.344	2.727
60 a 64	-1.407	-714	-2.121	60 a 64	941	988	1.929
65 a 69	393	702	1.095	65 a 69	571	868	1.439
70 e mais	1.491	1.071	2.562	70 e mais	510	980	1.490
Ignorada	3.560	3.264	6.824	Ignorada	575	596	1.171
Total	-48.982	-37.301	-86.283	Total	80.565	83.146	163.711

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

⁴⁰ Cabe somente ser lembrado da possibilidade de um erro no total da população "rural" no ano de 1996, devido a anunciada sub-enumeração nessa coleta de informações sobre a população residente.

A diminuição da importância relativa nas primeiras idades, o envelhecimento da população "rural", assim como a manutenção de uma população em idade ativa, com predominância masculina até as idades mais avançadas pode ser vista na Figura 3.3. Ainda pode ser verificada nesta Figura a variação da distribuição da população residente na área de transição rural nesse período, distinto do ocorrido na área "rural". Verificou-se um aumento absoluto na população nas primeiras idades, embora em termos relativos tenha diminuído sua importância em 1996. Houve um ganho relativo na população em idade ativa, sendo um pouco mais acentuado para a população feminina.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Figura 3.3 - População residente na área "rural" e na área de transição rural, por sexo e idade. Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Relativamente, a população na área de transição rural não tem a participação aumentada para a população em idades mais avançadas como a área "rural". Isso pode estar ligado às possibilidades de inserção no mercado de trabalho existentes nesta área (TR-RU), assim como, do intercâmbio diário com a área urbana, quando este for o local de trabalho do indivíduo residente na área de transição rural, facilitado pelos meios de transporte e comunicação.

A distribuição da população por sexo e idade no Estado de São Paulo, pode ser apresentada segundo a proporção da população até 14 anos e maior, residente na área "rural" e transição rural, reafirmando as diferenças na participação feminina e masculina nas duas áreas e como introdução à análise das informações referentes à educação (Tabela 3.7).

Tabela 3.7 - Proporção da população maior de 14 anos de idade, residente na área "rural" e área de transição rural, por sexo (%). Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Proporção da população 14anos e + de idade na população total							
População residente - "Rural", 1991 (%)				População residente - "Rural", 1996 (%)			
"Rural"	Homens	Mulheres	Total	"Rural"	Homens	Mulheres	Total
até 14 anos	33,6	36,3	34,8	até 14anos	31,0	33,3	32,1
14anos e +	66,4	63,7	65,2	14anos e +	69,0	66,7	67,9
Total	1.099.850	968.009	2.067.859	Total	1.050.868	930.708	1.981.576
População residente- Transição Rural, 1991 (%)				População residente - Transição Rural, 1996 (%)			
TR RU	Homens	Mulheres	Total	TR RU	Homens	Mulheres	Total
até 14anos	40,4	39,0	39,7	Até 14anos	36,5	34,5	35,5
14anos e +	59,6	61,0	60,3	14anos e +	63,5	65,5	64,5
Total	101.895	104.310	206.205	Total	182.460	187.456	369.916
Proporção da população 14anos e +, por sexo - "rural" e transição rural							
População residente - "Rural", 1991 (%)				População residente - "Rural", 1996 (%)			
"Rural"	Homens	Mulheres	Total	"Rural"	Homens	Mulheres	Total
Até 14anos	51,3	48,7	720.552	até 14anos	51,3	48,7	636.393
14anos e +	54,2	45,8	1.347.308	14anos e +	53,9	46,1	1.345.183
Total	53,2	46,8	2.067.859	Total	53,0	47,0	1.981.576
População residente- Transição Rural, 1991 (%)				População residente - Transição Rural, 1996 (%)			
TR RU	Homens	Mulheres	Total	TR RU	Homens	Mulheres	Total
Até 14anos	50,3	49,7	81.860	até 14anos	50,8	49,2	131.212
14anos e +	48,8	51,2	124.344	14anos e +	48,5	51,5	238.704
Total	49,4	50,6	206.205	Total	49,3	50,7	369.916

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Na área "rural" praticamente um terço da população residente foi menor de 14 anos de idade, no período considerado, sendo essa proporção um pouco maior para a população feminina. Na área de transição rural, a população menor de 14 anos foi 39,7% em 1991 e 35,5% em 1996 da população total, com a presença masculina superior a feminina na proporção com o total da população, respectivamente.

Verificando-se a participação por sexo na população até 14 anos e maior que essa idade, verificou-se que na área "rural" é marcada a predominância masculina na população maior de 14 anos de idade e na área de transição rural, a população feminina predomina também nessa faixa etária (maior de 14 anos).

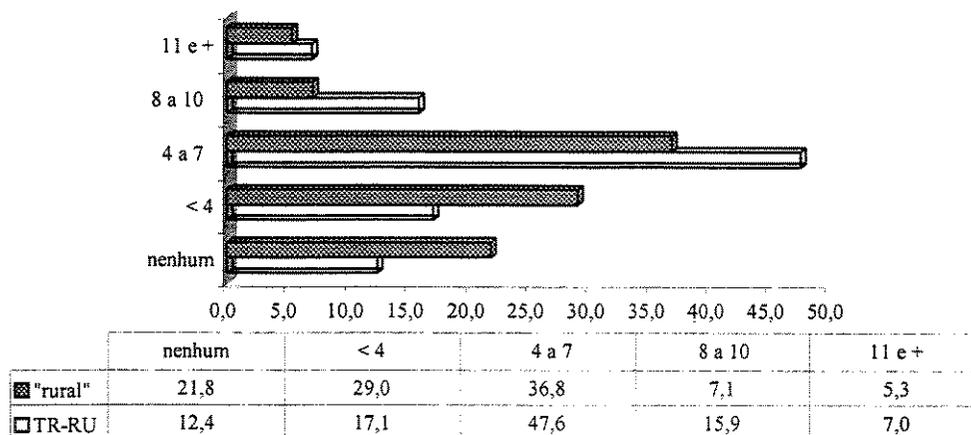
As informações referentes à educação no Estado de São Paulo tiveram como referência a população maior de 14 anos de idade e as mesmas categorias analisadas no capítulo 2 referentes aos anos de estudo dessa população. Obteve-se dados para os anos de 1991 e 1996 que foram utilizados para as Mesorregiões selecionadas anteriormente e para o Estado de São Paulo na área de transição rural e na área "rural".

A população maior de 14 anos residente na área de transição rural foi de 124.345 pessoas em 1991 e de 238.704 pessoas em 1996 e residente na área "rural" foi de 1.347.622 e 1.345.183 pessoas nos anos respectivos. Portanto, o aumento dessa população na área rural tradicional, que foi de 111.920 como mencionado anteriormente, ocorreu na área de transição rural, que apresentou um aumento da população residente maior de 14 anos de 114.359 pessoas.

A maior parte da população na área "rural" apresentou quatro a sete anos de estudos, 36,8% e 39,3% , em 1991 e 1996, respectivamente. Houve uma diminuição da população que não apresentou nenhum ano de estudo nesse período, de 21,8% ou 293.275 pessoas em 1991, para 14,6% ou 196.678 pessoas em 1996. O mesmo ocorreu com a categoria que representou menos de quatro anos de estudo, diminuindo a proporção, tanto em porcentagem como em números absolutos. Houve no outro extremo, um aumento da população qualificada com mais de oito anos de estudo nesse período, na área "rural" do Estado de São Paulo, que passou de 166.883 pessoas para 231.316 pessoas em 1996, com a participação representada na Figura 3.4 em 1991 e na Figura 3.5 em 1996.

Esse aumento da população com mais anos de estudo no período 1991/96, foi mais acentuado na área de transição rural, que teve contrabalançado a diminuição das pessoas sem nenhum ano de estudo e menos de quatro anos (relativamente), com o aumento na população que apresentou oito a dez anos e onze anos e mais. Embora a proporção das pessoas com quatro a sete anos de estudo tenha diminuído um pouco, foi em ambos os anos, a categoria que mais teve pessoas inseridas.

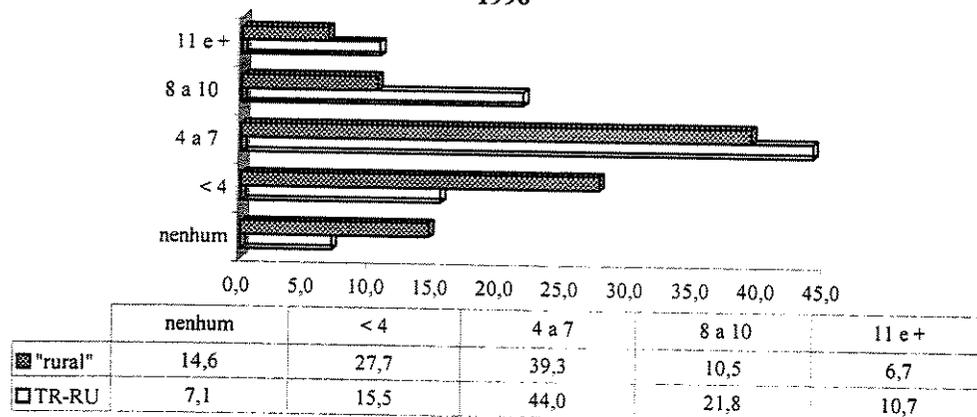
Anos de estudo (%) - "rural" e TR-RU. Estado de São Paulo, 1991



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 3.4 - Anos de estudo da população maior que 14 anos na área "rural" e transição rural. Estado de São Paulo, 1991

Anos de estudo (%) - área "rural" e TR-RU. Estado de São Paulo, 1996



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 3.5 - Anos de estudo da população maior que 14 anos na área "rural" e transição rural. Estado de São Paulo, 1996

As Mesorregiões representativas da área de transição rural tiveram um ganho importante nos anos de estudo da população residente em 1996, comparado com o ano de 1991. Evidenciou-se a diminuição, em termos relativos, da população sem nenhum ano de estudo para todas as Mesorregiões consideradas, assim como para a categoria menos de quatro anos de estudo (Tabela 3.8).

Estas Mesorregiões representaram 98,5% e 99,7% da população residente na área de transição rural em São Paulo, em 1991 e 1996 respectivamente e apresentaram um aumento da população residente nesta área, acompanhado de uma elevação nos anos de estudo em 1996, mostrando inclusive uma qualificação representativa na população com oito a dez anos e onze anos e mais. Pode-se afirmar que esta é uma característica da população residente na área de transição rural em São Paulo.

Embora estas Mesorregiões tenham representado por volta de 68% e 72% da população residente na área "rural" do Estado, em 1991 e 1996, pode-se dizer que existe a tendência ao aumento nos anos de estudo também para a população residente na área "rural", aparecendo inclusive, uma elevada proporção da população com oito a dez anos de estudo, em algumas Regiões .

Cabe lembrar que, exceto a Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista e a RMSP, as demais perderam população na área "rural" no período. As informações sobre os anos de estudo da população residente na área rural assinalam a concentração da população com mais anos de estudo na área de transição rural, comparada com a área "rural".

Finalizando a análise sobre a educação nas Mesorregiões destaca-se ainda, que a Mesorregião de Presidente Prudente não apresentou a população residindo na área de transição rural em 1991, sendo que em 1996 contou com 5.823 pessoas, e esta população esteve inserida nas categorias de maior qualificação em anos de estudo das Mesorregiões consideradas, inclusive para a média total do Estado de São Paulo.

Tabela 3.8 - Anos de estudo da população residente na área de transição rural e "rural". Estado de São Paulo, 1991 e 1996

Mesorregiões	Situação domicílio transição rural, 1991 Anos de estudo em porcentagem (%)						Situação domicílio transição rural, 1996 Anos de estudo em porcentagem (%)					
	Nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e +	Total	nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e +	Total
2)Ribeirão Preto	13,1	25,8	49,2	8,3	3,5	1.765	7,6	24,7	46,5	14,2	6,7	5.875
5)Araraquara	57,8	35,5	6,6			166	8,1	14,2	39,4	22,3	15,4	2.103
8)Pres Prudente	0	0	0	0	0	0	3,9	8,7	38,7	26,4	21,9	5.823
11)Itapetininga	18,3	29,2	37,5	12,4	2,6	774	14,0	27,3	43,4	10,5	4,6	3.025
12)Macro M.Pta	27,6	24,4	36,2	5,9	6,0	2.286	5,9	14,3	45,0	20,0	14,5	2.963
13)Vale P. Pta	32,1	36,8	21,9	3,9	5,1	663	11,9	22,7	43,5	15,1	6,4	5.657
6)Piracicaba	10,6	20,0	46,2	16,9	6,1	12.326	7,0	17,0	46,4	20,0	9,2	1.6791
7)Campinas	14,5	23,6	44,5	9,1	7,9	8.197	8,6	20,3	45,6	15,2	9,4	7.955
15)RMSP	11,8	15,3	48,8	16,8	7,2	96.345	6,8	14,7	43,9	22,8	10,8	187.782
Total do ESP	12,4	17,1	47,6	15,9	7,0	124.345	7,1	15,5	44,0	21,8	10,7	238.704
Mesorregiões	Situação domicílio "rural", 1991 Anos de estudo em porcentagem (%)						Situação domicílio "rural", 1996 Anos de estudo em porcentagem (%)					
	nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e +	Total	nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e +	Total
2)Ribeirão Preto	18,0	29,6	38,5	7,4	6,5	103.712	12,6	29,9	39,8	9,7	7,1	84.052
5)Araraquara	19,1	31,6	37,3	6,6	5,4	43.085	12,6	28,2	42,3	10,4	6,1	40.080
8)Pres Prudente	20,9	23,3	37,3	10,4	8,1	95.614	15,1	22,5	36,7	14,1	10,5	85.697
11)Itapetininga	23,8	39,9	29,3	4,3	2,7	116.454	16,8	37,2	33,7	7,6	3,9	111.270
12)Macro M.Pta	23,0	29,5	36,6	5,9	4,9	151.579	16,2	28,5	39,4	8,8	5,4	157.081
13)Vale P. Pta	25,8	31,0	33,4	4,8	4,9	88.115	16,1	30,0	38,2	8,9	5,9	95.078
6)Piracicaba	16,7	29,3	41,2	7,3	5,3	56.401	11,4	27,3	42,2	10,8	7,6	53.866
7)Campinas	19,6	30,6	38,0	6,3	5,5	156.286	13,6	29,5	39,5	9,0	6,9	150.758
15)RMSP	22,5	21,0	38,5	11,6	6,4	109.310	12,3	20,7	42,6	15,1	7,1	187.120
Total do ESP	21,8	29,0	36,8	7,1	5,3	1347.622	14,6	27,7	39,3	10,5	6,7	1.345.183

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999

As informações que seguem sobre a população residente na área rural são relativas ao Censo Demográfico de 1991, pela possibilidade momentânea do uso dos microdados, que permitem a desagregação da área rural nas categorias utilizadas neste estudo ("rural" e de transição rural), limitando a caracterização dessa população nos anos 90. Entretanto, poderão reforçar as tendências de mudança na configuração do rural, sobretudo para as

áreas com características estruturais próprias ao que se tem concebido como área rural na atualidade.

As Mesorregiões de Piracicaba, Campinas e sobretudo a RMSP, foram responsáveis por 90% e 89% da população residente na área de transição rural no Estado de São Paulo em 1991 e 1996 respectivamente, porém essa população esteve concentrada em poucas Microrregiões que devem ser destacadas:

- a) Mesorregião de Piracicaba: das três Microrregiões, destaque foi dado para Limeira com 88% da população regional (14.752 pessoas). A Microrregião de Piracicaba apresentou os 12% restantes, com pouco mais de duas mil pessoas;
- b) Mesorregião de Campinas: das cinco Microrregiões, Campinas representou 93% da população regional (7.407 pessoas) e o restante concentrou-se na Microrregião de Pirassununga com 7% ou quase 550 pessoas, e
- c) RMSP: das seis Microrregiões, São Paulo representou 95,5% da população regional ou 179.400 pessoas. O restante foi apresentado pela Microrregião de Mogi das Cruzes com 3,6 % (6.710 pessoas) e pela Microrregião de Guarulhos com 0,9% ou 1672 pessoas.

Cabe somente destacar que a área de transição rural, embora esteja sendo considerada a área responsável pelo crescimento rural paulista no início dos anos 90, também tem mostrado uma ocorrência restrita a algumas poucas áreas no Estado, sobretudo na RMSP.

3.4 - PEA ocupada nas atividades econômicas e renda per capita familiar, considerando-se a área de transição

As informações sobre a PEA ocupada nas atividades econômicas são relativas à área de transição (área de transição urbana e a área de transição rural), e à área "rural". A área de transição urbana é considerada nessa item por ter apresentado uma parte importante da PEA residente, ocupada em atividades do setor primário de produção que, como já salientado no capítulo anterior, potencialmente poderiam estar sendo desenvolvidas na área rural do município.

Embora a participação relativa da população da área de transição nas áreas urbana e rural seja pequena, como já mencionado, a área de transição tem apresentado características

da população residente que reafirmam a interligação, cada vez mais forte, entre o urbano e o rural.

A análise que segue mostra, sobretudo, como se encontrava a PEA ocupada nas atividades primárias, secundárias e terciárias, incluindo-se a área de transição, como indicativo de transformações na ocupação da PEA residente no rural paulista. Isso poderá ser melhor elucidado com dados censitários mais recentes, porém não deixam de sustentar as afirmações sobre a emergência de atividades econômicas típicas da área urbana, entre as ocupações da população residente no rural, já nos anos 80, como atividades do setor secundário e sobretudo, do setor terciário de produção.

Para a PEA residente na área de transição observou-se que a maioria das pessoas estiveram em 1991 inseridas no setor terciário (52,3% ou 93.438 pessoas), seguido da inserção em atividades no setor secundário (29,3%, ou 52.352 pessoas) e no setor primário (8,3%, ou 14.831 pessoas). A distribuição da PEA residente na área de transição urbana e transição rural, segundo os três setores de atividades econômicas em 1991 está na Tabela 3.9.

Das 178.821 pessoas pertencentes a PEA ocupada na área de transição, 57% delas (102.438) encontravam-se na área de transição urbana, sendo que destas, 51,7% (53.002 pessoas) estiveram inseridas no setor terciário nesse ano, 28,1% (28.776) no setor secundário e 10,5% (10.718) no setor primário. A área de transição rural apresentou os outros 43% da população da área de transição, onde 52,9% (40.436 pessoas) da PEA esteve inserida em atividades econômicas do setor terciário, 30,9% (23.576) no secundário e 5,4% (4.113) no setor primário.

Tabela 3.9 - PEA ocupada residente na área de transição (TR-RU, TR-RU) e "rural", por setor de atividade econômica. Estado de São Paulo, 1991

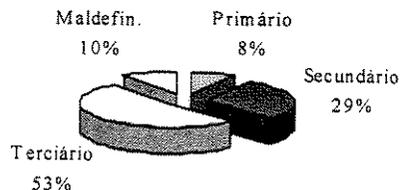
Situação Domicílio	PEA, segundo Setor de Atividade Econômica				PEA Total
	Primário	Secundário	Terciário	Mal defin	
Transição	14.831	52.352	93.438	18.203	178.822
Transição Urbana	10.718	28.776	53.002	9.947	102.438
Transição Rural	4.113	23.576	40.436	8.256	76.384
"Rural"	471.204	87.168	213.400	40.571	812.339

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999

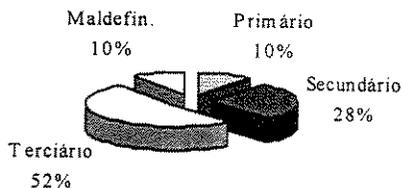
Foi interessante observar que no Estado de São Paulo o percentual da PEA que desenvolveu atividades no setor primário e que residiu na área de transição rural foi muito pequeno. De fato, verificou-se que pouco mais de 5% (4.113 pessoas) da PEA vivendo na área de transição rural esteve ligada ao setor primário, sendo esse percentual ainda menor, para a RMSP (1,5%), onde a população da área de transição tem se mostrado importante ao nível estadual (Figura 3.6).

Verificou-se ainda que esta PEA - ocupada no setor primário de produção na área de transição rural - não chegou a representar 1% da PEA ocupada nesse setor e residente na área "rural". A PEA inserida no setor primário e residente na área "rural" representou a maior parcela da PEA ocupada nos três setores de atividades econômicas selecionados, que foi de 58%, ou 471.204 pessoas.

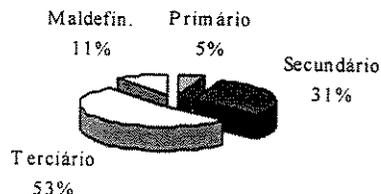
PEA ocupada na área de transição. ESP, 1991.



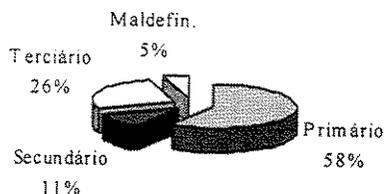
PEA ocupada na área de transição urbana. ESP, 1991.



PEA ocupada na área de transição rural. ESP, 1991.



PEA ocupada na área "rural". ESP, 1991.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Figura 3.6 - PEA ocupada residente na área de transição, transição urbana, transição rural e "rural". Estado de São Paulo, 1991

Averiguando-se a distribuição da PEA, por setor de atividade econômica, nas Mesorregiões selecionadas por apresentarem importância na conformação da área de

transição rural, verificou-se que a PEA inserida em atividades terciárias e secundárias predominou nesta área, sobretudo como já ressaltada, na RMSP, que teve na área de transição rural indiscutivelmente a maior população de todas as Mesorregiões consideradas. Embora regiões como Campinas ainda apresentassem um percentual significativo de pessoas vivendo na área de transição e ligadas às atividades eminentemente rurais (23,7%), ficou visível que essa população esteve muito mais ligada aos dois outros setores, o que sugeriu a necessidade de uma melhor avaliação dos dados sobre crescimento do rural paulista, sob a pena de não se ter claro esse fenômeno (Tabela 3.10).

A área de transição urbana, embora também tenha manifestado uma maior inserção da PEA em atividades do setor secundário e terciário, mostrou que em certas Mesorregiões ocorreu sim uma concentração da PEA ocupada no setor primário de produção, refletindo o vínculo da população que reside na área urbana isolada (TR-UR) com as atividades, ou desenvolvidas no rural, ou características de áreas rurais. Embora a Mesorregião de Campinas e a RMSP tiveram uma população relativamente importante nessa área, apresentaram a grande maioria da PEA inserida em ocupações típicas de área urbana

A área "rural" apresentou a PEA predominantemente inserida em atividades do setor primário, como já mencionado para o Estado de São Paulo, exceto para a RMSP que teve maior importância na inserção da PEA nos outros dois setores, especialmente no setor terciário de produção que absorveu quase 50% da PEA residente no "rural" da Região Metropolitana.

É claro que para se avançar nessa discussão, seria necessário aprimorar a classificação utilizada sobre o setor de atividade econômica, lançando mão da ocupação, por exemplo, de maneira a verificar que tipo de atividade tem absorvido a população dessa área de transição. Deve-se lembrar que as informações do Censo Demográfico não seriam as melhores para tal efeito, tendo em vista, por exemplo, que não considera questões relativas ao tempo despendido nas ocupações, dado cada vez mais importante para qualificar a forma de inserção do indivíduo, já que sobretudo no setor rural os trabalhadores em tempo parcial vem se tornando um fenômeno cada vez mais comum (Silva *et al.*, 1997 e Silva & Del Grossi, 1997).

Tabela 3.10 - PEA residente na área de transição rural, transição urbana e "rural", por setor de atividade econômica. Estado de São Paulo, segundo Mesorregiões selecionadas, 1991

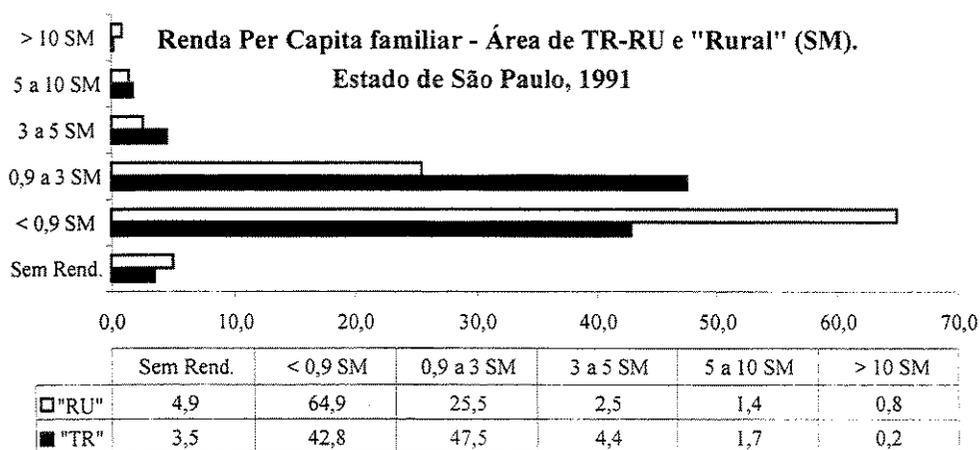
Mesorregiões	PEA - Área de Transição Rural					PEA - Área de Transição Urbana					
	Setor Atividade					Total	Setor Atividade				Total
	Primário	Secundário	Terciário	Maldef	Primár		Secund.	Terciário	Maldef.		
2)Ribeirão Preto	26,3	23,5	42,0	8,2	1.257	42,0	12,2	41,5	4,4	862	
5)Araraquara	97,1	2,9	0,0	0,0	138	57,9	3,0	28,6	10,5	133	
8)Pres Prudente	0	0	0	0	0	28,0	16,2	49,3	6,6	1.021	
11)Itapetininga	16,1	35,6	31,6	16,7	522	42,1	15,3	35,6	6,9	1.268	
12)Macro M.Pta	17,7	21,7	26,4	34,1	1.466	16,0	26,7	45,8	11,6	15.497	
13)Vale P. Pta	21,3	34,2	36,9	7,6	409	11,0	28,3	46,4	14,2	2.971	
6)Piracicaba	6,8	37,7	47,7	7,8	8.254	37,2	16,1	40,9	5,8	2.203	
7)Campinas	23,7	26,6	41,2	8,5	5.706	6,7	29,4	55,6	8,3	22.114	
15)RMSP	1,5	30,9	56,6	10,9	57.549	2,3	31,1	54,9	11,7	34.100	
Total do ESP	5,4	30,9	52,9	10,8	76.384	10,5	28,1	51,7	9,7	102.438	
	PEA - Área "Rural", 1991										
	Setor Atividade										
Mesorregiões	Primário	Secundário	Terciário	Maldef.	Total						
2)Ribeirão Preto	60,3	9,5	27,0	3,2	63.261						
5)Araraquara	64,2	9,6	23,7	2,5	26.773						
8)Pres Prudente	69,1	7,0	21,4	2,5	57.575						
11)Itapetininga	71,9	7,2	16,7	4,2	70.053						
12)Macro M.Pta	45,2	14,0	33,7	7,1	95.452						
13)Vale P. Pta	49,9	14,3	29,3	6,5	48.769						
6)Piracicaba	46,1	15,4	33,1	5,4	35.267						
7)Campinas	55,9	12,6	25,5	6,1	101.164						
15)RMSP	15,4	24,9	48,8	11,0	59.645						
Total do ESP	58,0	10,7	26,3	5,0	812.339						

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Em uma breve avaliação sobre a renda per capita familiar foram examinadas as mesmas categorias utilizadas no capítulo 2 para a área rural, separando-se a área de transição rural e "rural". Do total de 569.859 famílias incluídas na área rural estadual em 1991, 8,8% delas (50.424 famílias) pertenceram à área de transição rural e o restante 91,2%

(519.435) à área "rural". Dessa forma, ficou evidente a semelhança na distribuição das faixas de renda para a área "rural" com aquela verificada para o rural tradicional, marcada pela predominância da renda per capita familiar menor que 0,9 salários mínimos, ou 64,9% das famílias residentes na área "rural" (Tabela 3.11).

Na área de transição rural pode-se constatar que as faixas de renda consideradas estiveram melhor distribuídas entre as famílias, sobretudo com uma maior concentração na faixa de 0,9 a 3 SM, concentrando 47,5% das famílias recenseadas e 42,8% na faixa de renda menor que 0,9 SM. Comparativamente à área "rural", a área de transição rural apresenta uma menor proporção de famílias classificadas como "sem rendimentos" (3,5%) e apresenta-se como a parte da área rural tradicional em melhor condição da renda per capita familiar (Figura 3.7).



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Figura 3.7 - Renda per capita familiar (SM) da população residente na área de transição rural e na área "rural" (%). Estado de São Paulo, 1991

Tabela 3.11 - Renda per capita familiar (SM) da população residente na área de transição rural e "rural" (%), pelas Mesorregiões selecionadas. Estado de São Paulo, 1991

Mesorregiões	Situação do Domicílio Transição Rural (TR-RU), 1991						
	Renda Per Capita Familiar (Salários Mínimos - SM) (%)						
	Sem Rend.	< 0,9 SM	0,9 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	Total
2)Ribeirão Preto	3,5	50,6	45,3	0,6	0	0	803
5)Araraquara	0	0	86,6	13,4	0	0	82
8)Pres Prudente	-	-	-	-	-	-	-
11)Itapetininga	1,2	67,8	31,0				332
12)Macro M.Pta	5,4	47,5	38,2	3,8	2,2	2,8	814
13)Vale P. Pta	2,1	63,5	32,2	2,1	0	0	326
6)Piracicaba	1,4	46,6	48,1	2,6	1,1	0,1	4.989
7)Campinas	2,2	44,6	44,2	5,7	2,9	0,4	3.211
15)RMSP	3,8	41,1	48,6	4,8	1,7	0,1	39.125
Total do ESP	3,5	42,8	47,5	4,4	1,7	0,2	50.424
Mesorregiões	Situação do Domicílio "Rural" ("RU"), 1991						
	Renda Per Capita Familiar (Salários Mínimos - SM) (%)						
	Sem Rend.	< 0,9 SM	0,9 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	Total
2)Ribeirão Preto	3,3	56,9	34,1	3,0	1,4	1,3	42.441
5)Araraquara	0	82,9	17,1	0	0	0	70
8)Pres Prudente	5,1	73,9	17,9	1,3	1,1	0,7	35.085
11)Itapetininga	1,9	80,7	15,2	1,1	0,7	0,3	43.611
12)Macro M.Pta	5,2	56,8	31,5	3,4	2,2	0,9	57.566
13)Vale P. Pta	4,6	71,0	19,7	2,5	1,4	0,8	34.603
6)Piracicaba	2,7	51,0	41,2	2,8	1,7	0,7	21.768
7)Campinas	3,6	60,7	29,7	3,2	1,8	1,0	59.623
15)RMSP	16,4	40,0	35,3	5,5	2,1	0,7	45.958
Total do ESP	4,9	64,9	25,5	2,5	1,4	0,8	519.435

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Na análise regional, a área de transição mostrou uma melhor renda per capita familiar para a população residente na área de transição rural para todas as Mesorregiões selecionadas comparada com a área "rural". Embora esta renda estivesse mais concentrada na faixa menor de 0,9 SM nas duas áreas, a diferença principal favorável à área de transição

rural foi o aumento das famílias inseridas na faixa de 0,9 a 3 SM e a diminuição das famílias incluídas na faixa sem rendimentos para o ano de 1991, apontando novamente diferenças nas características relativas à população residente na área de transição rural e na área "rural" (Tabela 3.11).

3.5 - Migração nos anos 80, considerando-se a área de transição

A população migrante esteve predominantemente concentrada na área urbana de São Paulo em 1991. Dos 6.245.668 migrantes, 90,2% (5.632.589 pessoas) residiam na área urbana e 9,8% (613.079 pessoas) na área rural. Cabe lembrar que as informações referentes à população migrante residente no rural, embora refiram-se a uma população pequena comparada com os migrantes residentes no urbano, relacionam-se a quase 30% da população residente nessa área no Estado.

A área urbana apresentou 98,6% (5.551.569 pessoas) da população migrante residente na área reclassificada como "urbana". A Mesorregião de Campinas (10,1%) e a RMSP (46,5%) foram responsáveis por 56,7% da concentração desses migrantes nessa área. A área de transição urbana concentrou 1,4 % (81.120 pessoas) da população migrante residente no urbano, sendo que as Mesorregiões de Campinas (27,9%), Macro Metropolitana Paulista (18,5%) e a RMSP (30,8%) somaram 77,2% dos migrantes residentes na área de transição urbana (Tabela 3.12)⁴¹.

Na área rural esteve concentrada 93,8% desta população na sua área reclassificada como "rural", distribuída principalmente nas Mesorregiões de Campinas com 12,7%, Macro Metropolitana Paulista com 11,2,%, São José do Rio Preto com 10,7%, e RMSP com 7,1% dos migrantes residentes na área "rural" em São Paulo. A área de transição rural registrou o menor número de migrantes das áreas mencionadas (37.839 pessoas), com destaque para a RMSP que respondeu sozinha por 62,4% (23.606 pessoas) dos migrantes residentes na área de transição rural estadual. Destaque menor foi dado à Mesorregião de Piracicaba com 13,3% (5.026 pessoas) e Campinas com 15,8% (5.983%), sendo que juntas somaram 91,5% da população migrante dessa área.

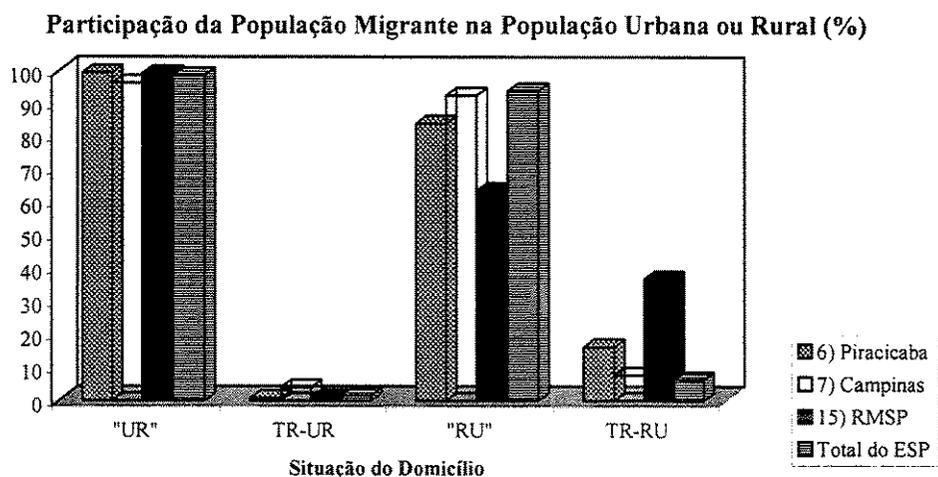
⁴¹ Para uma abordagem ampla sobre os movimentos populacionais na Região de Campinas, na conformação de área metropolitana, ver: Baeninger (1996).

Tabela 3.12 - População migrante, segundo a situação do domicílio com a área de transição, e participação relativa (%), por Mesorregiões. Estado de São Paulo, 1991

Mesorregiões	População Migrante por Situação do Domicílio						
	Urbano	Rural	Total	"UR"	TR-UR	"RU"	TR-RU
1) S. J. Rio Preto	244.437	61.570	306.008	241.931	2.506	61.385	185
2) Ribeirão Preto	298.208	50.510	348.718	297.831	377	49.745	765
3) Araçatuba	103.948	21.219	125.167	97.501	6.446	21.065	154
4) Bauru	193.231	43.693	236.925	189.153	4.078	43.693	
5) Araraquara	110.533	22.654	133.188	110.507	26	22.419	235
6) Piracicaba	154.631	31.120	185.751	153.530	1.101	26.094	5.026
7) Campinas	585.443	79.082	664.525	562.817	22.627	73.098	5.983
8) Pres. Prudente	137.656	48.401	186.058	136.987	670	48.401	
9) Marília	60.289	19.856	80.145	60.245	44	19.856	
10) Assis	81.577	22.161	103.737	81.198	379	22.160	
11) Itapetininga	85.140	34.677	119.817	84.581	559	34.155	523
12) Macro M.Pta	350.352	65.753	416.104	335.385	14.967	64.583	1.170
13) Vale P. Pta	292.367	28.918	321.285	290.670	1.697	28.797	121
14) Litoral S. Pta	65.823	18.366	84.190	65.177	647	18.331	35
15) RMSP	2.608.079	64.471	2.672.550	2.583.082	24.997	40.864	23.606
16) Santos	260.873	629	261.502	260.874		592	37
Total do ESP	5.632.588	613.080	6.245.668	5.551.469	81.120	575.240	37.839
Mesorregiões	Participação relativa da população migrante das Mesorregiões na população migrante estadual (%)						
	Urbano	Rural	Total	"UR"	TR-UR	"RU"	TR-RU
1) S. J. Rio Preto	4,3	10,0	4,9	4,4	3,1	10,7	0,5
2) Ribeirão Preto	5,3	8,2	5,6	5,4	0,5	8,6	2,0
3) Araçatuba	1,8	3,5	2,0	1,8	7,9	3,7	0,4
4) Bauru	3,4	7,1	3,8	3,4	5,0	7,6	0,0
5) Araraquara	2,0	3,7	2,1	2,0	0,0	3,9	0,6
6) Piracicaba	2,7	5,1	3,0	2,8	1,4	4,5	13,3
7) Campinas	10,4	12,9	10,6	10,1	27,9	12,7	15,8
8) Pres. Prudente	2,4	7,9	3,0	2,5	0,8	8,4	0,0
9) Marília	1,1	3,2	1,3	1,1	0,1	3,5	0,0
10) Assis	1,4	3,6	1,7	1,5	0,5	3,9	0,0
11) Itapetininga	1,5	5,7	1,9	1,5	0,7	5,9	1,4
12) Macro M.Pta	6,2	10,7	6,7	6,0	18,5	11,2	3,1
13) Vale P. Pta	5,2	4,7	5,1	5,2	2,1	5,0	0,3
14) Litoral S. Pta	1,2	3,0	1,3	1,2	0,8	3,2	0,1
15) RMSP	46,3	10,5	42,8	46,5	30,8	7,1	62,4
16) Santos	4,6	0,1	4,2	4,7	0,0	0,1	0,1
Total do ESP	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Examinando-se a participação relativa da população migrante na composição da população residente na área rural tradicional ("RU" mais TR-RU) observou-se que a área de transição rural foi mais importante que a área de transição urbana na composição da área urbana tradicional ("UR" mais TR-UR). Essa participação da população migrante na população urbana ou rural está apresentada na Figura 3.8 para as Mesorregiões de Piracicaba, de Campinas, para a RMSP e para o Estado de São Paulo, reafirmando a importância da área de transição rural na concentração da população residente na área rural paulista, sobretudo na RMSP.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 3.8 - Participação da população migrante residente na área de transição na população urbana ou rural. Estado de São Paulo e Mesorregiões de Piracicaba, Campinas e RMSP

É evidente que a área "urbana" é incomparavelmente mais densamente povoada que a área "rural" e por isso a área de transição rural deve despontar como mais importante que a área de transição urbana relativamente à área "rural" e "urbana" respectivamente. Porém, quando isso torna-se verdade para Regiões com um alto grau de urbanização, como a RMSP, a ocupação do aglomerado rural de extensão urbana (área de transição rural) por migrantes, sugere uma associação mais forte ao processo de expansão da área urbana do

que a ocupação desse espaço pela expansão de atividades econômicas que estejam guardando as características do rural. Qual seria a atração que a área de transição rural estaria exercendo para o estabelecimento do migrante nessa área na RMSP?

A importância dos migrantes residentes na área de transição foi realçada novamente quando averiguada a participação relativa dessa população na população residente nas Mesorregiões. Na área de transição urbana a proporção de migrantes na população residente foi pouco superior àquela medida na área "urbana" para a maioria das Mesorregiões, destacando-se somente Campinas, Macro Metropolitana Paulista e RMSP, sobretudo em números absolutos. Verificou-se que 30,1% da população residente no Estado de São Paulo era migrante na área de transição urbana, realçando esta área na presença de migrantes comparada à área "urbana", que foi de 19,1%.

A área "rural" apresentou uma participação da população migrante igual a 27,8% para o Estado de São Paulo, registrando a presença de pouco mais de 575,0 mil migrantes nessa área em 1991. A área de transição rural apresentou o menor valor relativo a essa proporção para o Estado, que foi de 18,4%, ou 37.839 migrantes. Entretanto, a presença do migrante nessa área não deixou de reforçar a característica de ser uma área promissora à ocupação e retenção de população residindo no local. A participação da população migrante na população residente na área "urbana", de transição e "rural" foi apresentada na Tabela 3.13.

Tabela 3.13 - Participação da população migrante na população residente (%). Estado de São Paulo, por Mesorregiões, 1991

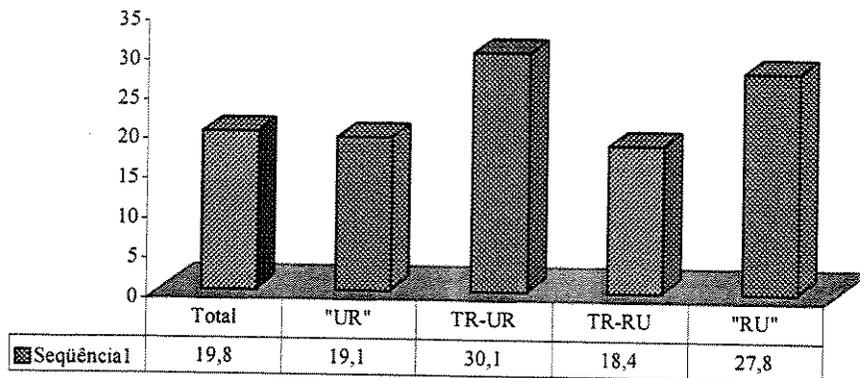
Mesorregiões	População migrante (%)				TR-RU v.a.**
	"UR"	TR-UR	"RU"	TR-RU	
1) S. J. Rio Preto	23,5	25,4	30,4	21,5	185
2) Ribeirão Preto	18,1	17,3	31,3	25,8	765
3) Araçatuba	20,3	25,3	29,3	55,2	154
4) Bauru	19,6	27,6	31,0	0	0
5) Araraquara	20,4	10,7	33,8	72,3	235
6) Piracicaba	17,1	21,7	30,7	25,1	5.026
7) Campinas	23,7	41,2	30,6	46,6	5.983
8) Pres. Prudente	22,5	27,4	34,7	0	0
9) Marília	19,2	21,8	33,9	0	0
10) Assis	21,8	24,4	26,2	0	0
11) Itapetininga	18,7	15,5	18,4	37,0	523
12) Macro M.Pta	22,4	35,0	27,6	33,0	1.170
13) Vale P. Pta	19,3	20,7	21,0	11,8	121
14) Litoral S. Pta	28,3	21,6	20,4	2,8	35
15) RMSP	17,2	26,4	23,9	14,6	23.606
16) Santos	23,3	0	30,6	7,9	37
Total do ESP	19,1	30,1	27,8	18,4	37.839

Notas: ** esses valores absolutos (v.a.) são relativos à população migrante residente na área transição rural, para se ter o parâmetro para análise da proporção do migrante na população residente melhorado.

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

De fato, observando-se os dados para o Estado como um todo, não apenas verifica-se a importância da migração na composição da população "rural", como também destaca-se o peso que os movimentos migratórios assumem na população residente nas áreas classificadas como de transição; um quarto da população nessas áreas era composta por migrantes contra menos de 20% da população "urbana" ou do total dos residentes no Estado. Mais significativo ainda é o fato de que pouco menos de um terço das pessoas residentes na transição urbana eram migrantes em 1991, resultado que, assim como na RMSP, pode estar mostrando o papel das áreas de expansão urbana para o assentamento desses indivíduos (Figura 3.9).

**Participação da população migrante na população residente (%).
Estado de São Paulo, 1991**



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 3.9 - Participação da população migrante na população residente, segundo a situação do domicílio, inserindo-se a área de transição. Estado de São Paulo, 1991

Capítulo 4

População Residente na Região Metropolitana de São Paulo, nas Áreas Urbana e Rural, Considerando-se a Área de Transição

As considerações elaboradas sobre a distribuição da população em São Paulo, considerando-se a área de transição, confirmam a intensa relação existente entre o crescimento da população rural e o processo de expansão urbana sobre esta área. Entretanto, não foi possível até então, relacionar o desenvolvimento de novas atividades econômicas no rural com o crescimento registrado da população na área rural paulista na última década (anos 90), demandando estudos específicos para determinadas regiões do Estado, não fazendo parte dos objetivos deste estudo.

Finalizando a análise demográfica da população residente na área rural do Estado de São Paulo apresenta-se a abordagem das características da população na Região Metropolitana de São Paulo, com o objetivo de reforçar a hipótese central deste estudo, esperando contribuir na distinção entre as áreas (municípios) que formam essa Região, favorecendo investigações futuras sobre a ocupação da área rural.

4.1. Distribuição da população e características estruturais da área rural na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

A Região Metropolitana de São Paulo - metrópole mundial- foi instituída pela Lei complementar no. 14 de 1973. Possuía em 1980 por volta de 12,5 milhões de habitantes distribuídas em 37 municípios. O município de Vargem Grande Paulista foi desmembrado do município de Cotia em 1983 e passou a ter valores referentes à população residente, somente a partir do Censo de 1991. O município de São Lourenço da Serra foi Distrito de Itapecerica da Serra até Dezembro de 1991, passando a configurar como município emancipado a partir da Contagem Populacional de 1996. Aproximadamente 15,4 milhões de pessoas residiam na RMSP em 1991 e no ano 2000, essa população foi de 17,8 milhões distribuídas, nessa última data, em 39 municípios.

A RMSP apresentou em 1980 um grau de urbanização igual a 96,8%, elevando esse percentual para 97,8% em 1991. Já em 1996, o peso da população rural no total da população residente na RMSP proporcionou a redução de seu grau de urbanização para 96,5%, acentuando-se ainda mais no ano 2000, que foi de 95,7%. Tratou-se de aproximadamente 576,0 mil pessoas residentes na área rural da RMSP, em 1996, e 758,6 mil em 2000, valores importantes, relativo às décadas anteriores.

Embora o enfoque principal desse estudo esteja voltado aos anos 80 e 90, serão apresentadas informações dos anos 70 de forma complementar e reforçando os argumentos que mostram a retomada do crescimento da população rural na RMSP, já no início dos anos 90.

Assim, segundo Cunha (1994), somente nove dos 37 municípios pertencentes à RMSP apresentaram o grau de urbanização inferior a 50% em 1970, totalizando 66.253 pessoas residentes em suas áreas rurais, representando 24,3% da população rural regional (que foi de 273.061). Foram os municípios de Cajamar, Embu, Biritiba-Mirim, Guararema, Juquitiba, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Salesópolis e Santana do Parnaíba. O autor classificou esses municípios, exceto os dois primeiros, como municípios agrícolas da RMSP, localizando-se nas áreas mais afastados da Capital, não sendo incorporados completamente à expansão da RMSP na década de 70. Apresentavam uma atividade agrícola que ocupava parcela significativa de sua população, embora fossem áreas pobres e com crescimento demográfico muito discreto.

Somente os municípios de Guararema, Salesópolis e Santana do Parnaíba tiveram o grau de urbanização inferior a 50% em 1980, totalizando 20.486 pessoas em suas áreas rurais, ou 5% da população rural regional (que foi de 405.091). A partir de 1991, todos os municípios apresentaram mais de 50% da população concentrada na área urbana, e metade deles (19 municípios) com o grau de urbanização igual a 100%, ou seja, com toda a área municipal considerada urbana.

O crescimento da população e a taxa média anual de crescimento da RMSP nos anos 70, 80 e nos 90, segundo a situação do domicílio (UR ou RU) estão apresentados na Tabela 4.1 e na Figura 4.1, respectivamente. Constatou-se que os municípios com os menores graus de urbanização não tiveram uma participação significativa na população rural estadual a partir de 1980, então, a importância da população residente no rural

estadual relacionou-se aos municípios com a população urbana também importante ao nível estadual, assim como, aos municípios mais populosos da Região⁴².

O crescimento da população total e urbana para a RMSP teve uma diminuição gradual nos quatro períodos considerados, fato já mencionado para a população do Estado de São Paulo, e nos anos 70 foi proporcionalmente mais importante na RMSP que no Estado como um todo, assim como a contenção de sua população rural na década, que apresentou, ao contrário do Estado, valores positivos. Porém, nos anos 80 houve uma diminuição na população rural na RMSP de 72.643 pessoas, e uma importante retomada no crescimento da população rural no período seguinte (anos 90) de 426.221 pessoas com uma taxa média igual a 9,6% a.a.

No primeiro quinquênio (1991/96) a população rural apresentou um aumento de 243.926 pessoas, com uma taxa média igual a 11,6% a.a., e no segundo período (1996/2000) de 182.295 pessoas com uma taxa média igual a 7,1% a.a. Pergunta-se então: quais foram os municípios responsáveis pelo aumento da população rural regional?

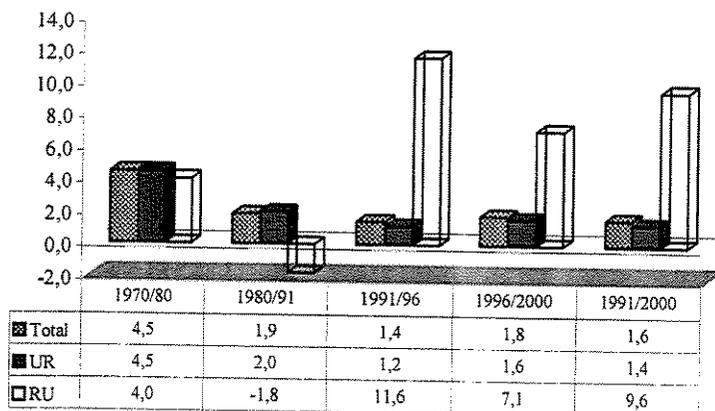
Tabela 4.1 – População residente e crescimento absoluto da população, segundo a situação do domicílio. Região Metropolitana de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000

População residente na RMSP				Crescimento absoluto da população			
População	UR	RU	Total	Período	UR	RU	Total
1970	7.866.669	273.061	8.139.730	1970/80	4.316.965	132.030	4.448.995
1980	12.183.634	405.091	12.588.725	1980/91	2.928.859	-72.643	2.856.216
1991	15.112.493	332.448	15.444.941	1991/96	894.367	243.926	1.138.293
1996	16.006.860	576.374	16.583.234	1996/2000	1.067.982	182.295	1.250.277
2000	17.074.842	758.669	17.833.511	1991/2000	1.962.349	426.221	2.388.570

Fonte: Fundação FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e dados preliminares do Censo Demográfico, 2000.

⁴² As informações sobre a população residente nos municípios da RMSP, por Microrregiões, segundo a situação do domicílio em 1980, 1991, 1996 e 2000, com o grau de urbanização, estão no Anexo 3.

Taxa média anual de crescimento (%).
RMSP, 1970-2000



Fonte: Fundação FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e dados preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Figura 4.1 – Taxa média anual de crescimento nas décadas de 70, 80 e 90, segundo a situação do domicílio (UR ou RU). Região Metropolitana de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/2000 e 1991/2000

Os municípios da RMSP que apresentaram população residindo na área rural a partir de 1970, agrupados em Microrregiões e a participação na população rural regional estão na Tabela 4.2, mostrando a existência de poucos municípios cuja proporção da população rural tenha sido importante na população regional.

A Microrregião com menor participação na RMSP foi Osasco com 2.675 pessoas em 2000, que apresentou o município de Cajamar como praticamente o único representante dessa população rural na Região nos anos 90, embora o município de Santana de Parnaíba tenha se destacado nas década anteriores. A Microrregião de Itapecerica da Serra, com 12.972 pessoas em 2000 em sua área rural, apresentou menos de 2% da população rural total da RMSP e teve o município de Juquitiba como o principal representante. Embu, como já mencionado, destacou-se em 1970, apresentando nos anos seguintes nenhum residente na área rural. A Microrregião de Franco da Rocha teve em 2000, 22.614 pessoas residindo na área rural, com destaque para o município de Mairiporã (com 11.982 pessoas) que manteve sua importância regional desde 1970.

Tabela 4.2 - População residente na área rural e participação relativa na população da RMSP (%), por Microrregiões e municípios. Região Metropolitana de São Paulo, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000

Microrregião	População residente no rural e participação relativa (%)									
	1970	%	1980	%	1991	%	1996	%	2000	%
Micro/Osasco	12.706	4,7	11.673	2,9	1.731	0,5	1.709	0,3	2.675	0,4
Barueri	1.428	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Cajamar	6.175	2,3	2.420	0,6	1.731	0,5	1.703	0,3	2.668	0,4
Pirapora Bom Jesus	1.936	0,7	2.300	0,6		0,0	6	0,0	7	0,0
Santana de Parnaíba	3.167	1,2	6.953	1,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Micro/Franco da Rocha	39.473	14,5	18.487	4,6	13.586	4,1	15.668	2,7	22.614	3,0
Caieiras	6.839	2,5	2.874	0,7	1.293	0,4	2.062	0,4	2.713	0,4
Francisco Morato	2.218	0,8	217	0,1	248	0,1	334	0,1	163	0,0
Franco da Rocha	16.373	6,0	6.769	1,7	6.043	1,8	5.479	1,0	7.756	1,0
Mairiporã	14.043	5,1	8.627	2,1	6.002	1,8	7.793	1,4	11.982	1,6
Micro/Guarulhos	25.620	9,4	117.985	29,1	22.974	6,9	33.595	5,8	36.280	4,8
Arujá	2.445	0,9	1.399	0,3	3.289	1,0	4.891	0,8	2.555	0,3
Guarulhos	15.242	5,6	106.033	26,2	9.945	3,0	18.987	3,3	23.019	3,0
Santa Isabel	7.933	2,9	10.553	2,6	9.740	2,9	9.717	1,7	10.706	1,4
Micro/Itapecerica Serra	33.332	12,2	11.179	2,8	2.903	0,9	3.243	0,6	12.972	1,7
Cotia	1.286	0,5	2.964	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Embu	13.800	5,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Embu-Guaçu	4.937	1,8	1.122	0,3	863	0,3	875	0,2	1.078	0,1
Itapecerica da Serra	7.597	2,8	3.214	0,8	2.040	0,6	1.108	0,2	1.373	0,2
Juquitiba	5.712	2,1	3.879	1,0	0	0,0	0	0,0	9.103	1,2
São Lourenço Serra*	0	0,0	1.723	0,4	1.146	0,3	1.260	0,2	1.418	0,2
Micro/São Paulo	82.305	30,1	197.062	48,6	244.689	73,6	466.960	81,0	632.770	83,4
Diadema	10.401	3,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mauá	158	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ribeirão Pires	4.953	1,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Rio Gde da Serra	1.119	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Santo André	1.562	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
S. Bernardo Campo	12.353	4,5	41.077	10,1	11.398	3,4	19.006	3,3	12.244	1,6
São Paulo	51.759	19,0	155.985	38,5	233.291	70,2	447.954	77,7	620.526	81,8
Micro/Mogi das Cruzes	79.625	29,2	48.705	12,0	46.565	14,0	55.199	9,6	51.358	6,8
Biritiba-Mirim	5.792	2,1	5.832	1,4	3.074	0,9	3.726	0,6	3.881	0,5
Ferraz Vasconcelos	335	0,1	245	0,1	1.196	0,4	1.491	0,3	1.162	0,2
Guararema	9.348	3,4	8.140	2,0	3.775	1,1	4.253	0,7	4.189	0,6
Itaquaquetuba	7.029	2,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mogi das Cruzes	28.589	10,5	22.935	5,7	26.330	7,9	32.740	5,7	28.129	3,7
Poá	651	0,2	271	0,1	730	0,2	832	0,1	1.132	0,1
Salesópolis	6.280	2,3	5.393	1,3	4.624	1,4	5.323	0,9	5.618	0,7
Suzano	21.601	7,9	5.889	1,5	6.836	2,1	6.834	1,2	7.247	1,0
Total RMSP	273.061	100	405.091	100	332.448	100	576.374	100	758.669	100

Notas: * São Lourenço da Serra foi considerado emancipado a partir de 1996 na Contagem Populacional.

Fonte: Fundação FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e dados preliminares do Censo Demográfico, 2000.

A Microrregião de Guarulhos foi a terceira mais importante região na concentração da população rural na RMSP, com 36.280 pessoas em 2000 (4,8%), sendo que o município de Guarulhos vem se destacando desde o início do período analisado, com 23.019 pessoas em 2000. A Microrregião de Mogi das Cruzes apresentou uma população rural em 2000 igual a 51.358 pessoas (6,8% da população rural da RMSP), sendo o município de mesmo nome o principal representante regional dessa população com 28.129 pessoas na área rural.

Finalmente, a Microrregião de São Paulo foi a que teve a maior parcela da população rural residente na RMSP, com 632.770 pessoas em 2000, ou 81,8% da população rural da área metropolitana. Desde 1970 foi predominante, mas foi nos anos 90 que teve sua importância destacada entre as demais Microrregiões pertencentes à RMSP, com 73,6% de participação relativa em 1991. Somente dois municípios apresentaram população rural a partir de 1980, o município de São Bernardo do Campo, com 12.244 pessoas em 2000 e o município de São Paulo, com 620.526 pessoas na mesma data.

Sobretudo, os municípios de Guarulhos, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo e São Paulo podem ser destacados pela população residente na área rural, essencialmente nos anos 90, contribuindo para o crescimento da população rural da RMSP e para o Estado de São Paulo. Estes municípios constituíram-se nos representantes das três principais Microrregiões destacadas na análise anterior. A população rural destes municípios, a participação relativa à população rural da Microrregião correspondente e o grau de urbanização, destacando-os como predominantemente urbanos, serão apresentados na Tabela 4.3.

A importância na concentração da população rural nesses municípios aumentou intensamente dos anos 70 até os 90, onde a contribuição em 2000 foi da ordem de 90% no total regional, ou seja, das 758.669 pessoas residindo na área rural da RMSP, 683.918 residiam nesses quatro municípios, e sobretudo, no município de São Paulo, que apresentou uma participação relativa ao total da Região Metropolitana igual a 77,7% e do total da Microrregião igual a 98,1%.

Tabela 4.3 - População residente no rural e participação relativa na população da Microrregião (%). Municípios selecionados da RMSP, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000

Municípios	População rural e participação relativa na população da Microrregião (%)									
	1970	%	1980	%	1991	%	1996	%	2000	%
Guarulhos	15.242	59,5	106.033	89,9	9.945	43,3	18.987	56,5	23.019	63,4
Mogi das Cruzes	28.589	35,9	22.935	47,1	26.330	56,5	32.740	59,3	28.129	54,8
S. Bernardo Campo	12.353	15,0	41.077	20,8	11.398	4,7	19.006	4,1	12.244	1,9
São Paulo	51.759	62,9	155.985	79,2	233.291	95,3	447.954	95,9	620.526	98,1
Total municípios **	107.943	39,5	326.030	80,5	280.964	84,5	518.687	90,0	683.918	90,1
Total RMSP	273.061		405.091		332.448		576.374		758.669	
Municípios	Grau de urbanização (%)									
	1970	1980	1991	1996	2000					
Guarulhos	93,6	80,1	98,7	98,0	97,9					
Mogi das Cruzes	79,4	88,4	90,4	89,5	91,5					
S. Bernardo Campo	93,9	90,3	98,0	97,1	98,3					
São Paulo	99,1	98,2	97,6	95,4	94,0					
Total RMSP	96,6	96,8	97,8	96,5	95,7					

Notas: ** A porcentagem correspondente a este total é referente à participação da população rural total dos quatro municípios com relação à RMSP.

Fonte: Fundação FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e dados preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Averiguando a importância destes municípios no crescimento da população rural na RMSP, apresenta-se na Tabela 4.4 o crescimento absoluto e a taxa média anual de crescimento e na Figura 4.2, as taxas de crescimento da população rural dos quatro municípios selecionados e da RMSP, já que foi indicado que o crescimento da população rural aconteceu sobretudo nestas áreas.

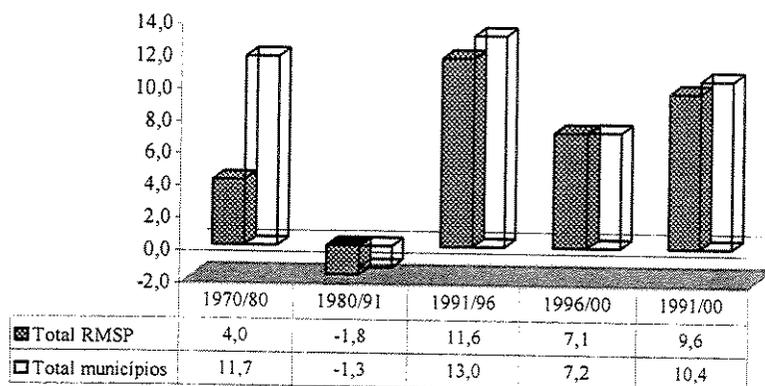
Cabe-se notar que nos anos 80, a diminuição da população rural residente nos municípios de Guarulhos, igual a 96.088 pessoas, e São Bernardo do Campo, igual a 29.679 pessoas, contribuiu para o saldo negativo da população rural da RMSP (-72.643 pessoas), que foi contrabalançado pelo crescimento da população rural do município de São Paulo, da ordem de 77,3 mil pessoas. Os quatro municípios selecionados apresentaram taxas médias anuais de crescimento superiores aquelas registradas para a RMSP, reafirmando a importância na participação desses municípios no crescimento da população rural regional (Figura 4.2).

Tabela 4.4 - Crescimento absoluto da população rural e taxa média anual de crescimento (%). Municípios selecionados da RMSP, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/00 e 1991/00

Municípios	Crescimento absoluto da população				
	1970/80	1980/91	1991/96	1996/00	1991/00
Guarulhos	90.791	-96.088	9.042	4.032	13.074
Mogi das Cruzes	-5.654	3.395	6.410	-4.611	1.799
S. Bernardo Campo	28.724	-29.679	7.608	-6.762	846
São Paulo	104.226	77.306	214.663	172.572	387.235
Total municípios	218.087	-45.066	237.723	165.231	402.954
Total RMSP	132.030	-72.643	243.926	182.295	426.221
Municípios	Taxa média anual de crescimento (%)				
	1970/80	1980/91	1991/96	1996/00	1991/00
Guarulhos	21,4	-19,4	13,8	4,9	9,8
Mogi das Cruzes	-2,2	1,3	4,5	-3,7	0,7
S. Bernardo Campo	12,8	-11,0	10,8	-10,4	0,8
São Paulo	11,7	3,7	13,9	8,5	11,5
Total municípios	11,7	-1,3	13,0	7,2	10,4
Total RMSP	4,0	-1,8	11,6	7,1	9,6

Fonte: Fundação FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e dados preliminares do Censo Demográfico, 2000.

**Taxa média anual de crescimento da população rural (%).
RMSP e municípios selecionados**



Fonte: Fundação FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e dados preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Figura 4.2 - Taxa média anual de crescimento da população rural (%). Região Metropolitana de São Paulo e municípios (Tabela 4.4), 1970-2000

Os municípios de Guarulhos e São Bernardo do Campo foram classificados no estudo de Cunha (1994), como municípios industriais/dormitórios, apresentando condições médias de vida para a população residente e importância econômica. São municípios periféricos à Capital, com significativo peso industrial e com elevado crescimento demográfico. Mogi das Cruzes foi classificado como município dormitório, que abriga a população de menor renda, que encontra dificuldades de acesso à moradia em outras partes da RMSP, com ínfimo peso industrial e elevado crescimento demográfico.

Para o município de São Paulo não houve perda da população residente em sua área rural, em todo o período considerado. Ao contrário, além do número de habitantes nessa área ter sido alto no contexto regional, as taxas médias anuais de crescimento dessa população foram elevadas e positivas, com indiscutível importância na RMSP. Dessa forma, especificamente para este município, tornou-se fundamental conhecer qual foi a importância desse crescimento relativo ao crescimento da população municipal na área urbana.

Verificou-se que nos anos 70 e 80, embora o município de São Paulo tenha apresentado taxas médias de crescimento da população rural sensivelmente maiores que as taxas relativas à área urbana, o crescimento absoluto da população foi indiscutivelmente superior na área urbana, com relação à área rural, 2,4 milhões contra 104,2 mil em 1970 e 1,07 milhões contra 77,3 mil em 1980, na área urbana e rural, respectivamente (Tabela 4.5).

Esta situação começou a se reverter a partir de 1991, quando o município de São Paulo apresentou uma diminuição de sua população urbana no primeiro quinquênio dos anos 90 - de 21.412 pessoas - e um aumento da população rural de 214.663 pessoas. A população urbana voltou a crescer no último período dos anos 90 (394.158 pessoas), porém no balanço final destes anos (1991/2000), o crescimento absoluto da população rural do município de São Paulo (387.235 pessoas) foi superior aquele relativo à área urbana municipal (372.746).⁴³

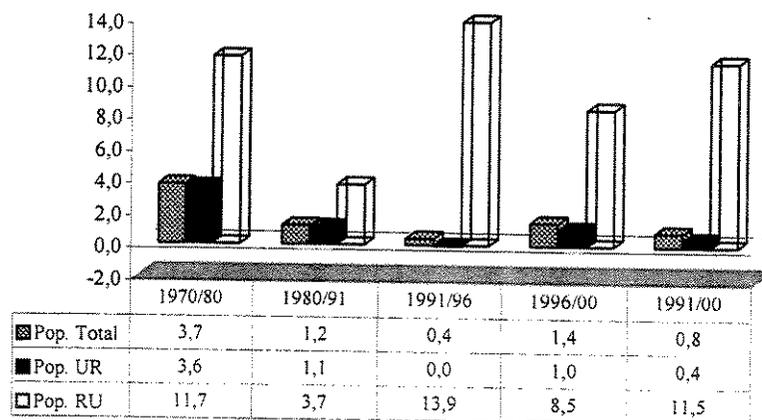
⁴³ Mesmo com a possível subenumeração nos dados da Contagem Populacional de 1996, o resultado da década dos 90 com relação ao crescimento da população, segundo a situação do domicílio, continuou favorável à área rural do município de São Paulo.

Tabela 4.5 - Crescimento absoluto da população rural, segundo a situação do domicílio (UR ou RU). Município de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/00 e 1991/00

Situação	Crescimento Absoluto da população					
	Domicílio	1970/80	1980/91	1991/96	1996/00	1991/00
Pop. Total		2.568.611	1.152.959	193.251	566.730	759.981
Pop. UR		2.464.385	1.075.653	-21.412	394.158	372.746
Pop. RU		104.226	77.306	214.663	172.572	387.235

Fonte: Fundação FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e dados preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Taxa média anual de crescimento (%). Município de São Paulo, 1970-2000



Fonte: Fundação FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1970, 1980, 1991; Contagem Populacional, 1996 e dados preliminares do Censo Demográfico, 2000.

Figura 4.3 - Taxa média anual de crescimento (%), segundo a situação do domicílio. Município de São Paulo, 1970/80, 1980/91, 1991/96, 1996/00, 1991/00

As taxas médias anuais de crescimento da população total e da população urbana do município de São Paulo foram inferiores àquelas correspondentes a RMSP, em todo o período averiguado. Porém as taxas médias relativas à população rural municipal foram destacadamente superiores à RMSP, mostrando novamente o peso da população rural deste município na população rural da Região Metropolitana, considerando-se o valor absoluto

desta população e o ritmo de crescimento estabelecido nos últimos anos. As taxas médias de crescimento da RMSP encontram-se na Figura 4.1 e do município de São Paulo na Figura 4.3.

Para finalizar essa abordagem serão apresentadas brevemente as características estruturais da área rural da RMSP, provenientes dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96. Destes levantamentos obteve-se informações a respeito das propriedades e do uso da terra, no período onde ocorreu o crescimento da população regional e estadual, propondo-se fornecer um esclarecimento mínimo de como se estrutura a área tratada nas considerações sobre a população rural.

A RMSP apresentou da mesma forma que o Estado, uma diminuição no número de estabelecimentos agropecuários e no tamanho da área (medida em hectares (ha)), no período 1985-1995/96. Relativamente essa diminuição foi bem maior para a RMSP, sendo de aproximadamente 3,0 mil estabelecimentos, ou 46% daqueles existentes em 1985 e 81,5 mil ha, ou 47% da área em 1985. Em 1985 os 6,5 mil estabelecimentos da RMSP representavam pouco mais de 2% de todos existentes no Estado e em 1995/96, os 3,5 mil estabelecimentos, representaram ainda menos que no período anterior, ou seja 1,6% do total estadual. A RMSP, como já mencionado no Capítulo anterior, foi a Região com a menor concentração de estabelecimentos agropecuários e área correspondente no Estado de São Paulo (Tabela 4.6).

O maior número de estabelecimentos na RMSP possuía em 1985 menos de 10 ha, seguido daqueles com 10 a menos de 100 ha que cobriam 41,4% da área total da Região. Isso foi mais acentuado para os municípios de Guarulhos, São Bernardo do Campo e para o município de São Paulo, onde em nenhum deles foram registrados estabelecimentos com mais de mil hectares. Deve-se deixar claro que o número de estabelecimentos nestes municípios é pequeno e com a participação relativa na Região Metropolitana bastante diminuída no último período considerado (1995/96), apresentando uma tendência na concentração, também mais acentuada, em estabelecimentos com área menor que 10 hectares.

O município de Mogi das Cruzes foi, em todo o período considerado, o município que apresentou o maior número e área de estabelecimentos agropecuários, 1.482 estabelecimentos com 29.306ha e 1.099 com 19.947ha, em 1985 e 1995/96,

respectivamente. Nesse sentido, cabe ainda destaque para os municípios de Biritiba-Mirim, Guararema e Salesópolis, todos pertencentes à Microrregião Mogi das Cruzes, mostrando a constituição de uma área importante na produção agropecuária da Região Metropolitana.

O uso da terra, que pode ainda ser visto na Tabela 4.6, mostrou uma importante proporção da área dos estabelecimentos ocupada por matas e florestas para a RMSP, de 50,2% (87.614 ha) em 1985 e 43,3% (40.240 ha) em 1995/96. A proporção das matas naturais existentes nos estabelecimentos manteve-se praticamente inalterada, diminuindo a proporção das matas plantadas nesse período. A proporção das áreas ocupadas com pastagens foi superior àquela destinada a lavouras, sobretudo em 1995/96, sendo que a primeira ocupou 25,8% e a segunda, 19,4% da área total da Região.

Para os municípios selecionados a área de mata e florestas também apresentou uma proporção destacada no uso da terra, um pouco mais importante em 1985. O município de Guarulhos teve um aumento na proporção de sua área destinado à pastagem e uma redução de sua área destinada a lavouras nos estabelecimentos registrados. Para Mogi das Cruzes, tirando a importância da área de matas e florestas, as lavouras aparecem como o uso da terra preponderante, o mesmo ocorrendo para o município de São Bernardo do Campo e para São Paulo, destacando-se a lavoura temporária. A proporção da área de pastagens teve aumento em 1995/96 para todas as áreas consideradas

Dos 8.571 estabelecimentos registrados em 1985 (174.497 ha) na RMSP, 4.225 (151.264 ha) estiveram na condição do produtor correspondente ao proprietário. Dos 3.547 estabelecimentos (92.910 ha), 2.619 (83.351 ha) estiveram nesta condição em 1995/96. Assim, a condição do produtor revelou a concentração dos estabelecimentos e área (ha) nas mãos dos proprietários em 1995/96, seguido dos arrendatários, para a RMSP e para os municípios selecionados anteriormente. Diga-se que o número de estabelecimentos na condição arrendatários teve uma importância relativa nesta área, maior que no Estado de São Paulo, nos dois períodos considerados (Tabela 4.7).

Tabela 4.6 - Estabelecimentos agropecuários por grupo de área (ha) e proporção no uso da terra (%). Região Metropolitana de São Paulo e municípios selecionados, 1985 e 1995/96

Grupos de área (ha)										
Local	Menos de 10 Estabel. área		10 a menos 100 estabel. área		100 a < 1000 Estabel. área		1000 a < 10000 estabel. área		10000 e + estab./área	total estabel.
RMSP										
1985	4287	15940	2021	56425	251	64952	15	37175	0/0	6582
1995/96	2271	9001	1153	31577	115	28879	8	23452	0/0	3547
Município Guarulhos										
1985	208	593	17	358	3	567	0	0	0/0	229
1995/96	72	210	13	367	3	508	0	0	0/0	88
Município Mogi das Cruzes										
1985	968	4219	475	12186	34	8777	3	4122	0/0	1482
1995/96	768	3022	304	7070	26	7280	1	2576	0/0	1099
Município São Bernardo Campo										
1985	99	271	18	416	1	341	0	0	0/0	118
1995/96	18	62	6	163	0	0	0	0	0/0	24
Município São Paulo										
1985	738	2006	169	4254	5	1061	0	0	0/0	912
1995/96	170	462	48	1358	1	155	0	0	0/0	219
ESP										
1985	100198	483657	143763	4878042	35307	9253555	2561	5188692	29/441337	282070
1995/96	65303	307645	119209	4116864	31162	8188570	2050	4209098	36/547027	218016
Proporção no uso da terra (%), por área (ha)										
Local	Lavouras			Pastagem		Matas e Florestas		produtiva n/utilizada	área total declarada	área dos estabel. Total (ha)
	Perman	Tempor.	tempor. Descanso	Natural	Plantada	Natural	plantada			
RMSP										
1985	2,5	12,4	1,8	12,5	5,2	17,8	32,4	5,3	89,9	174497
1995/96	4,8	12,9	1,7	11,9	13,9	17,0	26,3	3,0	91,5	92910
Município Guarulhos										
1985	2,8	30,7	2,0	9,2	1,2	17,1	10,5	13,4	87,0	1521
1995/96	1,0	15,0	2,0	24,4	13,5	29,7	6,4	3,8	95,9	1084
Município Mogi das Cruzes										
1985	6,9	18,4	2,6	5,7	2,2	17,3	28,8	5,8	87,7	29306
1995/96	7,4	15,4	3,5	10,0	2,3	19,8	22,2	5,5	86,3	19947
Município São Bernardo Campo										
1985	1,6	22,3	2,5	13,3	3,1	6,7	30,2	9,2	89,0	1031
1995/96	5,8	15,1	2,7	2,2	16,9	28,9	4,0	8,0	83,6	225
Município São Paulo										
1985	2,5	31,4	4,0	5,2	2,8	15,5	14,4	8,3	84,0	7326
1995/96	3,9	31,3	10,0	7,5	2,2	26,9	6,5	2,0	90,3	1974
Total ESP										
1985	8,0	24,3	1,2	12,6	36,4	6,9	4,5	1,3	95,1	20245289
1995/96	7,9	22,4	1,3	11,6	40,6	7,8	3,4	0,9	95,9	17369204

Fonte: Fundação FIBGE, Censos Agropecuários do Estado de São Paulo, 1985 e 1995/96.

Tabela 4.7 - Condição do produtor - estabelecimento e área (ha) - e condição do responsável. Região Metropolitana de São Paulo e municípios selecionados, 1985 e 1995/96

Condição do produtor								
Local	Proprietários		Arrendatários		Parceiro		Ocupante	
	estabel.	área (ha)	estabel.	Área (ha)	estabel.	área (ha)	estabel.	área (ha)
RMSP								
1985	4225	151264	1463	13383	165	1279	729	8571
1995/96	2619	83351	557	4777	201	563	170	4219
Município Guarulhos								
1985	106	1148	70	189	14	54	39	130
1995/96	52	709	23	155	3	27	10	193
Município Mogi das Cruzes								
1985	951	25095	393	3048	52	284	86	879
1995/96	761	18313	196	1238	81	152	61	244
Município São Bernardo Campo								
1985	53	768	41	151	0	0	24	112
1995/96	19	211	5	14	0	0	0	0
Município São Paulo								
1985	487	5092	247	1146	13	89	165	999
1995/96	151	1409	58	432	1	2	9	131
ESP								
1985	195854	17596112	30493	1500264	37231	680331	18492	468582
1995/96	179058	15665688	18648	1170203	10780	363145	9530	170168
Condição do responsável								
Local	Produtor		Administrador		Administrador (%)		Total estabel.	Total área (ha)
	Estabel.	área (ha)	estabel.	Área (ha)	estabel.	área (ha)		
RMSP								
1985	5895	86749	687	87748	10,4	50,3	6582	174497
1995/96	3341	56030	206	36880	5,8	39,7	3547	92910
Município Guarulhos								
1985	218	873	11	648	4,8	42,6	229	1521
1995/96	87	915	1	169	1,1	15,6	88	1084
Município Mogi das Cruzes								
1985	1313	16793	169	12513	11,4	42,7	1482	29306
1995/96	1062	12298	37	7649	3,4	38,3	1099	19947
Município São .Bernardo Campo								
1985	109	585	9	446	7,6	43,3	118	1031
1995/96	23	206	1	19	4,2	8,4	24	225
Município São Paulo								
1985	848	5953	64	1373	7,0	18,7	912	7326
1995/96	219	1974	0	0	0,0	0,0	219	1974
ESP								
1985	282070	20245289	27291	8027195	9,7	39,6	282070	20245289
1995/96	218016	17369204	24704	6993594	11,3	40,3	218016	17369204

Fonte: Fundação FIBGE, Censos Agropecuários do Estado de São Paulo, 1985 e 1995/96.

A categoria denominada ocupantes⁴⁴ teve importância para o município de São Paulo com 165 estabelecimentos dos 729 registrados para a Região Metropolitana, em 1985, representando 18,1% da condição dos produtores no município nesta data.

Considerando-se a condição do responsável pelas propriedades em São Paulo pode-se observar que diferentemente do Estado, a proporção dos estabelecimentos e área (ha) regidos pelos administradores na RMSP diminuiu em 1995/96. Os administradores foram responsáveis por 687 estabelecimentos (10,4%), cobrindo uma área de 87.748 ha (50,3%) em 1985, e por 206 estabelecimentos (5,8%), em uma área de 36.880 ha (39,7%) em 1995/96. Essa proporção ficou ainda menor para os municípios selecionados, sobretudo para o município de São Paulo (Tabela 4.7)

Dessa breve caracterização do rural na RMSP, conclui-se que os estabelecimentos agropecuários existentes nessa área estiveram estruturados com a predominância de pequenas propriedades, destinadas sobretudo a lavouras temporárias, com aumento na proporção de áreas de pastagens, guardando ainda mais de 43% da área destes estabelecimentos com matas e florestas naturais e plantadas. Predominou a condição do produtor como proprietário, próximo ao ocorrido no Estado para o mesmo período, com uma importante diferença na condição atribuída ao responsável pela propriedade, ficando sobretudo nas mãos do proprietário e não de administradores.

Isso pode estar indicando que nesta área especificamente, embora tenha ocorrido um crescimento da população rural, não está ocorrendo um aumento nas atividades gerenciadas por mão-de-obra especializada como indicado para o Estado no capítulo anterior, o que seria reflexo de mudanças nas atividades econômicas desenvolvidas na área rural desta região. As características da população residente na área rural da RMSP serão apresentadas a seguir, considerando-se a área de transição, buscando reforçar as afirmações elaboradas acima.

⁴⁴ Concebeu-se a categoria ocupantes nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando pelo seu uso. As outras definições sobre a condição do produtor encontram-se no Quadro 2.2, no capítulo 2.

4.2 - A área de transição entre o urbano e o rural: distribuição da população residente na Região Metropolitana de São Paulo

A área de transição apresentou população residente em vários municípios da RMSP, sobretudo para a área de transição urbana, ou "área urbana isolada". Foi principalmente importante para os municípios de Mairiporã, Mogi das Cruzes e para o município de São Paulo, apresentando um crescimento correspondente a 18,0 mil pessoas, ou 89,7% do crescimento da população da área de transição urbana na RMSP (Tabela 4.8).

Para discorrer sobre as características da população rural da RMSP, utilizou-se a categoria que define a situação do domicílio como "aglomerado rural de extensão urbana" para a área de transição rural, e as demais categorias relativas ao rural, como área "rural", certificando a área de transição como a parte mais importante da área rural onde foi registrado o crescimento desta população em 1991/96, constituindo-se por fim, na área responsável pelo aumento da população rural estadual neste período⁴⁵.

Do crescimento total da população na RMSP (1.138.283 pessoas em 1991/96), 76,5% foi na área "urbana" (863.691 pessoas), agora considerada sem contar com as pessoas residentes na área de transição urbana. O crescimento na área "rural" (sem transição rural) foi 10% do total (115.061 pessoas). A área de transição urbana teve 2% (20.072 pessoas) do crescimento da população total da RMSP, e por fim, a área de transição rural respondeu por 11,5% (129.289 pessoas) desse crescimento.

Considerando-se o crescimento da população na área "rural" da RMSP (115.061 pessoas) em 1991/96, destacou-se novamente o município de São Paulo, que foi responsável por 79% desse aumento (90.366 pessoas). O município de São Bernardo do Campo teve uma participação de 6,7%; Mogi das Cruzes de 2% e Guarulhos de 8%.

Dos três últimos municípios considerados, somente em Mogi das Cruzes foi registrada população residindo na área de transição rural, que da mesma forma que o município de São Paulo, apresentou um aumento maior da população residindo na área de

⁴⁵ Somente como lembrança, segue a apresentação da área de transição: utilizando-se as categorias do IBGE que definem a situação do domicílio, nos dados do Censo Demográfico a partir de 1991, dividiu-se a área urbana em área de transição urbana (área urbana isolada) e área "urbana" (com as demais categorias) e a área rural em área de transição rural (aglomerado rural de extensão urbana) e área "rural" (demais categorias) Essa reclassificação da situação do domicílio encontra-se no Quadro 3.1, do capítulo 3.

transição rural (4040 pessoas) que na área "rural" (2.370 pessoas). Entretanto, apresentou uma população na área de transição de 9.762 em 1996, menor que na área "rural", que foi de 22.978 pessoas.

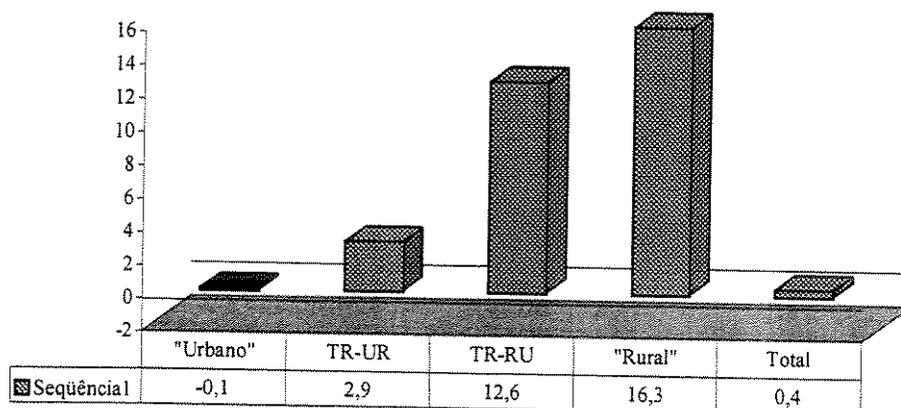
Tabela 4.8 - População residente na área "urbana", de transição e "rural" e crescimento absoluto da população. Região Metropolitana de São Paulo e municípios com população residente na área de transição, 1991 e 1996

Município	Situação do Domicílio em 1991				Situação do Domicílio em 1996			
	"Urbano"	TR-UR	TR-RU	"Rural"	"Urbano"	TR-UR	TR-RU	"Rural"
Aruja	34.333	0	1.763	1.526	45.848	0	2.590	2.301
Cajamar	29.693	2.312	0	1.731	37.265	3.496	0	1.703
Franco Rocha	79.318	174	0	6.043	92.679	152	0	5.479
Guararema	9.522	4.664	0	3.775	9.504	4.238	0	4.253
Guarulhos	776.166	1.755	55	9.890	950.643	2.567	0	18.987
Mairipora	12.053	21.882		6.002	13.249	28.851	0	7.793
Mogi da Cruzes	232.711	14.134	5.722	20.608	262.272	17.673	9.762	22.978
Poa	75.572	0	478	252	83.945	0	645	187
Salesopolis	6.510	225	0	4.624	7.570	383	0	5.323
Santa Isabel	26.727	1.508	0	9.740	29.794	1.856	0	9.717
Sao Paulo	9.364.725	48.183	153.207	80.070	9.335.420	55.692	277.518	170.436
Total dos munic. (1)	10.647.330	94.836	161.226	144.261	10.868.189	114.908	290.515	249.157
Total RMSP (2)	15.018.081	94.836	161.226	170.798	15.881.772	114.908	290.515	285.859
Proporção ((1)/(2)*100)	70,9%	100%	100%	84,5%	68,4%	100%	100%	87,2%
Crescimento absoluto da população, 1991/96								
Município	Situação do Domicílio em 1991/96							
	"Urbano"	TR-UR	TR-RU	"Rural"				
Aruja	11.515	0	827	775				
Cajamar	7.572	1.184	0	-28				
Franco Rocha	13.361	-22	0	-564				
Guararema	-18	-426	0	478				
Guarulhos	174.477	812	-55	9.097				
Mairipora	1.196	6.969	0	1.791				
Mogi da Cruzes	29.561	3.539	4.040	2.370				
Poa	8.373	0	167	-65				
Salesopolis	1.060	158	0	699				
Santa Isabel	3.067	348	0	-23				
Sao Paulo	-29.305	7.509	124.311	90.366				
Total dos munic. (1)	220.859	20.072	129.289	104.896				
Total RMSP (2)	863.691	20.072	129.289	115.061				

Fonte: Fundação FIBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991; Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 2000.

Quanto às áreas de transição, o destaque no crescimento foi para a área de transição rural, tanto para a RMSP, como para o município de São Paulo. A RMSP teve um crescimento dessa população da ordem de 129.289 pessoas, onde o município de São Paulo participou com 96% desse total, ou com 124.311 pessoas. Desagregando-se da área urbana, a área de transição urbana, o município de São Paulo apresentou uma diminuição de sua população "urbana" em 1991/96, de 29.305 pessoas e um aumento, como já mencionado, na área de transição urbana. Entretanto, a taxa média anual de crescimento da população residente no município de São Paulo foi superior à taxa da RMSP, para a área de transição rural e "rural", como verificado na Figura 4.4 (Município de São Paulo), na Figura 4.5, os valores correspondentes à RMSP.

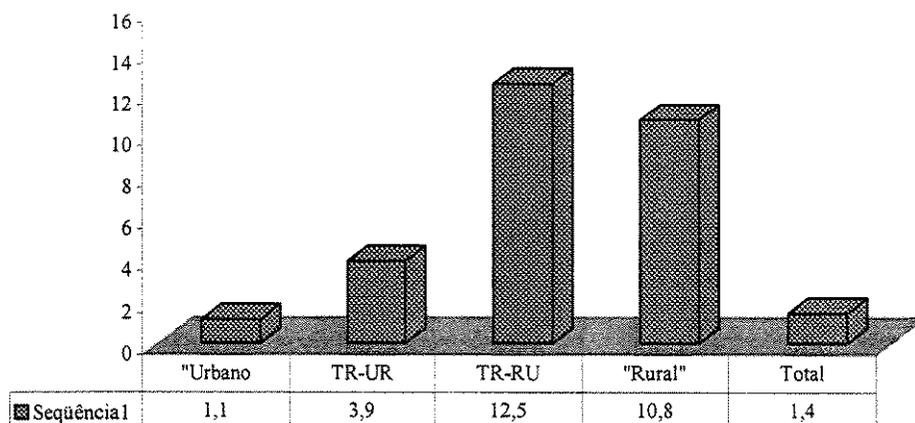
Taxa Média Anual de Crescimento (%). Município de São Paulo, 1991/96



Fonte: Fundação FIBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991; Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.4 - Taxa média anual de crescimento (%), na área "urbana", de transição e "rural". Município de São Paulo, 1991/96

Taxa Média Anual de Crescimento (%). RMSP, 1991/96



Fonte: Fundação FIBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991; Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.5 - Taxa média anual de crescimento (%), na área "urbana", de transição e "rural". Região Metropolitana de São Paulo, 1991/96

4.3 - Considerações sobre sexo, idade e educação, da população residente na área "rural" e transição rural, 1991 e 1996

Para as considerações sobre sexo e idade foram utilizados os dados sobre a população residente na área "rural" e na área de transição rural da RMSP, estabelecendo-se as principais diferenças na composição da população nestas áreas no período 1991/96. Reforçando a idéia da importância da formação da área de transição rural no crescimento da população rural estadual e da representatividade da população "rural" da RMSP no "rural" estadual, foram apresentadas informações relativas à população residente no restante do Estado, exceto RMSP, denominada interior de São Paulo. Como complemento à análise da Região Metropolitana, destacou-se o município de São Paulo, que contou com as informações sobre os anos de estudo da população residente nessas áreas.

Na área "rural" houve predominância da população masculina nas três áreas examinadas em 1991 e 1996, sempre mais acentuado para o interior de São Paulo e menos para o município de São Paulo, sendo que o primeiro apresentou uma razão de sexo igual a

113 e 114, a RMSP, igual a 110 e 106 e o último igual a 107 e 103 em 1991 e 1996, respectivamente (Tabela 4.9).

Na área de transição rural somente o interior de São Paulo apresentou uma porcentagem pouco superior a 50% da população masculina, em ambos os anos. O inverso ocorreu para a RMSP e para o município de São Paulo, sendo a presença feminina um pouco mais importante para a última área considerada. Essa diferença pode ser apreendida na razão de sexo referente a estas áreas, que foram de 103 para o interior de São Paulo, 96 para a RMSP, em ambos os anos, e para o município de São Paulo de 96 em 1991 e 95 em 1996.

Na análise do crescimento da população "rural" e na área de transição rural ficou evidenciado novamente o papel da área de transição rural no crescimento da população rural estadual. O interior de São Paulo perdeu população na área "rural" e apresentou um pequeno aumento na área de transição rural em 1991/96. O oposto ocorreu para a RMSP, que apresentou valores positivos nas duas áreas, com um crescimento absoluto também considerável. O município de São Paulo, destacou-se por ter sido a área dentro da RMSP onde praticamente ocorreu o aumento da população na área de transição rural, sendo também muito importante no crescimento da área "rural" regional.

Houve um aumento da população residente na área "rural" e na área de transição rural em todas as idades na RMSP e no município de São Paulo. O interior de São Paulo apresentou uma diminuição no crescimento absoluto da população distribuído por todas as faixa etárias. A distribuição por sexo e idade da população "rural" está na Figura 4.6, e para a população residente na área de transição rural, na Figura 4.7, para as três áreas selecionadas.

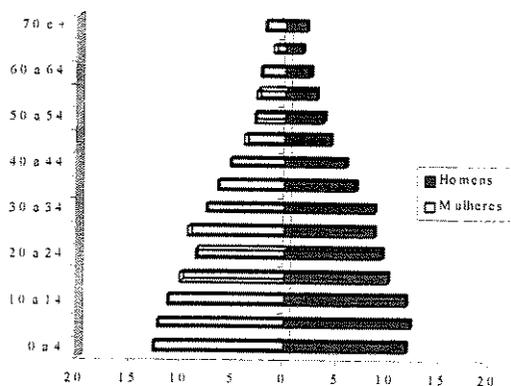
Tabela 4.9 - População residente e crescimento absoluto na área "rural" e transição rural, por sexo. Região Metropolitana, Interior do Estado e Município de São Paulo, 1991 e 1996

Local	População - "rural", 1991				População - área TR-RU, 1991			
	Homens	Mulheres	Homem %	Mulher %	Homens	Mulheres	Homem %	Mulher %
RMSP	89.421	81.377	52,4	47,6	79.067	82.159	49,0	51,0
Interior de S. Paulo	1.008.218	887.743	53,2	46,8	22.828	22.151	50,8	49,2
Município de S. Paulo	41.374	38.697	51,7	48,3	74.952	78.255	48,9	51,1
Local	População - "rural", 1996				População - área TR-RU, 1996			
	Homens	Mulheres	Homem %	Mulher %	Homens	Mulheres	Homem %	Mulher %
RMSP	147.475	138.384	51,6	48,4	142.108	148.407	49,1	50,9
Interior de S. Paulo	903.393	792.324	53,3	46,7	40.352	39.049	50,8	49,2
Município de S. Paulo	86.520	83.916	50,8	49,2	135.552	141.966	48,8	51,2
Crescimento absoluto da população no "rural" e transição rural, 1991/96								
Local	Situação do domicílio "rural"			Situação do domicílio TR RU				
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total		
RMSP	58.054	57.007	115.061	63.041	65.248	128.289		
Interior de S. Paulo	-104.825	-95.419	-200.244	17.524	16.898	34.422		
Município de S. Paulo	45.146	45.219	90.365	60.600	63.711	124.311		

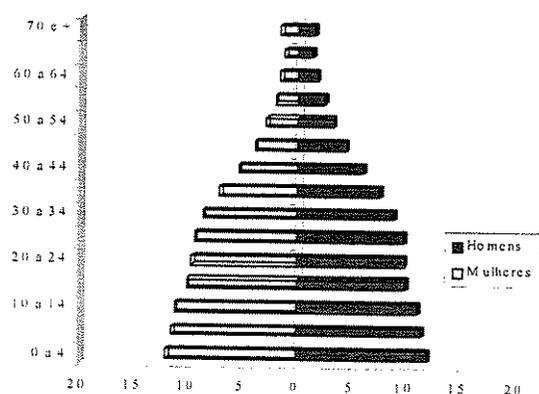
Fonte: Fundação FIBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991; Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 2000.

Na área "rural" da RMSP, praticamente foi mantida a mesma proporção da população nas primeiras idades até 24 anos. Houve um aumento na participação da população de 25 até 44 anos em 1996 e uma diminuição na participação da população em idades acima de 55 anos. A área "rural" do interior de São Paulo mostrou, ao contrário da RMSP, uma diminuição na proporção das primeiras idades até 29 anos e um aumento na participação das demais faixas etárias, mostrando uma tendência mais forte ao envelhecimento desta população. O município de São Paulo, apresentou uma população importante nas primeiras idades, assim como manteve a proporção da população jovem e "adulto jovem" como preponderante na sua área "rural" (Figura 4.6).

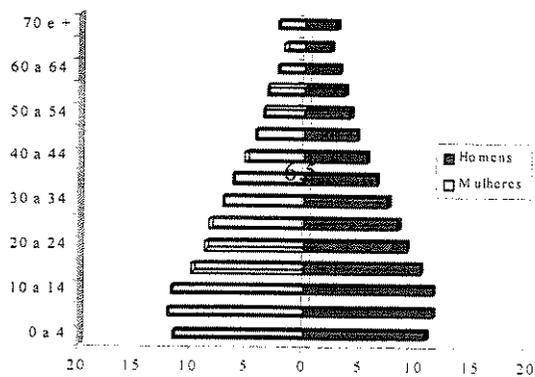
População residente na área "rural".
RMSP, 1991.



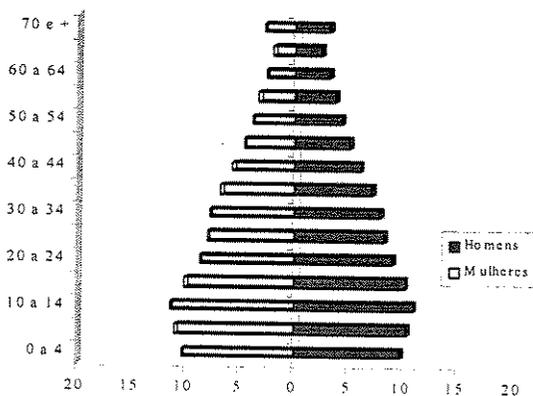
População residente na área "rural".
RMSP, 1996.



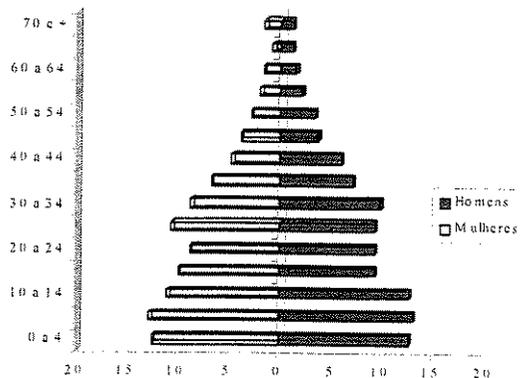
População residente na área "rural".
Interior de São Paulo, 1991.



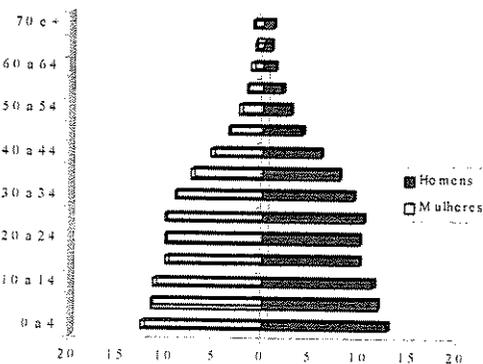
População residente na área "rural".
Interior de São Paulo, 1996.



População residente na área "rural".
Município de São Paulo, 1991.



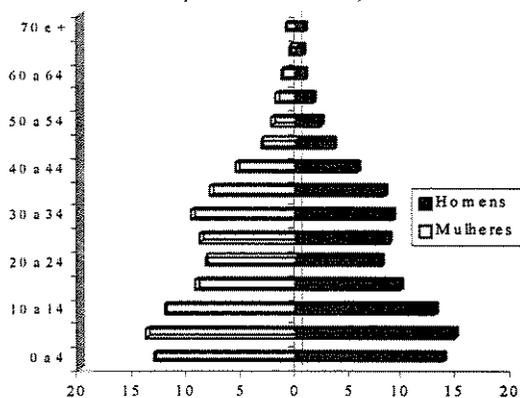
População residente na área "rural".
Município de São Paulo, 1996.



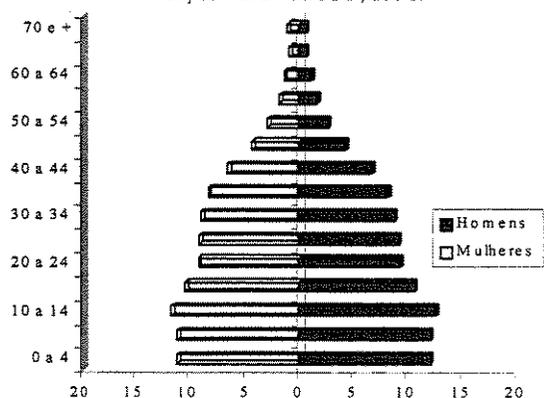
Fonte: Fundação FIBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991; Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.6 - População residente na área "rural", por sexo e idade. Região Metropolitana, Interior do Estado e Município de São Paulo, 1991 e 1996

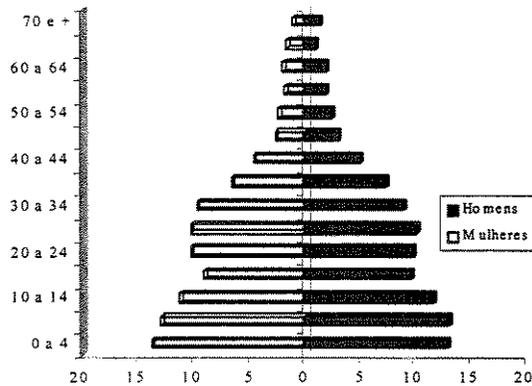
População residente na área de transição rural. RMSP, 1991.



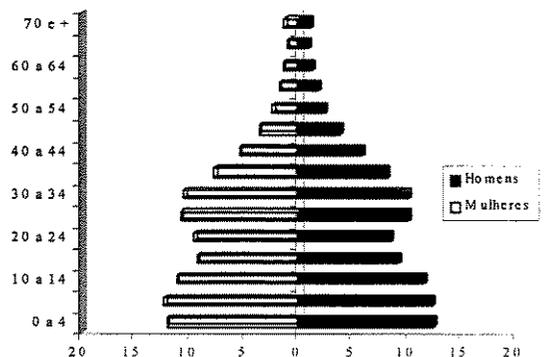
População residente na área de transição rural. RMSP, 1996.



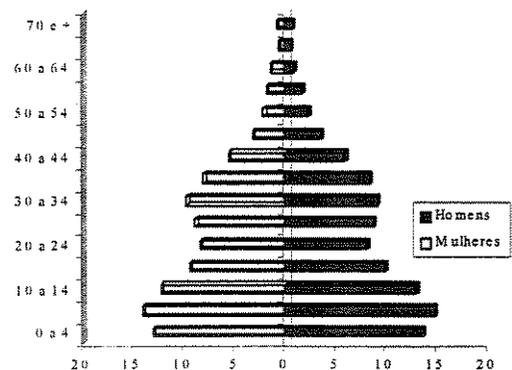
População residente na área de transição rural. Interior de São Paulo, 1991.



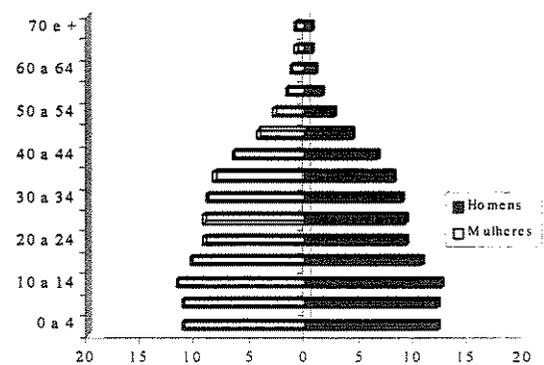
População residente na área de transição rural. Interior de São Paulo, 1996.



População residente na área de transição rural. Município de São Paulo, 1991.



População residente na área de transição rural. Município de São Paulo, 1996.



Fonte: Fundação FIBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991; Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.7 - População residente na área de transição rural, por sexo e idade. Região Metropolitana, Interior do Estado e Município de São Paulo, 1991.1996

A área de transição rural, embora tenha mantido as primeiras idades com proporção significativa na distribuição da população, apresentou uma diminuição desse percentual em 1996 para a RMSP e município de São Paulo até os 14 anos e para o interior até os 24 anos. Existiu uma preponderância, essencialmente nas duas primeiras áreas mencionadas, na concentração da população em idade ativa, não apresentando uma tendência ao envelhecimento dessa população tão claro como na área "rural", mesmo para o interior de São Paulo (Figura 4.7).

A população menor de 14 anos representou por volta de 36% da população total residente na área "rural" da Região Metropolitana (61.487 pessoas), do Interior do Estado (657.650 pessoas) e do município de São Paulo (29.941 pessoas), em 1991. A diminuição na proporção da população nesta faixa (menor de 14 anos), foi mais importante na área "rural" do Interior do Estado, 32% da população total, ou 537.654 pessoas, em 1996 inclusive diminuindo o número de habitantes nestes cinco anos, nesta faixa de idade. Na RMSP e no município de São Paulo, manteve-se proporção próxima ao período anterior, 35% ou 98.739 pessoas e 60.559 pessoas, nas áreas respectivas, aumentando o número de habitantes nesta faixa de idade em 1996.

A população menor de 14 anos na área de transição rural teve uma participação na população total um pouco maior que na área "rural", ficando por volta dos 40% na RMSP (64.881 pessoas) e no município de São Paulo (61.790 pessoas) em 1991 e no Interior do Estado, um pouco menor, ou 38% (16.979). Esta população teve a proporção diminuída em 1996 para as três áreas, ficando em torno de 35%, sendo 102.733 pessoas na RMSP, 98.118 no município de São Paulo e 28.479 pessoas para o Interior do Estado, com a importância no aumento absoluto desta população para as três áreas, mesmo tendo a participação relativa diminuída, significando que a população maior de 14 anos também aumentou na área de transição rural para as áreas consideradas.

A população dividida em menor e maior de 14 anos, por sexo, para estas áreas é apresentada na Tabela 4.10, servindo de introdução à análise da educação na RMSP, utilizando-se, as mesmas categorias desenvolvidas até este capítulo. Pode-se ainda destacar desta Tabela a maior participação do sexo feminino na composição da população na área de transição maior de 14 anos de idade, sobretudo em 1996, para as três áreas consideradas.

Tabela 4.10 - População residente menor e maior de 14 anos de idade. Região Metropolitana, Interior do Estado e município de São Paulo, 1991 e 1996

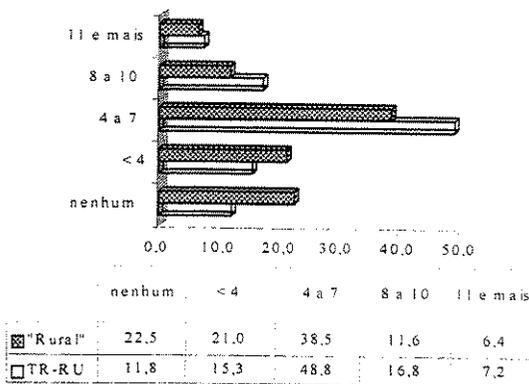
Local	População - "rural", 1991				População - área TR-RU, 1991			
	< 14 anos		14 anos e +		< 14 anos		14 anos e +	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
RMSP	31.557	29.930	57.864	51.447	32.612	32.269	46.455	49.890
Interior de S. Paulo	338.220	319.430	669.998	568.313	8.587	8.392	14.241	13.759
Município de S. Paulo	15.656	14.285	25.718	24.410	30.997	30.793	43.954	47.463
Local	População - "rural", 1996				População - área TR-RU, 1996			
	< 14 anos		14 anos e +		< 14 anos		14 anos e +	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
RMSP	50.146	48.593	97.329	89.791	51.946	50.787	90.162	97.620
Interior de S. Paulo	276.139	261.515	627.254	530.809	14.664	13.815	25.234	50.922
Município de S. Paulo	30.606	29.953	55.914	53.963	49.610	48.508	85.942	93.458

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

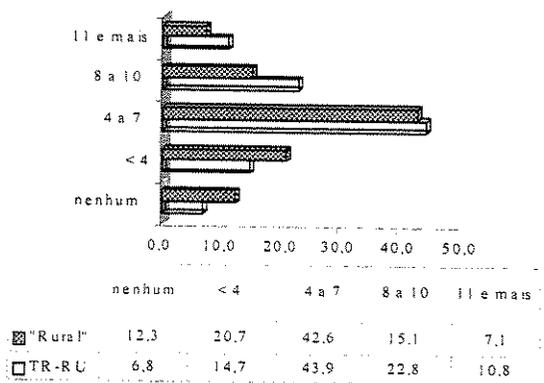
Dos 205.656 residentes na área rural da RMSP maiores de 14 anos em 1991, 47% pertenciam a área de transição rural (96.345 pessoas), aumentando essa proporção para 50% em 1996, ou seja, das 374.902 residentes na área rural maiores de 14 anos, 187.782 pessoas pertenciam à área de transição rural na RMSP. O município de São Paulo teve nos dois anos considerados a maior proporção (acima dos 62%) dos residentes da área rural, pertencentes à área de transição rural. Dos 141.545 residentes no rural do município em 1991, 91.417 pessoas residiram na área de transição rural e dos 289.277 residentes em 1996, 179.400 pessoas maiores de 14 anos pertenciam a esta área.

Para um exame da educação na RMSP considerou-se portanto, a proporção da população residente na área "rural" e na área de transição rural, segundo a variável que define os anos de estudo referentes à população residente, não somente para a RMSP como também para o município de São Paulo, visto a importância, já mencionada, da população maior de 14 anos de idade na área de transição rural municipal (Figura 4.8).

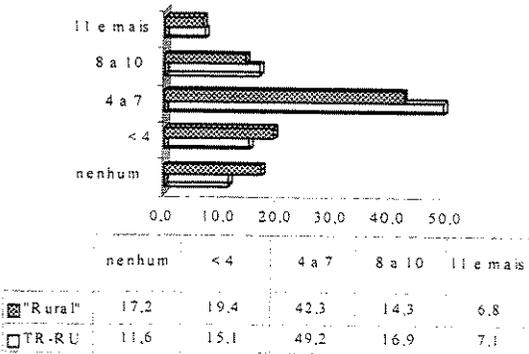
Anos de Estudo. Área "rural" e transição rural (%). RMSP, 1991



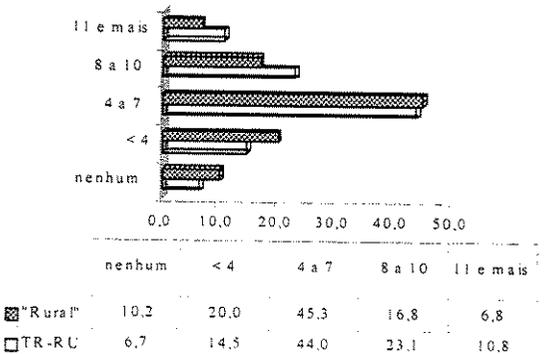
Anos de Estudo. Área "rural" e transição rural (%). RMSP, 1996



Anos de Estudo. Área "rural" e transição rural. Município de São Paulo, 1991



Anos de Estudo. Área "rural" e transição rural (%). Município de São Paulo, 1996



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.8 - Anos de estudo da população residente na área "rural" e transição rural. Região Metropolitana e município de São Paulo, 1991 e 1996

A população recenseada com quatro a sete anos de estudo foi a que apresentou maior proporção entre todas as categorias examinadas, nas duas áreas, tanto em 1991, como em 1996. A população sem nenhum ano de estudo e com menos de quatro anos teve a participação relativa no total diminuída e a população com mais de oito anos de estudo, a proporção aumentada em 1996.

Pode-se afirmar que o aumento nos anos de estudo da população na área de transição rural e "rural" na Região Metropolitana e sobretudo, no município de São Paulo, teve a importância acentuada na medida em que ocorreu um aumento na população maior de 14 anos nestas áreas e um aumento absoluto dos residentes classificados nas duas últimas categorias, ou seja, de oito a dez anos de estudo e onze anos e mais (Tabela 4.11), rompendo com a idéia de ser a área rural o local onde concentra-se a população com menos anos de estudo da população residente nos municípios.

Tabela 4.11 - Anos de estudo da população residente na área "rural" e transição rural. Região Metropolitana e município de São Paulo, 1991 e 1996

Anos de Estudo							
RMSP/1991							
Sit. Dom.	Nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e mais	n/deter.	Total
TR-RU	11.351	14.761	47.040	16.210	6.904	79	96.345
"Rural"	24.555	23.002	42.086	12.681	6.969	18	109.310
RMSP/1996							
Sit. Dom.	Nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e mais	n/deter.	Total
TR-RU	12.766	27.553	82.458	42.816	20.283	1.906	187.782
"Rural"	22.986	38.643	79.664	28.173	13.366	4.288	187.120
Município de São Paulo/1991							
Sit. Dom.	Nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e mais	n/deter.	Total
TR-RU	10.564	13.781	45.015	15.442	6.535	79	91.415
"Rural"	8.639	9.724	21.194	7.168	3.395	10	50.129
Município de São Paulo/1996							
Sit. Dom.	Nenhum	< 4	4 a 7	8 a 10	11 e mais	n/deter.	Total
TR-RU	11.936	25.938	78.913	41.370	19.429	1.814	179.400
"Rural"	11.208	21.930	49.747	18.501	7.460	1.031	109.877

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991 e Contagem Populacional, 1996. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

4.4 - PEA ocupada nos setores de atividades econômicas e renda per capita familiar na área "rural" e na área de transição: RMSP, 1991

A distribuição da PEA ocupada nas áreas "rural" e de transição foi averiguada para a RMSP e para o município de São Paulo, apresentando-se a inserção dessa população nos setores de atividades econômicas definidos para essa análise. Considerou-se a mesma situação para o Estado de São Paulo mostrando a diferença desta característica para o rural da RMSP, comparado com o Estado (Tabela 4.12).

Tabela 4.12 - PEA ocupada na área "rural" e de transição, segundo os setores de atividades econômicas. Região Metropolitana, município e Estado de São Paulo, 1991

Local	PEA - Área de Transição Rural (TR-RU), 1991				
	Setor Atividade				Total
	Primário	Secundário	Terciário	Mal. def.	
RMSP	891	17793	32563	6301	57549
MunSP	619	16778	31345	6012	54754
ESP	4113	23576	40436	8256	76384
Local	PEA - Área de Transição Urbana (TR-UR), 1991				
	772	10620	18709	4000	34100
	64	5960	9299	1890	17214
ESP	10718	28776	53002	9947	102438
Local	PEA - Área "Rural" ("RU"), 1991				
	9162	14855	29083	6545	59645
	1514	8230	15195	2882	27822
ESP	471204	87168	213400	40571	812339

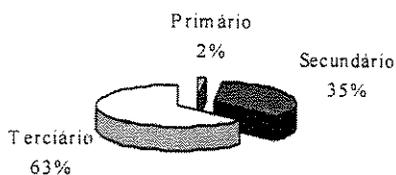
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Pode-se afirmar que o setor primário de produção não teve importância na inserção da população residente na área de transição, praticamente não apresentando grande variação na área de transição rural ou na área de transição urbana, essencialmente para o município de São Paulo. Diga-se que para o Estado de São Paulo, a maior participação da população na área de transição urbana inserida em atividades do setor primário, com relação à área de transição rural, foi uma observação importante da relação estabelecida entre a área urbana e

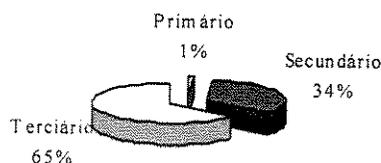
rural estadual, o que não está sendo observado para a Região Metropolitana e para o município de São Paulo. Entretanto as atividades do setor secundário e sobretudo, do setor terciário, apresentaram a maior proporção da PEA ocupada nessas atividades na área de transição para a RMSP e para o município.

A área "rural" foi a que apresentou as maiores diferenças na distribuição da PEA nos setores de atividades entre os três locais considerados. Para o Estado de São Paulo, das 812,3 mil pessoas que formaram a PEA residente no "rural", 471.204 pessoas (ou 58%) estavam inseridas no setor primário de produção, enquanto das 59,6 mil pessoas residentes no "rural" da RMSP, 9.162 pessoas (ou 15,4%) tiveram a inserção registrada nas atividades primárias. Essa concentração foi ainda menor para o município de São Paulo, com 1.514 pessoas (ou 0,4%) inseridas no setor primário de produção em 1991. Assim, a importância na absorção da PEA residente na área "rural" da RMSP e, mais ainda, do município de São Paulo, ficou para os setores secundário e principalmente para o setor terciário de produção (Figura 4.9).

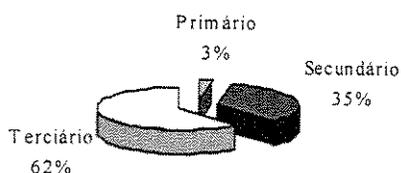
**PEA ocupada - área de transição rural.
RMSP, 1991.**



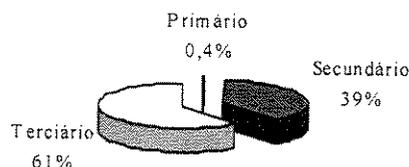
**PEA ocupada - área de transição rural.
Município de São Paulo, 1991.**



**PEA ocupada - área de transição
urbana. RMSP, 1991.**



**PEA ocupada - área de transição
urbana. Município de São Paulo, 1991.**



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.9 - PEA ocupada na área "rural" e transição rural (%), por setor de atividade econômica. Região Metropolitana e município de São Paulo, 1991

Na impossibilidade de poder-se afirmar que essas atividades estão sendo realizadas na área rural ou urbana, somente deve-se chamar a atenção para a pouca importância, em termos da demanda por mão-de-obra, que exerceu o setor primário de produção tanto para a população residente na área "rural", como para aquela residente na área de transição, na Região Metropolitana e no município de São Paulo.

Das 85.083 famílias registradas na RMSP para a obtenção da renda per capita familiar em 1991, 39.125 (ou 46%) pertenciam à área de transição rural e das 57.979 famílias do município de São Paulo, um número relativo maior, ou 37.181 famílias (ou 64%) pertenciam à área de transição rural municipal. A renda per capita familiar nestes dois locais e no Estado de São Paulo podem ser vistas na Tabela 4.13, onde observa-se, como

principal diferença entre a área de transição rural e a área "rural", a concentração das famílias sem rendimentos nesta última área.

A área de transição rural apresentou a maior proporção da renda per capita familiar entre 0,9 a 3 SM, seguido da renda menor que 0,9 SM, com importância relativa no total. Não houve muita variação nestas proporções para a Região Metropolitana, para o município e para o Estado de São Paulo.

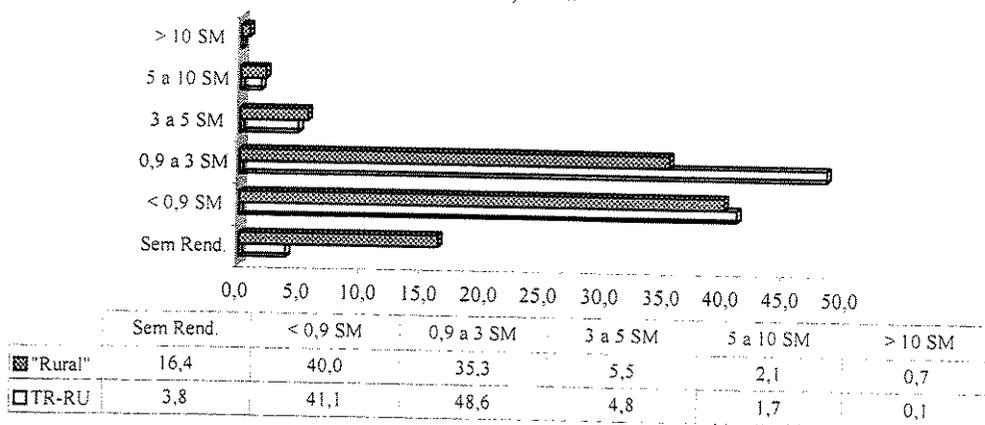
Na área "rural" da RMSP, das 45.958 famílias, 7.517 (ou 16,4%) estiveram na categoria sem rendimentos. No município de São Paulo, das 20.798 famílias da área "rural", 2.381 (ou 11,4%) pertenciam à categoria sem rendimentos em 1991. O percentual para o Estado de São Paulo foi bem menor, 4,9%, embora tivesse representando 519.4 mil famílias na área "rural", nesta data. O município de São Paulo foi dos três locais, aquele que apresentou as maiores proporções da renda per capita familiar relativas à faixa maior que 0,9 a 3 SM e acima disto também (Figura 4.10 - RMSP e Figura 4.11 - Município de São Paulo).

Tabela 4.13 - Renda per capita familiar na área "rural" e transição rural. Região Metropolitana e município e Estado de São Paulo, 1991

Situação do Domicílio Transição Rural (TR-RU), 1991							
Local	Renda Per Capita Familiar						Total
	Sem Rend.	< 0,9 SM	0,9 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	
RMSP	1.486	16.079	19.003	1.860	671	26	39.125
Munic. SP	1.460	15.085	18.147	1.794	668	26	37.181
ESP	1.741	21.567	23.967	2.217	851	80	50.424
Situação do Domicílio "Rural", 1991							
Local	Renda Per Capita Familiar						Total
	Sem Rend.	< 0,9 SM	0,9 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM	
RMSP	7.517	18.396	16.246	2.536	948	315	45.958
Munic. SP	2.381	7.220	8.966	15.28	522	182	20.798
ESP	25.412	337.183	132.340	13.184	7.320	4.002	519.435

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

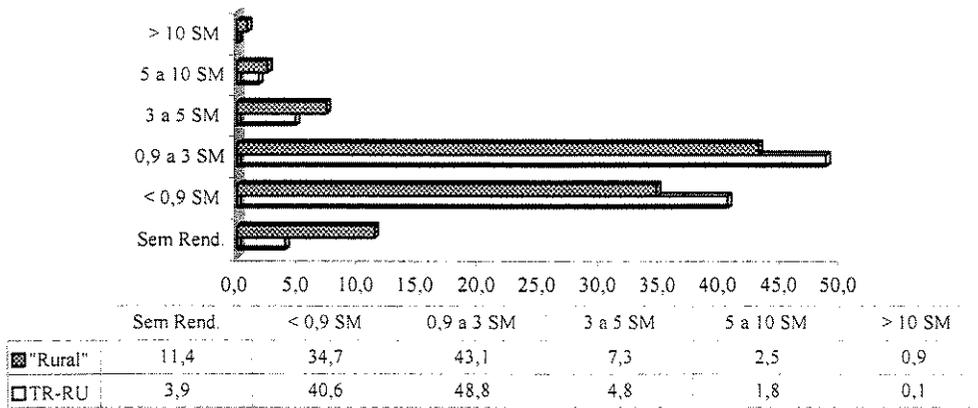
**Renda per capita familiar - área rural e transição rural (%).
RMSP, 1991**



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.10 - Renda per capita familiar na área "rural" e transição rural. Região Metropolitana, 1991

**Renda per capita familiar - área "rural" e transição rural (%).
Município de São Paulo, 1991**



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.11 - Renda per capita familiar na área "rural" e transição rural. Município de São Paulo, 1991

4.5 - Migração nos anos 80 na RMSP, inserindo-se a área de transição: RMSP

Os movimentos populacionais ocorridos nas últimas décadas têm participado intensamente na formação da área de transição na Região Metropolitana de São Paulo. Em uma breve recapitulação desses movimentos, já mencionados anteriormente nas considerações sobre o Estado de São Paulo, são apresentadas na Tabela 4.14 características dos movimentos populacionais nas áreas urbana e rural na RMSP, em 1980 e 1991, antecedendo as considerações sobre esse movimentos na área de transição e na abordagem do município de São Paulo nessa dinâmica de ocupação do espaço rural.

Houve uma redução dos migrantes na RMSP de aproximadamente 794,2 mil pessoas no período 1980/91, número bastante elevado comparado à redução dos migrantes para o Estado de São Paulo no mesmo período, que foi de 768,0 mil pessoas. Proporcionalmente ao total urbano ou rural, a área rural diminuiu mais a população migrante em 1991 (96.197 pessoas, ou 59,9%). Na relação situação do domicílio atual e anterior, houve, em 1991, um considerável aumento na proporção dos movimentos para a área urbana com procedência também nesta área, diminuindo para as demais categorias,

sobretudo para a área urbana com a procedência rural (de 30,4% em 1980 para 19,1% em 1991).

Tabela 4.14 - Os movimentos populacionais nas áreas urbana e rural. Região Metropolitana de São Paulo, 1980 e 1991

Situação de Domicílio Atual X Situação de Domicílio Anterior para os migrantes									
Ano	Movimento Populacional						Situação do Domicílio Atual		
	UR/UR	RU/UR	RU/RU	UR/RU	*Ignorado	Total	Urbano	Rural	Total
1980	2.238.676	1.053.757	78.187	80.713	15.486	3.466.819	3.306.151	160.668	3.466.819
1991	1.990.883	509.327	21.287	40.399	11.065	2.672.550	2.608.079	64.471	2.672.550
Ano	Movimento Populacional (%)						Situação do Domicílio Atual (%)		
	UR/UR	RU/UR	RU/RU	UR/RU	*Ignorado	Total	Urbano	Rural	Total
1980	64,6	30,4	2,3	2,3	0,4	100	95,4	4,6	100
1991	74,5	19,1	0,8	1,5	4,1	100	97,6	2,4	100
Movimentos Populacionais na área rural Intra e Inter-Estadual - RMSP e ESP, 1980 e 1991									
Local	População Rural Migrante/1980					População Rural Migrante/1980			
	Intra-Estadual		Total		Total	Intra-Estadual		Total	Total
	Intra	Inter	Intra	Estadual		Intra	Inter		
	Regional		Estadual		Itra+Inter	Regional		Estadual	
RMSP	64.103	26.355	90.458	70.210		160.668	70,9	29,1	56,3
ESP	383.075	253.515	636.590	235.167	871.757	60,2	39,8	73,0	27,0
						100% Intra-estadual		100% Intra+Inter	
Local	População Rural Migrante/1991					População Rural Migrante/1991 (%)			
	Intra-Estadual		Total		Total	Intra-Estadual		Total	Total
	Intra	Inter	Intra	Estadual		Intra	Inter		
	Regional		Estadual		Itra+Inter	Regional		Estadual	
RMSP	19.871	11.705	31.576	32.895		64.471	62,9	37,1	49,0
ESP	244.547	212.315	456.862	156.217	613.079	53,5	46,5	74,5	25,5
						100% Intra-estadual		100% Intra+Inter	

Fonte: Fundação FIBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

A população migrante esteve concentrada mais intensamente ainda na área urbana da RMSP em 1991, apresentando uma população migrante residente na área rural de 160.668 pessoas, ou 4,6% da população total e 64.471 pessoas, ou 2,4%, em 1980 e 1991, respectivamente. Com relação a esta população a Tabela 4.14 mostra a constituição desses movimentos ocorridos dentro do próprio Estado, intra ou inter-regional, ou ocorridos entre o Estado de São Paulo e os demais Estados da Federação.

Utilizou-se o total para o Estado para uma comparação com a RMSP. Dos movimentos dentro do Estado, embora tenha ocorrido uma diminuição da proporção em 1991, ainda o movimento intra-regional predomina sobre o inter-regional na RMSP, assim como no Estado de São Paulo. Examinando-se o movimento inter-estadual pode-se afirmar a importância dos migrantes vindos de outros Estados da Federação para a Região Metropolitana ainda em 1991, comparado ao movimento intra-estadual na Região e ao movimento inter-estadual em São Paulo.

Mesmo com a consideração que a migração, essencialmente na área rural, diminuiu em 1991, constatou-se a sua importância na população residente nesta área, lembrando-se sempre que o aumento da população na área rural concretizou-se a partir do início dos anos 90. Na informação da participação da população migrante na população residente no rural, apresenta-se a distribuição do migrante, inserindo-se a área de transição na RMSP (Tabela 4.15).

Embora a proporção da população migrante na população residente na área rural tenha diminuído em 1991, passando de 39,7% em 1980 para 19,4% em 1991, essas foram as maiores medidas proporcionais em relação à área urbana e ao total da população. Com a introdução da área de transição observou-se a maior proporção relativa à área de transição urbana (26,4%) o que correspondeu a apenas 24.997 pessoas de uma população de 2.608.080 migrantes da área urbana, e relativa à área "rural" (23,9%), correspondendo a 40.865 pessoas do total de 64.472 migrantes na área rural da Região Metropolitana.

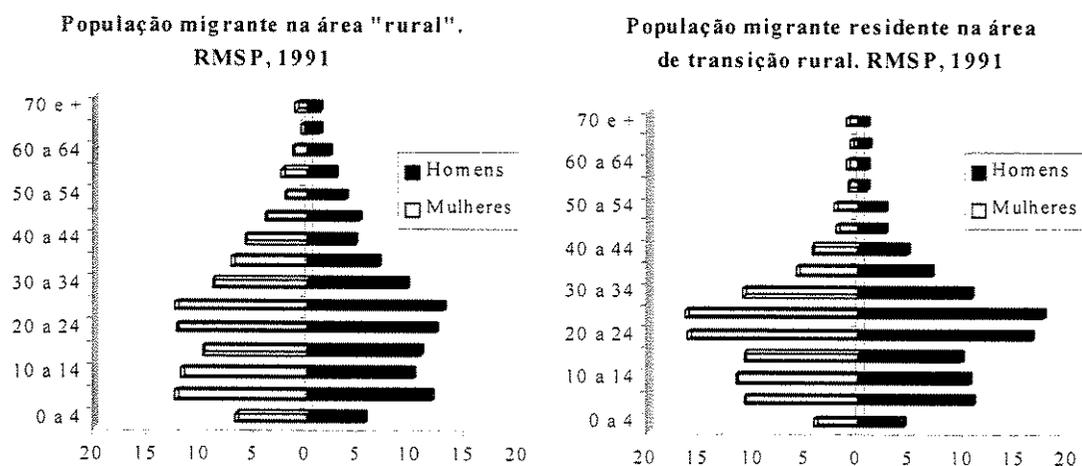
A migração torna-se ainda mais relevante quando revela-se que a população na área de transição rural da RMSP representou 48,5% da população residente na área anteriormente classificada como rural (161.226 pessoas de um total de 332.024) e que a população migrante na área de transição rural representou 37% da população residente na área rural desta Região (23.607 pessoas de um total de 64.472).

Tabela 4.15 - População residente e população migrante. Participação relativa (%) - área urbana, rural e de transição. Região Metropolitana de São Paulo, 1991

RMSP	Situação do domicílio/1980			Situação do domicílio/1991		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Pop. residente	12.588.745	12.183.715	405.030	15.444.941	15.112.917	332.024
Pop. migrante	3.466.819	3.306.151	160.668	2.672.552	2.608.080	64.472
migrante/residente (%)	27,5	27,1	39,7	17,3	17,3	19,4
RMSP	Situação do domicílio/1991					
	Total	"urbana"	"rural"	TR-UR	TR-RU	
Pop. residente	15.444.941	15.018.081	170.798	94.836	161.226	
Pop. migrante	2.672.552	2.583.083	40.865	24.997	23.607	
migrante/residente (%)	17,3	17,2	23,9	26,4	14,6	

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1999.

Na área de transição rural da RMSP, 11.498 migrantes foram do sexo masculino (47,7%) e 12.109 do sexo feminino (51,3%). Na área "rural", o inverso aconteceu, sendo 22.631 migrantes homens (55,4%) e 18.234 mulheres (44,6%). A distribuição dos migrantes por sexo e idade constituiu uma pirâmide de base estreita, com predominância das faixas etárias entre 20 a 34 anos, seguido das faixas etárias de 5 a 19 anos, essencialmente na área de transição rural. A área "rural" apresentou maior importância na presença da população em idades mais avançadas que a área de transição rural (Figura 4.12).



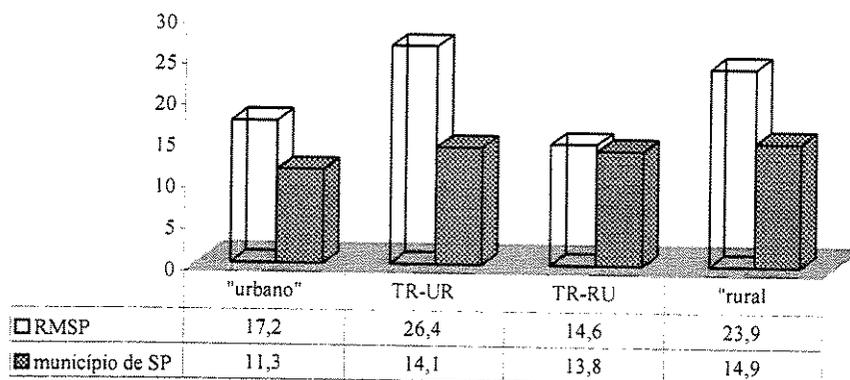
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.12 - População migrante na área "rural" e transição rural, por idade e sexo. Região metropolitana de São Paulo, 1991

Finalizando a análise dos movimentos populacionais na RMSP apresenta-se a participação da população migrante na composição da população residente nesse último período considerado, no município de São Paulo, visto a sua relevância na distribuição da população na RMSP. O município de São Paulo recebeu 41,2% dos migrantes registrados na RMSP em 1991 (1.101.394 pessoas), possuindo 9.646.185 pessoas, ou 62,5% dos indivíduos recenseados como residentes na RMSP nessa data.

Na relação entre o número de migrantes que chegaram na RMSP e no município de São Paulo, segundo a situação do domicílio, a área mais importante foi a de transição rural, onde 89,7% do total dos migrantes da RMSP (21.173 pessoas) residiam no município de São Paulo nesta data. Na área "rural", 29,3% dos 40.864 migrantes da RMSP residiam no município de São Paulo (11.953 pessoas). A proporção da população migrante na população residente na RMSP e do município de São Paulo está na Figura 4.13. Relativamente, como pode ser visto nesta Figura, a população migrante foi em 1991 mais importante para a RMSP, que para o município de São Paulo na composição da população residente nestas áreas.

**Proporção da população migrante na população residente (%).
RMSP e município de SP, 1991**



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Figura 4.13 - Proporção da população migrante na população residente (%) na área "urbana", de transição e "rural". Região Metropolitana de São Paulo e município de São Paulo, 1991

A participação relativa do migrante sobre a população residente na área "rural" foi maior que na área de transição rural, nessas áreas. Entretanto, analisando-se a população migrante em 1991, em números absolutos, pode-se afirmar que o movimento para a área transição rural no município de São Paulo foi superior àquele direcionado à área "rural", sendo de 21.173 pessoas para a área de TR-RU, contra 11.953 pessoas em sua área "rural". Valores muito superiores àqueles relativos à população migrante na área de TR-UR do município que foi de 6.799 pessoas.

Para finalizar com as características da área rural da RMSP apresenta-se a localização do domicílio na área rural para a RMSP e para o Estado de São Paulo, assim como para a área de transição rural e para a área "rural" na Região Metropolitana em 1991, recapitulando a discussão elaborada nos capítulos anteriores (Tabela 4.16).

Enquanto para o Estado de São Paulo, 93,1% dos domicílios estavam localizados na categoria "isolado/condomínio", na RMSP 65,3% dos domicílios estavam nesta categoria em 1991. Por outro lado, o ESP apresentou em sua área rural apenas 5,6% dos domicílios

na categoria "conjunto residencial", e a RMSP 30,7%, mostrando a ocorrência da localização do domicílio mais característica da área urbana em sua área rural.

Tabela 4.16 - Localização do domicílio da população rural. Região Metropolitana de São Paulo, 1991

Local	Localização do domicílio na área rural				Total
	Isolado/ Condomínio	Conjunto Residencial	Aglomerado Subnormal	Outros	
RMSP	211.043	99.279	12.552	562	323.436
ESP	2.084.651	124.559	27.250	1.728	2.238.188
	Localização do domicílio na área rural (%)				Total
RMSP	65,3	30,7	3,9	0,2	100
ESP	93,1	5,6	1,2	0,1	100
Região Metropolitana de São Paulo, 1991					
Localização do domicílio na área de transição rural e "rural"					
Área	Isolado/ Condomínio	Conjunto Residencial	Aglomerado Subnormal	Outros	Total
TR-RU	35,0	61,2	3,8	0,0	160.524
"rural"	95,0	0,7	4,0	0,3	162.912

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 2000.

Desagregando-se a área de transição rural e "rural", a RMSP apresentou essa evidência mais reforçada. Na área "rural" predominaram os domicílios cuja localização pertenceu à categoria "isolado/condomínio", podendo sem problemas, serem caracterizados como domicílios característicos de área rural, alertando, entretanto, para a impossibilidade de se ter a certeza de tratar-se de condomínios rurais somente com a informação proveniente desta categoria. Por outro lado, a predominância dos domicílios localizados em conjuntos residenciais na área de transição rural, sugere fortemente ser a área com características dos domicílios urbanos, uma vez que não se tem conhecimento da extensão desse tipo de construção popular em área rural.

Capítulo 5

A Demografia da Vida Rural Paulista: considerações finais

O Estado de São Paulo destacou-se na análise realizada sobre o rural brasileiro entre as Unidades da Federação, em diversos aspectos referentes à formação da sociedade rural e ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, entre outras atividades econômicas de importância nacional. Teve como fator preponderante no desenvolvimento econômico a intensa e rápida ampliação dos meios de comunicação e acesso entre áreas, responsável pelo dinamismo em sua área rural e pelo intercâmbio com a área urbana, que desde cedo contou com investimentos para a implantação de importantes parques industriais.

Historicamente, foram atribuídas à definição da área rural características da população residente, das atividades econômicas preponderantes e das relações estabelecidas com a área urbana, indo além da constatação da existência de um estilo de vida próprio à área rural. O estudo das características demográficas da população residente na área rural do Estado de São Paulo ressaltou evidências de novas atividades econômicas desenvolvidas na área, ligadas à criação de um intercâmbio com a área urbana, favorecendo um deslocamento diário de pessoas entre essas áreas, e ligadas à expansão urbana na ocupação do espaço ainda definido como rural.

Afirmando-se que as características e o sentido atribuídos ao rural têm incorporado as transformações econômicas e as relações sociais estabelecidas na área, assim como têm se vinculado ao processo de ocupação urbana, a investigação sobre a demografia da vida rural paulista buscou evidências desses fatos, com base nos dados censitários, abrangendo a situação do domicílio nos levantamentos populacionais.

O quadro da distribuição da população apresentado para o Estado de São Paulo iniciou-se com as informações referentes ao ano de 1950, alongando-se até o último levantamento censitário realizado no ano 2000. Os dados referentes ao primeiro período considerado, 1950, mostraram, pela primeira vez, a população mais concentrada na área urbana estadual, com um grau de urbanização igual a 52,29%. Na década correspondente

aos anos 50, a população rural ainda apresentou uma taxa média de crescimento positiva, embora pequena, de 0,99% a.a. Perdeu população rural nas três décadas consecutivas, a uma taxa média igual a -3,08% a.a. nos anos 60, a -2,04% a.a. nos anos 70 e a -2,02% nos anos 80. Apresentou, por fim, uma retomada desse crescimento, embora modesto, nos anos 90, de 0,77% a.a.

O intenso processo de urbanização registrado no Estado de São Paulo vem se atenuando década após década, sobretudo a partir dos anos 70. Dessa forma, o aumento da população rural no último período considerado (anos 90), levantou uma série de questionamentos sobre o caráter desse fenômeno. Seria ele um processo de ocupação ligado à chamada “volta ao campo”? Quais seriam as características das populações residentes nesses locais? Seria esse crescimento reflexo da expansão urbana dos municípios paulistas?

A primeira pista no sentido de reforçar a hipótese de que o crescimento da população rural no Estado de São Paulo estaria ligado à expansão urbana, surgiu da análise da situação do domicílio, segundo as Mesorregiões, que apontou o crescimento da população rural na Região Metropolitana de São Paulo como fundamental para o crescimento da população rural estadual.

As Mesorregiões que apresentaram um grau de urbanização superior a 81% tiveram uma elevada participação relativa na população da área rural no Estado, despontando novamente a RMSP com mais de 30% da população rural estadual no ano 2000, ou 758.669 pessoas. A população rural da RMSP esteve concentrada no município de São Paulo, dividindo a importância com o município de Guarulhos em 1980, com 38,5% e 26,2% da população rural regional, respectivamente. O município de São Paulo teve a concentração em sua área rural aumentada em 1991 para 70,2%, e chegou no ano 2000 com 650.526 pessoas, ou 81,8% da população rural da RMSP. Apresentou em todo esse período (1980-2000) aumento na população residente na área rural municipal.

Com relação ao crescimento da população rural nos anos 90 mencionado anteriormente, além da RMSP, somente as Mesorregiões Macro Metropolitana Paulista, do Vale do Paraíba Paulista, Litoral Sul Paulista e Santos apresentaram aumento na população residente no rural neste período. A RMSP representou 2,5 vezes o crescimento registrado da população no Estado, a Mesorregião Macro Metropolitana foi responsável por 30% desse crescimento e as três Regiões restantes mencionadas, representaram somente 2% do

crescimento da população rural estadual. Esses valores foram compensados pela diminuição da população rural nas demais Mesorregiões estaduais.

Assim, pode-se afirmar que o crescimento da população rural do Estado de São Paulo (1991/2000) deveu-se ao formidável aumento dessa população na RMSP, que apresentou uma taxa média igual a 9,6% a.a., correspondente ao aumento de sua população rural igual a 426.221 pessoas, com um crescimento bastante significativo comparado ao total estadual que foi de 163.321 pessoas no mesmo período. O município de São Paulo teve um aumento da população rural igual a 387.235 pessoas ou 11,5% a.a., nesse período. A importância na concentração da população na área rural, assim como do crescimento desta população, justificam as referências feitas à Região Metropolitana e ao município de São Paulo na análise das características da população residente no rural paulista.

A análise demográfica abordou basicamente os anos 80 e o primeiro quinquênio dos 90, cobrindo parte do período onde ocorreu o aumento da população rural paulista e a década anterior, onde ainda registrou-se a diminuição desta população. Constatou-se que a população foi composta em todo esse período (1980-1996) por uma maioria de pessoas do sexo masculino, perfazendo 53% da população rural total. Houve uma diminuição da participação relativa da população na faixa etária de 0 a 4 anos de idade, reafirmando a diminuição no número de nascimentos nas últimas décadas estendida à área rural.

A população em idade jovem acompanhada das crianças, apresentou uma diminuição no período de perda da população rural (1980/91). No período seguinte (1991/96) registrou-se aumento da população na faixas etárias entre 30-49 anos, acentuando-se a participação da população feminina no aumento da população rural estadual. Nos anos 90 também houve um aumento da população entre 15-29 anos, contrariamente ao ocorrido nos anos 80, e uma diminuição nas diferenças entre os sexos na composição da população rural estadual.

A área rural do Estado de São Paulo apresentou uma diminuição da população maior de 14 anos de idade nos anos 80, retomando o crescimento nos primeiros anos da década de 90. Considerando-se esta população (maior de 14 anos), averiguou-se os anos de estudo na área urbana e rural estadual.

A proporção e o número absoluto de pessoas incluídas na categoria "nenhum ano de estudo" teve uma redução nas duas áreas. Na área urbana essa diminuição representou em

1996, 40% e na área rural 35%. Considerando-se a população residente na área rural da RMSP, conjugado com a diminuição da população registrada nessa categoria, pode-se afirmar que a redução na proporção da população maior de 14 anos sem "nenhum ano de estudo" ocorrida na Região Metropolitana, baixou consideravelmente a média estadual no período considerado. Da mesma forma foram importantes os aumentos nas proporções das categorias com mais anos de estudo, relativos ao Estado de São Paulo, nas duas áreas.

Foi elaborada uma breve análise sobre a inserção da população residente nos três setores tradicionais de atividades econômicas. Por se tratar de uma primeira incursão aos dados, nesse estudo, estas categorias não foram desagregadas por ocupações, ou pela posição na ocupação (proprietário, empregado, horas de trabalho, etc.), o que daria maior especificidade à distribuição dessa população, segundo a situação do domicílio. Os dados censitários permitiram até o momento, uma avaliação da inserção da PEA ocupada nestes setores de atividades, relativa a 1980 e 1991.

Dessa análise, as características que confirmaram alterações no rural paulista referiram-se ao considerável aumento na ocupação dos residentes na área rural em atividades do setor terciário. Isso foi acompanhado de uma redução da população residente no rural inserida em atividades primárias de produção, mesmo representando as maiores proporções, mais de 60% nos dois anos. Houve também um aumento das pessoas inseridas nas atividades primárias e residentes no urbano, reforçando o intercâmbio entre estas duas áreas na década, mesmo sendo pouco significativo em relação ao total das ocupações da área urbana.

As informações sobre a renda per capita familiar no rural para o Estado de São Paulo e Mesorregiões, mostraram a maior proporção das famílias com os menores salários, nas categorias analisadas, perfazendo 58% das famílias rurais com "menos de 0,6 salários mínimos" em 1980 e 63% em 1991 (cujo valor referente foi "menor de 0,9 SM"). A proporção da categoria "sem rendimentos" apresentou uma elevação, passando de 23,6 mil famílias (4%) para 27,1 mil (5%) em 1991. A RMSP apresentou a proporção de famílias incluídas nesta categoria ("sem rendimentos") na área rural, superior a média estadual nos dois anos considerados. O importante número de famílias na área rural da RMSP comparado ao Estado e a quantidade de famílias sem rendimentos, levam, de imediato, a conceber-se que parte desse rural é formada de uma periferia urbana pobre e não de um

rural diferenciado, devido a inclusão de famílias sem rendimentos de forma significativa na área.

Para avançarmos na discussão sobre as transformações que têm ocorrido na área rural a partir das informações provenientes do Censo Demográfico deve-se deixar claro que, com esses dados, não foi possível identificar se as ocupações ligadas aos setores secundário e terciário foram desenvolvidas na área onde as pessoas residiam. Entretanto, o aumento da PEA residente no rural e ocupada nestes setores, assim como a diminuição de sua inserção no setor primário de produção, nesse período, podem ser remetidos ao surgimento das atividades não-agrícolas como fundamentais na configuração da área rural no presente, como mencionado ao longo do trabalho. Por outro lado, especificamente para a Região Metropolitana e para o município de São Paulo, podem estar associadas à expansão de áreas urbanas dos municípios sobre áreas rurais, uma vez que provavelmente essas áreas apresentam características do assentamento urbano predominante às características de área rural.

Nesse sentido, utilizou-se o quesito censitário referente a localização do domicílio em todas as Mesorregiões. A característica que mais chamou atenção foi a importante presença de domicílios pertencentes a categoria “conjuntos residenciais populares” na área rural, especialmente na RMSP, apontando novamente para o processo de expansão urbana dessa Região.

A análise da migração para o Estado de São Paulo mostrou a diminuição do número de migrantes no período 1980/91, resultado da diminuição do número de pessoas que vieram de áreas rurais, mesmo tendo um aumento do número de migrantes com procedência urbana. O movimento populacional mais importante foi aquele dirigido para o urbano, sobretudo com procedência da área urbana.

Quando verificada a participação da população migrante na população residente, sobressaiu a área rural em São Paulo, que apresentou as maiores proporções, tanto em 1980 como em 1991, comparada com a área urbana. Isso é relevante, guardadas as diferenças da população residente nas duas áreas, que foi muito superior no urbano. Acentuaram-se os movimentos internos da população, diminuindo o número de pessoas vindas de outras Unidades da Federação. Da mesma forma, os movimentos ocorridos entre as Mesorregiões

examinadas foram um pouco mais significativos que aqueles entre os municípios de uma mesma Região em 1991.

Feita essa primeira análise das características da população residente no rural do Estado de São Paulo, com as evidências apresentadas sobre o processo de expansão urbana sobre áreas rurais, sobretudo na RMSP, buscou-se, para se ter maior clareza sobre o quadro de reversão da tendência da população rural paulista, investigar as características da população residente no Estado, segundo a situação do domicílio, agrupada nas áreas “urbana”, de transição e “rural”.

A área de transição foi dividida em transição urbana (TR-UR) e transição rural (TR-RU), áreas que até então eram incorporadas dentro da tradicional divisão entre área urbana ou rural, respectivamente. A área rural foi composta pela área de transição rural, referente ao aglomerado rural de extensão urbana, e área "rural", referente às demais categorias do quesito censitário que definiu a situação domicílio como rural. A área urbana foi composta pela área de transição urbana, referente à área urbana isolada, e área "urbana", com as demais categorias censitárias que definiram a situação do domicílio como urbana⁴⁶. Isso foi possível aproveitando-se as informações censitárias mais desagregadas do Censo 91 e Contagem 96 na definição da área rural e urbana municipal.

A área de transição rural tinha 206,2 mil residentes em 1991 e 369,9 mil em 1996. A área de transição urbana tinha 269,2 mil e 316,1 mil pessoas em 1991 e 1996, respectivamente. Embora a área de transição respondesse por 1,5% da população total no Estado de São Paulo em 1991 e por pouco mais de 2% em 1996, esse novo arranjo da situação do domicílio acabou revelando as áreas responsáveis pelo crescimento da população rural estadual nesse período.

Assim, nesse novo agrupamento o Estado de São Paulo perdeu em sua a área “rural” aproximadamente 85 mil habitantes, no balanço da primeira metade dos anos 90. A área de transição teve um ganho próximo a 210 mil pessoas, sendo que quase 164 mil na área agora denominada transição rural. A RMSP representou o local onde esse crescimento populacional sustentou o aumento da população na área de transição estadual, sobretudo na

⁴⁶ Cabe lembrar que os termos "urbano" e "rural" quando estiverem entres aspas farão referência a reclassificação utilizada nesse estudo, com a separação das respectivas áreas de transição, urbana e rural.

área de transição rural, apresentando também um aumento da população residente em sua área "rural", contrariamente ao Estado, como mencionado acima.

A RMSP teve um aumento da população na área de transição rural igual a 129,2 mil pessoas em 1991/96 e na área "rural" de 115,0 mil pessoas. O município de São Paulo foi responsável por quase 79% desse crescimento da Região Metropolitana na área "rural" e por 96% do crescimento da população na área de transição rural regional.

A área "rural" paulista teve a população masculina superior à feminina, compondo 53% da população "rural" total, apresentando a razão de sexos igual a 113 no primeiro quinquênio dos anos 90. Na área de transição rural, o Estado de São Paulo teve uma diferenciação na composição de sua população, com uma razão de sexos igual a 97, no período. A população do sexo masculino predominou também na Região Metropolitana e no município de São Paulo na área "rural", apresentando uma razão de sexos igual a 110 e 106 para a primeira e de 107 e 103 para a segunda Região, em 1991 e 1996, respectivamente. Na área de transição predominou a população feminina nos dois anos considerados, com maior peso para o município de São Paulo, apresentando ambas uma razão de sexos próxima a 96.

Por fim, a área de transição rural caracterizou-se pela predominância feminina no período, distinguindo-se da área "rural", revelando uma diferença que pode estar basicamente ligada às atividades em que esta população passa a desenvolver, seja na área rural ou urbana, lembrando que constituiu-se na área que sustentou o crescimento da população rural estadual

A área de transição rural também diferenciou-se da área "rural" na distribuição da população por idade, ganhando população (1991/96) em todas as idades, com muita intensidade até os 44 anos, enquanto na área "rural" o aumento da população só ocorreu nas faixas etárias entre 30 a 49 anos e nas idades mais avançadas. Na Região Metropolitana e no município de São Paulo, esse aumento da população em todas as idades ocorreu tanto na área "rural", como na área de transição rural.

O aumento registrado da população maior de 14 anos na área rural do Estado de São Paulo deveu-se à área de transição, pois a área "rural" paulista perdeu população menor de 14 anos de idade no período. A Região Metropolitana e o município de São Paulo apresentaram aumento da população maior de 14 anos, nas duas áreas consideradas.

Houve um aumento da proporção da população maior de 14 anos, sobretudo na área de transição rural, com mais anos de estudo em 1996, comparado com 1991, o que pode ser apontado como uma das características da população residente nesta área no Estado. Isso foi mais acentuado na RMSP e no município de São Paulo, e deve ser realçado pelo fato de terem apresentado aumento da população maior de 14 anos, tanto na área de transição rural, como na área "rural".

Quando analisada a PEA ocupada nos setores de atividades na área de transição sobressaem as ocupações no setor terciário, seguido do setor secundário de produção, fundamentando a ligação entre o rural e o urbano, relacionada à inserção da população residente nas atividades econômicas desenvolvidas em ambas as áreas, já na década passada. Isso pode ser ainda realçado quando se verifica a PEA ocupada na área rural, onde ficou demonstrada a importância na inserção da população em atividades do setor primário de produção, e onde nesse sentido, observam-se diferenças importantes entre a área de transição rural e "rural" estadual.

A área de transição rural apresentou a maior parte da PEA ocupada em atividades do setor secundário, e sobretudo do terciário, restando por volta de 5% da PEA ocupada no setor primário de produção. A área "rural" manteve 58% da PEA ocupada nesse setor. A área de transição urbana apresentou um percentual maior da PEA ocupada no setor primário (10%) que a área de transição rural.

Verificada essa distribuição para a Região Metropolitana e para o município de São Paulo, mostrou-se que a PEA ocupada nas atividades do setor primário de produção não teve praticamente importância em sua área de transição rural ou de transição urbana, configurando mais uma vez a possibilidade das atividades ligadas ao setor terciário e secundário referirem-se às atividades desenvolvidas no urbano. Isso não pode ser afirmado para o restante do Estado sem investigações específicas em áreas previamente determinadas, uma vez que várias Regiões possuem um potencial favorável ao desenvolvimento de atividades não agrícolas, por possuírem partes maiores de seu território com características rurais, possibilitando estes empreendimentos na área.

Em uma breve retomada da questão da renda per capita familiar, constatou-se que a área de transição rural do Estado de São Paulo apresentou uma melhor condição para as famílias residentes, comparada com a área "rural" estadual. Apresentou uma menor

proporção das famílias na categoria "sem rendimentos" (3,5%), e uma maior proporção das famílias na categoria entre 0,9 e 3 SM.

A mesma relação da renda per capita familiar entre a área de transição rural e "rural" foi mantida para a Região Metropolitana e para o município de São Paulo em 1991; entretanto a proporção das famílias "sem rendimentos" esteve predominantemente ligada à área "rural" e não à área de transição rural. Isso exige ponderações sobre a afirmação de que parte da área rural estaria sendo constituída de uma periferia urbana pobre, sobretudo quando feita a referência da expansão urbana localizada principalmente na área de transição rural. Contudo, pode-se constatar que a população residente na área de transição rural está em situação mais favorável quanto à renda per capita familiar, que a população residente na área classificada como "rural", também nesta Região.

Apresentando-se a localização do domicílio, novamente atribui-se à área de transição rural características que pertencem à expansão urbana municipal sobre a área rural. A área de transição rural estadual apresentou mais de 56% dos domicílios na categoria conjunto residencial popular, existentes nesta área em 1991. A RMSP, que comportou 78% dos domicílios do Estado de São Paulo classificados na área de transição rural, apresentou 61% deles na categoria "conjunto residencial popular" na sua área de transição rural, reforçando o argumento apresentado acima.

Dos domicílios classificados na área "rural" estadual, a grande maioria esteve localizado na categoria "isolado ou em condomínio" (98,5%), não sendo possível, somente com esse recurso, distinguir entre os domicílios característicos da área rural ou da área urbana. A RMSP apresentou a mesma importância na localização dos domicílios na categoria "isolado ou condomínio" na área "rural" (95% deles).

A população migrante residente na área rural estadual (613.080) esteve distribuída com aproximadamente 94% da população migrante residindo na área "rural" e 6% residindo na área de transição rural. Estiveram concentrados na RMSP 63% dos migrantes residentes na área de transição rural em São Paulo. Os movimentos intra-regionais foram predominantes aos realizados entre as Mesorregiões consideradas (inter-regionais), tanto para a RMSP, como para o Estado na área rural.

Para a RMSP ainda deve ser considerada maior a migração de pessoas com residência anterior em outros Estados que aquela realizada internamente, especialmente em

1991. Isso ganha valor quando comparado ao movimento intra estadual da própria Região Metropolitana e ainda mais quando comparado ao movimento inter-estadual relativo ao Estado de São Paulo, que em 1991 acentuou a importância dos movimentos intra-estaduais, já superiores em 1980.

A importância já realçada da população migrante na população residente na área rural ficou marcada na inserção da área de transição para a análise, evidenciando-se a área "rural" e especialmente a área de transição urbana. O migrante na área de transição rural foi realmente importante para a RMSP em 1991, sobretudo para o município de São Paulo. Dos migrantes residentes na área de transição rural da Região Metropolitana, 89,7% residiam no município de São Paulo em 1991. Na área "rural", esta proporção dos migrantes residentes no município de São Paulo foi de 29,3%.

A participação relativa da população migrante na área "rural" dessas áreas foi mais importante que na área de transição rural, porém tratando-se dos migrantes residentes no município de São Paulo, pode-se afirmar que em números absolutos, o movimento para a área de transição rural (de 21.173 pessoas) foi superior àquele dirigido para a área "rural" municipal (de 11.952 pessoas). Esse é mais um fato que atribui importância ao município de São Paulo na análise da área de transição rural na RMSP.

Enfim, a menor importância no Estado e, particularmente, na RMSP da população migrante na composição da população urbana, em comparação a esse peso relativo às áreas de transição e "rural", reforça a atenção voltada ao crescimento do rural paulista. As informações referentes a esses migrantes sobre a composição por sexo e idade na área "rural" e de transição rural na RMSP permitiram avançar na caracterização desta população residente na área rural paulista em 1991.

Dos migrantes na área de transição rural da RMSP, 52% foram do sexo feminino. Na área "rural" a população feminina correspondeu a 45% dos migrantes "rurais" totais, marcando a presença masculina nesta área. Fundamentalmente os migrantes na faixa etária entre 20-34 anos de idade marcam presença na área de transição rural, enquanto ocorreu uma melhor distribuição da população por idade na área "rural", que embora mantenha a constituição da população bastante jovem, mostra uma tendência ao envelhecimento desta população "rural" mais relevante que na área de transição rural.

Por fim, mesmo considerando-se a RMSP como área fundamental nas mudanças do rural no Estado de São Paulo, afirma-se a existência de diferentes “rurais” entre as Regiões examinadas, onde certamente as motivações para a fixação e o deslocamento de pessoas para essas áreas são diferentes, assim como as formas como os indivíduos se inserem nas atividades desenvolvidas em cada uma das Regiões consideradas. Nesse estudo foi possível a indicação do continuado processo de expansão urbana na Região mais adensada e populosa do Estado. Da mesma forma pode-se ponderar sobre a também continuada perda de população rural em Regiões conhecidas pela importância nas atividades agropecuárias estaduais.

Espera-se contudo, que esse estudo tenha contribuído para a discussão da dinâmica de ocupação do rural paulista nos tempos atuais, em particular naquilo que se refere às características e localização da população no espaço. Claramente o Estado de São Paulo não passa por um processo de “volta ao campo”, uma vez que a área rural paulista examinada não pode ser concebida em sua estrutura, assim como por sua população residente, como área que comporte a ocupação balizada pelas características tipicamente ligadas às atividades rurais tradicionais⁴⁷.

A constatação de que a RMSP foi em essência a responsável pelo crescimento da população rural no Estado nos anos 90, as características de sua população e de sua estrutura rural, reforçam a idéia do crescimento da população rural dever-se mormente ao processo de expansão da área urbana sobre áreas ainda definidas como rurais. No entanto, isso não invalida em absoluto a importância das novas relações entre o urbano e rural, assim como do crescente desenvolvimento de outras atividades econômicas, diferentes das atividades essencialmente agrícolas na área rural estadual. Para isso tornam-se necessárias abordagens que levem em conta as correspondências entre esse fenômeno e o processo de distribuição espacial da população que certamente tem outros e mais complexos condicionantes.

⁴⁷ Como informação e motivação para a ampliação das formas como o rural pode ser examinado, Johnson (1999), Johnson & Fuguitt (2000) e Swanson & Brown (1993) apresentam estudos abrangendo as mudanças que vêm ocorrendo na abordagem conceitual do rural, na metodologia utilizada em estudos do urbano e do rural e sobre novas direções dos estudos demográficos sobre a distribuição da população sobretudo, nos Estados Unidos da América.

A utilização dos quesitos censitários desagregados, sobre a situação do domicílio, permitiram a abordagem da área rural não mais como resíduo da área concebida como urbana. Foi possível visualizar dentro da área definida como rural, porções onde a população está residindo e apresentando características demográficas distintas de outras partes desse rural, onde por vezes ocorre a predominância das atividades agropecuárias. Esse pode ser um caminho para estudos que possam revelar a dinâmica de ocupação do rural, não mais como área atrasada e desprovida da possibilidade de atender às necessidades básicas de seus residentes, mas como área apta para receber incentivos na promoção do desenvolvimento ⁴⁸.

Além de uma visão geral sobre o rural no Estado, a análise regional, com essa desagregação do rural, possibilita o avanço na compreensão de fenômenos específicos em áreas determinadas, que podem ser representativos do crescimento da população rural estadual, ou do desenvolvimento de atividades econômicas na área rural na atualidade.

Essa distinção da área rural importa para fornecer elementos básicos relacionados à população e às condições de vida, para sustentação de políticas públicas voltadas à sua ocupação. O rural, tradicionalmente concebido como área ligada à produção agropecuária, vem deparando-se com restrições ao desenvolvimento de uma estrutura que garanta a permanência da população com um atendimento mínimo de suas necessidades. Com a caracterização da área rural considerando-se outras vocações, é possível planejar a ocupação pensando-se na densidade demográfica, ligada à população residente e à que passará a visitar a área; e na potencialidade do desenvolvimento das atividades econômicas na geração de renda local.

Por outro lado, confirmando-se a expansão urbana sobre áreas mantidas como rural, outras preocupações despontam. No mesmo sentido, é importante conhecer a área do rural onde predomina o crescimento da população, para averiguar o comprometimento ambiental que pode estar ocorrendo nesta ocupação. Essa preocupação surge, uma vez que pelo histórico de ocupação da área rural paulista, pode-se supor que parte importante das áreas ainda não utilizadas podem fazer parte de remanescentes importantes de vegetação nativa,

⁴⁸ Para uma discussão sobre a importância de se conceber a área rural brasileira como uma área dinâmica e apta a receber incentivos, através de políticas públicas e sociais voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico, assim como concebê-la como potencial provedora de benefícios para a população residente, ver Abramovay (2000) e Campanhola & Silva (2000).

assim como constituir-se em áreas de mananciais, ou mesmo de terras julgadas impróprias à agropecuária por apresentarem declividade ou solos frágeis à ocupação⁴⁹.

A análise elaborada neste estudo permite a introdução dos dados do Censo Demográfico de 2000 quando as informações estiverem disponíveis. Isso certamente não desfaz a necessidade da utilização de outras fontes de dados, da introdução de outros atributos que melhor qualifiquem as categorias utilizadas, de trabalho de campo e do tratamento das informações por setores, assim como não torna o Censo Demográfico suficiente para responder a todos os questionamentos elaborados nas investigações sobre a área rural.

Enfatiza-se neste trabalho a utilização das categorias propostas pelo IBGE sobre a situação do domicílio, propondo-se um melhor entendimento e prevendo-se um melhor dimensionamento da área urbana e rural no Estado de São Paulo e do processo de ocupação dessas áreas no período intercensitário. A área rural não é mais concebida como um fragmento do espaço municipal mantido por delimitações elaboradas de tempo em tempo pelas prefeituras. Da análise da demografia da vida rural paulista mostrou-se, valorizando-se a inovação referente à situação do domicílio apresentada, que a ocupação do espaço rural está fortemente ligada ao processo de expansão de áreas e ao desenvolvimento de atividades econômicas que transpõem limites pré-definidos que devem estar levando em consideração somente a estrutura da área, concebida como urbana ou rural.

⁴⁹ Em abordagem sobre uma das questões remetidas à ocupação territorial promovida pela expansão das áreas urbanas na RMSP com comprometimento ambiental, ver Marcondes (1999).

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Política** Anais, UFRGS, 1988, Porto Alegre. p. 20.
- ABRAMOVAY, R. Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Relatório IICA 940/98. **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento**. 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão, IPEA, n. 702, p. 33, 2000.
- ABRAMOVAY, R.; SACHS, I. Habitat a contribuição do mundo rural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 3, p. 11-16, 1995.
- AMSTALDEN, L.F.F. Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira. **Monografias**, v. 1, n. 1, p. 56, 1991.
- BAENINGER, R. **Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: CMU/UNICAMP, Coleção Campiniana 5. 1996. 148 p.
- BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**. v. 5, p. 7-79, 1973.
- BRANDÃO, C.R. **Os Caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, Tudo é história. 1983. 92 p.
- BROWN, D. L.; FIELD, D.; ZUICHES, J. J., Eds. **The Demography of Rural Life**. University Park, PA.: Northeast Regional Center for Rural Development, 64. 1993. 211 p.
- BROWN, D. L.; ZUICHES, J. J. Rural-urban population redistribution in the United States at the end of the twentieth century. In: Brown, D.L.; Field, D.; Zuchies, J.J.,

- Eds. **The Demography of Rural Life**. University Park: Northeast Regional Center for Rural Development, vol. 64. 1993. p. 1-18.
- CAIADO, A. A Economia Paulista nos Anos 90. In: Hogan, D.J.; Cunha, J.M.P.da; Baeninger, R.; Carmo, R.L., Eds. **Migração e Ambiente em São Paulo. Aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas: UNICAMP, 2000. p. 233-274.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998..
- CAMARGO, J.F. de **A cidade e o campo: o êxodo rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, Coleção Buriti. 20. 1968. 115 p.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da, Eds. **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Estadual - Nordeste**. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2. 2000. 156 p.
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1998. 284 p.
- CARNEIRO, M.J. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais 95. In: Santos, R.; Carvalho, L.F.; Silva, F.C.T., Eds. **Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1998a. p. 95-118.
- CARNEIRO, M.J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-75, 1998b.
- CUNHA, J. M. DA; RODRIGUES, I. A. Redistribuição espacial da população, segundo a situação do domicílio: novas considerações sobre o urbano e o rural no Estado de São Paulo. In: ABEP, **II Encontro Nacional Sobre Migração** Anais, ABEP, 1999, Ouro Preto.
- CUNHA, J. M. DA; RODRIGUES, I. A. Crescimento Populacional na Área Rural ou em uma Área de Transição: avaliação crítica da distribuição da população no Estado de São Paulo. In: ANPUR. **IX Encontro Nacional da ANPUR. Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço** Anais, ANPUR, v. 1, 2000, Rio de Janeiro. p. 481-495.

- CUNHA, J. M. P. da **Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 1994. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 283 p.
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da A pluratividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 11, p. 26-52, 1998.
- DELGADO, N. G. Consideração acerca da inserção do Brasil no sistema agroalimentar internacional. **Indicadores Econômicos**. v. 25, n. 3, p. 146-168, 1997.
- FARIA, V. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. **Estudos CEBRAP**. v. 4, p. 90-115, 1973.
- FERRARI, A. **Agrotóxicos, a Praga da Dominação**. Porto Alegre, RS.: Editora Mercado Aberto Ltda., 1985. 87 p.
- FREYRE, G. **Rurbanização: que é?** Recife: Editora Massangana, 25. 1982. 153 p.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1999. 569 p.
- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Brasil de 1950**. Rio de Janeiro, 1956.
- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Brasil de 1960**. Rio de Janeiro, 1968.
- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Brasil de 1970**. Rio de Janeiro, 1973.
- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Brasil de 1980**. Rio de Janeiro, 1983.
- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Brasil de 1991**. Rio de Janeiro, 1994.
- FUNDAÇÃO IBGE **Contagem Populacional de 1996**. Rio de Janeiro, 1997.
- FUNDAÇÃO IBGE **Dados Preliminares do Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001.
- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1950**. Rio de Janeiro, 1956.
- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1960**. Rio de Janeiro, 1968.

- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1970.** Rio de Janeiro, 1973.
- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.** Rio de Janeiro, 1982.
- FUNDAÇÃO IBGE **Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1991.** Rio de Janeiro, 1994.
- FUNDAÇÃO SEADE **Mapa: Divisão político-administrativa em Regiões Administrativas e Regiões do Governo.** 1997.
- GRAHAM, D.; BUARQUE DE HOLANDA, F.S. Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970. São Paulo. mimeo. IPE/USP. 1971.
- HOGAN, D.J.; CARMO, R.L.; TAVOLARO, S.B.F.; GUEDES PINTO, L.A.C.; RODRIGUES, I.A.; ALVES, H.P.F.; RAQUEL, F. Um Breve Perfil Ambiental do Estado de São Paulo. In: Hogan, D.J.; Cunha, J.M.P.d.; Baeninger, R.; Carmo, R.L., Eds. **Migração e Ambiente em São Paulo. Aspectos relevantes da dinâmica recente.** Campinas: UNICAMP, 2000. p. 275-384.
- HOLANDA, S. B. de **Raízes do Brasil.** São Paulo: Schwarcz Ltda., 1998. 220 p.
- JOHANSEN, H. E. The small town in urbanized society. In: Brown, D.L.; Field, D.; Zuiches, J.J., Eds. **The Demography of Rural Life.** University Park, PA.: Northeast Regional Center for Rural Development, vol. 64. 1993. p. 58-82.
- JOHNSON, K. M. The Rural Rebound. **Reports on America** v. 1, n. 3, p. 1-19, 1999.
- JOHNSON, K. M.; FUGUITT, G. V. Continuity and change in rural migration patterns, 1950-1995. **Rural Sociology** v. 65, n. 1, p. 27-49, 2000.
- LOPES, J.R.B. **Desenvolvimento e mudança social.** São Paulo: Nacional, 1980. 215 p.
- MARCONDES, M. J. A. **Cidade e Natureza: proteção dos mananciais e exclusão social.** São Paulo: Studio Nobel:edusp, Coleção cidade aberta. 1999. 238 p.

- MARSDEN, T. Restructuring rurality. From order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis** v. 29, n. 3-4, 1989.
- MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. Projeto PNUD/OIT/IPLAN. 26. 1987a.
- MARTINE, G. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. In: Martine, G.; Garcia, R.C., Eds. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987b. p. 9-39.
- MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: Martine, G.; Garcia, R.C., Eds. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Editora Caetes, 1987c. p. 59-79.
- MARTINE, G. A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80. Texto para Discussão. 329. **IPEA**. Brasília - DF. 1994.
- MARTINE, G.; DINIZ, C. C. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de Economia Política**. v. 11, n. 3, p. 121-134, 1991.
- MERRICK, T.; GRAHAM, D. **Population and economic development in Brazil, 1800 to the present**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979. 385 p.
- MULLER, G. A Dinâmica da Agricultura Paulista. **Serie SP**. v. 2, n. 80, p. 125 p, 1985.
- MULLER, G. O Núcleo do Padrão Agrário Moderno. **São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 4, p. 50-56, 1988.
- PANIAGUA, V. A. Criterios e procedimientos para identificar espacios rurales capaces de articularse positivamente a ciudades intermedias. **Seminario Internacional Interrelación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado** Anais, FAO/ONU, 1997, Taxco, Mexico.
- PATARRA, N.; CUNHA, J. M. da Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva** Anais, v. 1, 1987, p. 32-35.
- QUEIROZ, M. I. P. de **Bairros rurais paulistas. Dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973. 157 p.

- RODRIGUES, A. Situação do Domicílio e Condição de Atividade da PEA Migrante (1980/1991). Um estudo da população rural paulista. In: ABEP, **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais** Anais, ABEP, 1998, Caxambu.
- RODRIGUES, V. L. G. S. Novo Rural em Vinhedo. In: ANPUR, **IX Encontro Nacional da ANPUR. Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço** Anais, ANPUR, v. 1, 2001, Rio de Janeiro. p. 441-453.
- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: HUCITEC, 1986. 60 p.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Sociedade**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SARACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualization. **Journal of Rural Studies** v. 10, n. 4, p. 321-330, 1994.
- SARACENO, E. "O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia". **Programa de Seminários sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Métodos de análise e políticas de intervenção** Anais, INEA, 1996, Roma. p. 9.
- SCHNEIDER, S. Pluratividade como fator de desenvolvimento regional: uma análise da agricultura familiar no sul do Brasil. In: ANPUR, **IX Encontro Nacional da ANPUR. Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço** Anais, ANPUR, v. 1, 2001, Rio de Janeiro. p. 431-440.
- SILVA, J. G. da Impactos das tecnologias da informação na agricultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 34, n. 2, p. 7-91, 1995.
- SILVA, J. G. da **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Coleções Pesquisas. 1999. 153 p.
- SILVA, J. G. DA ; BALSADI, O.V.; BOLLIGER, F.P.; BORIN, M.R.; Paro, M.R. O Rural Paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**. v. 10, n. 2, p. 60-73, 1996.
- SILVA, J. G. DA ; BALSADI, O.V.; DEL GROSSI, M.E. O Emprego Rural e a Mercantilização do Espaço Agrário. **São Paulo em Perspectiva**. v. 11, n. 2, p. 50-64, 1997.

- SILVA, J. G. DA; DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro - 1992-95. **Indicadores Econômicos**. v. 25, n. 3, p. 105-126, 1997.
- SILVA, J. G. DA ; KAGEYAMA, A. A. Emprego e relações de trabalho na agricultura brasileira: uma análise dos dados censitários de 1960, 1970 e 1975. **Pesquisa e Planejamento Econômico** v. 13, n. 1, p. 235-266, 1983.
- SILVA, J. G. DA; KAGEYAMA, A. A.; ROMÃO, D. A.; NETO, J. A. W.; PINTO, L. C. G. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**. v. 3, n. 4, p. 23-55, 1983.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1968. 377 p.
- SMITH, T. L. **Brasil: Povo e Instituições**. Rio de Janeiro: USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, 1967. 687 p.
- SMITH, T. L. **Organização Rural: problemas e soluções**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971. 302 p.
- SOUZA, M. **Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná**. 2000. Tese (Tese de Doutorado) - UNICAMP. Campinas.
- SWANSON, L. L.; BROWN, D. L., Eds. **Population Change and the Future of Rural America - Conference Proceedings**. Washington: Agriculture and Rural Economy Division, Economic Research Service, U.S. Department of Agriculture, 1993. 179 p.
- TOGNOLLI, I. M. V. **Violas e Violeiros na Grande Pátria Caipira**. 1990. Tese (mestrado) - UNESP. Araraquara. 158 p.
- VIANA, O. **Populações Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1. 1973. 298 p.
- WILLIAMS, R. **O Campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 439 p.
- WOOD, C. H.; Carvalho, J. A. M. de **A Demografia da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 27. 1994. 321 p.

**Anexo 1) - Divisão Territorial em Mesorregiões, Microrregiões e municípios
Estado de São Paulo, 1991 e 1996/2000**

Censo Demográfico/1991 Municípios	Contagem Populacional/1996 Censo Demográfico 2000
01-Meso São José do Rio Preto	
1) Micro - Jales	
Aparecida d'Oeste	Aparecida d'Oeste
	Aspásia
	Dirce Reis
Dolcinópolis	Dolcinópolis
Jales	Jales
Marinópolis	Marinópolis
	Mesópolis
	Nova Canaã Paulista
Palmeira d'Oeste	Palmeira d'Oeste
Paranapuã	Paranapuã
	Pontalinda
Populina	Populina
Rubinéia	Rubinéia
Santa Albertina	Santa Albertina
Santa Clara d'Oeste	Santa Clara d'Oeste
Santa Fé do Sul	Santa Fé do Sul
Santa Rita d'Oeste	Santa Rita d'Oeste
	Santa Saete
Santana da Ponte Pensa	Santana da Ponte Pensa
São Francisco	São Francisco
Três Fronteiras	Três Fronteiras
Urânia	Urânia
	Vitória Brasil
Total Mun 16	23 municípios
2) Micro - Fernandópolis	
Estrela d'Oeste	Estrela d'Oeste
Fernandópolis	Fernandópolis
Guarani d'Oeste	Guarani d'Oeste
Indiaporã	Indiaporã
Macedônia	Macedônia
Meridiano	Meridiano
Mira Estrela	Mira Estrela
	Ouroeste
Pedranópolis	Pedranópolis
São João das Duas Pontes	São João das Duas Pontes
Turmalina	Turmalina
Total Mun 10	11 municípios
3) Micro - Votuporanga	
Álvares Florence	Álvares Florence
Américo de Campos	Américo de Campos
Cardoso	Cardoso
Cosmorama	Cosmorama
	Parisi

Pontes Gestal		Pontes Gestal
Riolândia		Riolândia
Valentim Gentil		Valentim Gentil
Votuporanga		Votuporanga
Total Mun	8	9 municípios
4) Micro - S. José do Rio Preto		
Adolfo		Adolfo
Altair		Altair
Bady Bassitt		Bady Bassitt
Bálsamo		Bálsamo
Cedral		Cedral
Guapiaçu		Guapiaçu
Guaraci		Guaraci
Ibirá		Ibirá
Icém		Icém
Jaci		Ipiguá
José Bonifácio		Jaci
Mendonça		José Bonifácio
Mirassol		Mendonça
Mirassolândia		Mirassol
Nova Aliança		Mirassolândia
Nova Granada		Nova Aliança
Olímpia		Nova Granada
Onda Verde		Olímpia
Orindiúva		Onda Verde
Palestina		Orindiúva
Paulo de Faria		Palestina
Planalto		Paulo de Faria
Potirendaba		Planalto
São José do Rio Preto		Potirendaba
Tanabi		São José do Rio Preto
Uchoa		Tanabi
		Ubarana
		Zacarias
Total Mun	26	29 municípios
5) Micro - Catanduva		
Ariranha		Ariranha
Cajobi		Cajobi
Catanduva		Catanduva
Catiguá		Catiguá
		Elisiário
		Embaúba
		Novais
Palmares Paulista		Palmares Paulista
Paraiso		Paraiso
Pindorama		Pindorama
Santa Adélia		Santa Adélia
Severinia		Severinia

Tabapuã		Tabapuã
Total Mun	10	13 municípios
6) Micro - Auriflama		
Auriflama		Auriflama
Floreal		Floreal
Gastão Vidigal		Gastão Vidigal
General Salgado		General Salgado
Guzolândia		Guzolândia
Magda		Magda
Nova Luzitânia		Nova Luzitânia
		Nova Castilho
		São João de Itacema
Total Mun	7	9 municípios
7) Micro - Nhandeara		
Macaubal		Macaubal
Monções		Monções
Monte Aprazível		Monte Aprazível
Neves Paulista		Neves Paulista
Nhandeara		Nhandeara
Nipoã		Nipoã
Poloni		Poloni
Sebastianópolis Sul		Sebastianópolis do Sul
União Paulista		União Paulista
Total Mun	9	9 municípios
8) Micro - Novo Horizonte		
Irapuã		Irapuã
Itajobi		Itajobi
		Marapoama
Novo Horizonte		Novo Horizonte
Sales		Sales
Urupês		Urupês
Total Mun	5	6 municípios
Mesorregião São José do Rio Preto		
	1991	1996/2000
	8 microrregiões/91 municípios	8 micro/109 municípios
02 - Meso - Ribeirão Preto		
9) Micro - Barretos		
Barretos		Barretos
Colina		Colina
Colômbia		Colômbia
Total Mun	3	3 municípios
10) Micro - São Joaquim da Barra		
Guaira		Guaira
Ipuã		Ipuã
Jaborandi		Jaborandi
Miguelópolis		Miguelópolis
Morro Agudo		Morro Agudo
Nuporanga		Nuporanga
Orlândia		Orlândia

Sales Oliveira	Sales Oliveira
S. Joaquim da Barra	S. Joaquim da Barra
Total Mun 9	9 municípios
11) Micro - Ituverava	
Araminá	Araminá
Buritizal	Buritizal
Guará	Guará
Igarapava	Igarapava
Ituverava	Ituverava
Total Mun 5	5 municípios
12) Micro - Franca	
Cristais Paulista	Cristais Paulista
Franca	Franca
Itirapuã	Itirapuã
Jeriquara	Jeriquara
Patrocínio Paulista	Patrocínio Paulista
Pedregulho	Pedregulho
Restinga	Restinga
Ribeirão Corrente	Ribeirão Corrente
Rifaina	Rifaina
S. José da Bela Vista	S. José da Bela Vista
Total Mun 10	10 municípios
13) Micro - Jaboticabal	
Bebedouro	Bebedouro
Cândido Rodrigues	Cândido Rodrigues
Fernando Prestes	Fernando Prestes
Guariba	Guariba
Jaboticabal	Jaboticabal
Monte Alto	Monte Alto
Monte Azul Paulista	Monte Azul Paulista
Pirangi	Pirangi
Pitangueiras	Pitangueiras
Santa Ernestina	Santa Ernestina
Taiacu	Taiacu
Taiúva	Taiúva
	Taquaral
Taquaritinga	Taquaritinga
Terra Roxa	Terra Roxa
Viradouro	Viradouro
Vista Alegre do Alto	Vista Alegre do Alto
Total Mun 16	17 municípios
14) Micro - Ribeirão Preto	
Barrinha	Barrinha
Brodósqui	Brodowski
Cravinhos	Cravinhos
Dumont	Dumont
	Guataparã
Jardinópolis	Jardinópolis
Luis Antonio	Luís Antônio

Pontal		Pontal	
Pradópolis		Pradópolis	
Ribeirão Preto		Ribeirão Preto	
Sta Rita Passa Quatro		Sta Rita Passa Quatro	
Sta Rosa de Viterbo		Sta Rosa de Viterbo	
São Simão		São Simão	
Serra Azul		Serra Azul	
Serrana		Serrana	
Sertãozinho		Sertãozinho	
Total Mun	15	16 municípios	
15) Micro - Batatais			
Altinópolis		Altinópolis	
Batatais		Batatais	
Cajuru		Cajuru	
Cássia dos Coqueiros		Cássia dos Coqueiros	
Sto Antonio Alegria		Sto Antônio Alegria	
Total Mun	5	6 municípios	
Mesorregião Ribeirão Preto			
	1991		1996/2000
3 microrregiões/63 municípios		3 micro/66 municípios	

03 - Meso - Araçatuba			
16) Micro - Andradina			
Andradina		Andradina	
Castilho		Castilho	
Guaraçai		Guaraçai	
		Ilha Solteira	
Itapura		Itapura	
Mirandópolis		Mirandópolis	
Murutinga do Sul		Murutinga do Sul	
Nova Independência		Nova Independência	
Pereira Barreto		Pereira Barreto	
Sud Menucci		Sud Mennucci	
		Suzanápolis	
Total Mun	9	11 municípios	
17) Micro - Araçatuba			
Araçatuba		Araçatuba	
Bento de Abreu		Bento de Abreu	
Guararapes		Guararapes	
Lavínia		Lavínia	
Rubiácea		Rubiácea	
		Sto Antonio Aracanguá	
Valparaíso		Valparaíso	
Total Mun	6	7 municípios	
18) Micro - Birigui			
Alto Alegre		Alto Alegre	
Avanhandava		Avanhandava	
Barbosa		Barbosa	

Bilac		Bilac	
Birigui		Birigui	
Braúna		Braúna	
Buritama		Brejo Alegre	
Clementina		Buritama	
Coroados		Clementina	
Gabriel Monteiro		Coroados	
Glicério		Gabriel Monteiro	
		Glicério	
Luisiânia		Lourdes	
Penápolis		Luiziânia	
Piacatu		Penápolis	
Santópolis do Aguapeí		Piacatu	
Tiriúba		Santópolis do Aguapeí	
Total Mun	16	18 municípios	
Mesorregião Araçatuba			
1991		1996/2000	
3 microrregiões/31 municípios		3 microrregiões/36 municípios	

04 - Meso - Bauru

19 - Micro - Lins

Cafelândia		Cafelândia	
Getulina		Getulina	
Guaíçara		Guaíçara	
Guaimbé		Guaimbê	
Júlio Mesquita		Júlio Mesquita	
Lins		Lins	
Promissão		Promissão	
Sabino		Sabino	
Total Mun	8	8 municípios	

20) Micro - Bauru

Agudos		Agudos	
Arealva		Arealva	
Areiópolis		Areiópolis	
Avai		Avai	
Balbinos		Balbinos	
Bauru		Bauru	
		Borebi	
Cabrália Paulista		Cabrália Paulista	
Duartina		Duartina	
Guarantã		Guarantã	
Iacanga		Iacanga	
Lençóis Paulista		Lençóis Paulista	
Lucianópolis		Lucianópolis	
		Paulistânia	
Pirajui		Pirajui	
Piratininga		Piratininga	
Pongai		Pongai	
Presidente Alves		Presidente Alves	

Reginópolis		Reginópolis
Ubirajara		Ubirajara
Uru		Uru
Total Mun	19	21 municípios
21) Micro - Jaú		
Bariri		Bariri
Barra Bonita		Barra Bonita
Bocaina		Bocaina
Boracéia		Boracéia
Dois Córregos		Dois Córregos
Igaraçu do Tietê		Igaraçu do Tietê
Itaju		Itaju
Itapui		Itapuí
Jaú		Jaú
Macatuba		Macatuba
Mineiros do Tietê		Mineiros do Tietê
Pederneiras		Pederneiras
Total Mun	12	12 municípios
22) Micro - Avaré		
Águas de Sta Bárbara		Águas de Sta Bárbara
Arandu		Arandu
Avaré		Avaré
Cerqueira César		Cerqueira César
		Iaras
Itaí		Itaí
Itatinga		Itatinga
Paranapanema		Paranapanema
Total Mun	7	8 municípios
23) Micro - Botucatu		
Anhembi		Anhembi
Bofete		Bofete
Botucatu		Botucatu
Conchas		Conchas
Pardinho		Pardinho
		Pratânia
São Manuel		São Manuel
Total Mun	6	7 municípios
Mesorregião Bauru		
	1991	1996/2000
5 microrregiões/52 municípios		5 microrregiões/56 municípios

05 - Meso - Araraquara		
24) Micro - Araraquara		
Américo Brasiliense		Américo Brasiliense
Araraquara		Araraquara
Boa Esperança Sul		Boa Esperança Sul
Borborema		Borborema
Dobrada		Dobrada
		Gavião Peixoto

Ibitinga		Ibitinga
Itápolis		Itápolis
Matão		Matão
		Motuca
Nova Europa		Nova Europa
Rincão		Rincão
Santa Lúcia		Santa Lúcia
Tabatinga		Tabatinga
		Trabiju
Total Mun	12	15 municípios
25) Micro - São Carlos		
Analândia		Analândia
Descalvado		Descalvado
Dourado		Dourado
Ibaté		Ibaté
Ribeirão Bonito		Ribeirão Bonito
São Carlos		São Carlos
Total Mun	6	6 municípios
Mesorregião Araraquara		
	1991	1996
2 microrregiões/18 municípios		2 micro/21 municípios

06 - Meso - Piracicaba		
26) Micro - Rio Claro		
Brotas		Brotas
Corumbataí		Corumbataí
Ipeúna		Ipeúna
Itirapina		Itirapina
Rio Claro		Rio Claro
Torrinha		Torrinha
Total Mun	6	6 municípios
27) Micro - Limeira		
Araras		Araras
Conchal		Conchal
Cordeirópolis		Cordeirópolis
Iracemópolis		Iracemópolis
Leme		Leme
Limeira		Limeira
Sta Cruz Conceição		Sta Cruz Conceição
Sta Gertrudes		Sta Gertrudes
Total Mun	8	8 municípios
28) Micro - Piracicaba		
Águas de São Pedro		Águas de São Pedro
Capivari		Capivari
Charqueada		Charqueada
		Jurumim
Mombuca		Mombuca
Piracicaba		Piracicaba
Rafard		Rafard

Rio das Pedras		Rio das Pedras
Sta Maria da Serra		Saltinho
São Pedro		Sta Maria da Serra
Tietê		São Pedro
Total Mun	10	12 municípios

Mesorregião Piracicaba		
	1991	1996/2000
3 microrregiões/24 municípios		3 micro/26 municípios

07 - Meso - Campinas

29) Micro - Pirassununga

Aguai		Aguai
Pirassununga		Pirassununga
Porto Ferreira		Porto Ferreira
Sta Cruz Palmeiras		Sta Cruz Palmeiras
TotalMun	4	4 municípios

30) Micro - S. João da Boa Vista

Águas da Prata		Águas da Prata
Caconde		Caconde
Casa Branca		Casa Branca
Divinolândia		Divinolândia
Espírito Sto Pinhal		Espírito Sto Pinhal
Itobi		Itobi
Mococa		Mococa
Sto Antônio Jardim		Sto Antônio Jardim
S. João Boa da Vista		S. João da Boa Vista
S. José do Rio Pardo		S. José do Rio Pardo
S. Sebastião Grama		S. Sebastião Grama
Tambaú		Tambaú
Tapiratiba		Tapiratiba
Vargem Grande Sul		Vargem Grande Sul
Total Mun	14	14 municípios

31) Micro - Mogi-Mirim

Artur Nogueira		Artur Nogueira
		Engenheiro Coelho
		Estiva Gerbi
Itapira		Itapira
Mogi-Guaçu		Mogi Guaçu
Mogi-Mirim		Moji-Mirim
Sto Antônio Posse		Sto Antônio Posse
Total Mun	5	7 municípios

32) Micro - Campinas

Americana		Americana
Campinas		Campinas
Cosmópolis		Cosmópolis
Elias Fausto		Elias Fausto
		Holambra

Indaiatuba		Hortolândia	
Jaguariúna		Indaiatuba	
Monte Mor		Jaguariúna	
Nova Odessa		Monte Mor	
Paulínia		Nova Odessa	
Pedreira		Paulínia	
Sta Bárbara d'Oeste		Pedreira	
Sumaré		Sta Bárbara d'Oeste	
Valinhos		Sumaré	
Vinhedo		Valinhos	
Vinhedo		Vinhedo	
Total Mun	14	16 municípios	
33) Micro - Amparo			
Águas de Lindóia		Águas de Lindóia	
Amparo		Amparo	
Lindóia		Lindóia	
Monte Alegre Sul		Monte Alegre Sul	
Pedra Bela		Pedra Bela	
Pinhalzinho		Pinhalzinho	
Serra Negra		Serra Negra	
Socorro		Socorro	
Total Mun	8	8 municípios	
Mesorregião Campinas			
	1991		1996/2000
5 microrregiões/45 municípios		5 micro/49 municípios	

08 - Meso- Presidente Prudente			
34) Micro - Dracena			
Dracena		Dracena	
Junqueirópolis		Junqueirópolis	
Monte Castelo		Monte Castelo	
Nova Guataporanga		Nova Guataporanga	
Ouro Verde		Ouro Verde	
Panorama		Panorama	
Paulicéia		Paulicéia	
Sta Mercedes		Sta Mercedes	
S. João Pau d'Alho		S. João Pau d'Alho	
Tupi Paulista		Tupi Paulista	
Total Mun	10	10 municípios	
35) Micro - Adamantina			
Adamantina		Adamantina	
Flora Rica		Flora Rica	
Flórida Paulista		Flórida Paulista	
Inúbia Paulista		Inúbia Paulista	
Irapuru		Irapuru	
Lucélia		Lucélia	
Mariápolis		Mariápolis	
Oswaldo Cruz		Oswaldo Cruz	
Pacaembu		Pacaembu	

Parapuã		Parapuã
Rinópolis		Pracinha
Sagres		Rinópolis
Salmourão		Sagres
Total Mun	13	14 municípios
36) Micro Presidente Prudente		
Alfredo Marcondes		Alfredo Marcondes
Álvares Machado		Álvares Machado
Anhumas		Anhumas
Caiabu		Caiabu
Caiuá		Caiuá
		Emianópolis
Estrela do Norte		Estrela do Norte
		Euclides Cunha Paulista
Indiana		Indiana
João Ramalho		João Ramalho
Marabá Paulista		Marabá Paulista
Martinópolis		Martinópolis
Mirante Paranapanema		Mirante Paranapanema
Narandiba		Narandiba
Piquerobi		Piquerobi
Pirapozinho		Pirapozinho
Pres. Bernardes		Pres. Bernardes
Presidente Epitácio		Presidente Epitácio
Presidente Prudente		Presidente Prudente
Pres. Venceslau		Pres. Venceslau
Rancharia		Rancharia
Regente Feijó		Regente Feijó
		Ribeirão dos Índios
		Rosana
Sandovalina		Sandovalina
Sto Anastácio		Sto Anastácio
Sto Expedito		Sto Expedito
Taciba		Taciba
Tarabai		Tarabai
Teodoro Sampaio		Teodoro Sampaio
Total Mun	26	30 municípios
Mesorregião Presidente Prudente		
	1991	1996/2000
3 microrregiões/49 municípios		3 micro/54 municípios

09 - Meso - Marília	
37) Micro - Tupã	
	Arco Íris
Bastos	Bastos
Herculândia	Herculândia
Iacri	Iacri
Queiroz	Queiroz
Quintana	Quintana

Tupã		Tupã
Total Mun	6	7 municípios
38) Micro - Marília		
Álvaro de Carvalho		Álvaro de Carvalho
Alvinlândia		Alvinlândia
Echaporã		Echaporã
		Fernão
Gália		Gália
Garça		Garça
Lupércio		Lupércio
Marília		Marília
Ocaçu		Ocaçu
Oriente		Oriente
Oscar Bressame		Oscar Bressane
Pompéia		Pompéia
Vera Cruz		Vera Cruz
Total Mun	12	13 municípios
Mesorregião Marília		
	1991	1996/2000
2 microrregiões/18 municípios		2 microrregiões/20 municípios

10 - Meso - Assis		
39) Micro - Assis		
Assis		Assis
Borá		Borá
Campos Novos Paulista		Campos Novos Paulista
Cândido Mota		Cândido Mota
Cruzália		Cruzália
Florínia		Florínia
Ibirarema		Ibirarema
Iepê		Iepê
Lutécia		Lutécia
Maracá		Maracá
		Nantes
Palmital		Palmital
Paraguaçu Paulista		Paraguaçu Paulista
		Pedrinhas Paulista
Platina		Platina
Quatá		Quatá
		Tarumã
Total Mun	14	17 municípios
40) Micro - Ourinhos		
Bernardino Campos		Bernardino Campos
		Canitar
Chavantes		Chavantes
		Espírito Sto Turvo
Fartura		Fartura
Ipauçu		Ipauçu
Manduri		Manduri

Óleo		Óleo
Ourinhos		Ourinhos
Piraju		Piraju
Ribeirão do Sul		Ribeirão do Sul
Salto Grande		Salto Grande
Sta Cruz Rio Pardo		Sta Cruz Rio Pardo
S. Pedro do Turvo		S. Pedro do Turvo
Sarutaiá		Sarutaiá
Taguai		Taguai
Tejupá		Tejupá
Timburi		Timburi
Total Mun	16	18 municípios
Mesorregião Assis		
	1991	1996/2000
2 microrregiões/30 municípios		2 microrregiões/35 municípios

11 -Meso - Itapetininga		
41) Micro - Itapeva		
Barão de Antonina		Barão de Antonina
		Bom Sucesso de Itararé
Buri		Buri
Coronel Macedo		Coronel Macedo
Itaberá		Itaberá
Itapeva		Itapeva
Itaporanga		Itaporanga
Itararé		Itararé
		Nova Campina
Riversul		Riversul
Taquarituba		Taquarituba
		Taquarivai
Total Mun	9	12 municípios
42) Micro - Itapetininga		
Angatuba		Alambari
		Angatuba
		Campina Monte Alegre
Guareí		Guareí
Itapetininga		Itapetininga
Total Mun	3	5 municípios
43) Micro - Tatui		
Boituva		Boituva
Cerquilha		Cerquilha
Cesário Lange		Cesário Lange
Laranjal Paulista		Laranjal Paulista
Pereiras		Pereiras
Porangaba		Porangaba
		Quadra
Tatui		Tatui
		Torre de Pedra
Total Mun	7	9 municípios

44) Micro - Capão Bonito		
Apiaí		Apiaí
Capão Bonito		Barra do Chapéu
Guapiara		Capão Bonito
Iporanga		Guapiara
		Iporanga
		Itaóca
Ribeira		Itapirapuã Paulista
Ribeirão Branco		Ribeira
		Ribeirão Branco
		Ribeirão Grande
Total Mun	6	10 municípios
Mesorregião Itapetininga		
1991		1996/2000
4 microrregiões/25 municípios		4 micro/36 municípios

12 - Meso Macro Metropolitana Paulista		
45) Micro - Piedade		
Ibiúna		Ibiúna
Piedade		Piedade
Pilar do Sul		Pilar do Sul
S. Miguel Arcanjo		S. Miguel Arcanjo
Tapiraí		Tapiraí
Total Mun	5	5 municípios
46) Micro - Sorocaba		
		Alumínio
Araçoiaba da Serra		Araçariguama
Cabreúva		Araçoiaba da Serra
Capela do Alto		Cabreúva
Iperó		Capela do Alto
Itu		Iperó
Mairinque		Itu
Porto Feliz		Mairinque
		Porto
		Feliz
Salto		Salto
Salto de Pirapora		Salto de Pirapora
São Roque		São Roque
Sarapuí		Sarapuí
Sorocaba		Sorocaba
Votorantim		Votorantim
Total Mun	13	15 municípios
47) Micro - Jundiaí		
Campo Limpo Paulista		Campo Limpo Paulista
Itupeva		Itupeva
Jundiaí		Jundiaí
Louveira		Louveira
Várzea Paulista		Várzea Paulista
Total Mun	5	5 municípios

48) Micro - Bragança Paulista		
Atibaia		Atibaia
Bom Jesus Perdões		Bom Jesus Perdões
Bragança Paulista		Bragança Paulista
Itatiba		Itatiba
Jarinu		Jarinu
Joanópolis		Joanópolis
Morungaba		Morungaba
Nazaré Paulista		Nazaré Paulista
Piracaia		Piracaia
		Tuiuti
		Vargem
Total Mun	9	11 municípios
Mesorregião Macro Metropolitana Paulista		
	1991	1996/2000
4 microrregiões/32 municípios		4 micro/36 municípios

13 -Meso Vale do Paraíba Paulista		
49) Micro - Campos do Jordão		
Campos do Jordão		Campos do Jordão
Monteiro Lobato		Monteiro Lobato
Sto Antônio Pinhal		Sto Antônio Pinhal
S. Bento Sapucaí		S. Bento Sapucaí
Total Mun	4	4 municípios
50) Micro São José dos Campos		
Caçapava		Caçapava
Igaratá		Igaratá
Jacarei		Jacarei
Pindamonhangaba		Pindamonhangaba
Sta Branca		Santa Branca
S. José dos Campos		S. José dos Campos
Taubaté		Taubaté
Tremembé		Tremembé
Total Mun	8	8 municípios
51 - Micro - Guaratinguetá		
Aparecida		Aparecida
Cachoeira Paulista		Cachoeira Paulista
		Canas
Cruzeiro		Cruzeiro
Guaratinguetá		Guaratinguetá
Lavrinhas		Lavrinhas
Lorena		Lorena
Piquete		Piquete
		Potim
Queluz		Queluz
Roseira		Roseira
Total Mun	9	11 municípios
52) Micro - Bananal		
		Arapeí

Areias		Areias	
Bananal		Bananal	
S. José do Barreiro		S. José do Barreiro	
Silveiras		Silveiras	
Total Mun	4	5 municípios	
53) Micro Paraibuna/Paraitinga			
Cunha		Cunha	
Jambeiro		Jambeiro	
Lagoinha		Lagoinha	
Natividade da Serra		Natividade da Serra	
Paraibuna		Paraibuna	
Redenção da Serra		Redenção da Serra	
S. Luis Paraitinga		S. Luis Paraitinga	
Total Mun	7	7 municípios	
54) Micro - Caraguatatuba			
Caraguatatuba		Caraguatatuba	
Ilhabela		Ilhabela	
São Sebastião		São Sebastião	
Ubatuba		Ubatuba	
Total Mun	4	4 municípios	
Mesorregião Vale do Paraíba Paulista			
1991		1996/2000	
6 microrregiões/36 municípios		6 micro/39 municípios	
14 - Meso - Litoral Sul Paulista			
55) Micro - Registro			
Barra do Turvo		Barra do Turvo	
		Cajati	
Cananéia		Cananéia	
Eldorado		Eldorado	
Iguape		Iguape	
		Ilha Comprida	
Jacupiranga		Jacupiranga	
Juquiá		Juquiá	
Miracatu		Miracatu	
Pariquera-Açu		Pariquera-Açu	
Registro		Registro	
Sete Barras		Sete Barras	
Total Mun	10	12 municípios	
56) Micro - Itanhaém			
Itanhaém		Itanhaém	
Itariri		Itariri	
Mongaguá		Mongaguá	
Pedro de Toledo		Pedro de Toledo	
Peruibe		Peruibe	
Total Mun	5	5 municípios	
Mesorregião Litoral Sul Paulista			
1991		1996/2000	
2 microrregiões/15 municípios		2 micro/17 municípios	

15 - Meso Metropolitana de São Paulo	
57) Micro - Osasco	
Barueri	Barueri
Cajamar	Cajamar
Carapicuíba	Carapicuíba
Itapevi	Itapevi
Jandira	Jandira
Osasco	Osasco
Pirapora Bom Jesus	Pirapora Bom Jesus
Santana do Parnaíba	Santana de Parnaíba
Total Mun	8 municípios
58) Micro - Franco da Rocha	
Caieiras	Caieiras
Francisco Morato	Francisco Morato
Franco da Rocha	Franco da Rocha
Mairiporã	Mairiporã
Total Mun	4 municípios
59) Micro - Guarulhos	
Arujá	Arujá
Guarulhos	Guarulhos
Santa Isabel	Santa Isabel
Total Mun	3 municípios
60) Micro - Itapeçerica da Serra	
Cotia	Cotia
Embu	Embu
Embu-Guaçu	Embu-Guaçu
Itapeçerica da Serra	Itapeçerica da Serra
	São Lourenço Serra
Juquitiba	Juquitiba
Taboão da Serra	Taboão da Serra
Vargem Gde Paulista	Vargem Gde Paulista
Total Mun	8 municípios
61) Micro - São Paulo	
Diadema	Diadema
Mauá	Mauá
Ribeirão Pires	Ribeirão Pires
Rio Gde da Serra	Rio Gde da Serra
Sto André	Santo André
S. Bernardo Campo	S. Bernardo Campo
S. Caetano do Sul	São Caetano do Sul
São Paulo	São Paulo
Total Mun	8 municípios
** município não registrado no Censo Agropecuário	
62) Micro - Mogi das Cruzes	
Biritiba-Mirim	Biritiba-Mirim
Ferraz Vasconcelos	Ferraz Vasconcelos
Guararema	Guararema
Itaquecetuba	Itaquecetuba
Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes

Poá		Poá
Salesópolis		Salesópolis
Suzano		Suzano
Total Mun	8	8 municípios
Mesorregião Metropolitana de São Paulo		
	1991	1996/2000
6 microrregiões/38 municípios		6 micro/39 municípios

63) Micro -Santos		
63) Santos		
		Bertioga
Cubatão		Cubatão
Guarujá		Guarujá
Praia Grande		Praia Grande
Santos		Santos
São Vicente		São Vicente
Total Mun	5	6 municípios
Microrregião de Santos		
	1991	1996/2000
1 microrregiões/5 municípios		1 micro/6 municípios

Estado de São Paulo		
	1991	1996/2000
15 mesorregiões		15 mesorregiões
63 microrregiões		63 microrregiões
572 municípios		645 municípios

**Anexo 2) - Taxa média anual de crescimento (%), segundo a situação do domicílio.
Estado de São Paulo, por mesorregiões - 1980, 1991, 1996 e 2000.**

Mesorregiões	Taxa Média Anual (%) 1980/91			Taxa Média Anual (%) 1991/96		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1) S.José Rio Preto	1,63	3,27	-3,79	1,48	2,30	-3,22
2) Ribeirão Preto	2,69	3,36	-2,11	1,62	2,10	-3,85
3) Araçatuba	1,48	2,51	-3,48	1,05	1,65	-3,62
4) Bauru	2,11	3,22	-3,06	1,67	2,42	-4,26
5) Araraquara	2,77	3,47	-1,44	1,78	2,11	-1,12
6) Piracicaba	2,73	2,98	0,78	2,14	2,39	-0,14
7) Campinas	3,04	3,88	-2,40	2,11	2,45	-1,43
8) Pres. Prudente	0,85	2,52	-4,01	0,54	0,98	-1,48
9) Marília	1,18	2,47	-3,56	0,84	1,86	-5,52
10) Assis	1,71	3,10	-2,63	1,38	2,51	-4,32
11) Itapetininga	1,91	3,77	-1,40	1,43	2,56	-1,55
12) Macro Metrop. Pta	3,07	3,66	0,00	2,12	2,44	-0,10
13) Vale Paraíba Pta	2,78	3,21	-0,84	1,65	1,65	1,68
14) Litoral Sul Pta	2,72	3,74	0,56	2,47	3,49	-0,35
15) Metrop. São Paulo	1,88	1,98	-1,78	1,43	1,15	11,63
16) Santos	1,97	1,98	-0,11	1,05	1,04	6,75
Total do ESP	2,13	2,56	-2,02	1,55	1,62	0,67
Mesorregiões	Taxa Média Anual (%) 1996/2000			Taxa Média Anual (%) 1991/2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1) S.José Rio Preto	1,48	2,02	-2,35	1,48	2,18	-2,84
2) Ribeirão Preto	1,82	2,20	-3,95	1,71	2,14	-3,90
3) Araçatuba	1,09	1,43	-2,26	1,07	1,55	-3,02
4) Bauru	1,85	2,26	-2,42	1,75	2,35	-3,45
5) Araraquara	1,95	2,51	-4,04	1,85	2,29	-2,43
6) Piracicaba	2,06	2,90	-7,58	2,10	2,62	-3,52
7) Campinas	2,35	2,80	-3,30	2,22	2,61	-2,27
8) Pres. Prudente	1,05	1,66	-2,11	0,77	1,28	-1,76
9) Marília	1,83	2,27	-1,77	1,28	2,04	-3,87
10) Assis	1,26	1,79	-2,20	1,33	2,19	-3,38
11) Itapetininga	2,02	2,80	-0,44	1,69	2,67	-1,06
12) Macro Metrop. Pta	3,35	3,10	5,14	2,66	2,73	2,19
13) Vale Paraíba Pta	2,64	3,02	-1,80	2,09	2,26	0,11
14) Litoral Sul Pta	3,66	4,60	0,56	3,00	3,98	0,05
15) Metropolitana SP	1,84	1,63	7,11	1,61	1,37	9,60
16) Santos	2,71	2,70	4,37	1,79	1,78	5,68
Total do ESP	2,02	2,11	0,90	1,76	1,84	0,77

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo, 1980 e 1991; Contagem Populacional, 1996 e Dados Preliminares do Censo 2000.

**Anexo 3) - População residente, segundo a situação do domicílio (UR ou RU),
por Microrregiões e Municípios. Região Metropolitana de São Paulo, 1980, 1991, 1996 e 2000**

Microrregião/ município	População Residente, 1980				Grau de Urban.(%)	População Residente, 1991			Grau de Urban. (%)
	Urbana	Rural	Total			Urbana	Rural	Total	
Micro/Osasco									
Barueri	75336	0	75336	100	130799	0	130799	100	
Cajamar	19521	2420	21941	89,0	32005	1731	33736	94,9	
Carapicuíba	185816	0	185816	100	283661	0	283661	100	
Itapevi	53441	0	53441	100	107976	0	107976	100	
Jandira	36043	0	36043	100	62697	0	62697	100	
Osasco	474543	0	474543	100	568225	0	568225	100	
Pirapora Bom Jesus	2504	2300	4804	52,1	7956	0	7956	100	
Santana de Parnaíba	3128	6953	10081	31,0	37762	0	37762	100	
Micro/Franco da Rocha									
Caieiras	22278	2874	25152	88,6	37776	1293	39069	96,7	
Francisco Morato	28320	217	28537	99,2	83637	248	83885	99,7	
Franco da Rocha	44032	6769	50801	86,7	79492	6043	85535	92,9	
Mairiporã	18914	8627	27541	68,7	33935	6002	39937	85,0	
Micro/Guarulhos									
Arujá	16085	1399	17484	92,0	34333	3289	37622	91,3	
Guarulhos	426693	106033	532726	80,1	777921	9945	787866	98,7	
Santa Isabel	18464	10553	29017	63,6	28235	9740	37975	74,4	
Micro/Itapecerica Serra									
Cotia	59988	2964	62952	95,3	107453	0	107453	100	
Embu	95800	0	95800	100	155990	0	155990	100	
Embu-Guaçu	19921	1122	21043	94,7	35414	863	36277	97,6	
Itapecerica da Serra	57262	3214	60476	94,7	91106	2040	93146	97,8	
Juquitiba	8613	3879	12492	68,9	19969	0	19969	100	
São Lourenço Serra*	4916	1723	6639	74,0	6450	1146	7596	84,9	
Taboão da Serra	97655	0	97655	100	160084	0	160084	100	
Vargem Gde Paulista	0	0	0	0,0	15870	0	15870	100	
Micro/São Paulo									
Diadema	228660	0	228660	100	305287	0	305287	100	
Mauá	205740	0	205740	100	294998	0	294998	100	
Ribeirão Pires	56532	0	56532	100	85085	0	85085	100	
Rio Gde da Serra	20093	0	20093	100	29901	0	29901	100	
Santo André	553072	0	553072	100	616991	0	616991	100	
S. Bernardo Campo	384525	41077	425602	90,3	555495	11398	566893	98,0	
São Caetano do Sul	163082	0	163082	100	149519	0	149519	100	
São Paulo	8337241	155985	8493226	98,2	9412894	233291	9646185	97,6	
Micro/Moji das Cruzes									
Biritiba-Mirim	7545	5832	13377	56,4	14759	3074	17833	82,8	
Ferraz Vasconcelos	54810	245	55055	99,6	94970	1196	96166	98,8	
Guararema	6963	8140	15103	46,1	14186	3775	17961	79,0	
Itaquaquetuba	73064	0	73064	100	164957	0	164957	100	
Moji das Cruzes	175011	22935	197946	88,4	246845	26330	273175	90,4	
Poá	52512	271	52783	99,5	75572	730	76302	99,0	
Salesópolis	5260	5393	10653	49,4	6735	4624	11359	59,3	
Suzano	95167	5889	101056	94,2	152003	6836	158839	95,7	
Total RMSP	12183634	405091	12588725	96,8	15112493	332448	15444941	97,8	

Anexo 3) - Continuação. População residente, segundo a situação do domicílio (UR ou RU), por Microrregiões e Municípios. Região Metropolitana de São Paulo, 1980, 1991, 1996 e 2000

Microrregião/ município	População Residente, 1996			Grau de Urban.(%)	População Residente, 2000			Grau de Urban.(%)
	Urbana	Rural	Total		Urbana	Rural	Total	
Microrregião/Osasco								
Barueri	177256	0	177256	100	208028	0	208028	100
Cajamar	40761	1703	42464	96,0	47576	2668	50244	94,7
Carapicuíba	327882	0	327882	100	343668	0	343668	100
Itapevi	133523	0	133523	100	162421	0	162421	100
Jandira	75352	0	75352	100	91721	0	91721	100
Osasco	622912	0	622912	100	650993	0	650993	100
Pirapora Bom Jesus	10493	6	10499	99,9	12331	7	12338	99,9
Santana de Parnaíba	57299	0	57299	100	74722	0	74722	100
Microrregião/Franco da Rocha								
Caieiras	55450	2062	57512	96,4	68136	2713	70849	96,2
Francisco Morato	105881	334	106215	99,7	133085	163	133248	99,9
Franco da Rocha	92831	5479	98310	94,4	100241	7756	107997	92,8
Mairiporã	42100	7793	49893	84,4	47726	11982	59708	79,9
Microrregião/Guarulhos								
Arujá	45848	4891	50739	90,4	56525	2555	59080	95,7
Guarulhos	953397	18987	972384	98,0	1048280	23019	1071299	97,9
Santa Isabel	31650	9717	41367	76,5	32767	10706	43473	75,4
Microrregião/Itapeçerica Serra								
Cotia	126956	0	126956	100	148082	0	148082	100
Embu	195628	0	195628	100	206781	0	206781	100
Embu-Guaçu	41386	875	42261	97,9	55631	1078	56709	98,1
Itapeçerica da Serra	109088	1108	110196	99,0	127783	1373	129156	98,9
Juquitiba	21850	0	21850	100	17376	9103	26479	65,6
São Lourenço Serra	8879	1260	10139	87,6	10767	1418	12185	88,4
Taboão da Serra	182506	0	182506	100	197460	0	197460	100
Vargem Gde Paulista	26689	0	26689	100	32548	0	32548	100
Microrregião/São Paulo								
Diadema	323116	0	323116	100	356389	0	356389	100
Mauá	342909	0	342909	100	363112	0	363112	100
Ribeirão Pires	97550	0	97550	100	104336	0	104336	100
Rio Gde da Serra	34736	0	34736	100	36352	0	36352	100
Santo André	625564	0	625564	100	648443	0	648443	100
S. Bernardo Campo	641390	19006	660396	97,1	688161	12244	700405	98,3
São Caetano do Sul	139825	0	139825	100	140144	0	140144	100
São Paulo	9391482	447954	9839436	95,4	9785640	620526	10406166	94,0
Microrregião/Moji das Cruzes								
Biritiba-Mirim	16357	3726	20083	81,4	20686	3881	24567	84,2
Ferraz Vasconcelos	120479	1491	121970	98,8	140777	1162	141939	99,2
Guararema	13742	4253	17995	76,4	17691	4189	21880	80,9
Itaquaquetuba	228344	0	228344	100	272416	0	272416	100
Moji das Cruzes	279945	32740	312685	89,5	301551	28129	329680	91,5
Poá	83945	832	84777	99,0	94592	1132	95724	98,8
Salesópolis	7953	5323	13276	59,9	8712	5618	14330	60,8
Suzano	173906	6834	180740	96,2	221192	7247	228439	96,8
Total RMSP	16006860	576374	16583234	96,5	17074842	758669	17833511	95,7